



OFICINAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO FINAL

Maio | 2017





FICHA TÉCNICA

OBJETO DO RELATÓRIO	Apresentação, sistematização e análise das discussões realizadas nas Oficinas de Proteção Social.
OBJETIVOS DA OFICINA	Geração de informações para subsidiar o traçado do escopo do Programa de Proteção Social da Fundação Renova, no âmbito do TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta).
CONDUÇÃO	Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS), Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
MOBILIZAÇÃO	Fundação Renova
LOCAL	Mariana/MG, Ipatinga/MG, Governador Valadares/MG, Colatina/ES e Linhares/ES
DATA	20/03 a 19/04
PÚBLICO	Gestores públicos federais, estaduais e municipais; e representantes da Fundação Renova
EQUIPE DE RELATORIA	Antônio Maria Claret de Souza Filho Carolina Proietti Imura Claudio Lobenwein Resende Julia Maria Macedo Nathália França Figuerêdo Porto





SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
SUMÁRIO	3
LISTA DE SIGLAS.....	6
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
PROPOSTA DAS OFICINAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	7
CRONOGRAMA	7
RESPONSÁVEIS PELA FACILITAÇÃO	8
INSTRUMENTAIS UTILIZADOS.....	8
PARTICIPANTES	9
SÍNTESE DOS RELATOS	16
DETALHAMENTO DOS RELATOS – POR MUNICÍPIO	20
MARIANA/MG	21
BARRA LONGA/MG	26
SANTA CRUZ DO ESCALVADO/MG.....	31
RIO DOCE/MG	33
RAUL SOARES/MG	36
SEM-PEIXE/MG	39
SÃO PEDRO DOS FERROS/MG	41
DIONÍSIO/MG.....	43
PINGO-D'ÁGUA/MG.....	46
MARLIÉRIA/MG.....	46
BOM JESUS DO GALHO/MG.....	47
TIMÓTEO/MG	47
IPATINGA/MG	48
IPABA/MG	51
BELO ORIENTE/MG	55
SANTANA DO PARAÍSO/MG.....	60
BUGRE/MG	63
SOBRÁLIA/MG	66
ALPERCATA/MG	70
GOVERNADOR VALADARES/MG	73
TUMIRITINGA/MG.....	79
CONSELHEIRO PENHA/MG	84
RESPLENDOR/MG.....	90
ITUETA/MG	93
AIMORÉS/MG	97
BAIXO GUANDU/ES	100
COLATINA/ES.....	105
MARILÂNDIA/ES	109
LINHARES/ES.....	111
ARACRUZ/ES.....	118
RELATOS E ENCAMINHAMENTOS DEBATIDOS – POR MUNICÍPIO	122
MARIANA/MG	122
BARRA LONGA/MG	127





SANTA CRUZ DO ESCALVADO/MG.....	130
RIO DOCE/MG	132
RAUL SOARES/MG	135
SEM-PEIXE/MG	137
SÃO PEDRO DOS FERROS/MG	139
DIONÍSIO/MG	141
PINGO-D'ÁGUA/MG.....	143
MARLIÉRIA/MG.....	144
BOM JESUS DO GALHO/MG.....	145
TIMÓTEO/MG	146
IPATINGA/MG	147
IPABA/MG	150
BELO ORIENTE/MG	152
SANTANA DO PARAÍSO/MG.....	156
BUGRE/MG	158
SOBRÁLIA/MG	161
ALPERCATA/MG	163
GOVERNADOR VALADARES/MG	165
TUMIRITINGA/MG.....	169
CONSELHEIRO PENHA/MG	173
RESPLENDOR/MG.....	178
ITUETA/MG	180
AIMORÉS/MG	182
BAIXO GUANDU/ES	185
COLATINA/ES.....	190
MARILÂNDIA/ES	193
LINHARES/ES	195
ARACRUZ/ES	201
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO.....	204
METODOLOGIA DAS OFICINAS	204
RECURSOS INFORMACIONAIS.....	204
AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS JÁ REALIZADAS PELA RENOVAERRO! INDICADOR NÃO	
DEFINIDO.	
APOIO À GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	205
CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS.....	206
ANEXO 1 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – MARIANA/MG	
.....	207
PROGRAMAÇÃO PREVISTA.....	207
PARTICIPANTES	210
PLENÁRIA INICIAL	212
_ <i>Relato da equipe de gestores de Mariana</i>	214
_ <i>Relato da equipe de gestores de Barra Longa</i>	214
GRUPOS DE TRABALHO.....	217
_ <i>GT Mariana</i>	217
_ <i>GT Barra Longa</i>	227
PLENÁRIA FINAL	233
RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS.....	235
SUGESTÕES.....	236





ANEXO 2 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – IPATINGA/MG	238
PROGRAMAÇÃO PREVISTA.....	238
PARTICIPANTES	240
PLENÁRIA INICIAL	242
GRUPOS DE TRABALHO.....	247
_ Grupo de Trabalho 01	247
_ Grupo de Trabalho 02.....	256
_ Grupo de Trabalho 03.....	263
_ Grupo de Trabalho 04.....	269
PLENÁRIA FINAL	278
RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS.....	282
SUGESTÕES.....	282
ANEXO 3 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – GOVERNADOR VALADARES/MG.....	284
PROGRAMAÇÃO PREVISTA.....	284
PARTICIPANTES	285
PLENÁRIA INICIAL	287
GRUPOS DE TRABALHO.....	290
_ Grupo de Trabalho 01	290
_ Grupo de Trabalho 02.....	301
_ Grupo de Trabalho 03.....	309
PLENÁRIA FINAL	317
RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS.....	318
ANEXO 4 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – COLATINA/ES	320
PROGRAMAÇÃO PREVISTA.....	320
PARTICIPANTES	321
PLENÁRIA INICIAL	323
GRUPOS DE TRABALHO.....	330
_ Grupo de Trabalho 01	330
_ Grupo de Trabalho 02.....	338
_ Grupo de Trabalho 03.....	345
PLENÁRIA FINAL	349
RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS.....	350
ANEXO 5 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – LINHARES/ES	352
PROGRAMAÇÃO PREVISTA.....	352
PARTICIPANTES	353
PLENÁRIA INICIAL	354
GRUPOS DE TRABALHO.....	360
Grupo de Trabalho 01	360
Grupo de Trabalho 02.....	369
PLENÁRIA FINAL	375
RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS.....	376





LISTA DE SIGLAS

- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- Capacita SUAS – Programa Nacional de Capacitação do SUAS
- CIF – Comitê Interfederativo
- CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CTOS – Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial
- GT – Grupos de Trabalho
- MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
- MP – Ministério Público
- PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PBF – Programa Bolsa Família
- PR – Presidência da República
- PSB – Proteção Social Básica
- PSE – Proteção Social Especial
- SETADES – Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento do Espírito Santo
- SEDESE -Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- SES – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social
- SUS – Sistema Único de Saúde
- TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
- UBS – Unidade Básica de Saúde
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- UPA – Unidade de Pronto-Atendimento





CONTEXTUALIZAÇÃO

Foram realizadas cinco oficinas de proteção social em municípios escolhidos como pólo, no âmbito do Programa de Proteção Social da Fundação Renova, com o objetivo de promover as ações socioassistenciais de acompanhamento e o apoio psicossocial e cultural às populações impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

PROPOSTA DAS OFICINAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O objetivo do ciclo de Oficinas era o de coletar e registrar as percepções dos representantes dos serviços de Proteção Social dos municípios acerca dos impactos socioassistenciais em decorrência do rompimento da barragem. Esta escuta inicial pretendia, outrossim, subsidiar o traçado de planos de ação para o enfrentamento desses impactos em cada território, no âmbito do Programa de Proteção Social da Fundação Renova e das políticas públicas já ofertadas nesta seara.

As Prefeituras dos municípios atingidos foram convidadas pelas instituições promotoras (Fundação Renova, Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Social de MG e ES) a enviar representantes às Oficinas de sua região, mas nem todos os municípios compareceram às discussões. Ao todo, 30 municípios enviaram representantes: Mariana/MG, Barra Longa/MG, Rio Doce/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG, Sem Peixe/MG, Pingo D'água/MG, Dionísio/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Bom Jesus do Galho/MG, Raul Soares/MG, Ipatinga/MG, Ipaba/MG, Santana do Paraíso/MG, Timóteo/MG, Marliéria/MG, Bugre/MG, Governador Valadares/MG, Sobrália/MG, Belo Oriente/MG, Alpercata/MG, Conselheiro Pena/MG, Tumiritinga/MG, Aimorés/MG, Resplendor/MG, Itueta/MG, Baixo Guandu/ES, Colatina/ES, Marilândia/ES, Aracruz/ES e Linhares/ES.

CRONOGRAMA

Os municípios convidados foram congregados em cinco grupos, aos quais corresponderam as cinco rodadas de Oficinas. As Oficinas foram realizadas na seguinte ordem:

- 20/03/2017: Mariana/MG (Hotel Providência)
- 31/03/2017: Ipatinga/MG (Hotel Panorama)
- 07/04/2017: Governador Valadares/MG (Hotel San Diego)



- 18/04/2017: Colatina/ES (Hotel Agil)
- 19/04/2017: Linhares/ES (Days Inn Hotel)

RESPONSÁVEIS PELA FACILITAÇÃO

As Oficinas de Proteção Social foram conduzidas pelos representantes da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS), da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), com o apoio dos representantes dos governos Estaduais presentes. Estes representantes se dividiram em duplas ou trios, a depender do número de representantes e de participantes em cada grupo. Por sua vez, os representantes presentes foram reunidos em Grupos de Trabalho (GTs). Essa divisão pretendeu uma exploração mais robusta dos impactos percebidos em cada município, e a possibilidade de todos os municípios se manifestarem no tempo dedicado ao encontro. Em cada grupo de trabalho, definiu-se um(a) relator(a), que ficou responsável pela apresentação da discussão de cada GT aos demais presentes, nas plenárias finais. Por fim, cada GT também contou com um(a) sistematizador(a), responsável por registrar todas as discussões e pontos apontados pelos participantes em um instrumental específico, elaborado pelos profissionais da Casa Civil/PR e do MDSA.

INSTRUMENTAIS UTILIZADOS

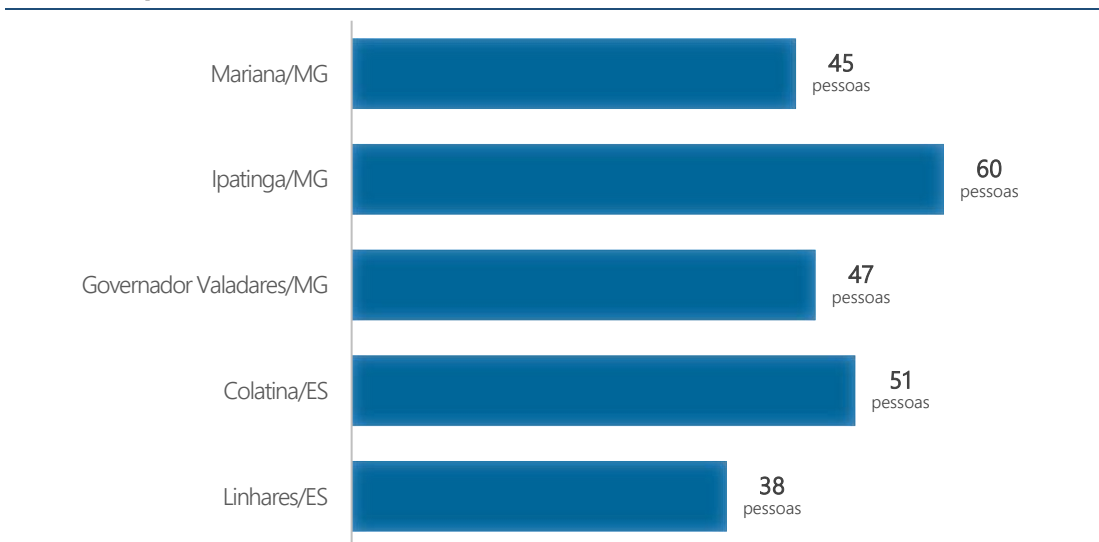
Os instrumentais elaborados pela Casa Civil/PR e pelo MDSA apoiaram a facilitação e a sistematização das percepções dos gestores e técnicos da Assistência Social presentes em cada um dos grupos (GTs). A facilitação buscou explorar qualitativamente as opiniões dos representantes presentes, aprofundando motivos e exemplos dos relatos a partir de um roteiro de perguntas.

O instrumental, por sua vez, registrou informações sobre os impactos percebidos pelos representantes municipais, os efeitos para a política de Assistência Social, para a política de Saúde e para outras políticas públicas, bem como possíveis encaminhamento e responsáveis por ações reparadoras ou mitigadoras. Ao longo das rodadas de Oficinas, o roteiro e outros instrumentais utilizados (bem como as orientações de facilitação) sofreram alterações influenciando, em certa medida, a condução das discussões e parte de seus resultados.

PARTICIPANTES

Foram convidados para as Oficinas representantes de todos os municípios impactados pelo rompimento da barragem. Dentre os presentes, havia gestores e técnicos de referência da Assistência Social, da Saúde e de outras políticas, secretários municipais, membros de conselhos municipais, profissionais da Fundação Renova, membros de consultorias, pesquisadores e funcionários do Ministério Público Estadual (no caso de Minas Gerais), além dos representantes da Casa Civil/PR e do MDSA. O gráfico 1 indica que a oficina realizada em Ipatinga/MG (60 pessoas) foi a mais cheia, seguida da feita em Colatina/ES (51 pessoas).

GRÁFICO 1. Quórum das oficinas realizadas



A tabela 1, por sua vez, apresenta os perfis dos presentes em cada uma das oficinas realizadas, com destaque para as reuniões de Colatina/ES e Linhares/ES, que contaram com a participação do Secretário de Estado de Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento do Espírito Santo, Sr. Carlos Casteglione.

TABELA 1. Categorias dos perfis dos participantes (%)

Perfis	Mariana	Ipatinga	Gov. Valadares	Colatina	Linhares
Secretários estaduais	-	-	-	2,2	2,2
Gestores estaduais	11,1	8,9	11,1	11,1	11,1
Prefeitos e vice-prefeitos	-	-	-	4,4	-
Secretários municipais	6,7	15,6	11,1	4,4	2,2
Gestores municipais	20,0	26,7	22,2	42,2	15,6

Perfis	Mariana	Ipatinga	Gov. Valadares	Colatina	Linhares
Técnicos municipais	31,1	33,3	20,0	20,0	20,0
Conselheiros	-	6,7	4,4	-	2,2
Gestores federais	11,1	11,1	8,9	8,9	8,9
Fundação Renova	13,3	6,7	8,9	8,9	6,7
Consultorias	6,7	13,3	8,9	8,9	11,1
Ministério Público	-	6,7	4,4	-	-
Outros	-	4,4	4,4	2,2	4,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A seguir, são apresentados os perfis dos representantes de cada município presente nas Oficinas.

FIGURA 1. Perfis dos representantes, por município





FIGURA 1. Perfis dos representantes, por município (continuação)





FIGURA 1. Perfis dos representantes, por município (continuação)

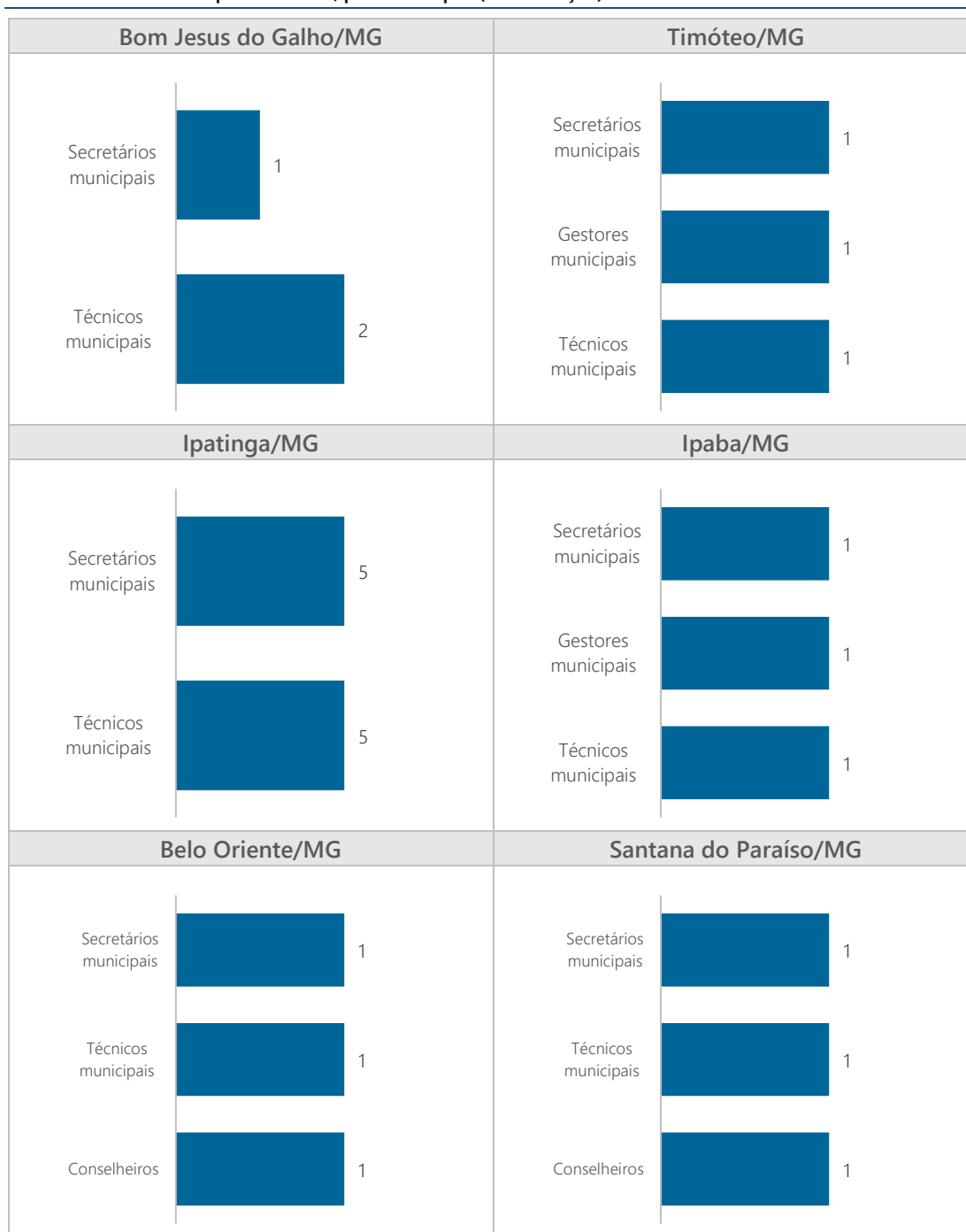




FIGURA 1. Perfis dos representantes, por município (continuação)





FIGURA 1. Perfis dos representantes, por município (continuação)

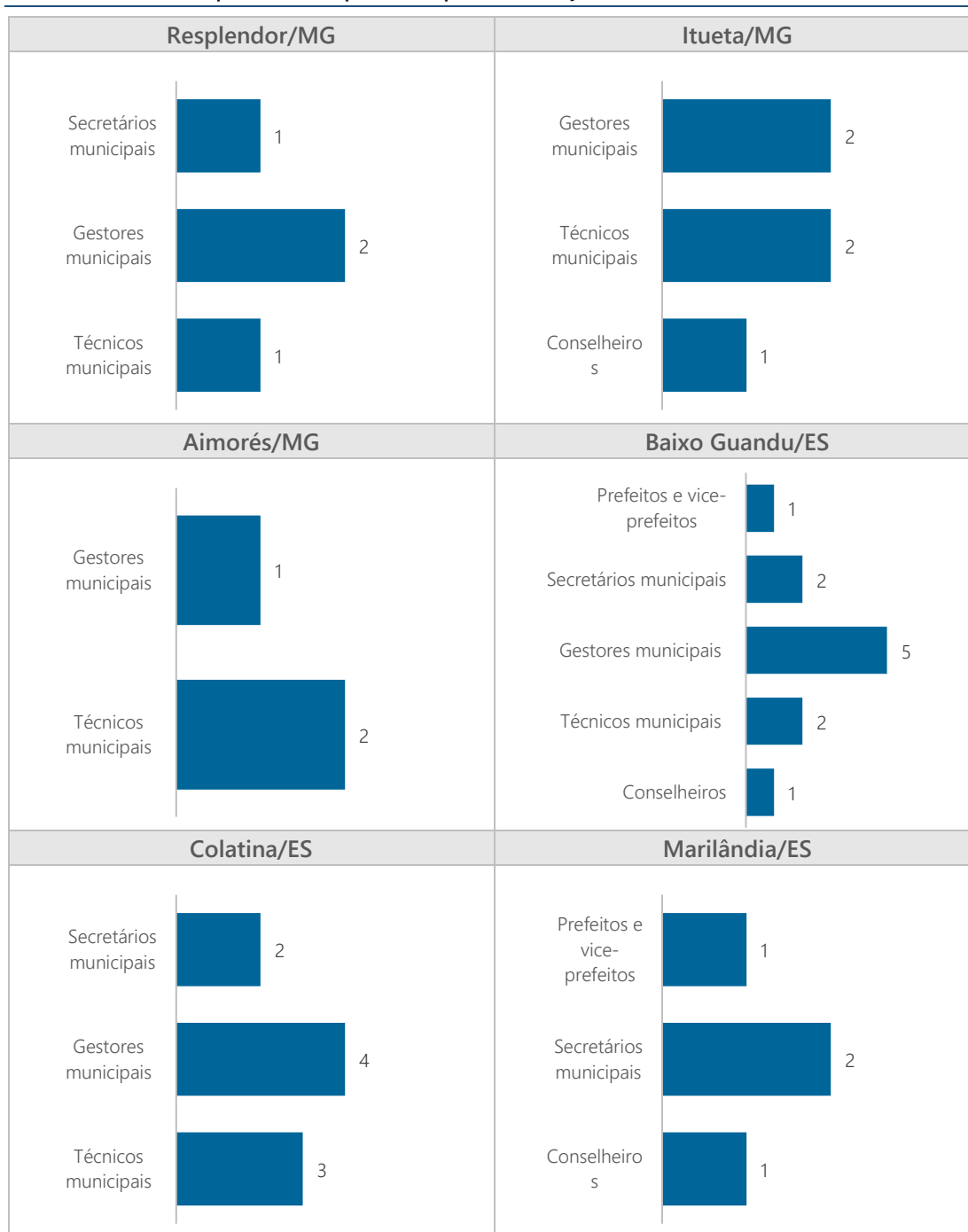
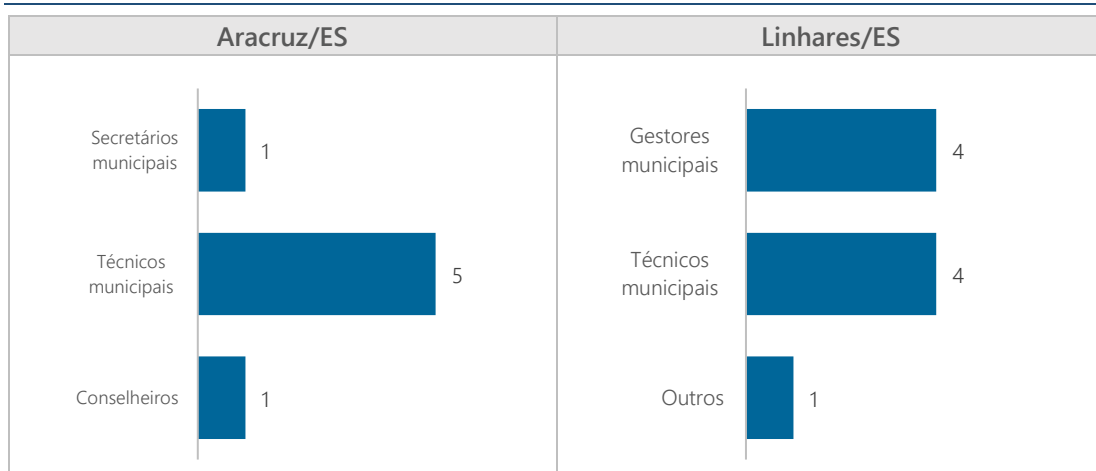




FIGURA 1. Perfis dos representantes, por município (continuação)





SÍNTESE DOS RELATOS

Esta seção apresenta uma síntese dos relatos apresentados pelos representantes municipais nas Oficinas de Proteção Social. Cada relato foi classificado em uma ou mais categorias analíticas, chamadas aqui de macrotemas. A leitura atenta de cada relato permitiu a classificação das falas em 33 macrotemas.

A tabela a seguir deve ser lida da seguinte forma: para cada macrotema, há uma *hachura* em azul que indica que aquele município relatou questões (ou impactos percebidos) relacionadas àquela categoria (leitura na horizontal). Da mesma forma, é possível ler os tipos de relatos que aparecem em um determinado município (leitura vertical). Tem-se, assim, uma leitura global das percepções relatadas acerca dos efeitos do rompimento da barragem por tema e por município.

Na seção seguinte, cada um dos macrotemas foi classificado em uma ou mais áreas de atuação de políticas públicas e/ou programas da Fundação Renova. Posteriormente, são detalhados os relatos por município, com sua respectiva classificação em macrotema e área de atuação.



Macro-temas relatados	Minas Gerais																								Espírito Santo						
	Mariana	Barra Longa	Santa Cruz do Escalvado	Rio Doce	Raul Soares	Sem-Peixe	São Pedro dos Ferros	Dionísio	Pingo-d'Água	Marliéria	Bom Jesus do Galho	Timóteo	Ipatinga	Ipaba	Belo Oriente	Santana do Paraíso	Bugre	Sobralia	Alpercata	Governador Valadares	Tumiritinga	Conselheiro Pena	Resplendor	Itueta	Aimorés	Baixo Guandu	Colatina	Marlândia	Linhares	Aracruz	
Abuso de álcool/ drogas																															
Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial)																															
Aumento de casos de pessoas em situação de rua																															
Aumento de casos relativos à segurança pública																															
Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social																															
Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde																															
Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação																															
Baixa qualidade da água																															
Danos à cadeia produtiva e à economia locais																															
Danos à economia do turismo																															
Danos à economia/ gestão pública																															
Danos à fauna e flora																															
Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas																															
Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso																															
Danos ao trabalho, emprego e renda																															

Macro-temas relatados	Minas Gerais																								Espírito Santo					
	Mariana	Barra Longa	Santa Cruz do Escalvado	Rio Doce	Raul Soares	Sem-Peixe	São Pedro dos Ferros	Dionísio	Pingo-d'Água	Marliéria	Bom Jesus do Galho	Timóteo	Ipatinga	Ipaba	Belo Oriente	Santana do Paraíso	Bugre	Sobralia	Alpercata	Governador Valadares	Tumiritinga	Conselheiro Pena	Resplendor	Itueta	Aimorés	Baixo Guandu	Colatina	Marilândia	Linhares	Aracruz
Danos às atividades de agricultura/ pesca																														
Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências																														
Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões																														
Dúvidas ou demandas por indenizações																														
Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais																														
Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial																														
Fragilização da segurança alimentar																														
Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais																														
Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas																														
Interrupção/ intermitência do abastecimento de água																														
Mudanças de hábitos e comportamentos sociais																														
Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência																														
Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura																														

Macro-temas relatados	Minas Gerais																								Espírito Santo					
	Mariana	Barra Longa	Santa Cruz do Escalvado	Rio Doce	Raul Soares	Sem-Peixe	São Pedro dos Ferros	Dionísio	Pingo-d'Água	Marliéria	Bom Jesus do Galho	Timóteo	Ipatinga	Ipaba	Belo Oriente	Santana do Paraíso	Bugre	Sobralia	Alpercata	Governador Valadares	Tumiritinga	Conselheiro Pena	Resplendor	Itueta	Aimorés	Baixo Guandu	Colatina	Marilândia	Linhares	Aracruz
Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões																														
Surgimento/ agravamento de doenças																														
Surgimento/ agravamento de transtornos mentais																														
Surgimento/ aumento de vetores de doenças																														
Violências/ vulnerabilização de idosos																														



DETALHAMENTO DOS RELATOS – POR MUNICÍPIO

Esta seção apresenta os relatos dos municípios classificados e dispostos quanto às categorias analíticas pertinentes (macrotemas) e áreas de atuação do poder público e da Fundação Renova. A primeira coluna, identificada com o símbolo #, indica a numeração do relato original (vide seção: *Relatos e Encaminhamentos*). Na Coluna 2, apresentam-se os relatos dos representantes municipais, tal qual registrado e validado nos GTs. Para cada relato, há uma coluna, à direita (coluna 3), denominada 'Macrotemas do relato'. Esta célula contém um ou mais macrotema identificado no relato. Nas demais colunas (coluna 4), encontram-se as áreas de atuação, cujas células aparecem *hachuradas* em verde indicando que aquele relato está relacionado àquela(s) área(s).

Deve-se ressaltar que todas as análises aqui propostas se baseiam nos conteúdos debatidos e validados nas Oficinas de Proteção Social realizadas. Os resultados de cada uma dessas oficinas podem ser conferidos nos anexos 1 a 5 deste relatório.



MARIANA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
42	Acompanhamento emergencial por parte da Saúde Mental, dividida entre CAPS, CAPSI, matriciamento e Equipe Conviver (que tem trabalhado com os atingidos em todo o território, envolvendo atividades coletivas de adaptação ao novo território e modo de vida);	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
24	Acréscimo de 120% do atendimento no SINE;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
11	Agravamento da saúde dos idosos;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Surgimento/ agravamento de doenças;													
14	Agravamento da saúde dos idosos;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Surgimento/ agravamento de doenças;													
23	Antes do rompimento, havia cerca de 2.000 desempregados na cidade. Atualmente, temos cerca de 14.000 desempregados;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
27	Aumento da demanda pela entrada em programas de acesso ao mundo do trabalho;	→ Danos à economia do turismo;													
22	Aumento da demanda por benefícios comuns da tipificação e outros além da tipificação, como a Cesta Básica, Auxílio Transporte, Aluguel Social (em virtude de baixa ou nenhuma renda);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
34	Aumento da população de rua e da violência doméstica. Foram solicitados 2 psicólogos, 2 assistentes sociais e 1 terapeuta ocupacional, e não houve respostas da Fundação Renova até o momento;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Aumento de casos de pessoas em situação de rua;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
19	Aumento da procura por benefícios eventuais (Cesta Básica) e por programas municipais, como o Renda Mínima;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
2	Aumento das separações e rearranjos familiares;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
28	Aumento de 580% nos atendimentos nos quatro CRAS da cidade, somado a uma situação de intensa vulnerabilidade;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
37	Aumento de infração e prospecto de aumento de medidas socioeducativas;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
1	Aumento do alcoolismo, da violência doméstica e sexual;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Abuso de álcool/ drogas;													
33	Aumento do gasto público dos municípios em decorrência das ações emergenciais e das reuniões de alinhamento;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
8	Aumento do número de gestações na adolescência;	→ Aumento de casos de pessoas em situação de rua; → Mudanças de hábitos e comportamentos sociais;													
35	Aumento do número de pessoas em situação de rua;	→ Aumento de casos de pessoas em situação de rua;													
51	Aumento no número de atendimentos em saúde (exames clínicos e laboratoriais) e na demanda por monitoramento em saúde;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
50	Aumento significativo do número de acolhimentos no CAPS e no CAPSI (3 a 4 acolhimentos por dia);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
49	Aumento significativo na demanda junto a crianças, adolescentes, idosos e usuários de álcool e outras drogas;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Abuso de álcool/ drogas; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
16	Conflitos geracionais;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
39	Crescimento da demanda por atendimentos no Conselho Tutelar. Necessidade de ampliação da equipe do CREAS. O pedido já foi feito, mas ainda não houve resposta;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
46	Criação de uma UBS específica para as populações de Bento Rodrigues, Paracatu e demais comunidades atingidas;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
41	Cuidado para a situação não se converter em medicalização, a partir da capacitação da atenção primária;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
21	Demandas por informações sobre o recebimento do Bolsa Família associado ao benefício emergencial (não houve esclarecimentos da União e do Estado);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
32	Diferenças de salários entre os profissionais (a empresa terceirizada não adere ao abono);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
4	Dificuldades de adaptação à vida urbana;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
48	Dificuldades de reposição e manutenção da equipe;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
53	Direcionamento de equipes de Saúde da Família e Saúde Mental, buscando entender o contexto das famílias e trabalhando ações coletivas de apropriação do território e reconstrução de memórias.	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
5	Dispersão das relações de vizinhança;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
9	Drogadição;	→ Abuso de álcool/ drogas;													
30	Empresa terceirizada contratando profissionais;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
47	Equipe específica de Saúde Mental para atendimento à população atingida;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
38	Falta de alinhamento de ações desenvolvidas entre a Fundação Renova e a gestão municipal;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
29	Fragilidade na contratação e na manutenção de equipes de atendimento;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
10	Hostilidade social (sobretudo na comunidade escolar;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
3	Intensificação da demanda por parte dos idosos;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Violências/ vulnerabilização de idosos;													
13	Intensificação da vulnerabilidade de famílias que já tinham como única fonte de renda o PBF e o Renda Mínima;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
40	Intensificação de problemas de saúde mental, ansiedade, depressão, instabilidade emocional;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
18	Intensificação do desemprego;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG029)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
52	Mobilização de vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador e sanitária, acompanhamento da toxicidade e outras ações descritas com mais rigor no Plano de Ação;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
43	Nos dois primeiros meses, o atendimento à população em geral foi reduzido para se priorizar o atendimento às comunidades atingidas;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
45	Os profissionais alocados na Saúde e na Assistência Social são diferentes, mesmo que a forma de contratação seja a mesma;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
17	Perda do vínculo do domicílio como lugar de segurança;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
36	Pico de acompanhamento de 17 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
44	Problemas com a contratação temporária, insegurança e receio da perda do trabalho já desenvolvido junto à equipe atual;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
6	Problemas com a titularidade do Cartão de Auxílio Emergencial;	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
31	Problemas e falhas de comunicação entre a Fundação Renova e a gestão municipal;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
25	Queda de 39% no número de admissões entre 2015 e 2016, e aumento do número de desligamentos;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
26	Queda no comércio e no turismo;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia do turismo													
20	Redução da capacidade financeira da gestão municipal;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
7	Rompimento de relações de vizinhança;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
15	Sofrimento mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
12	Violência doméstica e sexual;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência;													
42	Acompanhamento emergencial por parte da Saúde Mental, dividida entre CAPS, CAPSI, matriciamento e Equipe Conviver (que tem trabalhado com os atingidos em todo o território, envolvendo atividades coletivas de adaptação ao novo território e modo de vida);	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
24	Acréscimo de 120% do atendimento no SINE.	→ Danos ao trabalho, emprego e renda.													

BARRA LONGA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
59	A população não consegue acessar os serviços de saúde por causa das estradas e vias danificadas e do excesso de caminhões;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
80	Ainda não há ações de convivência e fortalecimento de vínculos realizadas na comunidade de Gesteira;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
57	Aumento da demanda de atendimento na UPA	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
54	Aumento do número de casos de crianças com transtornos de saúde mental (síndrome do pânico, transtorno de ansiedade, insônia, depressão);	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
56	Aumento do número de casos de dependência química e uso abusivo de álcool;	→ Abuso de álcool/ drogas;													
55	Aumento no número de casos de transtornos de saúde mental em adultos e idosos;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
69	Diagnóstico da água de Gesteira e de outras comunidades apresentou alto nível de metais;	→ Baixa qualidade da água;													
67	Dificuldade no combate a insetos devido à deficiência de obras de saneamento;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;													
74	Famílias foram divididas no processo de realocação;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
81	Famílias realocadas em casas alugadas não têm conhecimento de previsão de retorno para suas próprias casas;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
63	Foi realizada capacitação apenas para equipe de saúde básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
68	Galerias de esgoto são ineficazes e refluem o esgoto;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
79	Há ações de convivência e fortalecimento de vínculos realizadas com as famílias que foram realocadas;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
78	Há desinformação sobre os contratos de aluguel e retorno das famílias às suas casas;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
87	Há dificuldade com a estruturação das equipes para realizar deslocamentos e atendimentos devido ao aumento da demanda.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
86	Há dificuldade de deslocamento por causa das estradas e vias danificadas, o que dificulta ainda mais o atendimento.	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
65	Houve acréscimo na prestação e oferta de serviços em virtude do aumento da demanda;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
64	Houve aumento de trabalho para os profissionais de saúde que trabalhavam na Prefeitura na época do rompimento;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
83	Houve interrupção de novos cadastros de Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
62	Não foi realizada capacitação para equipe de saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
85	Não houve aumento da demanda, mas há apenas uma equipe de atendimento;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
61	Número excessivo de caminhões nas estradas e nas vias urbanas;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
72	Os danos nas estradas e vias afetam o acesso da população às escolas e também o deslocamento de profissionais;	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
58	Os profissionais têm dificuldade de acesso à população por causa das estradas e vias danificadas e do excesso de caminhões;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;												
77	Poucas famílias retornaram para seus territórios;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
60	Sinaleiros (homens que regulam o trânsito) nas estradas e na sede dificultam o fluxo de profissionais e da população;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
66	Todas as ações de vigilância estão sendo executadas, mas com dificuldades devido ao aumento das demandas;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
71	Três escolas foram fisicamente impactadas: o A escola da comunidade de Gesteira foi destruída. Uma escola nova foi construída, mas a estrutura apresentou problemas por causa do período chuvoso; o A escola de educação infantil também diretamente danificada, obrigando a realocação dos estudantes para um imóvel alugado na comunidade; o A escola estadual de ensino fundamental e médio foi impactada nas áreas de lazer e esporte, na biblioteca e nos laboratórios.	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
76	Várias famílias estão fora de seus territórios de origem;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
75	Vínculos familiares foram fragilizados;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

SANTA CRUZ DO ESCALVADO/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
148	A violação de direitos é transversal, perpassa aspectos e áreas como a cultura, saúde, emprego e renda.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
166	Aumento da população com queixas relacionadas à saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;												
153	Aumento de acidentes de trânsito;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
159	Aumento do índice de desemprego (especialmente das propriedades rurais, areal, fábrica de blocos);	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;												
165	Aumento significativo de pernilongos;	→ Danos à fauna e flora; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;												
172	Compra de imóveis rurais pela Samarco, deixando os colonos sem os locais usuais de moradia;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
163	Degradação das vias em função do aumento do tráfego;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
146	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
157	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
171	Impactos diretos e indiretos (especulação imobiliária – aumento do valor de venda dos imóveis);	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
152	Novas obras geram impacto na paisagem e no meio ambiente;	→ Danos à fauna e flora;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
147	O impacto no rio provocou a perda de espaços e hábitos de lazer e cultura;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
164	Obras da Samarco nas estradas impedem a possibilidade de ir e vir, causando constrangimento para os munícipes;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
161	Percepção de que famílias que não tinham anteriormente o perfil para atendimento pela assistência social podem apresentar perfil após o rompimento da barragem (situação a ser investigada por meio da busca ativa);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
158	Perda da complementação da renda (obtida por meio da pesca);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
160	Perda das possibilidades de financiamento e custeio com veículos da Assistência (Santa Cruz do Escalvado);	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
145	Perda de empregos em função do rompimento da barragem;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
154	Perda do sentimento de pertença;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
150	Pessoas estranhas ao território e mudança na vizinhança (especialmente em Rio Doce);	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
151	Problemas de acesso (trânsito, asfalto, estrada movimentada, mobilidade);	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
162	Ruas sujas em função do tráfego de veículos das empresas que atuam no município (Rio Doce) e consequente uso de recursos municipais para sanar este problema.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora;													

RIO DOCE/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
91	A violação de direitos é transversal, perpassa aspectos e áreas como a cultura, saúde, emprego e renda.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG033)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
112	Aumento da população com queixas relacionadas à saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
96	Aumento de acidentes de trânsito;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
105	Aumento do consumo de água decorrente do aumento da população em Rio Doce;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
102	Aumento do índice de desemprego (especialmente das propriedades rurais, areal, fábrica de blocos);	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
108	Aumento do trânsito dentro da cidade e problemas com estacionamento (Rio Doce);	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
99	Aumento positivo da mobilização popular em Rio Doce;	→ Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
111	Aumento significativo de pernilongos;	→ Danos à fauna e flora; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;													
118	Compra de imóveis rurais pela Samarco, deixando os colonos sem os locais usuais de moradia;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
109	Comprometimento da mobilidade na área urbana (Rio Doce);	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
107	Degradação das vias em função do aumento do tráfego;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
89	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
100	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
117	Impactos diretos e indiretos (especulação imobiliária – aumento do valor de venda dos imóveis);	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
95	Novas obras geram impacto na paisagem e no meio ambiente;	→ Danos à fauna e flora;													
90	O impacto no rio provocou a perda de espaços e hábitos de lazer e cultura;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
110	Obras da Samarco nas estradas impedem a possibilidade de ir e vir, causando constrangimento para os munícipes;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
104	Percepção de que famílias que não tinham anteriormente o perfil para atendimento pela assistência social podem apresentar perfil após o rompimento da barragem (situação a ser investigada por meio da busca ativa);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
101	Perda da complementação da renda (obtida por meio da pesca);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
88	Perda de empregos em função do rompimento da barragem;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
103	Perda do financiamento estudantil para alunos universitários (Rio Doce)	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
97	Perda do sentimento de pertença;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
93	Pessoas estranhas ao território e mudança na vizinhança (especialmente em Rio Doce);	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
94	Problemas de acesso (trânsito, asfalto, estrada movimentada, mobilidade);	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
106	Ruas sujas em função do tráfego de veículos das empresas que atuam no município (Rio Doce) e consequente uso de recursos municipais para sanar este problema.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora;													

RAUL SOARES/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
273	Alergias e doenças de pele;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;													
256	Aumento da demanda pelo BPC (Raul Soares);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
249	Aumento da violência nos municípios, principalmente nos distritos (todos os municípios);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
258	Aumento de demanda por BPC	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
271	Aumento de furtos (Raul Soares e Dionísio);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
246	Aumento do uso de drogas (maconha, crack) nos distritos (Raul Soares e Dionísio)	→ Abuso de álcool/ drogas;													
266	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
270	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
254	Comprometimento da pesca (todos os municípios);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
272	Crianças usando drogas (Raul Soares);	→ Abuso de álcool/ drogas;													
268	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
264	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
261	Dificuldades de execução do PAEFI em Raul Soares; a população mais demandante fica nos distritos e não se consegue atender a todos os usuários (Raul Soares);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
265	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
269	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
276	Impactos para o custeio público da Saúde.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
263	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
278	Locais de lazer das comunidades que não existem mais;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
257	Os gestores são ameaçados (Raul Soares e Dionísio);	→ Danos à economia/ gestão pública;													
277	Prejuízos para o turismo em áreas próximas ao Rio Doce;	→ Danos à economia do turismo													
274	Saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
260	Todos os CRAS executam o PAIF, oficinas com famílias, acompanhamentos;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
275	Uso de drogas;	→ Abuso de álcool/ drogas;													
259	Violência financeira (uso "indevido" dos benefícios por não-titulares, principalmente contra idosos);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Violências/ vulnerabilização de idosos; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
255	Vulnerabilidade intergeracional (pais sofrem "por tabela" com o desemprego dos filhos);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

SEM-PEIXE/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
122	A violação de direitos é transversal, perpassa aspectos e áreas como a cultura, saúde, emprego e renda.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
138	Aumento da população com queixas relacionadas à saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;												
126	Aumento de acidentes de trânsito;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
132	Aumento do índice de desemprego (especialmente das propriedades rurais, areal, fábrica de blocos);	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;												
137	Aumento significativo de pernilongos;	→ Danos à fauna e flora; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;												
144	Compra de imóveis rurais pela Samarco, deixando os colonos sem os locais usuais de moradia;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
135	Degradação das vias em função do aumento do tráfego;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
120	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
130	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
143	Impactos diretos e indiretos (especulação imobiliária – aumento do valor de venda dos imóveis);	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
125	Novas obras geram impacto na paisagem e no meio ambiente;	→ Danos à fauna e flora;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
121	O impacto no rio provocou a perda de espaços e hábitos de lazer e cultura;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
136	Obras da Samarco nas estradas impedem a possibilidade de ir e vir, causando constrangimento para os munícipes;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
133	Percepção de que famílias que não tinham anteriormente o perfil para atendimento pela assistência social podem apresentar perfil após o rompimento da barragem (situação a ser investigada por meio da busca ativa);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
131	Perda da complementação da renda (obtida por meio da pesca);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
119	Perda de empregos em função do rompimento da barragem;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
127	Perda do sentimento de pertença;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
134	Poço semiartesiano em Sem-Peixe com água suja;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
124	Problemas de acesso (trânsito, asfalto, estrada movimentada, mobilidade);	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													

SÃO PEDRO DOS FERROS/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
225	A Internet expõe os gestores	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;												
238	Alergias e doenças de pele;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;												
218	Aumento da violência nos municípios, principalmente nos distritos (todos os municípios);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;												
214	Aumento do alcoolismo (São Pedro dos Ferros);	→ Abuso de álcool/ drogas;												
232	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;												
236	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;												
223	Comprometimento da pesca (todos os municípios);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
215	Conflitos geracionais e quebra de vínculos de autoridade familiar (São Pedro dos Ferros);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
234	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
230	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Aumento de casos relativos à segurança pública;												
228	Dificuldades em se fazer busca ativa e acompanhamento de famílias, é muito mais demanda espontânea;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
231	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;												
235	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
213	Funcionários da Arcelor não trazem mais as famílias para o lazer no rio (São Pedro dos Ferros);	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
237	Hipersexualização de crianças e adolescentes (São Pedro dos Ferros).	→ Mudanças de hábitos e comportamentos sociais;													
241	Impactos para o custeio público da Saúde.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
229	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
243	Locais de lazer das comunidades que não existem mais;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
242	Prejuízos para o turismo em áreas próximas ao Rio Doce;	→ Danos à economia do turismo													
239	Saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
227	Todos os CRAS executam o PAIF, oficinas com famílias, acompanhamentos;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
240	Uso de drogas;	→ Abuso de álcool/ drogas;													
226	Violência financeira (uso "indevido" dos benefícios por não-titulares, principalmente contra idosos);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Violências/ vulnerabilização de idosos; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
224	Vulnerabilidade intergeracional (pais sofrem "por tabela" com o desemprego dos filhos);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

DIONÍSIO/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
175	Abandono dos idosos (Dionísio);	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
205	Alergias e doenças de pele;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;													
180	Aumento da violência nos municípios, principalmente nos distritos (todos os municípios);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
177	Aumento de casos de gravidez na adolescência (Dionísio);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Mudanças de hábitos e comportamentos sociais;													
204	Aumento de furtos (Raul Soares e Dionísio);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
174	Aumento do uso de drogas (maconha, crack) nos distritos (Raul Soares e Dionísio);	→ Abuso de álcool/ drogas;													
176	Aumento dos furtos e violência (Dionísio);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
199	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
203	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
188	Comprometimento da pesca (todos os municípios);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
189	Desemprego afetando jovens e ocasionando a evasão (Dionísio);	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
201	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;														
197	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
195	Dificuldades em se fazer busca ativa e acompanhamento de famílias, é muito mais demanda espontânea;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
198	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;														
202	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
173	Evasão de jovens em Baixa Verde; vulnerabilidade dos jovens na RMBH; mães em depressão (Dionísio);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
208	Impactos para o custeio público da Saúde.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
200	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
196	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
210	Locais de lazer das comunidades que não existem mais;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
192	Os gestores são ameaçados (Raul Soares e Dionísio);	→ Danos à economia/ gestão pública;													
191	Possível vulnerabilização e insegurança alimentar das famílias da ilha dos Araújo's, em Baixa Verde/Dionísio (precisa ser identificada).	→ Fragilização da segurança alimentar;													
209	Prejuízos para o turismo em áreas próximas ao Rio Doce;	→ Danos à economia do turismo													
206	Saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
194	Todos os CRAS executam o PAIF, oficinas com famílias, acompanhamentos;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
207	Uso de drogas;	→ Abuso de álcool/ drogas;													
181	Violação de direitos de idosos (Dionísio);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Violências/ vulnerabilização de idosos;													
193	Violência financeira (uso "indevido" dos benefícios por não-titulares, principalmente contra idosos);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Violências/ vulnerabilização de idosos; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
190	Vulnerabilidade intergeracional (pais sofrem "por tabela" com o desemprego dos filhos);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

PINGO-D'ÁGUA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
324	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
323	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Fragilização da segurança alimentar; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												

MARLIÉRIA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
303	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
302	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Fragilização da segurança alimentar; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												

BOM JESUS DO GALHO/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
282	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
281	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Fragilização da segurança alimentar; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												

TIMÓTEO/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
345	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
344	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Baixa qualidade da água; → Fragilização da segurança alimentar; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												



IPATINGA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
447	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
463	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
460	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;												
461	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;												
462	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
464	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
452	Contaminação da água;	→ Baixa qualidade da água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
453	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												



#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
458	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
456	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
478	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora;													
481	Dano ao direito ao lazer.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
450	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
466	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Danos à economia/ gestão pública;													
467	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
445	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
454	Desvalorização imobiliária;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
451	Insegurança alimentar.	→ Fragilização da segurança alimentar;												
459	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;												
471	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Surgimento/ aumento de vetores de doenças;												
457	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;												
446	Prejuízo à infraestrutura que impede o direito de ir e vir das pessoas;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;												
470	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: o Agricultura o Pesca o Pecuária o Produção de areia (areal) o Transporte.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
443	Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
473	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

IPABA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
408	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
424	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
421	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
422	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
423	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
425	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
413	Contaminação da água;	→ Baixa qualidade da água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
414	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
419	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
417	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;														
439	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora;													
410	Dano ao direito ao lazer;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
411	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
427	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Danos à economia/ gestão pública;													
405	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
406	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
415	Desvalorização imobiliária;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
412	Insegurança alimentar.	→ Fragilização da segurança alimentar;													
420	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
432	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Surgimento/ aumento de vetores de doenças;													
418	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
407	Prejuízo à infraestrutura que impede o direito de ir e vir das pessoas;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													



#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
431	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: o Agricultura o Pesca o Pecuária o Produção de areia (areal) o Transporte.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
404	Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
434	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

BELO ORIENTE/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
834	A mão-de-obra local não tem oportunidades de emprego;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;												
831	A qualidade da água foi muito prejudicada, principalmente em Belo Oriente;	→ Baixa qualidade da água;												
791	Alcoolismo;	→ Abuso de álcool/ drogas;												
817	Além dos serviços que já eram responsabilidade das equipes, intensificação em função do acompanhamento das famílias (Belo Oriente);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
818	Alta rotatividade de profissionais e vínculos empregatícios frágeis, causando descontinuidade nos serviços;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
789	Alterações na rotina da população (Belo Oriente);	→ Mudanças de hábitos e comportamentos sociais												
813	As demandas que têm porta de entrada no CRAS acabam "entupindo" a capacidade de atendimento e prejudicando as ações do PAIF;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
812	Aumento da demanda pelos serviços de convivência (demanda espontânea de mulheres que antes pescavam) e do PAIF (Belo Oriente);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
832	Aumento da violência (furtos, roubos etc.) e da hostilidade entre as pessoas na época dos caminhões-pipa (Belo Oriente);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
824	Aumento das demandas pela implementação de planos de Medida Socioeducativa e de outras estratégias envolvendo a política de Assistência Social.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
829	Aumento de casos de alergias em Belo Oriente;	→ Surgimento/ agravamento de doenças													
811	Aumento do número de bloqueios de recebimento do Bolsa Família (de Out/2016 para cá), possivelmente por causa do Auxílio Emergencial (Belo Oriente);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
819	Ausência de Vigilância Socioassistencial para o monitoramento das demandas socioassistenciais;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
837	Carência de condições de estrutura para o trabalho do Conselho Tutelar.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
820	Carência de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e veículos) para o pleno atendimento às demandas;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
807	Comprometimento da pesca (Sobrália e Belo Oriente);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
833	Crescimento de ocorrências de assaltos, latrocínios;	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
836	Crianças ficaram sem escola por causa da interrupção do abastecimento de água (Belo Oriente);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
808	Empobrecimento do comércio local em função da dificuldade de aceitar os cartões de Auxílio Emergencial (Belo Oriente);	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
825	Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura (Belo Oriente), e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade e quantidade de água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;												
835	Evasão de pessoas para busca de empregos;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
801	Famílias que perderam animais (porcos, galinhas) estão até hoje aguardando providências (Belo Oriente);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;												
802	Fluxo migratório inverso (pessoas retornando para Sobralia, vindas dos EUA, de São Paulo etc.).	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);												
827	Fontes de água poluídas em todos os municípios e racionamento de água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;												
790	Fragilização de vínculos em função do desemprego e recessão;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
828	Impactos ambientais de outras indústrias.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à fauna e flora;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
826	Impactos no abastecimento de água em Belo Oriente;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
810	Mão de obra qualificada acaba ficando sem opções;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
830	Mau cheiro decorrente da mortandade de peixes (Cachoeira Escura – Belo Oriente; Plautino Soares – Sobrália);	→ Danos à fauna e flora;													
804	Mobilização para auxílio às cidades vizinhas (doações de água mineral) – Belo Oriente e Sobrália;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
788	Nenhuma indenização pelo abastecimento de água foi recebida em Belo Oriente;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Dúvidas ou demandas por indenizações;													
814	O motorista do CRAS passou a ter mais uma função: buscar água em minas para fornecer às crianças, mulheres e idosos que frequentam os serviços de convivência (Belo Oriente).	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Violências/ vulnerabilização de idosos; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
787	Os problemas no abastecimento de água afetaram muito a vida cotidiana dos moradores (Belo Oriente) – abastecimento irregular, água suja durante 4 meses;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
803	Paralisação da Estrada de Ferro Vitória-Minas por causa do recebimento irregular ou não-recebimento do Auxílio Emergencial (Belo Oriente);	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
809	Prejuízos para o setor de serviços em função da má qualidade da água (Belo Oriente);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
805	Presença do MAB (Mov. De Atingidos por Barragens) em Belo Oriente para realização de algumas reuniões com a população (Belo Oriente);	→ Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
821	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
822	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
823	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
798	Violação do direito de acesso à água de qualidade e insegurança alimentar;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização da segurança alimentar;													

SANTANA DO PARAÍSO/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
488	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
504	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
501	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;												
502	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;												
503	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
505	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
493	Contaminação da água;	→ Baixa qualidade da água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
494	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
499	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
497	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
519	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora;													
490	Dano ao direito ao lazer;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
509	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
507	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Danos à economia/ gestão pública;													
483	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
486	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
495	Desvalorização imobiliária;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
492	Insegurança alimentar.	→ Fragilização da segurança alimentar;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
500	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
512	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Surgimento/ aumento de vetores de doenças;													
498	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
487	Prejuízo à infraestrutura que impede o direito de ir e vir das pessoas;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
511	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: o Agricultura o Pesca o Pecuária o Produção de areia (areal) o Transporte.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
482	Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
514	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

BUGRE/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
369	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
385	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
382	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
383	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
384	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
386	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
374	Contaminação da água;	→ Baixa qualidade da água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
375	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
380	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
378	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
400	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora;													
371	Dano ao direito ao lazer;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
390	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
388	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Danos à economia/ gestão pública;													
389	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
367	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
376	Desvalorização imobiliária;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
373	Insegurança alimentar.	→ Fragilização da segurança alimentar;													
381	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos à fauna e flora; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
393	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Surgimento/ aumento de vetores de doenças;													
379	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
392	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: o Agricultura o Pesca o Pecuária o Produção de areia (areal) o Transporte.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
365	Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
395	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

SOBRÁLIA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
870	A mão-de-obra local não tem oportunidades de emprego;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
839	Alcoolismo;	→ Abuso de álcool/ drogas;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
861	Alta rotatividade de profissionais e vínculos empregatícios frágeis, causando descontinuidade nos serviços;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
859	As demandas que têm porta de entrada no CRAS acabam "entupindo" a capacidade de atendimento e prejudicando as ações do PAIF;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
857	Aumento da busca por benefícios eventuais (Cesta Básica) (Sobralia);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
864	Aumento das demandas pela implementação de planos de Medida Socioeducativa e de outras estratégias envolvendo a política de Assistência Social.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
862	Ausência de Vigilância Socioassistencial para o monitoramento das demandas socioassistenciais;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
872	Carência de condições de estrutura para o trabalho do Conselho Tutelar.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
863	Carência de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e veículos) para o pleno atendimento às demandas;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
854	Comprometimento da pesca (Sobralia e Belo Oriente);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
869	Crescimento de ocorrências de assaltos, latrocínios;	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
865	Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura (Belo Oriente), e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade e quantidade de água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
849	Evasão de pessoas para busca de empregos (Sobralia);	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
855	Evasão de pessoas para busca de empregos (Sobralia);	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
871	Evasão de pessoas para busca de empregos;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
851	Fluxo migratório inverso (pessoas retornando para Sobralia, vindas dos EUA, de São Paulo etc.).	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
866	Fontes de água poluídas em todos os municípios e racionamento de água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
838	Fragilização de vínculos em função do desemprego e recessão;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
867	Impactos ambientais de outras indústrias.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à fauna e flora;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
860	Já havia demandas de Proteção Social Especial em Sobrália (mesmo antes do rompimento), mas o município, por ser de pequeno porte 1, não tem CREAS. Por isso, foram orientados a ter uma equipe de Proteção Especial para garantir o atendimento a essas demandas urgentes e “desafogar” o PAIF;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
856	Mão de obra qualificada acaba ficando sem opções;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
868	Mau cheiro decorrente da mortandade de peixes (Cachoeira Escura – Belo Oriente; Plautino Soares – Sobrália);	→ Danos à fauna e flora;													
852	Mobilização para auxílio às cidades vizinhas (doações de água mineral) – Belo Oriente e Sobrália;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
858	O Piso Mineiro não é suficiente (Sobrália);	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
846	Violação do direito de acesso à água de qualidade e insegurança alimentar;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização da segurança alimentar;													
848	Violência familiar em função do alcoolismo.	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Abuso de álcool/ drogas;													
847	Violência financeira contra pessoas idosas;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos;													

ALPERCATA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
783	A mão-de-obra local não tem oportunidades de emprego;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
755	Alcoolismo;	→ Abuso de álcool/ drogas;													
772	Alta rotatividade de profissionais e vínculos empregatícios frágeis, causando descontinuidade nos serviços;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
769	As demandas que têm porta de entrada no CRAS acabam "entupindo" a capacidade de atendimento e prejudicando as ações do PAIF;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
778	Aumento das demandas pela implementação de planos de Medida Socioeducativa e de outras estratégias envolvendo a política de Assistência Social.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
773	Ausência de Vigilância Socioassistencial para o monitoramento das demandas socioassistenciais;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
785	Carência de condições de estrutura para o trabalho do Conselho Tutelar.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
774	Carência de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e veículos) para o pleno atendimento às demandas;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
782	Crescimento de ocorrências de assaltos, latrocínios;	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
779	Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura (Belo Oriente), e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade e quantidade de água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
784	Evasão de pessoas para busca de empregos;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
765	Fluxo migratório inverso (pessoas retornando para Sobralia, vindas dos EUA, de São Paulo etc.).	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
780	Fontes de água poluídas em todos os municípios e racionamento de água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
754	Fragilização de vínculos em função do desemprego e recessão;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
781	Impactos ambientais de outras indústrias.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à fauna e flora;													
770	Já havia demandas de Proteção Social Especial em Sobralia (mesmo antes do rompimento), mas o município, por ser de pequeno porte 1, não tem CREAS. Por isso, foram orientados a ter uma equipe de Proteção Especial para garantir o atendimento a essas demandas urgentes e "desafogar" o PAIF;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
768	Mão de obra qualificada acaba ficando sem opções;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
767	Novas despesas da população para a compra de água mineral (Alpercata);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
775	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
776	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
777	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
762	Violação do direito de acesso à água de qualidade e insegurança alimentar;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização da segurança alimentar;													
764	Violência familiar em função do alcoolismo.	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Abuso de álcool/ drogas;													
763	Violência financeira contra pessoas idosas;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos;													

GOVERNADOR VALADARES/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
524	Abandono e perda de sentido de locais públicos de encontro habituais;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
523	Afastamento de famílias pelo desastre. Era comum a reunião familiar aos fins de semana e esse hábito foi prejudicado pelo dano ou a destruição das comunidades rurais e suas redondezas;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
548	Agravamento das violações de direitos de idosos e pessoas com deficiência;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Violências/ vulnerabilização de idosos;												
547	Agravamento dos problemas de convívio familiar;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
545	Ampliação da demanda pelo serviço de emissão de documentos, principalmente pelas famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
541	Ampliação da demanda pelos benefícios eventuais, especialmente das famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
543	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
546	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Especial;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
542	Ampliação da demanda por cestas básicas durante o período emergencial.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
538	Ampliação da mobilização social com a criação, reativação e fortalecimento da ação de grupos, associações, organizações e coletivos sociais (momento subsequente).	→ Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
567	Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas do Rio.	→ Baixa qualidade da água; → Surgimento/ agravamento de doenças;													
564	Aumento da perfuração de poços artesanais;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
544	Aumento da procura pelo PBF;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
549	Aumento da violência doméstica;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência;													
539	Aumento do desemprego e perda dos meios de trabalho e renda, especialmente para: o Comerciantes locais; o Restaurantes; o Balseiros; o Profissionais da indústria do turismo; o Pequenos produtores; o Agricultores; o Pescadores; o Doceiras.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
550	Aumento exponencial de violação de direitos. Ampliação quantitativa de: o Migrantes; o População em situação de rua; o Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; o Crianças e adolescentes ameaçados de morte.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Aumento de casos de pessoas em situação de rua; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
540	Cancelamento do benefício do Bolsa Família devido à ampliação circunstancial da renda dos beneficiários pelo recebimento do "cartão Samarco";	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
537	Desagregação comunitária e sensação de "salve-se quem puder" (primeiro momento);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
526	Desemprego e precarização da renda, afetando o convívio familiar e comunitário.	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
551	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
557	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
574	Desmobilização social e desorganização da associação de pescadores;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
556	Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
571	Desorganização das economias municipais com a difusão do "cartão da Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
573	Destruição da economia da pesca e da agricultura;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
566	Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à fauna e flora;													
559	Erro de focalização na seleção dos beneficiários do "cartão Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
531	Estresse das equipes de servidores e trabalhadores que atuaram na linha de frente no momento da tragédia;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
558	Falta de informação com relação às regras do "cartão Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
552	Falta de preparo para lidar com situações de emergência;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
553	Falta de preparo, suporte e equipamentos para lidar com as situações decorrentes do desastre e a ampliação das demandas.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
569	Impacto para a indústria do turismo;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia do turismo													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
570	Impacto para as cooperativas locais;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
572	Impacto para o recebimento de outros benefícios;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
532	Insegurança pública;	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
563	Interrupção do abastecimento d'água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
562	Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis.	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
525	Migração para outros municípios e Estados;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
555	Perda de documentos de identificação;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
565	Perda do plantio e de animais;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
575	Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
536	Sentimento coletivo de tristeza e prejuízo à autoestima das populações dos municípios.														
527	Violação do direito ao acesso à água de qualidade;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
535	Violação do direito ao acesso a informações completas e de qualidade sobre o desastre, suas consequências e as ações de mitigação.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
528	Violação do direito ao sustento dos pescadores e agricultores;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
534	Violação do direito de defesa dos indenizados, que não puderam mais acionar a empresa na Justiça;	→ Dúvidas ou demandas por indenizações;													
530	Violação do direito de ir e vir nas balsas que atravessavam o Rio;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
529	Violação do direito econômico dos comerciantes e trabalhadores dos municípios;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
533	Violação dos direitos dos consumidores, que enfrentaram escassez e inflação no momento do desastre;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													

TUMIRITINGA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
630	Abandono e perda de sentido de locais públicos de encontro habituais;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
629	Afastamento de famílias pelo desastre. Era comum a reunião familiar aos fins de semana e esse hábito foi prejudicado pelo dano ou a destruição das comunidades rurais e suas redondezas;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
654	Agravamento das violações de direitos de idosos e pessoas com deficiência;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Violências/ vulnerabilização de idosos;												
653	Agravamento dos problemas de convívio familiar;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
651	Ampliação da demanda pelo serviço de emissão de documentos, principalmente pelas famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
647	Ampliação da demanda pelos benefícios eventuais, especialmente das famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;												
649	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
652	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Especial;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
648	Ampliação da demanda por cestas básicas durante o período emergencial.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
644	Ampliação da mobilização social com a criação, reativação e fortalecimento da ação de grupos, associações, organizações e coletivos sociais (momento subsequente).	→ Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
673	Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas do Rio.	→ Baixa qualidade da água; → Surgimento/ agravamento de doenças;													
670	Aumento da perfuração de poços artesanais;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
650	Aumento da procura pelo PBF;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
655	Aumento da violência doméstica;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência;													
645	Aumento do desemprego e perda dos meios de trabalho e renda, especialmente para: o Comerciantes locais; o Restaurantes; o Balseiros; o Profissionais da indústria do turismo; o Pequenos produtores; o Agricultores; o Pescadores; o Doceiras.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
656	Aumento exponencial de violação de direitos. Ampliação quantitativa de: o Migrantes; o População em situação de rua; o Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; o Crianças e adolescentes ameaçados de morte.	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Aumento de casos de pessoas em situação de rua; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Aumento de casos relativos à segurança pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
646	Cancelamento do benefício do Bolsa Família devido à ampliação circunstancial da renda dos beneficiários pelo recebimento do "cartão Samarco";	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
643	Desagregação comunitária e sensação de "salve-se quem puder" (primeiro momento);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
632	Desemprego e precarização da renda, afetando o convívio familiar e comunitário.	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
657	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
663	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
680	Desmobilização social e desorganização da associação de pescadores;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
662	Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
677	Desorganização das economias municipais com a difusão do "cartão da Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
679	Destruição da economia da pesca e da agricultura;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
672	Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à fauna e flora;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
665	Erro de focalização na seleção dos beneficiários do "cartão Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
637	Estresse das equipes de servidores e trabalhadores que atuaram na linha de frente no momento da tragédia;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
664	Falta de informação com relação às regras do "cartão Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
658	Falta de preparo para lidar com situações de emergência;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
659	Falta de preparo, suporte e equipamentos para lidar com as situações decorrentes do desastre e a ampliação das demandas.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
675	Impacto para a indústria do turismo;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia do turismo													
676	Impacto para as cooperativas locais;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
678	Impacto para o recebimento de outros benefícios;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
638	Insegurança pública;	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
669	Interrupção do abastecimento d'água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
668	Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis.	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
631	Migração para outros municípios e Estados;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
661	Perda de documentos de identificação;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
671	Perda do plantio e de animais;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
681	Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
633	Violação do direito ao acesso à água de qualidade;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora;													
641	Violação do direito ao acesso a informações completas e de qualidade sobre o desastre, suas consequências e as ações de mitigação.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
634	Violação do direito ao sustento dos pescadores e agricultores;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
640	Violação do direito de defesa dos indenizados, que não puderam mais acionar a empresa na Justiça;	→ Dúvidas ou demandas por indenizações;													
636	Violação do direito de ir e vir nas balsas que atravessavam o Rio;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
635	Violação do direito econômico dos comerciantes e trabalhadores dos municípios;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
639	Violação dos direitos dos consumidores, que enfrentaram escassez e inflação no momento do desastre;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													

CONSELHEIRO PENA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
577	Abandono e perda de sentido de locais públicos de encontro habituais;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
576	Afastamento de famílias pelo desastre. Era comum a reunião familiar aos fins de semana e esse hábito foi prejudicado pelo dano ou a destruição das comunidades rurais e suas redondezas;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
601	Agravamento das violações de direitos de idosos e pessoas com deficiência;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Violências/ vulnerabilização de idosos;													
600	Agravamento dos problemas de convívio familiar;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
598	Ampliação da demanda pelo serviço de emissão de documentos, principalmente pelas famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
594	Ampliação da demanda pelos benefícios eventuais, especialmente das famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
596	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
599	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Especial;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
595	Ampliação da demanda por cestas básicas durante o período emergencial.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
591	Ampliação da mobilização social com a criação, reativação e fortalecimento da ação de grupos, associações, organizações e coletivos sociais (momento subsequente).	→ Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
620	Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas do Rio.	→ Baixa qualidade da água; → Surgimento/ agravamento de doenças;													
617	Aumento da perfuração de poços artesianos;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
597	Aumento da procura pelo PBF;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
602	Aumento da violência doméstica;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
592	Aumento do desemprego e perda dos meios de trabalho e renda, especialmente para: o Comerciantes locais; o Restaurantes; o Balseiros; o Profissionais da indústria do turismo; o Pequenos produtores; o Agricultores; o Pescadores; o Doceiras.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
603	Aumento exponencial de violação de direitos. Ampliação quantitativa de: o Migrantes; o População em situação de rua; o Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; o Crianças e adolescentes ameaçados de morte.	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Aumento de casos de pessoas em situação de rua; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
593	Cancelamento do benefício do Bolsa Família devido à ampliação circunstancial da renda dos beneficiários pelo recebimento do "cartão Samarco";	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
590	Desagregação comunitária e sensação de "salve-se quem puder" (primeiro momento);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
579	Desemprego e precarização da renda, afetando o convívio familiar e comunitário.	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
604	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
610	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
627	Desmobilização social e desorganização da associação de pescadores;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
609	Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
624	Desorganização das economias municipais com a difusão do "cartão da Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
626	Destruição da economia da pesca e da agricultura;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
619	Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à fauna e flora;													
612	Erro de focalização na seleção dos beneficiários do "cartão Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
584	Estresse das equipes de servidores e trabalhadores que atuaram na linha de frente no momento da tragédia;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
611	Falta de informação com relação às regras do "cartão Samarco";	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
605	Falta de preparo para lidar com situações de emergência;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
606	Falta de preparo, suporte e equipamentos para lidar com as situações decorrentes do desastre e a ampliação das demandas.	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
622	Impacto para a indústria do turismo;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia do turismo													
623	Impacto para as cooperativas locais;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
625	Impacto para o recebimento de outros benefícios;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
585	Insegurança pública;	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
616	Interrupção do abastecimento d'água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
615	Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis.	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
578	Migração para outros municípios e Estados;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
608	Perda de documentos de identificação;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
618	Perda do plantio e de animais;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
628	Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
580	Violação do direito ao acesso à água de qualidade;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
588	Violação do direito ao acesso a informações completas e de qualidade sobre o desastre, suas consequências e as ações de mitigação.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
581	Violação do direito ao sustento dos pescadores e agricultores;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
587	Violação do direito de defesa dos indenizados, que não puderam mais acionar a empresa na Justiça;	→ Dúvidas ou demandas por indenizações;													
583	Violação do direito de ir e vir nas balsas que atravessavam o Rio;	→ Prejuízos à mobilidade da população por causa da impossibilidade de transporte fluvial, danos às vias terrestres e aumento do tráfego de caminhões;													
582	Violação do direito econômico dos comerciantes e trabalhadores dos municípios;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													

RESPLENDOR/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
724	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;												
720	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;												
723	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;												
722	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Surgimento/ agravamento de doenças; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;												
725	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;												
701	Barreiras emocionais por parte da população para aceitar a conviver e usar novamente a água do Rio Doce (Itueta e Resplendor);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;												
718	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Danos à economia/ gestão pública;												
717	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;												
703	Comércio da água doada por parte de alguns comerciantes (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;												
726	Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
702	Crianças, adolescentes, idosos e gestantes expostos ao sol, excesso de peso ao buscar fardos de garrafa d'água (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Violências/ vulnerabilização de idosos;													
715	Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
714	Houve aumento de demanda por Bolsa Família e demais benefícios (Resplendor e Itueta);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													
699	Houve migração da população após o rompimento, tendo havido casos de fragilização de vínculos familiares e comunitários (Resplendor);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
713	Impossibilidade de uso da água afetou: o Pescadores o Areeiros o Ribeirinhos o Comerciantes o Trabalhadores autônomos o Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); População indígena (criação de gado);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
707	Interrupção das atividades escolares (Resplendor e Itueta);	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
705	Interrupção do abastecimento de água (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
719	Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG032)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
712	Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areeiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	→ Baixa qualidade da água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
706	Necessidade da população de comprar água mineral (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
710	Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
700	Pessoas precisaram se deslocar para casa de parentes por causa dos problemas de abastecimento de água, o que causou fragilização dos vínculos familiares e comunitários (Resplendor);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
704	População continuou pagando taxa de tratamento de água da Copasa, mesmo sem ter havido o tratamento (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
709	População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia);	→ Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
711	População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
708	Redução da carga horária no serviço público (Resplendor e Itueta);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
721	Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;													

ITUETA/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
751	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
747	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
750	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;													
749	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Surgimento/ agravamento de doenças; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
752	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
727	Barreiras emocionais por parte da população para aceitar a conviver e usar novamente a água do Rio Doce (Itueta e Resplendor);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
745	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Danos à economia/ gestão pública;													
744	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													
730	Comércio da água doada por parte de alguns comerciantes (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
753	Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
729	Crianças, adolescentes, idosos e gestantes expostos ao sol, excesso de peso ao buscar fardos de garrafa d'água (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Violências/ vulnerabilização de idosos;													
742	Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
741	Houve aumento de demanda por Bolsa Família e demais benefícios (Resplendor e Itueta);	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
740	Impossibilidade de uso da água afetou: o Pescadores o Areeiros o Ribeirinhos o Comerciantes o Trabalhadores autônomos o Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); População indígena (criação de gado);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
734	Interrupção das atividades escolares (Resplendor e Itueta);	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
732	Interrupção do abastecimento de água (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
746	Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora;													
739	Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areeiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	→ Baixa qualidade da água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
733	Necessidade da população de comprar água mineral (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
728	Perda de opção de lazer para a população (Itueta);	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
737	Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
731	População continuou pagando taxa de tratamento de água da Copasa, mesmo sem ter havido o tratamento (Resplendor e Itueta);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
736	População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia);	→ Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
738	População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;													
735	Redução da carga horária no serviço público (Resplendor e Itueta);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
748	Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;													

AIMORÉS/MG

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
696	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;												
692	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;												
695	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;												
694	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Surgimento/ agravamento de doenças; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;												
697	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;												
690	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Danos à economia/ gestão pública;												
689	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;												
698	Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;												
687	Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
686	Impossibilidade de uso da água afetou: o Pescadores o Areeiros o Ribeirinhos o Comerciantes o Trabalhadores autônomos o Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); População indígena (criação de gado);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
691	Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora;												
685	Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areeiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	→ Baixa qualidade da água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;												
683	Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
682	População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia);	→ Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;												
684	População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;												
693	Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;												
696	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
692	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Violências/ vulnerabilização de idosos; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
695	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;													
694	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Surgimento/ agravamento de doenças; → Surgimento/ aumento de vetores de doenças;													
697	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
690	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Danos à economia/ gestão pública;													
689	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos à economia/ gestão pública;													

BAIXO GUANDU/ES

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
940	Abandono parental;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												
941	Alcoolismo;	→ Abuso de álcool/ drogas;												
922	Árvores da região têm morrido e a qualidade das verduras não é a mesma;	→ Danos à fauna e flora;												
925	Atração de novos moradores pela oportunidade de recebimento do Auxílio Emergencial;	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);												
954	Aumento considerável da busca pelo Bolsa Família;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;												
949	Aumento da condição de miséria e privação;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												
952	Aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais, especialmente via CRAS;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
926	Aumento da ociosidade e do desemprego, devido à perda brusca das atividades profissionais;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;												
947	Aumento da ociosidade e do desemprego;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;												
927	Aumento da vulnerabilidade social;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;												
930	Aumento do acometimento por doenças de pele e alergias;	→ Surgimento/ agravamento de doenças;												
928	Aumento do uso de psicoativos;	→ Abuso de álcool/ drogas;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
920	Comprometimento da agricultura (interrupção da irrigação pela água do rio);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
917	Comprometimento da compra e do consumo de pescado (falta de confiança sobre a procedência do pescado);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
916	Comprometimento da economia solidária (produção cooperativa de argila);	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
948	Comprometimento da renda da pesca, da produção de areia e da argila;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
929	Depressão, ansiedade e outros problemas de saúde mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
960	Desencontro de informações, que acabam sendo disseminadas para a população, e geram incertezas generalizadas;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
944	Dificuldade de fixação no território: instabilidade financeira torna mais frequentes os despejos de famílias;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências;													
939	Evasão de pais para busca de empregos;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
961	Falta de informações (diagnósticas e continuadas) sobre os impactos sofridos, sobre o Auxílio Emergencial e outras ações, por parte da Fundação Renova e do Governo Federal;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
945	Famílias não interagem mais nos momentos de lazer às margens do rio.	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
915	Fechamento dos comércios correlatos à pesca;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
942	Fragilização de vínculos em decorrência da situação-limite envolvendo o abastecimento de água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
943	Fragilização de vínculos em decorrência do Auxílio Emergencial;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
921	Fragilização do comércio local;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
918	Impactos ambientais: comprometimento de fauna (peixes e pássaros), solo, vegetação, paisagem e aumento de poeira;	→ Danos à fauna e flora;													
950	Insegurança em relação à continuidade do Auxílio Emergencial;	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
957	Na Assistência Social, não tem sido realizado o monitoramento direto, pela falta de equipe suficiente;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
955	Na Saúde, os impactos foram principalmente mentais (ansiedade, depressão, consumo de álcool e drogadição), mas também houve problemas digestivos (surto de diarreia) e dermatológicos (alergias).	→ Abuso de álcool/ drogas; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
964	Necessidade de ampliação da comunicação junto à população, para tranquilizá-la sobre o abastecimento de água.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
963	Necessidade de maior integração de informações e estratégias entre os diferentes entes e a Fundação Renova;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
962	Necessidade de oficializar as devolutivas dos monitoramentos sobre a água, dados e ações para a população;	→ Baixa qualidade da água;													
959	O município solicitou à Samarco a listagem de beneficiários do Auxílio Emergencial, mas ainda não recebeu;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial													
914	Perda de meios de sobrevivência (pesca, areia e argila);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
923	Pertencimento ao território: a população sente saudades da antiga paisagem do rio;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
919	Possíveis impactos para a pecuária nas fazendas da região (Fazenda Fontenelle);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
953	Possível desconhecimento dos impactos sofridos por famílias que não acessaram os serviços da Proteção Social, e que não foram abordadas pela Busca Ativa;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
951	Problemas envolvendo a focalização do Auxílio Emergencial.	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
924	Rompimento de vínculos familiares e comunitários: o Auxílio Emergencial (e os critérios de recebimento) gerou conflitos nas próprias comunidades;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
938	Rompimento de vínculos familiares em função de separações;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
956	Segundo a Fundação Renova, há um monitoramento mensal da qualidade da água do Rio Doce, pela empresa CTA (a gestão municipal desconhece esse monitoramento);	→ Baixa qualidade da água;													
931	Sensação de insegurança da população quanto à contaminação da água e do solo por metais pesados.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
946	Violência doméstica, intensificada pela ociosidade.	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Violências/ vulnerabilização de idosos;													

COLATINA/ES

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
906	Ações do MP (interrupção do abastecimento e ações de reforma nas ETAs);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;												
882	Alcoolismo;	→ Abuso de álcool/ drogas;												
873	Ambientais: • Contaminação da água, do leito e das margens; • Danos a biodiversidade ainda desconhecidos; • Poluição do Rio Doce que, até então, era a única forma de captação; • Degradação da qualidade do solo; • Aumento da intensidade dos processos erosivos; • Alteração dos ciclos do Rio; • Comprometimento do microclima da cidade (ficou mais seco);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à fauna e flora;												
898	Ampliação de 172% nos casos de diarreia e aumento expressivo na notificação de outras doenças (decorrência, entre outros, do uso de fontes alternativas de água que estavam contaminadas);	→ Baixa qualidade da água; → Surgimento/ agravamento de doenças;												
901	Ampliação de atendimentos do setor jurídico (Sanear);	→ Danos à economia/ gestão pública;												
910	Ampliação do atendimento da Ouvidoria do Sanear;	→ Danos à economia/ gestão pública												
890	Assinatura do termo sem participação popular;	→ Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões;												
885	Conflitos sociais decorrentes da falta de planejamento e organização na distribuição da água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
878	Culturais • Perda da memória do trabalhador (trabalho da pesca); • Mudança de hábitos alimentares;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Fragilização da segurança alimentar; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
881	Depressão;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
892	Desemprego;	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
886	Direito à água potável e de qualidade;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
877	Econômicos • Interrupção do abastecimento da água tratada com prejuízos para a Prefeitura e Sanear que tiveram as receitas drasticamente afetadas e realizou várias despesas extraordinárias; • Para as empresas que fornecem alimentos, houve perda de clientes e despesas extras na busca por outras fontes; • Interrupção da atividade pesqueira; • Interrupção da agroindústria por conta da irrigação e dessedentação animal; • Indústrias deixaram de se instalar na cidade; • Sobrecarga de trabalho dos servidores públicos (horas extras de trabalho); • Queda na renda dos agricultores; • Morte de animais e destruição de lavouras; • Perda e paralisação da atividade industrial; • Impacto para a indústria do turismo e serviços (ex. restaurantes, hotéis); • Ampliação no consumo d'água.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à fauna e flora; → Danos ao trabalho, emprego e renda; → Danos à economia do turismo													
899	Impacto no setor de atendimento do Sanear (reclamações);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à economia/ gestão pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
875	Lazer • Prejuízos ao lazer e à pesca esportiva;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
895	Lazer: prejuízo com relação ao campeonato de pesca local e prejuízo no uso do rio para atividades recreativas;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
880	Migração;	→ Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
889	Perda de credibilidade com relação ao uso da água;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
888	Pesca e dessedentação animal;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
883	Pescadores e agricultores afetados com consequências para a fragilização dos vínculos familiares.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
894	Pescadores, agricultores (agricultura familiar e comercial), população de baixa renda que, devido à falta de credibilidade com relação ao abastecimento, deixaram de utilizar a água do Rio e/ou passaram a comprar a água.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
884	Prejuízo à sensação de pertencimento ao território;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
893	Queda de arrecadação;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
900	Realização de plantões aos fins de semana e extensão da carga horária de trabalho dos funcionários do Sanear.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à economia/ gestão pública;													
903	Redução na arrecadação municipal e ampliação das atividades econômicas informais.	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													
891	Saneamento (falta de abastecimento d'água).	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à infraestrutura urbana: saneamento básico e vias de acesso;													
896	Saúde Mental;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
879	Saúde: aumento na incidência de casos de depressão, síndrome do pânico, Burnout, hipertensão arterial, diabetes, urticárias, gastrites e doenças cerebrovasculares.	→ Surgimento/ agravamento de doenças; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
874	Sociais: • Suspensão do abastecimento d'água gerando insegurança; • Danos a população pela insegurança da qualidade da água para seus usos, como agricultura; • Pescadores deixaram de ter a pesca como fonte de renda; • Transtornos relacionados a distribuição de água mineral; • Migração e fragilização dos vínculos familiares; • Alcoolismo.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Abuso de álcool/ drogas; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
887	Uso do Rio para pesca e agricultura;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
902	Uso do tanfloc para o tratamento d'água com impactos para os sistemas de filtros e tratamento d'água do Sanear;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;													
897	Variação da turbidez da água do Rio em períodos de cheia.	→ Baixa qualidade da água;													

MARILÂNDIA/ES

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
972	Direito de ter acesso a água potável e a impossibilidade de se auto sustentar.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
971	Evasão das famílias e Associação dos Pescadores.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
974	Havia pessoas que também ofereciam a pesca de lazer, serviço procurado pelas cidades vizinhas e sempre aos domingos.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à economia do turismo													
966	Impacto no turismo e lazer em Lagoa do Óleo, que foi impactada;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à fauna e flora; → Danos à economia do turismo													
965	O município de Marilândia sofreu com a perda das pastagens às margens do Rio Doce, cultivo de hortaliças, café e também com a pesca que era a maior fonte de renda da maioria das famílias. Os rejeitos atingiram uma lagoa que era fonte natural para consumo humano, de animais e irrigação. O mesmo aconteceu com o Rio Doce que também era utilizado para os mesmos tipos de consumo;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
970	Por falta de trabalho, algumas famílias precisaram se mudar pois a maioria das famílias vivia da pesca, agricultura e pecuária.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Danos ao trabalho, emprego e renda;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
973	Sim, pois os habitantes locais não podiam continuar com as atividades econômicas exercidas. Por exemplo: alguns proprietários precisaram alugar pastos nas comunidades vizinhas para o gado, o que gerou um aumento significativo nos gastos familiares; pequenos agricultores, que sobreviviam da agricultura familiar, não podem mais continuar com seu meio de renda.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
977	Sim. O mais sentido no município foi o aumento na procura dos benefícios sociais, como cesta básica, aluguel social;	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais;													

LINHARES/ES

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
990	A coloração da água do rio está diferente, desde a chegada dos rejeitos;	→ Baixa qualidade da água;													
1018	A comunidade de Degredo, a norte de Regência, também foi afetada (a comunidade vivia, basicamente, da pesca);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1032	Agravamento da insegurança pública nas comunidades (o Posto Policial que existe em Regência já não está conseguindo suprir o aumento de ocorrências e corre risco de fechar);	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;													
1013	Agravo de conflitos comunitários em função de controvérsias sobre o recebimento do Auxílio Emergencial;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
1028	Alteração do regime hídrico das lagoas, que são usadas frequentemente para a agricultura.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
1046	As equipes do município se sentiram, por vezes, um pouco "perdidas" em sua atuação no momento emergencial, e precisam ser capacitadas para lidarem com uma situação de calamidade;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
995	As lagoas da região (principalmente a Lagoa Nova e a Juparanã) têm uma interligação com o Rio Doce, que é o principal responsável pela elevação do nível dessas fontes, que também são usadas para a agricultura. O barramento dessas lagoas prejudicou significativamente seu regime hídrico;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água;													
1044	Até o momento, a troca de informações entre o município e os demais atores não tem sido feita;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
1037	Aumento da demanda pela inclusão de famílias no PAIF (41 famílias a mais, somente em Regência);	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
1040	Aumento de 11,7% do número de alunos entre 2016 e 2017 em Povoação;	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
1031	Aumento do acometimento por doenças psicossomáticas;	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1029	Aumento do tráfico e consumo de álcool e drogas;														
988	Aumento exponencial do gasto público;	→ Danos à economia/ gestão pública;													
1038	Aumento na procura por medicamentos nas unidades de saúde;	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
1034	Cancelamento de campeonatos de surf e pesca no litoral de Linhares.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à economia do turismo													
999	Cerca de 8.500 pessoas foram atingidas em Linhares.														
996	Chegada de novas famílias aos territórios atingidos (atraídas pelo Auxílio Emergencial), causando inchaço nos serviços públicos (aumento da demanda pelos serviços como a Educação e a Saúde) e precarização desses serviços.	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial); → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de saúde;													
1024	Comprometimento da compra e do consumo de pescado (manjuba), por receio sobre sua procedência;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais;													
1022	Comprometimento de projetos de turismo de eventos que já estavam sendo planejados (Festival de Bandas de Garagem em Povoação, e campeonatos de surf, Festa do Congo/Caboclo Bernardo, por exemplo);	→ Danos à economia do turismo													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
986	Comprometimento dos meios de sobrevivência (turismo, pesca, agricultura, artesanato);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda; → Danos à economia do turismo													
985	Comunidades como a Amarelos tiveram problemas com a insegurança alimentar (pesca para alimentação);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Fragilização da segurança alimentar; → Aumento de casos relativos à segurança pública;													
1041	Demanda suprimida por atividades esportivas (surf, beach soccer) e culturais nas comunidades;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
1016	Desmobilização da comunidade em torno da potencialização econômica em Regência, Povoação e Pontal do Ipiranga (havia antes um esforço coletivo de realização de eventos para a atração de turistas, mas esse esforço se enfraqueceu com o rompimento da barragem);	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Dificuldades de mobilização e participação da população nas discussões e decisões; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
1042	Dificuldades de acompanhamento das famílias a partir de sua saída do Bolsa Família.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social;													
1015	Dificuldades de adaptação ao novo cenário ambiental por parte dos idosos;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1019	Evasão de moradores (principalmente jovens) e chegada de novas pessoas;	→ Deslocamento, desalojamento de famílias e danos às residências; → Aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca do auxílio emergencial);													
1023	Falta de reconhecimento dos comerciantes, artesãos e do setor de serviços de Povoação como atingidos, para fins indenizatórios;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Dúvidas ou demandas por indenizações;													
994	Incerteza quanto à qualidade da água disponível para consumo da população;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
1039	Inchaço em salas de aula e dificuldades de atendimento à demanda completa na Educação (as escolas de Regência e Povoação não possuem a estrutura necessária para todas as atividades que devem ser desenvolvidas);	→ Danos à infraestrutura e aumento de demanda das escolas;													
991	Interrupção temporária da irrigação das lavouras usando água do rio (logo após o rompimento);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
1045	Não há canais de diálogo com a população atingida;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação													
1049	Necessidade de articulação entre a Prefeitura e os demais atores (DPU, MP etc.) para a ampliação da troca de informações;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
1047	Necessidade de articulação entre as pastas municipais, para disseminação eficiente de informações;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
987	O Auxílio Emergencial tem suprido necessidades, mas cria outros problemas;	→ Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
993	O barramento da Lagoa Juparanã e da Lagoa Nova (para evitar a contaminação dos mananciais) prejudicou a piracema, momento fundamental no ciclo de reprodução da ictiofauna, e prejudicou a qualidade da água que chega às torneiras;	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Danos à fauna e flora; → Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													
981	Os impactos foram multidimensionais, e afetaram algumas comunidades que já eram vulneráveis antes mesmo da contaminação do rio;														
1014	Perda de locais de lazer e convívio comunitário (especialmente as crianças);	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
1021	Perda de meios de sobrevivência (pesca, turismo, agricultura etc.);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos ao trabalho, emprego e renda; → Danos à economia do turismo													
983	Perda de referências culturais (comunidades tradicionais com dificuldades de reencontro com sua identidade);	→ Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
1043	Por falta de transição de informações entre as gestões, não se sabe se no Meio Ambiente e demais áreas há esse monitoramento.	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
1033	Possibilidade de insegurança alimentar (consumo de pescado);	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Fragilização da segurança alimentar;													
1017	Possível desvalorização de símbolos culturais (a moqueca capixaba, por exemplo);	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
989	Prejuízos na imagem do município projetada a nível nacional;	→ Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia/ gestão pública;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1026	Preocupação com a inviabilização da produção de cacau e outras culturas, em virtude da contaminação do solo e da água;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
992	Proibição da pesca;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
1025	Receio do setor cacauzeiro de perda de renda na produção, em função da imagem da cidade a nível nacional;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
1027	Receio dos produtores agrícolas em utilizar a água do rio Doce como fonte de irrigação de lavouras;	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Baixa qualidade da água; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
1002	Regência: uma escola, um campo, uma biblioteca, um centro comunitário, um Posto Policial, um palco na praça, um centro cultural, um píer;	→ Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura;													
1011	Rompimento de vínculos pela insatisfação com os critérios de recebimento do Auxílio Emergencial;	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
982	Ruptura do tecido social e comunitário (laços familiares, vizinhança etc.);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
1012	Sentimento de perda da identidade e da referência que o oceano e o Rio Doce representam (hino de Linhares);	→ Fragilização/ rompimento de vínculos familiares, sociais ou territoriais;													
1030	Sofrimento mental pelo comprometimento da relação com o mar e rio e pela improdutividade (ociosidade);	→ Surgimento/ agravamento de transtornos mentais;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
984	Uma comunidade tradicional (Degredo) foi atingida; Degredo e Areal (comunidade que também foi atingida) são as mais vulneráveis da região;	→ Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
1020	Violência familiar em Areal;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Violências/ vulnerabilização de idosos;													

ARACRUZ/ES

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1060	A população local se ressentiu pela falta de orientação e informações por parte da Fundação Renova com relação ao cadastramento, aos critérios, aos benefícios.	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG029/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1078	A Secretaria de Meio Ambiente constituiu uma equipe para realizar o monitoramento, porém, a falta de recursos impediu a realização direta. A Secretaria procurou o apoio do ICMBIO, porém o Instituto apenas tem conseguido realizar alguns voos panorâmicos para observação do Rio Doce. Faz-se necessário aprimorar a articulação entre ICMBIO, Prefeitura, IFES e Fundação Renova para a otimização de recursos e o monitoramento adequado;	→ Danos à economia/ gestão pública; → Danos à fauna e flora;												
1070	Aumento da atividade do tráfico de drogas;	→ Aumento de casos relativos à segurança pública;												
1074	Aumento da poluição e da incidência de crimes ambientais por parte de outras empresas e agentes que se aproveitaram do ensejo do desastre ambiental no Rio Doce.	→ Danos à fauna e flora;												
1054	Aumento do índice de salinidade da água encontrada nos poços artesianos (principalmente na comunidade de Lajinha)	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água;												
1071	Aumento dos casos de alcoolismo e drogadição;	→ Abuso de álcool/ drogas;												
1067	Aumento dos casos de violência doméstica;	→ Violência doméstica, sexual ou contra pessoas com deficiência; → Violências/ vulnerabilização de idosos;												
1062	Aumento provável da incidência de doenças relacionadas à contaminação da água, inclusive câncer.	→ Baixa qualidade da água; → Surgimento/ agravamento de doenças;												
1072	Desaparecimento das tartarugas, golfinhos e baleias;	→ Danos à fauna e flora;												
1069	Dificuldade na comercialização dos peixes e crustáceos.	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;												

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1073	Distúrbios ambientais (aumento das algas);	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Danos à fauna e flora;													
1063	Foram atingidas as pessoas que comercializam os peixes e crustáceos (sem informações quantitativas)	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
1061	Há, ainda hoje, incerteza com relação à qualidade da água, às consequências para a economia local (ex. indústria do turismo), para o lazer, para as manifestações culturais e para as relações comunitárias.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Baixa qualidade da água; → Perda das referências e meio de prática de lazer e cultura; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos à economia do turismo													
1075	Houve aumento da demanda no Atendimento Social e nos CRAS das áreas atingidas para solicitação de Auxílio Alimentação (benefício eventual cesta básica).	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Fragilização da segurança alimentar; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial;													
1056	Houve impacto econômico para o município, especialmente para os pescadores que perderam a sua renda (conseguiram pescar, mas não conseguiam vender)	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca; → Danos à cadeia produtiva e à economia locais; → Danos ao trabalho, emprego e renda;													
1051	Impactos Sociais: percebe-se, no atendimento aos usuários, que houve um aumento da quantidade de pessoas solicitando Auxílio Alimentação, tais pessoas residem nas áreas afetadas (CRAS de Santa Cruz).	→ Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Fragilização da segurança alimentar;													

#	Relato dos representantes do município	Macro-temas do relato	Assistência Social (PG005)	Saúde (PG014)	Educação (PG005/ PG011)	Agricultura/ pesca (PG016/ PG017)	Infraestrutura (PG032/ PG033)	Meio Ambiente (PG025/ PG028/ PG019/ PG020)	Economia (PG 018/ PG019/ PG020)	Gestão pública (PG022)	Comunicação/ informação (PG001/ PG002/ PG021)	Indenização, auxílio financeiro (PG002/ PG021)	Turismo, cultura, esporte e lazer (PG013)	Povos tradicionais e indígenas (PG003/ PG004)	Segurança Pública
1057	No início houve confusão e falta de informação. No momento seguinte começou o cadastro, porém o prazo foi curto e muitas pessoas em Aracruz ficaram de fora;	→ Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													
1079	O monitoramento dos impactos diretos e indiretos para a população e o aumento da busca por serviços públicos é também deficitário;	→ Danos à economia/ gestão pública;													
1052	O Programa Vida no Mangue (distribuição de cestas básicas para catadores de caranguejos) vem recebendo novos pedidos de adesão (inclusive de pessoas que não se enquadram no perfil);	→ Danos ao trabalho, emprego e renda;													
1066	Os indígenas tiveram o acesso ao Bolsa Família interrompido devido à declaração e registro da renda do auxílio emergencial no CadÚnico. Esse episódio gerou desconfiança com relação ao trabalho do poder público local (Assistência Social/CRAS).	→ Dúvidas, aumento de demanda/ cancelamento de benefícios assistenciais; → Aumento de demanda/ sobrecarga das equipes e serviços de assistência social; → Erros de focalização ou dúvidas relativas ao Auxílio Financeiro Emergencial; → Impactos diretos para povos tradicionais/ indígenas;													
1053	Redução da quantidade de peixes e crustáceos (mariscos)	→ Danos às atividades de agricultura/ pesca;													
1068	Violação do direito à informação sobre a contaminação dos recursos naturais e potabilidade da água.	→ Interrupção/ intermitência do abastecimento de água; → Ausência de informações/ falhas nos canais de comunicação;													



RELATOS E ENCAMINHAMENTOS DEBATIDOS

– POR MUNICÍPIO

Essa seção reproduz de modo sistemático e organizado o conteúdo das discussões das oficinas, por município, com seus respectivos encaminhamentos debatidos e propostos pelos participantes. Há relatos para os quais não foram discutidos encaminhamentos, ao passo que há encaminhamentos que não se relacionam diretamente com algum relato. As células vazias cada uma das colunas indica, portanto, inexistência de conteúdo específico. Todos estes relatos e encaminhamentos podem ser conferidos nos relatórios das oficinas, dispostos nos anexos 1 a 5.

MARIANA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1	Aumento do alcoolismo, da violência doméstica e de sexual;	→ Interlocução mais intensa entre a Assistência Social e a Saúde;
2	Aumento das separações e rearranjos familiares;	
3	Intensificação da demanda por parte dos idosos;	→ Implantação de um Centro Dia; → Reestruturação do Recria Vida e ampliação do atendimento aos idosos;
4	Dificuldades de adaptação à vida urbana;	
5	Dispersão das relações de vizinhança;	
6	Problemas com a titularidade do Cartão de Auxílio Emergencial.	
7	Rompimento de relações de vizinhança;	→ Intensificação da interlocução entre a Saúde, a Assistência Social e a Educação;
8	Aumento do número de gestações na adolescência;	→ Intensificação da interlocução entre a Saúde, a Assistência Social e a Educação;
9	Drogadição;	→ Intensificação da interlocução entre a Saúde, a Assistência Social e a Educação;
10	Hostilidade social (sobretudo na comunidade escolar;	→ Construção de novos espaços para as escolas dos alunos atingidos; → Reforma de novos espaços (prevista para Abril).
11	Agravamento da saúde dos idosos.	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
12	Violência doméstica e sexual.	
13	Intensificação da vulnerabilidade de famílias que já tinham como única fonte de renda o PBF e o Renda Mínima.	→ Atração de novas empresas e fontes de renda para o município; → Articulação intersetorial para a viabilização de novos postos de trabalho na cidade; → Capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores da cidade; → Diversificação econômica.
14	Agravamento da saúde dos idosos;	→ Definição contratual das atividades por parte do município; → Alinhamento entre as ações desenvolvidas pela Fundação Renova e a gestão pública; → Intersetorialidade de ações, incluindo a escuta aos próprios beneficiários (principalmente idosos), a Fundação Renova e as terceirizadas; → Trabalho com vínculos sociais e comunitários, trabalhos orientados pelo território;
15	Sofrimento mental;	→ Definição contratual das atividades por parte do município; → Alinhamento entre as ações desenvolvidas pela Fundação Renova e a gestão pública; → Intersetorialidade de ações, incluindo a escuta aos próprios beneficiários (principalmente idosos), a Fundação Renova e as terceirizadas; → Reconstrução dos distritos e retorno aos locais de origem;
16	Conflitos geracionais;	→ Definição contratual das atividades por parte do município; → Alinhamento entre as ações desenvolvidas pela Fundação Renova e a gestão pública; → Intersetorialidade de ações, incluindo a escuta aos próprios beneficiários (principalmente idosos), a Fundação Renova e as terceirizadas; → Reconstrução dos distritos e retorno aos locais de origem; → Pontes de contato com os novos territórios; → Trabalho com vínculos sociais e comunitários, trabalhos orientados pelo território; → Segurança institucional e de recursos humanos; → Posicionamento da empresa (Samarco) quanto ao retorno das atividades.
17	Perda do vínculo do domicílio como lugar de segurança.	→ Definição contratual das atividades por parte do município; → Alinhamento entre as ações desenvolvidas pela Fundação Renova e a gestão pública; → Intersetorialidade de ações, incluindo a escuta aos próprios beneficiários (principalmente idosos), a Fundação Renova e as terceirizadas; → Reconstrução dos distritos e retorno aos locais de origem; → Pontes de contato com os novos territórios; → Trabalho com vínculos sociais e comunitários, trabalhos orientados pelo território; → Segurança institucional e de recursos humanos; → Posicionamento da empresa (Samarco) quanto ao retorno das atividades.
18	Intensificação do desemprego;	→ Diminuição da dependência do município da atividade mineradora e diversificação econômica.
19	Aumento da procura por benefícios eventuais (Cesta Básica) e por programas municipais, como o Renda Mínima;	→ Diminuição da dependência do município da atividade mineradora e diversificação econômica.





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
20	Redução da capacidade financeira da gestão municipal.	→ Diminuição da dependência do município da atividade mineradora e diversificação econômica.
21	Demandas por informações sobre o recebimento do Bolsa Família associado ao benefício emergencial (não houve esclarecimentos da União e do Estado);	→ Solução da dúvida em relação ao recebimento concomitante do PBF e auxílio emergencial; → Resposta da Câmara Técnica sobre a declaração do auxílio financeiro emergencial como renda do CadÚnico.
22	Aumento da demanda por benefícios comuns da tipificação e outros além da tipificação, como a Cesta Básica, Auxílio Transporte, Aluguel Social (em virtude de baixa ou nenhuma renda).	
23	Antes do rompimento, havia cerca de 2.000 desempregados na cidade. Atualmente, temos cerca de 14.000 desempregados.	→ Intensificação de ações de promoção do turismo e de uma divulgação positiva da imagem da cidade; → Programas de inclusão socioprodutiva de mulheres (Inclusão produtiva), homens (Ativa Idade) em situação de vulnerabilidade e jovens (formação profissional – Jovem Aprendiz).
24	Acréscimo de 120% do atendimento no SINE.	→ Intensificação de ações de promoção do turismo e de uma divulgação positiva da imagem da cidade; → Programas de inclusão socioprodutiva de mulheres (Inclusão produtiva), homens (Ativa Idade) em situação de vulnerabilidade e jovens (formação profissional – Jovem Aprendiz).
25	Queda de 39% no número de admissões entre 2015 e 2016, e aumento do número de desligamentos.	→ Intensificação de ações de promoção do turismo e de uma divulgação positiva da imagem da cidade; → Programas de inclusão socioprodutiva de mulheres (Inclusão produtiva), homens (Ativa Idade) em situação de vulnerabilidade e jovens (formação profissional – Jovem Aprendiz).
26	Queda no comércio e no turismo.	→ Intensificação de ações de promoção do turismo e de uma divulgação positiva da imagem da cidade; → Programas de inclusão socioprodutiva de mulheres (Inclusão produtiva), homens (Ativa Idade) em situação de vulnerabilidade e jovens (formação profissional – Jovem Aprendiz).
27	Aumento da demanda pela entrada em programas de acesso ao mundo do trabalho.	→ Intensificação de ações de promoção do turismo e de uma divulgação positiva da imagem da cidade; → Programas de inclusão socioprodutiva de mulheres (Inclusão produtiva), homens (Ativa Idade) em situação de vulnerabilidade e jovens (formação profissional – Jovem Aprendiz).
28	Aumento de 580% nos atendimentos nos quatro CRAS da cidade, somado a uma situação de intensa vulnerabilidade;	→ Diálogo com a empresa para a garantia e o fortalecimento do serviço público (equipes de atendimento);
29	Fragilidade na contratação e na manutenção de equipes de atendimento;	→ Regularização da forma de contratação dos profissionais;
30	Empresa terceirizada contratando profissionais;	→ Suprimento da demanda por mais profissionais (pelo menos mais 3 profissionais (2 assistentes sociais e 1 psicólogo), o que já foi solicitado à Fundação Renova; → Diálogo com o MDSA (Secretaria de Assistência Social, Proteção Básica, Proteção Especial etc.), órgãos estaduais e a Casa Civil, para esclarecer a questão das contratações e dos repasses.
31	Problemas e falhas de comunicação entre a Fundação Renova e a gestão municipal;	→ Melhoria da comunicação entre empresa terceirizada, gestão pública e Fundação;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
32	Diferenças de salários entre os profissionais (a empresa terceirizada não adere ao abono);	→ Solução da questão da participação dos técnicos terceirizados nas ações de fortalecimento de vínculos e PAIF (em tese, não poderiam); → Processo seletivo para contratação dos profissionais complementares, que seriam pagos pelo município por meio de um fundo de repasse (por sugestão da gestão municipal e do MDSA); → Diálogo com o MDSA (Secretaria de Assistência Social, Proteção Básica, Proteção Especial etc.), órgãos estaduais e a Casa Civil, para esclarecer a questão das contratações e dos repasses.
33	Aumento do gasto público dos municípios em decorrência das ações emergenciais e das reuniões de alinhamento;	→ Diálogo com a AGU, em virtude do aumento dos gastos dos municípios;
34	Aumento da população de rua e da violência doméstica. Foram solicitados 2 psicólogos, 2 assistentes sociais e 1 terapeuta ocupacional, e não houve respostas da Fundação Renova até o momento.	→ Avaliação do aumento da demanda pelo PAEFI e contratação de mais profissionais.
35	Aumento do número de pessoas em situação de rua.	
36	Pico de acompanhamento de 17 adolescentes em cumprimento de medida.	
37	Aumento de infração e prospecto de aumento de medidas socioeducativas.	
38	Falta de alinhamento de ações desenvolvidas entre a Fundação Renova e a gestão municipal.	→ Alinhamento de ações desenvolvidas entre a Fundação Renova e a gestão municipal.
39	Crescimento da demanda por atendimentos no Conselho Tutelar. Necessidade de ampliação da equipe do CREAS. O pedido já foi feito, mas ainda não houve resposta.	→ Intensificação de ações de promoção do turismo e de uma divulgação positiva da imagem da cidade.
40	Intensificação de problemas de saúde mental, ansiedade, depressão, instabilidade emocional;	
41	Cuidado para a situação não se converter em medicalização, a partir da capacitação da atenção primária;	
42	Acompanhamento emergencial por parte da Saúde Mental, dividida entre CAPS, CAPSI, matriciamento e Equipe Conviver (que tem trabalhado com os atingidos em todo o território, envolvendo atividades coletivas de adaptação ao novo território e modo de vida).	



#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
43	Nos dois primeiros meses, o atendimento à população em geral foi reduzido para se priorizar o atendimento às comunidades atingidas.	
44	Problemas com a contratação temporária, insegurança e receio da perda do trabalho já desenvolvido junto à equipe atual;	→ Manutenção da equipe de Saúde Mental em um dispositivo específico, a exemplo do que foi criado em razão do desastre em Santa Maria/RS (já foi solicitado); → Manutenção da equipe da SME (terceirizada), com um vínculo empregatício mais seguro, para fortalecimento dos vínculos entre os profissionais e o público assistido;
45	Os profissionais alocados na Saúde e na Assistência Social são diferentes, mesmo que a forma de contratação seja a mesma;	
46	Criação de uma UBS específica para as populações de Bento Rodrigues, Paracatu e demais comunidades atingidas;	
47	Equipe específica de Saúde Mental para atendimento à população atingida.	→ Necessidade de capacitação da equipe de Saúde Mental em situações de desastres e calamidades, com a indicação dos profissionais capacitadores pelo município. Não houve respostas da Fundação em relação a algumas destas demandas.
48	Dificuldades de reposição e manutenção da equipe;	
49	Aumento significativo na demanda junto a crianças, adolescentes, idosos e usuários de álcool e outras drogas;	
50	Aumento significativo do número de acolhimentos no CAPS e no CAPSI (3 a 4 acolhimentos por dia);	
51	Aumento no número de atendimentos em saúde (exames clínicos e laboratoriais) e na demanda por monitoramento em saúde.	
52	Mobilização de vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador e sanitária, acompanhamento da toxicidade e outras ações descritas com mais rigor no Plano de Ação.	→ Várias destas ações já constam no Plano de Ação e já estão sendo desenvolvidas. Manutenção dos profissionais e dos recursos necessários à continuidade destas ações.
53	Direcionamento de equipes de Saúde da Família e Saúde Mental, buscando entender o contexto das famílias e trabalhando ações coletivas de apropriação do território e reconstrução de memórias.	





BARRA LONGA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
54	Aumento do número de casos de crianças com transtornos de saúde mental (síndrome do pânico, transtorno de ansiedade, insônia, depressão);	→ Estruturar equipe de saúde mental e matriciamento para população direta e indiretamente atingida, com interlocução na assistência básica; → Ampliar grupos de apoio e oficinas de atendimento; → Aumento de profissionais de atendimento e manutenção dos atuais;
55	Aumento no número de casos de transtornos de saúde mental em adultos e idosos;	→ Estruturar equipe de saúde mental e matriciamento para população direta e indiretamente atingida, com interlocução na assistência básica; → Ampliar grupos de apoio e oficinas de atendimento; → Aumento de profissionais de atendimento e manutenção dos atuais;
56	Aumento do número de casos de dependência química e uso abusivo de álcool;	→ Estruturar equipe de saúde mental e matriciamento para população direta e indiretamente atingida, com interlocução na assistência básica; → Ampliar grupos de apoio e oficinas de atendimento; → Aumento de profissionais de atendimento e manutenção dos atuais;
57	Aumento da demanda de atendimento na UPA	→ Adequação da UPA e ampliação do RH; → Aumento de profissionais pela Fundação Renova e garantia de permanência dos contratados;
58	Os profissionais têm dificuldade de acesso à população por causa das estradas e vias danificadas e do excesso de caminhões;	→ Disponibilização de veículo adequado para trânsito nas vias de má qualidade: de preferência, um veículo com tração nas quatro rodas (4x4); → Alinhar o atendimento de saúde mental para a população de Barreto, que ficou sem atendimento devido a um desencontro de informações entre a gestão do município e a Samarco;
59	A população não consegue acessar os serviços de saúde por causa das estradas e vias danificadas e do excesso de caminhões;	
60	Sinaleiros (homens que regulam o trânsito) nas estradas e na sede dificultam o fluxo de profissionais e da população;	
61	Número excessivo de caminhões nas estradas e nas vias urbanas;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
62	Não foi realizada capacitação para equipe de saúde mental;	→ Capacitação continuada de todos os profissionais de saúde, tanto da atenção básica quanto da saúde mental;
63	Foi realizada capacitação apenas para equipe de saúde básica;	→ Profissionais e equipamentos contratados pela Fundação Renova devem ficar sob a gestão plena do município;
64	Houve aumento de trabalho para os profissionais de saúde que trabalhavam na Prefeitura na época do rompimento;	→ A gestão municipal precisa ter clareza do tempo de contrato dos profissionais de saúde contratados pela Fundação Renova; → Habilitar no SUS (em parceria com o Governo Estadual) o serviço de saúde disponível atualmente na "UPA";
65	Houve acréscimo na prestação e oferta de serviços em virtude do aumento da demanda;	
66	Todas as ações de vigilância estão sendo executadas, mas com dificuldades devido ao aumento das demandas;	
67	Dificuldade no combate a insetos devido à deficiência de obras de saneamento;	→ Revisão efetiva das obras nas galerias de esgoto;
68	Galerias de esgoto são ineficazes e refluem o esgoto;	→ Revisão efetiva das obras nas galerias de esgoto;
69	Diagnóstico da água de Gesteira e de outras comunidades apresentou alto nível de metais;	→ Fazer análise para verificar a qualidade da água do município e de todos os distritos e comunidades rurais;
70		→ Reestabelecer ou criar espaços físicos de convivência e de fortalecimento de vínculos; alguns espaços precisam ser cobertos para melhorar a capacidade de atendimento.
71	Três escolas foram fisicamente impactadas: o A escola da comunidade de Gesteira foi destruída. Uma escola nova foi construída, mas a estrutura apresentou problemas por causa do período chuvoso; o A escola de educação infantil também diretamente danificada, obrigando a realocação dos estudantes para um imóvel alugado na comunidade; o A escola estadual de ensino fundamental e médio foi impactada nas áreas de lazer e esporte, na biblioteca e nos laboratórios.	→ A gestão municipal precisa ter conhecimento dos prazos para conclusão das ações de reparo na escola de Gesteira; → A gestão municipal precisa ter conhecimento dos prazos para conclusão das ações de realocação da escola de educação infantil; → Definir calendário para solução dos impasses da área de educação;
72	Os danos nas estradas e vias afetam o acesso da população às escolas e também o deslocamento de profissionais;	
73		→ Elaborar políticas de educação ambiental e emergencial para a população de Barra Longa;
74	Famílias foram divididas no processo de realocação;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
75	Vínculos familiares foram fragilizados;	→ Facilitar o trabalho da equipe existente: → o Aquisição de veículo para transporte dos profissionais; → o Aumento de equipe (contratação); → o Melhoria de infraestrutura (espaço físico adequado); → Profissionais e equipamentos contratados pela Fundação Renova devem estar sob a gestão do município, de acordo com as normativas da assistência social; → Definir cronograma das ações pactuadas entre gestão municipal e a Fundação Renova;
76	Várias famílias estão fora de seus territórios de origem;	
77	Poucas famílias retornaram para seus territórios;	
78	Há desinformação sobre os contratos de aluguel e retorno das famílias às suas casas;	
79	Há ações de convivência e fortalecimento de vínculos realizadas com as famílias que foram realocadas;	→ Facilitar o trabalho da equipe existente: → o Aquisição de veículo para transporte dos profissionais; → o Aumento de equipe (contratação); → o Melhoria de infraestrutura (espaço físico adequado); → Profissionais e equipamentos contratados pela Fundação Renova devem estar sob a gestão do município, de acordo com as normativas da assistência social; → Definir cronograma das ações pactuadas entre gestão municipal e a Fundação Renova;
80	Ainda não há ações de convivência e fortalecimento de vínculos realizadas na comunidade de Gesteira;	→ Facilitar o trabalho da equipe existente: → o Aquisição de veículo para transporte dos profissionais; → o Aumento de equipe (contratação); → o Melhoria de infraestrutura (espaço físico adequado); → Profissionais e equipamentos contratados pela Fundação Renova devem estar sob a gestão do município, de acordo com as normativas da assistência social; → Definir cronograma das ações pactuadas entre gestão municipal e a Fundação Renova;
81	Famílias realocadas em casas alugadas não têm conhecimento de previsão de retorno para suas próprias casas;	→ Melhorar a comunicação com a população a respeito dos retornos às suas casas;
83	Houve interrupção de novos cadastros de Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada.	
84		→ Ofertar cursos de empreendedorismo para jovens.
85	Não houve aumento da demanda, mas há apenas uma equipe de atendimento;	
86	Há dificuldade de deslocamento por causa das estradas e vias danificadas, o que dificulta ainda mais o atendimento.	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
87	Há dificuldade com a estruturação das equipes para realizar deslocamentos e atendimentos devido ao aumento da demanda.	→ Melhoria das vias e estradas para melhor deslocamento das equipes de atendimento; → Melhoria das estruturas físicas para atendimento à população; → Aumento das equipes de profissionais.

SANTA CRUZ DO ESCALVADO/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
145	Perda de empregos em função do rompimento da barragem;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;
146	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;
147	O impacto no rio provocou a perda de espaços e hábitos de lazer e cultura;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;
148	A violação de direitos é transversal, perpassa aspectos e áreas como a cultura, saúde, emprego e renda.	→ Com relação ao emprego, pensar estratégias para solução a médio e longo prazos e, especialmente, após a finalização das atividades de reparação e compensação. Ex.: Diagnóstico para identificação das aptidões e vocação local; planos de desenvolvimento local sustentável e autônomo, levando em consideração as potencialidades de cada território (Poder Público, Fundação Renova e comunidades); → Mobilização, capacitação e formação para formação de mão de obra local (Fundação Renova); → Estímulo e mobilização para implantação de empresas nos municípios (Fundação Renova); → A curto e médio prazos: uso e valorização dos recursos locais (mão de obra local, recursos materiais e produtivos) - Fundação Renova → Integração entre os municípios da mesma região (Poder Público e Fundação Renova) → Atenção especial para a área rural (Poder Público e Fundação Renova)
150	Pessoas estranhas ao território e mudança na vizinhança (especialmente em Rio Doce);	→ Responsabilidade das empresas para orientar o comportamento de seus funcionários (menor impacto possível e respeito à cultura e hábitos locais) – setor privado local.





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
151	Problemas de acesso (trânsito, asfalto, estrada movimentada, mobilidade);	→ Melhoria e manutenção das estradas (Fundação Renova);
152	Novas obras geram impacto na paisagem e no meio ambiente;	
153	Aumento de acidentes de trânsito;	
154	Perda do sentimento de pertença;	
156		→ Mobilização da população ribeirinha ou população ao longo do Rio Doce (Fundação Renova); → Verificar se há um diálogo entre o MAB, o poder público e a Fundação. Se não houver, iniciar e manter o diálogo em Santa Cruz do Escalvado e Sem-Peixe (Poder Público); → Integração entre as comunidades locais para interlocução com quaisquer organizações que atuem no território (comunidades);
157	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
158	Perda da complementação da renda (obtida por meio da pesca);	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
159	Aumento do índice de desemprego (especialmente das propriedades rurais, areal, fábrica de blocos);	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
160	Perda das possibilidades de financiamento e custeio com veículos da Assistência (Santa Cruz do Escalvado);	→ Renovação do lago da UHE Risoleta Neves (Candongia) – Fundação Renova; → Ressarcimento dos recursos perdidos com a interrupção dos royalties (Fundação Renova);
161	Percepção de que famílias que não tinham anteriormente o perfil para atendimento pela assistência social podem apresentar perfil após o rompimento da barragem (situação a ser investigada por meio da busca ativa);	→ Investigar e conhecer melhor a situação das famílias impactadas (busca ativa) – (Poder Público e Fundação Renova); → Necessidade de contratação de profissionais para complementar equipe da assistência social (Poder Público e Fundação Renova); → Aquisição de veículos para execução dos serviços dos CRAS (Poder Público e Fundação Renova); → Diálogo contínuo e sistemático entre o Poder Público, a Fundação Renova e as comunidades (todos); → Criação conjunta de protocolos de atendimento, com papéis e atribuições bem definidos e formalizados e acessíveis à população (Poder Público e Fundação Renova).
162	Ruas sujas em função do tráfego de veículos das empresas que atuam no município (Rio Doce) e consequente uso de recursos municipais para sanar este problema.	→ Disponibilizar recursos para manutenção e limpeza das vias urbanas em Rio Doce (Fundação Renova); → Elaborar conjuntamente soluções sustentáveis para o problema da água em Rio Doce (Poder Público, Fundação Renova, Comunidades).
163	Degradação das vias em função do aumento do tráfego;	→ Ações de fiscalização e multa; → Criação de um departamento de trânsito; → Campanha de conscientização da população e dos funcionários das empresas que atuam no município (Poder Público, Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
164	Obras da Samarco nas estradas impedem a possibilidade de ir e vir, causando constrangimento para os munícipes;	→ Ampliação das ações de comunicação da Samarco para a população ter conhecimento sobre suas ações, obras e projetos na região;
165	Aumento significativo de pernilongos;	→ Compra e distribuição de repelentes para a população (Poder Público e Fundação Renova); → Acelerar estudos epidemiológicos, toxicológicos e de saúde mental para averiguar o impacto do rompimento da barragem na saúde da população (Fundação Renova); → Durante e após o estudo, informar e dar ciência à população (Fundação Renova e pesquisadores);
166	Aumento da população com queixas relacionadas à saúde mental;	→ Compra e distribuição de repelentes para a população (Poder Público e Fundação Renova); → Acelerar estudos epidemiológicos, toxicológicos e de saúde mental para averiguar o impacto do rompimento da barragem na saúde da população (Fundação Renova); → Durante e após o estudo, informar e dar ciência à população (Fundação Renova e pesquisadores);
167		→ A Samarco deve informar sobre riscos de rompimento de outras barragens (Germano e Santarém);
168		→ Elaboração e distribuição de informativo e/ou palestras ou reuniões (ou demais estratégias locais) para ampla divulgação junto à população acerca dos riscos de consumo de peixes do Rio Doce e uso da água (Poder Público e Fundação Renova);
169		→ Melhoria das estruturas físicas das unidades de saúde dos distritos de Rio Doce e disponibilização de transporte para a população mais afastada (São José de Entre Montes e Santana do Deserto);
170		→ Trabalho e campanhas de planejamento familiar (Poder Público e Fundação Renova).
171	Impactos diretos e indiretos (especulação imobiliária – aumento do valor de venda dos imóveis);	→ Dar visibilidade para os problemas da “especulação imobiliária” nas reuniões da Comissão de Atingidos e em outros fóruns pertinentes (Poder Público, Fundação Renova e Comunidades).
172	Compra de imóveis rurais pela Samarco, deixando os colonos sem os locais usuais de moradia;	

RIO DOCE/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
89	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
90	O impacto no rio provocou a perda de espaços e hábitos de lazer e cultura;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;
91	A violação de direitos é transversal, perpassa aspectos e áreas como a cultura, saúde, emprego e renda.	→ Com relação ao emprego, pensar estratégias para solução a médio e longo prazos e, especialmente, após a finalização das atividades de reparação e compensação. Ex.: Diagnóstico para identificação das aptidões e vocação local; planos de desenvolvimento local sustentável e autônomo, levando em consideração as potencialidades de cada território (Poder Público, Fundação Renova e comunidades); → Mobilização, capacitação e formação para formação de mão de obra local (Fundação Renova); → Estímulo e mobilização para implantação de empresas nos municípios (Fundação Renova); → A curto e médio prazos: uso e valorização dos recursos locais (mão de obra local, recursos materiais e produtivos) - Fundação Renova → Integração entre os municípios da mesma região (Poder Público e Fundação Renova) → Atenção especial para a área rural (Poder Público e Fundação Renova)
93	Pessoas estranhas ao território e mudança na vizinhança (especialmente em Rio Doce);	→ Responsabilidade das empresas para orientar o comportamento de seus funcionários (menor impacto possível e respeito à cultura e hábitos locais) – setor privado local.
94	Problemas de acesso (trânsito, asfalto, estrada movimentada, mobilidade);	→ Melhoria e manutenção das estradas (Fundação Renova);
95	Novas obras geram impacto na paisagem e no meio ambiente;	
96	Aumento de acidentes de trânsito;	
97	Perda do sentimento de pertença;	
99	Aumento positivo da mobilização popular em Rio Doce;	→ Mobilização da população ribeirinha ou população ao longo do Rio Doce (Fundação Renova); → Verificar se há um diálogo entre o MAB, o poder público e a Fundação. Se não houver, iniciar e manter o diálogo em Santa Cruz do Escalvado e Sem-Peixe (Poder Público); → Integração entre as comunidades locais para interlocução com quaisquer organizações que atuem no território (comunidades);
100	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
101	Perda da complementação da renda (obtida por meio da pesca);	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
102	Aumento do índice de desemprego (especialmente das propriedades rurais, areal, fábrica de blocos);	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
103	Perda do financiamento estudantil para alunos universitários (Rio Doce)	
104	Percepção de que famílias que não tinham anteriormente o perfil para atendimento pela assistência social podem apresentar perfil após o rompimento da barragem (situação a ser investigada por meio da busca ativa);	→ Investigar e conhecer melhor a situação das famílias impactadas (busca ativa) – (Poder Público e Fundação Renova); → Necessidade de contratação de profissionais para complementar equipe da assistência social (Poder Público e Fundação Renova); → Aquisição de veículos para execução dos serviços dos CRAS (Poder Público e Fundação Renova); → Diálogo contínuo e sistemático entre o Poder Público, a Fundação Renova e as comunidades (todos); → Criação conjunta de protocolos de atendimento, com papeis e atribuições bem definidos e formalizados e acessíveis à população (Poder Público e Fundação Renova).
105	Aumento do consumo de água decorrente do aumento da população em Rio Doce;	→ Campanha de conscientização da população em relação ao uso e consumo da água (Rio Doce) – (Fundação Renova); → Perfuração de novos poços (Rio Doce e Sem-Peixe) – (Fundação Renova); → Elaborar conjuntamente soluções sustentáveis para o problema da água em Rio Doce (Poder Público, Fundação Renova, Comunidades). → Investigar a possibilidade de instalação de hidrômetros (Rio Doce e Sem-Peixe) – (Poder Público e Fundação Renova);
106	Ruas sujas em função do tráfego de veículos das empresas que atuam no município (Rio Doce) e consequente uso de recursos municipais para sanar este problema.	→ Disponibilizar recursos para manutenção e limpeza das vias urbanas em Rio Doce (Fundação Renova); → Elaborar conjuntamente soluções sustentáveis para o problema da água em Rio Doce (Poder Público, Fundação Renova, Comunidades).
107	Degradação das vias em função do aumento do tráfego;	→ Ações de fiscalização e multa; → Criação de um departamento de trânsito; → Campanha de conscientização da população e dos funcionários das empresas que atuam no município (Poder Público, Fundação Renova);
108	Aumento do trânsito dentro da cidade e problemas com estacionamento (Rio Doce);	→ Ações de fiscalização e multa; → Criação de um departamento de trânsito; → Campanha de conscientização da população e dos funcionários das empresas que atuam no município (Poder Público, Fundação Renova);
109	Comprometimento da mobilidade na área urbana (Rio Doce);	→ Ações de fiscalização e multa; → Criação de um departamento de trânsito; → Campanha de conscientização da população e dos funcionários das empresas que atuam no município (Poder Público, Fundação Renova);
110	Obras da Samarco nas estradas impedem a possibilidade de ir e vir, causando constrangimento para os munícipes;	→ Ampliação das ações de comunicação da Samarco para a população ter conhecimento sobre suas ações, obras e projetos na região;
111	Aumento significativo de pernilongos;	→ Compra e distribuição de repelentes para a população (Poder Público e Fundação Renova); → Acelerar estudos epidemiológicos, toxicológicos e de saúde mental para averiguar o impacto do rompimento da barragem na saúde da população (Fundação Renova); → Durante e após o estudo, informar e dar ciência à população (Fundação Renova e pesquisadores);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
112	Aumento da população com queixas relacionadas à saúde mental;	→ Compra e distribuição de repelentes para a população (Poder Público e Fundação Renova); → Acelerar estudos epidemiológicos, toxicológicos e de saúde mental para averiguar o impacto do rompimento da barragem na saúde da população (Fundação Renova); → Durante e após o estudo, informar e dar ciência à população (Fundação Renova e pesquisadores);
113		→ A Samarco deve informar sobre riscos de rompimento de outras barragens (Germano e Santarém);
114		→ Elaboração e distribuição de informativo e/ou palestras ou reuniões (ou demais estratégias locais) para ampla divulgação junto à população acerca dos riscos de consumo de peixes do Rio Doce e uso da água (Poder Público e Fundação Renova);
115		→ Melhoria das estruturas físicas das unidades de saúde dos distritos de Rio Doce e disponibilização de transporte para a população mais afastada (São José de Entre Montes e Santana do Deserto);
116		→ Trabalho e campanhas de planejamento familiar (Poder Público e Fundação Renova).
117	Impactos diretos e indiretos (especulação imobiliária – aumento do valor de venda dos imóveis);	→ Dar visibilidade para os problemas da “especulação imobiliária” nas reuniões da Comissão de Atingidos e em outros fóruns pertinentes (Poder Público, Fundação Renova e Comunidades).
118	Compra de imóveis rurais pela Samarco, deixando os colonos sem os locais usuais de moradia;	

RAUL SOARES/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
246	Aumento do uso de drogas (maconha, crack) nos distritos (Raul Soares e Dionísio)	→ Casa de recuperação de usuários de drogas (Raul Soares) – (Poder Público em geral, convênios entre municípios);
248		→ Transições mais eficientes entre as gestões e busca de referenciais de gestões passadas (gestão municipal, com apoio da União e dos Estados) – Poder Público municipal.
249	Aumento da violência nos municípios, principalmente nos distritos (todos os municípios);	
250		→ Equipe de Proteção Social Especial (Dionísio) – (Poder Público – todos os entes federados)
251		→ Diagnóstico socioassistencial (aproveitando também a demanda espontânea) – (Poder Público – todos os entes federados);
252		→ Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento – (Poder Público municipal, estadual e Fundação Renova – ajuda mútua).
253		→ Possível mobilização dos moradores da ilha dos Araújos, caso tenham sido atingidos (comunidade).
254	Comprometimento da pesca (todos os municípios);	→ Fomento à piscicultura pela economia solidária (Dionísio) – (comunidade e poder público municipal).





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
255	Vulnerabilidade intergeracional (pais sofrem “por tabela” com o desemprego dos filhos);	
256	Aumento da demanda pelo BPC (Raul Soares);	→ Necessidade de educação permanente dos profissionais da assistência social (Poder Público – todos os entes federados).
257	Os gestores são ameaçados (Raul Soares e Dionísio);	
258	Aumento de demanda por BPC	
259	Violência financeira (uso “indevido” dos benefícios por não-titulares, principalmente contra idosos);	
260	Todos os CRAS executam o PAIF, oficinas com famílias, acompanhamentos;	
261	Dificuldades de execução do PAEFI em Raul Soares; a população mais demandante fica nos distritos e não se consegue atender a todos os usuários (Raul Soares);	
263	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Apoio técnico dos Estados e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Formação dos profissionais da assistência social, saúde e educação - (Poder Público – todos os entes federados); → Articulação com outras instituições (Polícia, por exemplo) - (Poder Público Municipal);
264	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Apoio técnico dos Estados e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Formação dos profissionais da assistência social, saúde e educação - (Poder Público – todos os entes federados); → Articulação com outras instituições (Polícia, por exemplo) - (Poder Público Municipal);
265	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Aproximação entre a Fundação e os demais entes federados na implementação das políticas de Proteção Social – (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova);
266	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Horizontalidade da divulgação de informações - (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova); → Uniformização das informações e criação de canais de comunicação (grupo de WhatsApp) – (Poderes Públicos Municipais);
268	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Necessidade de apoio técnico do Estado e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Possibilidade de diagnósticos colaborativos intermunicipais;
269	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	
270	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	
271	Aumento de furtos (Raul Soares e Dionísio);	
272	Crianças usando drogas (Raul Soares);	→ Potencializar a escola como um espaço fundamental para os vínculos comunitários e para o cultivo de valores socioambientais;
273	Alergias e doenças de pele;	
274	Saúde mental;	
275	Uso de drogas;	
276	Impactos para o custeio público da Saúde.	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
277	Prejuízos para o turismo em áreas próximas ao Rio Doce;	
278	Locais de lazer das comunidades que não existem mais;	
279		→ Educação Ambiental;
280		→ Procedimentos mais responsáveis do setor privado.

SEM-PEIXE/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
119	Perda de empregos em função do rompimento da barragem;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;
120	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;
121	O impacto no rio provocou a perda de espaços e hábitos de lazer e cultura;	→ Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); → Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); → Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;
122	A violação de direitos é transversal, perpassa aspectos e áreas como a cultura, saúde, emprego e renda.	→ Com relação ao emprego, pensar estratégias para solução a médio e longo prazos e, especialmente, após a finalização das atividades de reparação e compensação. Ex.: Diagnóstico para identificação das aptidões e vocação local; planos de desenvolvimento local sustentável e autônomo, levando em consideração as potencialidades de cada território (Poder Público, Fundação Renova e comunidades); → Mobilização, capacitação e formação para formação de mão de obra local (Fundação Renova); → Estímulo e mobilização para implantação de empresas nos municípios (Fundação Renova); → A curto e médio prazos: uso e valorização dos recursos locais (mão de obra local, recursos materiais e produtivos) - Fundação Renova → Integração entre os municípios da mesma região (Poder Público e Fundação Renova) → Atenção especial para a área rural (Poder Público e Fundação Renova)





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
124	Problemas de acesso (trânsito, asfalto, estrada movimentada, mobilidade);	→ Melhoria e manutenção das estradas (Fundação Renova);
125	Novas obras geram impacto na paisagem e no meio ambiente;	
126	Aumento de acidentes de trânsito;	
127	Perda do sentimento de pertença;	
129		→ Mobilização da população ribeirinha ou população ao longo do Rio Doce (Fundação Renova); → Verificar se há um diálogo entre o MAB, o poder público e a Fundação. Se não houver, iniciar e manter o diálogo em Santa Cruz do Escalvado e Sem-Peixe (Poder Público); → Integração entre as comunidades locais para interlocução com quaisquer organizações que atuem no território (comunidades);
130	Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego;	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
131	Perda da complementação da renda (obtida por meio da pesca);	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
132	Aumento do índice de desemprego (especialmente das propriedades rurais, areal, fábrica de blocos);	→ Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); → Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades);
133	Percepção de que famílias que não tinham anteriormente o perfil para atendimento pela assistência social podem apresentar perfil após o rompimento da barragem (situação a ser investigada por meio da busca ativa);	→ Investigar e conhecer melhor a situação das famílias impactadas (busca ativa) – (Poder Público e Fundação Renova); → Necessidade de contratação de profissionais para complementar equipe da assistência social (Poder Público e Fundação Renova); → Aquisição de veículos para execução dos serviços dos CRAS (Poder Público e Fundação Renova); → Diálogo contínuo e sistemático entre o Poder Público, a Fundação Renova e as comunidades (todos); → Criação conjunta de protocolos de atendimento, com papéis e atribuições bem definidos e formalizados e acessíveis à população (Poder Público e Fundação Renova).
134	Poço semiartesiano em Sem-Peixe com água suja;	→ Análise da qualidade da água em todos os municípios (Fundação Renova);
135	Degradação das vias em função do aumento do tráfego;	→ Ações de fiscalização e multa; → Criação de um departamento de trânsito; → Campanha de conscientização da população e dos funcionários das empresas que atuam no município (Poder Público, Fundação Renova);
136	Obras da Samarco nas estradas impedem a possibilidade de ir e vir, causando constrangimento para os munícipes;	→ Ampliação das ações de comunicação da Samarco para a população ter conhecimento sobre suas ações, obras e projetos na região;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
137	Aumento significativo de pernilongos;	→ Compra e distribuição de repelentes para a população (Poder Público e Fundação Renova); → Acelerar estudos epidemiológicos, toxicológicos e de saúde mental para averiguar o impacto do rompimento da barragem na saúde da população (Fundação Renova); → Durante e após o estudo, informar e dar ciência à população (Fundação Renova e pesquisadores);
138	Aumento da população com queixas relacionadas à saúde mental;	→ Compra e distribuição de repelentes para a população (Poder Público e Fundação Renova); → Acelerar estudos epidemiológicos, toxicológicos e de saúde mental para averiguar o impacto do rompimento da barragem na saúde da população (Fundação Renova); → Durante e após o estudo, informar e dar ciência à população (Fundação Renova e pesquisadores);
139		→ A Samarco deve informar sobre riscos de rompimento de outras barragens (Germano e Santarém);
140		→ Elaboração e distribuição de informativo e/ou palestras ou reuniões (ou demais estratégias locais) para ampla divulgação junto à população acerca dos riscos de consumo de peixes do Rio Doce e uso da água (Poder Público e Fundação Renova);
141		→ Melhoria das estruturas físicas das unidades de saúde dos distritos de Rio Doce e disponibilização de transporte para a população mais afastada (São José de Entre Montes e Santana do Deserto);
142		→ Trabalho e campanhas de planejamento familiar (Poder Público e Fundação Renova).
143	Impactos diretos e indiretos (especulação imobiliária – aumento do valor de venda dos imóveis);	→ Dar visibilidade para os problemas da “especulação imobiliária” nas reuniões da Comissão de Atingidos e em outros fóruns pertinentes (Poder Público, Fundação Renova e Comunidades).
144	Compra de imóveis rurais pela Samarco, deixando os colonos sem os locais usuais de moradia;	

SÃO PEDRO DOS FERROS/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
213	Funcionários da Arcelor não trazem mais as famílias para o lazer no rio (São Pedro dos Ferros);	
214	Aumento do alcoolismo (São Pedro dos Ferros);	→ Casa de recuperação de usuários de drogas (Raul Soares) – (Poder Público em geral, convênios entre municípios);
215	Conflitos geracionais e quebra de vínculos de autoridade familiar (São Pedro dos Ferros);	→ Escuta ativa às demandas da comunidade (São Pedro dos Ferros, Ministério Público) – (Poder Público Municipal);
217		→ Transições mais eficientes entre as gestões e busca de referenciais de gestões passadas (gestão municipal, com apoio da União e dos Estados) – Poder Público municipal.





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
218	Aumento da violência nos municípios, principalmente nos distritos (todos os municípios);	
219		→ Equipe de Proteção Social Especial (Dionísio) – (Poder Público – todos os entes federados)
220		→ Diagnóstico socioassistencial (aproveitando também a demanda espontânea) – (Poder Público – todos os entes federados);
221		→ Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento – (Poder Público municipal, estadual e Fundação Renova – ajuda mútua).
222		→ Possível mobilização dos moradores da ilha dos Araújo, caso tenham sido atingidos (comunidade).
223	Comprometimento da pesca (todos os municípios);	
224	Vulnerabilidade intergeracional (pais sofrem “por tabela” com o desemprego dos filhos);	
225	A Internet expõe os gestores	
226	Violência financeira (uso “indevido” dos benefícios por não-titulares, principalmente contra idosos);	
227	Todos os CRAS executam o PAIF, oficinas com famílias, acompanhamentos;	
228	Dificuldades em se fazer busca ativa e acompanhamento de famílias, é muito mais demanda espontânea;	
229	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Apoio técnico dos Estados e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Formação dos profissionais da assistência social, saúde e educação - (Poder Público – todos os entes federados); → Articulação com outras instituições (Polícia, por exemplo) - (Poder Público Municipal);
230	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Apoio técnico dos Estados e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Formação dos profissionais da assistência social, saúde e educação - (Poder Público – todos os entes federados); → Articulação com outras instituições (Polícia, por exemplo) - (Poder Público Municipal);
231	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Aproximação entre a Fundação e os demais entes federados na implementação das políticas de Proteção Social – (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova);
232	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Horizontalidade da divulgação de informações - (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova); → Uniformização das informações e criação de canais de comunicação (grupo de WhatsApp) – (Poderes Públicos Municipais);
233		→ Necessidade de apoio técnico do Estado e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Possibilidade de diagnósticos colaborativos intermunicipais;
234	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Necessidade de apoio técnico do Estado e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Possibilidade de diagnósticos colaborativos intermunicipais;
235	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	
236	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	



#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
237	Hipersexualização de crianças e adolescentes (São Pedro dos Ferros).	→ Educação sexual;
238	Alergias e doenças de pele;	
239	Saúde mental;	
240	Uso de drogas;	
241	Impactos para o custeio público da Saúde.	
242	Prejuízos para o turismo em áreas próximas ao Rio Doce;	
243	Locais de lazer das comunidades que não existem mais;	
244		→ Educação Ambiental;
245		→ Procedimentos mais responsáveis do setor privado.

DIONÍSIO/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
173	Evasão de jovens em Baixa Verde; vulnerabilidade dos jovens na RMBH; mães em depressão (Dionísio);	
174	Aumento do uso de drogas (maconha, crack) nos distritos (Raul Soares e Dionísio)	
175	Abandono dos idosos (Dionísio);	
176	Aumento dos furtos e violência (Dionísio);	
177	Aumento de casos de gravidez na adolescência (Dionísio);	
178		
179		→ Transições mais eficientes entre as gestões e busca de referenciais de gestões passadas (gestão municipal, com apoio da União e dos Estados) – Poder Público municipal.
180	Aumento da violência nos municípios, principalmente nos distritos (todos os municípios);	
181	Violação de direitos de idosos (Dionísio);	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
182		→ Equipe de Proteção Social Especial (Dionísio) – (Poder Público – todos os entes federados)
183		→ Diagnóstico socioassistencial (aproveitando também a demanda espontânea) – (Poder Público – todos os entes federados);
184		→ Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento – (Poder Público municipal, estadual e Fundação Renova – ajuda mútua).
185		→ Busca Ativa articulada entre Dionísio e São José do Goiabal (Poder Público municipal – parcerias intermunicipais);
186		→ Associação Comunitária em Dionísio;
187		→ Possível mobilização dos moradores da ilha dos Araújo, caso tenham sido atingidos (comunidade).
188	Comprometimento da pesca (todos os municípios);	→ Fomento à piscicultura pela economia solidária (Dionísio) – (comunidade e poder público municipal).
189	Desemprego afetando jovens e ocasionando a evasão (Dionísio);	
190	Vulnerabilidade intergeracional (pais sofrem “por tabela” com o desemprego dos filhos);	
191	Possível vulnerabilização e insegurança alimentar das famílias da ilha dos Araújo, em Baixa Verde/Dionísio (precisa ser identificada).	→ Fortalecimento da agricultura familiar, via PAA e PNAE (Poder Público - Dionísio) – (Poder Público);
192	Os gestores são ameaçados (Raul Soares e Dionísio);	
193	Violência financeira (uso “indevido” dos benefícios por não-titulares, principalmente contra idosos);	
194	Todos os CRAS executam o PAIF, oficinas com famílias, acompanhamentos;	
195	Dificuldades em se fazer busca ativa e acompanhamento de famílias, é muito mais demanda espontânea;	
196	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Apoio técnico dos Estados e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Formação dos profissionais da assistência social, saúde e educação - (Poder Público – todos os entes federados); → Articulação com outras instituições (Polícia, por exemplo) - (Poder Público Municipal);
197	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Apoio técnico dos Estados e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Formação dos profissionais da assistência social, saúde e educação - (Poder Público – todos os entes federados); → Articulação com outras instituições (Polícia, por exemplo) - (Poder Público Municipal);
198	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	→ Aproximação entre a Fundação e os demais entes federados na implementação das políticas de Proteção Social – (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova);
199	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	→ Horizontalidade da divulgação de informações - (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova); → Uniformização das informações e criação de canais de comunicação (grupo de WhatsApp) – (Poderes Públicos Municipais);
200	Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários;	→ Necessidade de apoio técnico do Estado e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Possibilidade de diagnósticos colaborativos intermunicipais;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
201	Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa;	→ Necessidade de apoio técnico do Estado e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; → Possibilidade de diagnósticos colaborativos intermunicipais;
202	Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova;	
203	Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	
204	Aumento de furtos (Raul Soares e Dionísio);	
205	Alergias e doenças de pele;	
206	Saúde mental;	
207	Uso de drogas;	
208	Impactos para o custeio público da Saúde.	
209	Prejuízos para o turismo em áreas próximas ao Rio Doce;	
210	Locais de lazer das comunidades que não existem mais;	
211		→ Educação Ambiental;
212		→ Procedimentos mais responsáveis do setor privado.

PINGO-D'ÁGUA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
323	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Oferta de ações alternativas para acesso ao lazer (Fundação Renova e Prefeituras);
324	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Articulação da rede para diagnóstico das pessoas impactadas (Prefeituras);
325		→ Inserção no CadÚnico (Poder Público);
326		→ Oferta de programas, serviços e benefícios (Poder Público e Fundação Renova);
327		→ Oferta de programas de transferência de renda (Poder Público e Fundação Renova);
328		→ Identificar necessidade de benefícios eventuais (Poder Público);
329		→ Oferta de cursos de qualificação e profissionalização (Poder Público e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
330		→ Fundação Renova deve informar aos municípios quantos e quem são os beneficiários do auxílio financeiro emergencial;
331		→ Identificação de possíveis demandas (Poder Público);
332		→ Apresentação de cadastro integrado das famílias (Fundação Renova);
333		→ Busca ativa para identificação de demandas de PSB no município (Poder Público);
334		→ Em caso de identificação de demandas de PSB, realizar reuniões com as comunidades dos territórios impactados para esclarecimentos sobre os serviços, benefícios e direitos (Poder Público);
335		→ Equipes de PSE integrarem a rede para diagnóstico de possíveis pessoas impactadas (Poder Público);
336		→ Capacitação dos técnicos para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
337		→ Sensibilizar os gestores sobre a relevância de ações de capacitação;
338		→ Capacitação dos gestores para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
339		→ Sensibilização dos gestores para liberação dos técnicos para participarem das capacitações (SEDESE-MG e Fundação Renova);
340		→ Se o diagnóstico detectar aumento de gastos pelas prefeituras, avaliar a melhor forma de a Fundação Renova custear esses gastos;
341		→ Dar conhecimento às instâncias de controle social das políticas sobre os resultados do diagnóstico e propor ações e encaminhamentos conjuntos, se necessário (Prefeituras);
342		→ Realização de diagnóstico de impactos em saúde, habitação, esporte e lazer, educação;
343		→ Articulação com os órgãos ambientais para verificar possíveis impactos;

MARLIÉRIA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
302	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Oferta de ações alternativas para acesso ao lazer (Fundação Renova e Prefeituras);
303	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Articulação da rede para diagnóstico das pessoas impactadas (Prefeituras);
304		→ Inserção no CadÚnico (Poder Público);
305		→ Oferta de programas, serviços e benefícios (Poder Público e Fundação Renova);
306		→ Oferta de programas de transferência de renda (Poder Público e Fundação Renova);
307		→ Identificar necessidade de benefícios eventuais (Poder Público);
308		→ Oferta de cursos de qualificação e profissionalização (Poder Público e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
309		→ Fundação Renova deve informar aos municípios quantos e quem são os beneficiários do auxílio financeiro emergencial;
310		→ Identificação de possíveis demandas (Poder Público);
311		→ Apresentação de cadastro integrado das famílias (Fundação Renova);
312		→ Busca ativa para identificação de demandas de PSB no município (Poder Público);
313		→ Em caso de identificação de demandas de PSB, realizar reuniões com as comunidades dos territórios impactados para esclarecimentos sobre os serviços, benefícios e direitos (Poder Público);
314		→ Equipes de PSE integrarem a rede para diagnóstico de possíveis pessoas impactadas (Poder Público);
315		→ Capacitação dos técnicos para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
316		→ Sensibilizar os gestores sobre a relevância de ações de capacitação;
317		→ Capacitação dos gestores para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
318		→ Sensibilização dos gestores para liberação dos técnicos para participarem das capacitações (SEDESE-MG e Fundação Renova);
319		→ Se o diagnóstico detectar aumento de gastos pelas prefeituras, avaliar a melhor forma de a Fundação Renova custear esses gastos;
320		→ Dar conhecimento às instâncias de controle social das políticas sobre os resultados do diagnóstico e propor ações e encaminhamentos conjuntos, se necessário (Prefeituras);
321		→ Realização de diagnóstico de impactos em saúde, habitação, esporte e lazer, educação;
322		→ Articulação com os órgãos ambientais para verificar possíveis impactos;

BOM JESUS DO GALHO/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
281	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Oferta de ações alternativas para acesso ao lazer (Fundação Renova e Prefeituras);
282	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Articulação da rede para diagnóstico das pessoas impactadas (Prefeituras);
283		→ Inserção no CadÚnico (Poder Público);
284		→ Oferta de programas, serviços e benefícios (Poder Público e Fundação Renova);
285		→ Oferta de programas de transferência de renda (Poder Público e Fundação Renova);
286		→ Identificar necessidade de benefícios eventuais (Poder Público);
287		→ Oferta de cursos de qualificação e profissionalização (Poder Público e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
288		→ Fundação Renova deve informar aos municípios quantos e quem são os beneficiários do auxílio financeiro emergencial;
289		→ Identificação de possíveis demandas (Poder Público);
290		→ Apresentação de cadastro integrado das famílias (Fundação Renova);
291		→ Busca ativa para identificação de demandas de PSB no município (Poder Público);
292		→ Em caso de identificação de demandas de PSB, realizar reuniões com as comunidades dos territórios impactados para esclarecimentos sobre os serviços, benefícios e direitos (Poder Público);
293		→ Equipes de PSE integrarem a rede para diagnóstico de possíveis pessoas impactadas (Poder Público);
294		→ Capacitação dos técnicos para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
295		→ Sensibilizar os gestores sobre a relevância de ações de capacitação;
296		→ Capacitação dos gestores para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
297		→ Sensibilização dos gestores para liberação dos técnicos para participarem das capacitações (SEDESE-MG e Fundação Renova);
298		→ Se o diagnóstico detectar aumento de gastos pelas prefeituras, avaliar a melhor forma de a Fundação Renova custear esses gastos;
299		→ Dar conhecimento às instâncias de controle social das políticas sobre os resultados do diagnóstico e propor ações e encaminhamentos conjuntos, se necessário (Prefeituras);
300		→ Realização de diagnóstico de impactos em saúde, habitação, esporte e lazer, educação;
301		→ Articulação com os órgãos ambientais para verificar possíveis impactos;

TIMÓTEO/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
344	Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar;	→ Oferta de ações alternativas para acesso ao lazer (Fundação Renova e Prefeituras);
345	Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	→ Articulação da rede para diagnóstico das pessoas impactadas (Prefeituras);
346		→ Inserção no CadÚnico (Poder Público);
347		→ Oferta de programas, serviços e benefícios (Poder Público e Fundação Renova);
348		→ Oferta de programas de transferência de renda (Poder Público e Fundação Renova);
349		→ Identificar necessidade de benefícios eventuais (Poder Público);
350		→ Oferta de cursos de qualificação e profissionalização (Poder Público e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
351		→ Fundação Renova deve informar aos municípios quantos e quem são os beneficiários do auxílio financeiro emergencial;
352		→ Identificação de possíveis demandas (Poder Público);
353		→ Apresentação de cadastro integrado das famílias (Fundação Renova);
354		→ Busca ativa para identificação de demandas de PSB no município (Poder Público);
355		→ Em caso de identificação de demandas de PSB, realizar reuniões com as comunidades dos territórios impactados para esclarecimentos sobre os serviços, benefícios e direitos (Poder Público);
356		→ Equipes de PSE integrarem a rede para diagnóstico de possíveis pessoas impactadas (Poder Público);
357		→ Capacitação dos técnicos para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
358		→ Sensibilizar os gestores sobre a relevância de ações de capacitação;
359		→ Capacitação dos gestores para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova);
360		→ Sensibilização dos gestores para liberação dos técnicos para participarem das capacitações (SEDESE-MG e Fundação Renova);
361		→ Se o diagnóstico detectar aumento de gastos pelas prefeituras, avaliar a melhor forma de a Fundação Renova custear esses gastos;
362		→ Dar conhecimento às instâncias de controle social das políticas sobre os resultados do diagnóstico e propor ações e encaminhamentos conjuntos, se necessário (Prefeituras);
363		→ Realização de diagnóstico de impactos em saúde, habitação, esporte e lazer, educação;
364		→ Articulação com os órgãos ambientais para verificar possíveis impactos;

IPATINGA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
443	Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados;	→ Cadastro/registro das famílias e suas demandas (quem são e onde estão) – (Poder Público local);
445	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Elaboração e implementação de políticas habitacionais para as famílias diretamente atingidas – (Poder Público estadual e federal e Fundação Renova).
446	Prejuízo à infraestrutura que impede o direito de ir e vir das pessoas;	
447	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Investir na atenção psicossocial e saúde mental (Poder Público local e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
450	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público Local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Apoio a criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes -piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local, Estadual e Fundação Renova);
451	Insegurança alimentar.	
452	Contaminação da água;	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local);
453	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local); → Promoção da conexão e incentivo dos movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
454	Desvalorização imobiliária;	→ Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local);
456	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;	→ Investimento em infraestrutura (Ex.: ponte ou dragagem) para a reaproximação das populações ribeirinhas (Poder Público – todos os entes federados – e Fundação Renova);
457	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Conectar e incentivar os movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
458	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	
459	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Oferta de novos veículos de transporte escolar para os municípios diretamente afetados nessa dimensão (Poder Público Local e Fundação Renova); → Oferta de recursos de custeio para o transporte escolar (manutenção e combustível) – (Poder Público Local e Fundação Renova); → Manutenção e conservação das estradas vicinais (Poder Público Local e Fundação Renova);
460	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	
461	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Oferta de recursos para o custeio da demanda por benefícios eventuais (Poder Público municipal e Fundação Renova).
462	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Ampliação do cofinanciamento para a atuação das equipes volantes (Poder Público Local e Federal); → Capacitação dos profissionais da Assistência Social (Poder Público Estadual e Federal);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
463	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Investimento na aquisição de veículo especial para CRAS itinerante (Fundação Renova).
464	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Investimento para a construção e funcionamento do CREAS regional (Poder Público Estadual e Federal); → Investimento para contratação e treinamento de equipe especial para atenção às demandas de alta complexidade nos municípios (Fundação Renova);
465		→ Ampliação e treinamento das equipes da proteção social básica (Poder Público Estadual e Federal); → Aquisição de equipamentos para o trabalho das equipes da proteção social (Ex.: computadores) – (Fundação Renova); → Aquisição de veículos para a realização de busca ativa – (Fundação Renova);
466	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Destaque de profissional de referência para atenção às demandas diretas provocadas pelo rompimento da barragem; → Apoio das equipes regionais da SEDESE para troca de informações e apoio aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem (Poder Público Estadual); → Atuação coordenada entre municípios atingidos e atuação coordenada interfederativa, inclusive com relação mais direta entre CIF e gestores municipais.
467	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Apoio à criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes -piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local, estadual e Fundação Renova);
470	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: o Agricultura o Pesca o Pecuária o Produção de areia (areal) o Transporte.	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Oferta de cursos capacitação para o empreendedorismo;
471	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Esclarecimento sobre a relação entre o surto de febre amarela e o desastre ambiental (Poder Público Estadual, Federal e Fundação Renova); → Fortalecimento das equipes de saúde para vacinação contra a febre amarela (Poder Público Local).
473	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	
478	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova);
481	Dano ao direito ao lazer.	→ Promoção de projetos e atividades alternativas de lazer (Fundação Renova); → Adaptação de outros espaços públicos para a prática de esportes e lazer (Ex.: readequação de infraestrutura de lazer das lagoas de Ipaba) – (Poder Público Estadual e Fundação Renova).





IPABA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
405	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Apoio à criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes -piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local e estadual e Fundação Renova); → Investir na atenção psicossocial e saúde mental – (Poder Público e Fundação Renova); → Criação do banco de alimentos para enfrentamento da insegurança alimentar – (Poder Público – todos os entes federados);
406	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Elaboração e implementação de políticas habitacionais para as famílias diretamente atingidas – (Poder Público estadual e federal e Fundação Renova).
407	Prejuízo à infraestrutura que impede o direito de ir e vir das pessoas;	
408	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Investir na atenção psicossocial e saúde mental (Poder Público local e Fundação Renova);
410	Dano ao direito ao lazer;	→ Promoção de projetos e atividades alternativas de lazer (Fundação Renova); → Adaptação de outros espaços públicos para a prática de esportes e lazer (Ex.: readequação de infraestrutura de lazer das lagoas de Ipaba) – (Poder Público Estadual e Fundação Renova);
411	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público Local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Apoio a criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes -piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local, Estadual e Fundação Renova);
412	Insegurança alimentar.	
413	Contaminação da água;	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público Local);
414	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local); → Promoção da conexão e incentivo dos movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
415	Desvalorização imobiliária;	→ Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local);
417	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;	→ Investimento em infraestrutura (Ex.: ponte ou dragagem) para a reaproximação das populações ribeirinhas (Poder Público – todos os entes federados – e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
418	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Conectar e incentivar os movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
419	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	
420	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Oferta de novos veículos de transporte escolar para os municípios diretamente afetados nessa dimensão (Poder Público Local e Fundação Renova); → Oferta de recursos de custeio para o transporte escolar (manutenção e combustível) – (Poder Público Local e Fundação Renova); → Manutenção e conservação das estradas vicinais (Poder Público Local e Fundação Renova);
421	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	
422	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Oferta de recursos para o custeio da demanda por benefícios eventuais (Poder Público municipal e Fundação Renova).
423	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Ampliação do cofinanciamento para a atuação das equipes volantes (Poder Público Local e Federal); → Capacitação dos profissionais da Assistência Social (Poder Público Estadual e Federal);
424	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Investimento na aquisição de veículo especial para CRAS itinerante (Fundação Renova).
425	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Investimento para a construção e funcionamento do CREAS regional (Poder Público Estadual e Federal); → Investimento para contratação e treinamento de equipe especial para atenção às demandas de alta complexidade nos municípios (Fundação Renova);
426		→ Ampliação e treinamento das equipes da proteção social básica (Poder Público Estadual e Federal); → Aquisição de equipamentos para o trabalho das equipes da proteção social (Ex.: computadores) – (Fundação Renova); → Aquisição de veículos para a realização de busca ativa – (Fundação Renova);
427	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Destaque de profissional de referência para atenção às demandas diretas provocadas pelo rompimento da barragem; → Apoio das equipes regionais da SEDESE para troca de informações e apoio aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem (Poder Público Estadual); → Atuação coordenada entre municípios atingidos e atuação coordenada interfederativa, inclusive com relação mais direta entre CIF e gestores municipais.





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
431	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: o Agricultura o Pesca o Pecuária o Produção de areia (areal) o Transporte.	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Oferta de cursos capacitação para o empreendedorismo;
432	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Esclarecimento sobre a relação entre o surto de febre amarela e o desastre ambiental (Poder Público Estadual, Federal e Fundação Renova); → Fortalecimento das equipes de saúde para vacinação contra a febre amarela (Poder Público Local).
434	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	
439	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova);

BELO ORIENTE/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
787	Os problemas no abastecimento de água afetaram muito a vida cotidiana dos moradores (Belo Oriente) – abastecimento irregular, água suja durante 4 meses;	
788	Nenhuma indenização pelo abastecimento de água foi recebida em Belo Oriente;	→ Divulgação do calendário de Indenizações pelo abastecimento de água (Fundação Renova);
789	Alterações na rotina da população (Belo Oriente);	
790	Fragilização de vínculos em função do desemprego e recessão;	→ Implantação de Equipes volantes de assistência à população rural, para a recuperação de vínculos (Poder Público Municipal, Estadual e Federal e Fundação Renova);
791	Alcoolismo;	
792		→ Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento para maior compreensão dos impactos (Poder público local e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
793		→ Estreitamento dos canais de comunicação entre as gestões municipais, o Governo Estadual, Federal e a Fundação Renova
794		→ Articulação entre os municípios da calha do Rio Doce, para definição de estratégias conjuntas (Definição de representantes para acompanhamento das reuniões da CTOS) (Poder público local)
795		→ Trabalho social junto às famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial, para prepará-las para uma possível suspensão do benefício (Educação Financeira) (Poder público local e Fundação Renova);
796		→ Fiscalização e monitoramento das ações da Fundação Renova junto à população (recuperação da Bacia do Rio Doce) (Ministério Público e Poder Público);
797		→ Ações de recuperação das nascentes (Poder público municipal e Fundação Renova);
798	Violação do direito de acesso à água de qualidade e insegurança alimentar;	
799	Violência financeira contra pessoas idosas;	→ Trabalho social junto às famílias (Poder Público local e Fundação Renova);
800	Violência familiar em função do alcoolismo.	→ Parceria com outros setores, como Saúde, Educação etc. (Poder público local).
801	Famílias que perderam animais (porcos, galinhas) estão até hoje aguardando providências (Belo Oriente);	→ Devolutivas sobre as indenizações às famílias (Fundação Renova);
802	Fluxo migratório inverso (pessoas retornando para Sobrália, vindas dos EUA, de São Paulo etc.).	→ Devolutivas sobre as indenizações às famílias (Fundação Renova);
803	Paralisação da Estrada de Ferro Vitória-Minas por causa do recebimento irregular ou não-recebimento do Auxílio Emergencial (Belo Oriente);	→ Esclarecimentos junto às famílias (Poder público – todos os entes e Fundação Renova);
804	Mobilização para auxílio às cidades vizinhas (doações de água mineral) – Belo Oriente e Sobrália;	→ Articulação entre o MAB e os órgãos da Assistência Social para esclarecer pontos importantes para a população (Poder público local e Movimento Social);
805	Presença do MAB (Mov. De Atingidos por Barragens) em Belo Oriente para realização de algumas reuniões com a população (Belo Oriente);	→ Fortalecimento dos Conselhos e de outros espaços de participação e vocalização dos interesses das comunidades, para maiores cobranças junto à Fundação Renova (Poder público Municipal, Fundação Renova e Ministério Público).
807	Comprometimento da pesca (Sobrália e Belo Oriente);	→ Maiores esclarecimentos sobre a qualidade da água (Fundação Renova).
808	Empobrecimento do comércio local em função da dificuldade de aceitar os cartões de Auxílio Emergencial (Belo Oriente);	→ Maiores esclarecimentos sobre a qualidade da água (Fundação Renova).
809	Prejuízos para o setor de serviços em função da má qualidade da água (Belo Oriente);	→ Reflexão sobre a diversificação econômica e sobre as potencialidades econômicas de cada cidade (Poder Público local);
810	Mão de obra qualificada acaba ficando sem opções;	→ Envolvimento da população local nas obras e ações de mitigação e recuperação dos impactos: (estímulo aos viveiros de mudas em Belo Oriente, para reflorestamento das áreas próximas ao Rio Doce, e investimentos na piscicultura para o repovoamento da fauna); → Absorção da mão de obra local nos empreendimentos da Vale e na Estrada de Ferro Vitória-Minas;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
811	Aumento do número de bloqueios de recebimento do Bolsa Família (de Out/2016 para cá), possivelmente por causa do Auxílio Emergencial (Belo Oriente);	→ Investigação dos motivos do aumento dos bloqueios no recebimento do Bolsa Família (Poder Público local);
812	Aumento da demanda pelos serviços de convivência (demanda espontânea de mulheres que antes pescavam) e do PAIF (Belo Oriente);	→ PAIF está se estruturando recentemente (Belo Oriente e Sobrália) (Poder Público Local, Estadual e Fundação Renova); → Aumento da capacidade de atendimento do PAIF em função do aumento da demanda (Poder Público Local e Fundação Renova);
813	As demandas que têm porta de entrada no CRAS acabam "entupindo" a capacidade de atendimento e prejudicando as ações do PAIF;	→ Criação de equipes volantes (Sobrália – Plautino Soares e Belo Oriente) (Poder Público Local, Estadual e Federal e Fundação Renova); → Busca Ativa para identificação de famílias em situação de vulnerabilidade e encaminhamento ao PAIF (Poder Público local);
814	O motorista do CRAS passou a ter mais uma função: buscar água em minas para fornecer às crianças, mulheres e idosos que frequentam os serviços de convivência (Belo Oriente).	→ Repasse de informações sobre a população impactada para orientação do trabalho de Busca Ativa (Fundação Renova).
816		→ Proteção Social Especial está sendo implantada pela equipe (Sobrália) (Poder Público local); → Necessidade de mais profissionais para cobrir a Proteção Social Especial (psicólogos, advogados, assistentes sociais etc.) em Sobrália (Poder Público local e estadual).
817	Além dos serviços que já eram responsabilidade das equipes, intensificação em função do acompanhamento das famílias (Belo Oriente);	→ Participação no Capacita SUAS (Poder Público – todos os entes federados);
818	Alta rotatividade de profissionais e vínculos empregatícios frágeis, causando descontinuidade nos serviços;	→ Fortalecimento dos vínculos empregatícios e da segurança dos profissionais da Assistência Social (concursos públicos, inclusão no Plano de Carreira etc.) (Poder Público – todos os entes federados);
819	Ausência de Vigilância Socioassistencial para o monitoramento das demandas socioassistenciais;	→ Apoio às gestões para a implantação da Vigilância Socioassistencial (Poder Público – todos os entes federados);
820	Carência de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e veículos) para o pleno atendimento às demandas;	→ Melhoria na infraestrutura (veículos, espaços etc.) (Fundação Renova).
821	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Estreitamento da comunicação com a Fundação Renova, Governo Estadual e Governo Federal;
822	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Criação e fortalecimento de Conselhos Regionais dos profissionais de Assistência Social, para articulação (Poder Público local – vários municípios);
823	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Fortalecimento dos vínculos empregatícios e da segurança dos profissionais da Assistência Social (concursos públicos, inclusão no Plano de Carreira etc.) (Poder Público – todos os entes federados).
824	Aumento das demandas pela implementação de planos de Medida Socioeducativa e de outras estratégias envolvendo a política de Assistência Social.	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
825	Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura (Belo Oriente), e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade e quantidade de água;	→ Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova);
826	Impactos no abastecimento de água em Belo Oriente;	→ Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova);
827	Fontes de água poluídas em todos os municípios e racionamento de água;	→ Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova);
828	Impactos ambientais de outras indústrias.	→ Educação Ambiental.
829	Aumento de casos de alergias em Belo Oriente;	→ Esclarecimentos sobre os serviços ofertados no Ponto Focal da Samarco/Fundação Renova em Cachoeira Escura (Belo Oriente) (Fundação Renova).
830	Mau cheiro decorrente da mortandade de peixes (Cachoeira Escura – Belo Oriente; Plautino Soares – Sobralia);	→ Esclarecimentos sobre os serviços ofertados no Ponto Focal da Samarco/Fundação Renova em Cachoeira Escura (Belo Oriente) (Fundação Renova).
831	A qualidade da água foi muito prejudicada, principalmente em Belo Oriente;	→ Esclarecimentos sobre os serviços ofertados no Ponto Focal da Samarco/Fundação Renova em Cachoeira Escura (Belo Oriente) (Fundação Renova).
832	Aumento da violência (furtos, roubos etc.) e da hostilidade entre as pessoas na época dos caminhões-pipa (Belo Oriente);	→ Campanhas preventivas de trabalho com crianças e adolescentes;
833	Crescimento de ocorrências de assaltos, latrocínios;	→ Trabalhos sociais, principalmente nos distritos onde há trabalhadores de empresas (A Vale já iniciou um projeto em Cachoeira Escura – Belo Oriente) (Poder Público local e Setor privado).
834	A mão-de-obra local não tem oportunidades de emprego;	→ Diálogo com empresas locais para priorização da mão-de-obra local (Comunidades, poder público e setor privado);
835	Evasão de pessoas para busca de empregos;	→ Capacitação profissional, por meio de cursos profissionalizantes (Poder público e Setor privado).
836	Crianças ficaram sem escola por causa da interrupção do abastecimento de água (Belo Oriente);	
837	Carência de condições de estrutura para o trabalho do Conselho Tutelar.	→ Estruturação dos serviços do Conselho Tutelar e de outros órgãos de proteção dessa população (Poder público).





SANTANA DO PARAÍSO/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
482	Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados;	→ Cadastro/registro das famílias e suas demandas (quem são e onde estão) – (Poder Público local);
483	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Apoio à criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes -piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local e estadual e Fundação Renova); → Investir na atenção psicossocial e saúde mental – (Poder Público e Fundação Renova);
486	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Elaboração e implementação de políticas habitacionais para as famílias diretamente atingidas – (Poder Público estadual e federal e Fundação Renova).
487	Prejuízo à infraestrutura que impede o direito de ir e vir das pessoas;	
488	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Investir na atenção psicossocial e saúde mental (Poder Público local e Fundação Renova);
490	Dano ao direito ao lazer;	→ Promoção de projetos e atividades alternativas de lazer (Fundação Renova); → Adaptação de outros espaços públicos para a prática de esportes e lazer (Ex.: readequação de infraestrutura de lazer das lagoas de Ipaba) – (Poder Público Estadual e Fundação Renova);
492	Insegurança alimentar.	→ Criação do banco de alimentos para enfrentamento da insegurança alimentar – (Poder Público – todos os entes federados);
493	Contaminação da água;	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local);
494	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local); → Promoção da conexão e incentivo dos movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
495	Desvalorização imobiliária;	→ Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local);
497	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;	→ Investimento em infraestrutura (Ex.: ponte ou dragagem) para a reaproximação das populações ribeirinhas (Poder Público – todos os entes federados – e Fundação Renova);
498	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Conectar e incentivar os movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
499	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
500	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Oferta de novos veículos de transporte escolar para os municípios diretamente afetados nessa dimensão (Poder Público Local e Fundação Renova); → Oferta de recursos de custeio para o transporte escolar (manutenção e combustível) – (Poder Público Local e Fundação Renova); → Manutenção e conservação das estradas vicinais (Poder Público Local e Fundação Renova);
501	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	
502	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Oferta de recursos para o custeio da demanda por benefícios eventuais (Poder Público municipal e Fundação Renova).
503	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Ampliação do cofinanciamento para a atuação das equipes volantes (Poder Público Local e Federal); → Capacitação dos profissionais da Assistência Social (Poder Público Estadual e Federal);
504	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Investimento na aquisição de veículo especial para CRAS itinerante (Fundação Renova).
505	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Investimento para a construção e funcionamento do CREAS regional (Poder Público Estadual e Federal); → Investimento para contratação e treinamento de equipe especial para atenção às demandas de alta complexidade nos municípios (Fundação Renova);
506		→ Ampliação e treinamento das equipes da proteção social básica (Poder Público Estadual e Federal); → Aquisição de equipamentos para o trabalho das equipes da proteção social (Ex.: computadores) – (Fundação Renova); → Aquisição de veículos para a realização de busca ativa – (Fundação Renova);
507	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Destaque de profissional de referência para atenção às demandas diretas provocadas pelo rompimento da barragem; → Apoio das equipes regionais da SEDESE para troca de informações e apoio aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem (Poder Público Estadual); → Atuação coordenada entre municípios atingidos e atuação coordenada interfederativa, inclusive com relação mais direta entre CIF e gestores municipais.
509	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Oferta de cursos de requalificação profissional; → Oferta de cursos capacitação para o empreendedorismo; → Promoção de atividades de fortalecimento do protagonismo econômico e social das mulheres.





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
511	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: o Agricultura o Pesca o Pecuária o Produção de areia (areal) o Transporte.	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Oferta de cursos capacitação para o empreendedorismo;
512	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Esclarecimento sobre a relação entre o surto de febre amarela e o desastre ambiental (Poder Público Estadual, Federal e Fundação Renova); → Fortalecimento das equipes de saúde para vacinação contra a febre amarela (Poder Público Local).
514	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	
519	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova);

BUGRE/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
365	Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados;	→ Cadastro/registro das famílias e suas demandas (quem são e onde estão) – (Poder Público local);
367	Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	→ Elaboração e implementação de políticas habitacionais para as famílias diretamente atingidas – (Poder Público estadual e federal e Fundação Renova).
369	Abalo identificado quanto aos vínculos familiares;	→ Investir na atenção psicossocial e saúde mental (Poder Público local e Fundação Renova);
371	Dano ao direito ao lazer;	→ Promoção de projetos e atividades alternativas de lazer (Fundação Renova); → Adaptação de outros espaços públicos para a prática de esportes e lazer (Ex.: readequação de infraestrutura de lazer das lagoas de Ipaba) – (Poder Público Estadual e Fundação Renova);
373	Insegurança alimentar.	
374	Contaminação da água;	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
375	Contaminação do solo e dos recursos naturais;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova); → Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local); → Promoção da conexão e incentivo dos movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
376	Desvalorização imobiliária;	
378	Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária;	→ Investimento em infraestrutura (Ex.: ponte ou dragagem) para a reaproximação das populações ribeirinhas (Poder Público – todos os entes federados – e Fundação Renova);
379	O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	→ Conectar e incentivar os movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
380	Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores;	
381	O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais;	→ Oferta de novos veículos de transporte escolar para os municípios diretamente afetados nessa dimensão (Poder Público Local e Fundação Renova); → Oferta de recursos de custeio para o transporte escolar (manutenção e combustível) – (Poder Público Local e Fundação Renova); → Manutenção e conservação das estradas vicinais (Poder Público Local e Fundação Renova);
382	Aumento da demanda pelo Bolsa Família;	
383	Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	→ Oferta de recursos para o custeio da demanda por benefícios eventuais (Poder Público municipal e Fundação Renova).
384	Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica;	→ Ampliação do cofinanciamento para a atuação das equipes volantes (Poder Público Local e Federal); → Capacitação dos profissionais da Assistência Social (Poder Público Estadual e Federal);
385	Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	→ Investimento na aquisição de veículo especial para CRAS itinerante (Fundação Renova).
386	Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	→ Investimento para a construção e funcionamento do CREAS regional (Poder Público Estadual e Federal); → Investimento para contratação e treinamento de equipe especial para atenção às demandas de alta complexidade nos municípios (Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
387		→ Ampliação e treinamento das equipes da proteção social básica (Poder Público Estadual e Federal); → Aquisição de equipamentos para o trabalho das equipes da proteção social (Ex.: computadores) – (Fundação Renova); → Aquisição de veículos para a realização de busca ativa – (Fundação Renova);
388	Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	→ Destaque de profissional de referência para atenção às demandas diretas provocadas pelo rompimento da barragem; → Apoio das equipes regionais da SEDESE para troca de informações e apoio aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem (Poder Público Estadual); → Atuação coordenada entre municípios atingidos e atuação coordenada interfederativa, inclusive com relação mais direta entre CIF e gestores municipais.
389	Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental;	→ Apoio à criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes -piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local, estadual e Fundação Renova);
390	Dano ao direito econômico/trabalho;	→ Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Oferta de cursos de requalificação profissional; → Oferta de cursos capacitação para o empreendedorismo; → Promoção de atividades de fortalecimento do protagonismo econômico e social das mulheres.
392	Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: - o Agricultura - o Pesca - o Pecuária - o Produção de areia (areal) - o Transporte.	→ Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); → Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); → Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); → Oferta de cursos capacitação para o empreendedorismo;
393	O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região;	→ Esclarecimento sobre a relação entre o surto de febre amarela e o desastre ambiental (Poder Público Estadual, Federal e Fundação Renova); → Fortalecimento das equipes de saúde para vacinação contra a febre amarela (Poder Público Local).
395	Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local;	
400	Dano ambiental/saneamento básico;	→ Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova);





SOBRÁLIA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
838	Fragilização de vínculos em função do desemprego e recessão;	→ Implantação de Equipes volantes de assistência à população rural, para a recuperação de vínculos (Poder Público Municipal, Estadual e Federal e Fundação Renova);
839	Alcoolismo;	
840		→ Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento para maior compreensão dos impactos (Poder público local e Fundação Renova);
841		→ Estreitamento dos canais de comunicação entre as gestões municipais, o Governo Estadual, Federal e a Fundação Renova
842		→ Articulação entre os municípios da calha do Rio Doce, para definição de estratégias conjuntas (Definição de representantes para acompanhamento das reuniões da CTOS) (Poder público local)
843		→ Trabalho social junto às famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial, para prepará-las para uma possível suspensão do benefício (Educação Financeira) (Poder público local e Fundação Renova);
844		→ Fiscalização e monitoramento das ações da Fundação Renova junto à população (recuperação da Bacia do Rio Doce) (Ministério Público e Poder Público);
845		→ Ações de recuperação das nascentes (Poder público municipal e Fundação Renova);
846	Violação do direito de acesso à água de qualidade e insegurança alimentar;	
847	Violência financeira contra pessoas idosas;	→ Trabalho social junto às famílias (Poder Público local e Fundação Renova);
848	Violência familiar em função do alcoolismo.	→ Parceria com outros setores, como Saúde, Educação etc. (Poder público local).
849	Evasão de pessoas para busca de empregos (Sobralia);	→ Devolutivas sobre as indenizações às famílias (Fundação Renova);
850	Perda da rotina habitual, principalmente nas zonas rurais (Sobralia);	→ Devolutivas sobre as indenizações às famílias (Fundação Renova);
851	Fluxo migratório inverso (pessoas retornando para Sobralia, vindas dos EUA, de São Paulo etc.).	→ Devolutivas sobre as indenizações às famílias (Fundação Renova);
852	Mobilização para auxílio às cidades vizinhas (doações de água mineral) – Belo Oriente e Sobralia;	→ Articulação entre o MAB e os órgãos da Assistência Social para esclarecer pontos importantes para a população (Poder público local e Movimento Social);
853	Em Sobralia, a população mais afetada foi a de baixa renda;	→ Trabalho social junto às famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial, para prepará-las para uma possível suspensão do benefício (Educação Financeira e Planejamento) (Poder Público local e Fundação Renova);
854	Comprometimento da pesca (Sobralia e Belo Oriente);	→ Maiores esclarecimentos sobre a qualidade da água (Fundação Renova).
855	Evasão de pessoas para busca de empregos (Sobralia);	→ Capacitação profissional (Poder Público local e Fundação Renova); → Reflexão sobre a diversificação econômica e sobre as potencialidades econômicas de cada cidade (Poder Público local);
856	Mão de obra qualificada acaba ficando sem opções;	→ Envolvimento da população local nas obras e ações de mitigação e recuperação dos impactos: (estímulo aos viveiros de mudas em Belo Oriente, para reflorestamento das áreas próximas ao Rio Doce, e investimentos na piscicultura para o repovoamento da fauna); → Absorção da mão de obra local nos empreendimentos da Vale e na Estrada de Ferro Vitória-Minas;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
857	Aumento da busca por benefícios eventuais (Cesta Básica) (Sobralia);	→ Articulações com as gestões Estadual e Federal do Bolsa Família (Poder Público Estadual e Federal).
858	O Piso Mineiro não é suficiente (Sobralia);	
859	As demandas que têm porta de entrada no CRAS acabam “entupindo” a capacidade de atendimento e prejudicando as ações do PAIF;	→ Criação de equipes volantes (Sobralia – Plautino Soares e Belo Oriente) (Poder Público Local, Estadual e Federal e Fundação Renova); → Busca Ativa para identificação de famílias em situação de vulnerabilidade e encaminhamento ao PAIF (Poder Público local);
860	Já havia demandas de Proteção Social Especial em Sobralia (mesmo antes do rompimento), mas o município, por ser de pequeno porte 1, não tem CREAS. Por isso, foram orientados a ter uma equipe de Proteção Especial para garantir o atendimento a essas demandas urgentes e “desafogar” o PAIF;	→ Proteção Social Especial está sendo implantada pela equipe (Sobralia) (Poder Público local); → Necessidade de mais profissionais para cobrir a Proteção Social Especial (psicólogos, advogados, assistentes sociais etc.) em Sobralia (Poder Público local e estadual).
861	Alta rotatividade de profissionais e vínculos empregatícios frágeis, causando descontinuidade nos serviços;	→ Fortalecimento dos vínculos empregatícios e da segurança dos profissionais da Assistência Social (concursos públicos, inclusão no Plano de Carreira etc.) (Poder Público – todos os entes federados);
862	Ausência de Vigilância Socioassistencial para o monitoramento das demandas socioassistenciais;	→ Apoio às gestões para a implantação da Vigilância Socioassistencial (Poder Público – todos os entes federados);
863	Carência de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e veículos) para o pleno atendimento às demandas;	→ Melhoria na infraestrutura (veículos, espaços etc.) (Fundação Renova).
864	Aumento das demandas pela implementação de planos de Medida Socioeducativa e de outras estratégias envolvendo a política de Assistência Social.	
865	Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura (Belo Oriente), e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade e quantidade de água;	→ Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova);
866	Fontes de água poluídas em todos os municípios e racionamento de água;	→ Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova);
867	Impactos ambientais de outras indústrias.	→ Educação Ambiental.
868	Mau cheiro decorrente da mortandade de peixes (Cachoeira Escura – Belo Oriente; Plautino Soares – Sobralia);	→ Esclarecimentos sobre os serviços ofertados no Ponto Focal da Samarco/Fundação Renova em Cachoeira Escura (Belo Oriente) (Fundação Renova).
869	Crescimento de ocorrências de assaltos, latrocínios;	→ Trabalhos sociais, principalmente nos distritos onde há trabalhadores de empresas (A Vale já iniciou um projeto em Cachoeira Escura – Belo Oriente) (Poder Público local e Setor privado).
870	A mão-de-obra local não tem oportunidades de emprego;	→ Diálogo com empresas locais para priorização da mão-de-obra local (Comunidades, poder público e setor privado);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
871	Evasão de pessoas para busca de empregos;	→ Capacitação profissional, por meio de cursos profissionalizantes (Poder público e Setor privado).
872	Carência de condições de estrutura para o trabalho do Conselho Tutelar.	→ Estruturação dos serviços do Conselho Tutelar e de outros órgãos de proteção dessa população (Poder público).

ALPERCATA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
754	Fragilização de vínculos em função do desemprego e recessão;	→ Implantação de Equipes volantes de assistência à população rural, para a recuperação de vínculos (Poder Público Municipal, Estadual e Federal e Fundação Renova);
755	Alcoolismo;	
756		→ Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento para maior compreensão dos impactos (Poder público local e Fundação Renova);
757		→ Estreitamento dos canais de comunicação entre as gestões municipais, o Governo Estadual, Federal e a Fundação Renova
758		→ Articulação entre os municípios da calha do Rio Doce, para definição de estratégias conjuntas (Definição de representantes para acompanhamento das reuniões da CTOS) (Poder público local)
759		→ Trabalho social junto às famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial, para prepará-las para uma possível suspensão do benefício (Educação Financeira) (Poder público local e Fundação Renova);
760		→ Fiscalização e monitoramento das ações da Fundação Renova junto à população (recuperação da Bacia do Rio Doce) (Ministério Público e Poder Público);
761		→ Ações de recuperação das nascentes (Poder público municipal e Fundação Renova);
762	Violação do direito de acesso à água de qualidade e insegurança alimentar;	
763	Violência financeira contra pessoas idosas;	→ Trabalho social junto às famílias (Poder Público local e Fundação Renova);
764	Violência familiar em função do alcoolismo.	→ Parceria com outros setores, como Saúde, Educação etc. (Poder público local).
765	Fluxo migratório inverso (pessoas retornando para Sobralia, vindas dos EUA, de São Paulo etc.).	→ Devolutivas sobre as indenizações às famílias (Fundação Renova);
766		→ Trabalho social junto às famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial, para prepará-las para uma possível suspensão do benefício (Educação Financeira e Planejamento) (Poder Público local e Fundação Renova);
767	Novas despesas da população para a compra de água mineral (Alpercata);	→ Maiores esclarecimentos sobre a qualidade da água (Fundação Renova).





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
768	Mão de obra qualificada acaba ficando sem opções;	→ Envolvimento da população local nas obras e ações de mitigação e recuperação dos impactos: (estímulo aos viveiros de mudas em Belo Oriente, para reflorestamento das áreas próximas ao Rio Doce, e investimentos na piscicultura para o repovoamento da fauna); → Absorção da mão de obra local nos empreendimentos da Vale e na Estrada de Ferro Vitória-Minas;
769	As demandas que têm porta de entrada no CRAS acabam "entupindo" a capacidade de atendimento e prejudicando as ações do PAIF;	→ Criação de equipes volantes (Sobralia – Plautino Soares e Belo Oriente) (Poder Público Local, Estadual e Federal e Fundação Renova); → Busca Ativa para identificação de famílias em situação de vulnerabilidade e encaminhamento ao PAIF (Poder Público local);
770	Já havia demandas de Proteção Social Especial em Sobralia (mesmo antes do rompimento), mas o município, por ser de pequeno porte 1, não tem CREAS. Por isso, foram orientados a ter uma equipe de Proteção Especial para garantir o atendimento a essas demandas urgentes e "desafogar" o PAIF;	→ Proteção Social Especial está sendo implantada pela equipe (Sobralia) (Poder Público local); → Necessidade de mais profissionais para cobrir a Proteção Social Especial (psicólogos, advogados, assistentes sociais etc.) em Sobralia (Poder Público local e estadual).
771		→ Proteção Social Especial está sendo implantada pela equipe (Sobralia) (Poder Público local); → Necessidade de mais profissionais para cobrir a Proteção Social Especial (psicólogos, advogados, assistentes sociais etc.) em Sobralia (Poder Público local e estadual).
772	Alta rotatividade de profissionais e vínculos empregatícios frágeis, causando descontinuidade nos serviços;	→ Fortalecimento dos vínculos empregatícios e da segurança dos profissionais da Assistência Social (concursos públicos, inclusão no Plano de Carreira etc.) (Poder Público – todos os entes federados);
773	Ausência de Vigilância Socioassistencial para o monitoramento das demandas socioassistenciais;	→ Apoio às gestões para a implantação da Vigilância Socioassistencial (Poder Público – todos os entes federados);
774	Carência de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e veículos) para o pleno atendimento às demandas;	→ Melhoria na infraestrutura (veículos, espaços etc.) (Fundação Renova).
775	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Estreitamento da comunicação com a Fundação Renova, Governo Estadual e Governo Federal;
776	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Criação e fortalecimento de Conselhos Regionais dos profissionais de Assistência Social, para articulação (Poder Público local – vários municípios);
777	Semelhantes aos impactos nas "Necessidades de Equipe";	→ Fortalecimento dos vínculos empregatícios e da segurança dos profissionais da Assistência Social (concursos públicos, inclusão no Plano de Carreira etc.) (Poder Público – todos os entes federados).
778	Aumento das demandas pela implementação de planos de Medida Socioeducativa e de outras estratégias envolvendo a política de Assistência Social.	
779	Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura (Belo Oriente), e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade e quantidade de água;	→ Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
780	Fontes de água poluídas em todos os municípios e racionamento de água;	→ Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova);
781	Impactos ambientais de outras indústrias.	→ Educação Ambiental.
782	Crescimento de ocorrências de assaltos, latrocínios;	→ Trabalhos sociais, principalmente nos distritos onde há trabalhadores de empresas (A Vale já iniciou um projeto em Cachoeira Escura – Belo Oriente) (Poder Público local e Setor privado).
783	A mão-de-obra local não tem oportunidades de emprego;	→ Diálogo com empresas locais para priorização da mão-de-obra local (Comunidades, poder público e setor privado);
784	Evasão de pessoas para busca de empregos;	→ Capacitação profissional, por meio de cursos profissionalizantes (Poder público e Setor privado).
785	Carência de condições de estrutura para o trabalho do Conselho Tutelar.	→ Estruturação dos serviços do Conselho Tutelar e de outros órgãos de proteção dessa população (Poder público).

GOVERNADOR VALADARES/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
523	Afastamento de famílias pelo desastre. Era comum a reunião familiar aos fins de semana e esse hábito foi prejudicado pelo dano ou a destruição das comunidades rurais e suas redondezas;	→ Inserção dos beneficiários nos serviços de convivência familiar (PAIF) (Poder público municipal); → Ampliação do aporte de recursos (como veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa da Assistência (Fundação Renova); → Treinamento para as equipes da assistência social (Poder Público Estadual e Fundação Renova).
524	Abandono e perda de sentido de locais públicos de encontro habituais;	→ Realização de diagnóstico da realidade local pela equipe volante do CRAS (Poder público municipal);
525	Migração para outros municípios e Estados;	→ Acréscimo de equipe para fortalecimento do trabalho da atenção básica da Assistência Social (Fundação Renova);
526	Desemprego e precarização da renda, afetando o convívio familiar e comunitário.	→ Reconstrução de casas ou remanejamento de famílias para outras localidades (Fundação Renova);
527	Violação do direito ao acesso à água de qualidade;	→ Ação preventiva e corretiva para captação alternativa de água (Fundação Renova);
528	Violação do direito ao sustento dos pescadores e agricultores;	→ Revitalização do Rio Doce, inclusive de suas nascentes (Fundação Renova);
529	Violação do direito econômico dos comerciantes e trabalhadores dos municípios;	→ Ampliação da segurança das atividades mineradoras para assegurar que desastres semelhantes nunca mais ocorram (Poder Público Federal e Fundação Renova);
530	Violação do direito de ir e vir nas balsas que atravessavam o Rio;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
531	Estresse das equipes de servidores e trabalhadores que atuaram na linha de frente no momento da tragédia;	
532	Insegurança pública;	
533	Violação dos direitos dos consumidores, que enfrentaram escassez e inflação no momento do desastre;	
534	Violação do direito de defesa dos indenizados, que não puderam mais acionar a empresa na Justiça;	
535	Violação do direito ao acesso a informações completas e de qualidade sobre o desastre, suas consequências e as ações de mitigação.	→ Criação de centros de informação nos municípios (Fundação Renova).
536	Sentimento coletivo de tristeza e prejuízo à autoestima das populações dos municípios.	→ Investimento em Educação Ambiental (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Investimento em desenvolvimento sustentável, com envolvimento das comunidades tradicionais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Criação da Escola de Desenvolvimento Sustentável com diretrizes pedagógicas para a refundação e reconstrução das identidades locais e para a inclusão produtiva das populações da região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Investimento em cultura, inclusive com a produção e divulgação de filmes e documentários que contem a história local e resgatem a autoestima das comunidades (Fundação Renova).
537	Desagregação comunitária e sensação de “salve-se quem puder” (primeiro momento);	→ Criação de um escritório em Governador Valadares para servir exclusivamente de local de trabalho para os representantes dos atingidos. Esse espaço poderia servir também como Centro de Referência em Direitos Humanos (Fundação Renova);
538	Ampliação da mobilização social com a criação, reativação e fortalecimento da ação de grupos, associações, organizações e coletivos sociais (momento subsequente).	→ Apoio à atuação do Fórum da Via Campesina na região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Fortalecimento dos movimentos sociais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova);
539	Aumento do desemprego e perda dos meios de trabalho e renda, especialmente para: o Comerciantes locais; o Restaurantes; o Balseiros; o Profissionais da indústria do turismo; o Pequenos produtores; o Agricultores; o Pescadores; o Doceiras.	→ Atração de investimentos externos para a geração de emprego e renda (Fundação Renova); → Investimento em infraestrutura (Ex.: saneamento básico) (Fundação Renova); → Assistência Técnica Rural (Fundação Renova); → Oferta de cursos de qualificação profissional (Fundação Renova); → Geração de fontes alternativas de renda (Fundação Renova); → Recuperação do rio para que o mesmo volte a ser um Rio Doce (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Apoio e suporte às cooperativas locais com infraestrutura (Fundação Renova); → Elaboração de projetos de inserção econômica dos desempregados (Fundação Renova); → Apoio à comercialização dos produtos da economia local (Fundação Renova).
540	Cancelamento do benefício do Bolsa Família devido à ampliação circunstancial da renda dos beneficiários pelo recebimento do “cartão Samarco”;	→ Reestabelecimento do acesso dos beneficiários ao Programa Bolsa Família (PBF) (Poder Público Federal);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
541	Ampliação da demanda pelos benefícios eventuais, especialmente das famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Comunicação direta com os beneficiários sobre a situação de reestabelecimento do acesso ao PBF (Poder Público Federal);
542	Ampliação da demanda por cestas básicas durante o período emergencial.	
543	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Básica;	→ Investimento na estrutura física dos equipamentos (Fundação Renova); → Ampliação das equipes (Poder Público Municipal); → Apoio às equipes volantes com investimentos (veículos) e recursos para custeio (combustível) (Fundação Renova).
544	Aumento da procura pelo PBF;	
545	Ampliação da demanda pelo serviço de emissão de documentos, principalmente pelas famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Treinamento das equipes (Poder Público Estadual);
546	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Especial;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
547	Agravamento dos problemas de convívio familiar;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
548	Agravamento das violações de direitos de idosos e pessoas com deficiência;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
549	Aumento da violência doméstica;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
550	Aumento exponencial de violação de direitos. Ampliação quantitativa de: o Migrantes; o População em situação de rua; o Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; o Crianças e adolescentes ameaçados de morte.	→ Recuperação e adequação dos equipamentos de acolhimento institucional dos municípios (Fundação Renova).
551	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia;	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
552	Falta de preparo para lidar com situações de emergência;	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
553	Falta de preparo, suporte e equipamentos para lidar com as situações decorrentes do desastre e a ampliação das demandas.	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
554		→ Fortalecimento da política de assistência social com melhoria da infraestrutura, concurso público e aprimoramento dos planos de cargos e salários.
555	Perda de documentos de identificação;	
556	Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social;	
557	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente;	
558	Falta de informação com relação às regras do "cartão Samarco";	
559	Erro de focalização na seleção dos beneficiários do "cartão Samarco";	
561		→ Criação de Centro Cultural (Fundação Renova).
562	Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis.	
563	Interrupção do abastecimento d'água;	→ Investimento em saneamento Básico (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
564	Aumento da perfuração de poços artesanais;	→ Investimento em saneamento Básico (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
565	Perda do plantio e de animais;	
566	Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis.	
567	Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas do Rio.	→ Campanhas de imunização preventiva (Poder Público Municipal);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
568		→ Incentivo ao esporte com o patrocínio dos times de futebol locais (como o Democrata de Governador Valadares) e também às equipes de outros esportes (Fundação Renova).
569	Impacto para a indústria do turismo;	
570	Impacto para as cooperativas locais;	
571	Desorganização das economias municipais com a difusão do “cartão da Samarco”;	
572	Impacto para o recebimento de outros benefícios;	
573	Destruição da economia da pesca e da agricultura;	
574	Desmobilização social e desorganização da associação de pescadores;	
575	Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade.	

TUMIRITINGA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
629	Afastamento de famílias pelo desastre. Era comum a reunião familiar aos fins de semana e esse hábito foi prejudicado pelo dano ou a destruição das comunidades rurais e suas redondezas;	→ Inserção dos beneficiários nos serviços de convivência familiar (PAIF) (Poder público municipal); → Ampliação do aporte de recursos (como veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa da Assistência (Fundação Renova); → Treinamento para as equipes da assistência social (Poder Público Estadual e Fundação Renova).
630	Abandono e perda de sentido de locais públicos de encontro habituais;	→ Realização de diagnóstico da realidade local pela equipe volante do CRAS (Poder público municipal);
631	Migração para outros municípios e Estados;	→ Acréscimo de equipe para fortalecimento do trabalho da atenção básica da Assistência Social (Fundação Renova);
632	Desemprego e precarização da renda, afetando o convívio familiar e comunitário.	→ Reconstrução de casas ou remanejamento de famílias para outras localidades (Fundação Renova);
633	Violação do direito ao acesso à água de qualidade;	→ Ação preventiva e corretiva para captação alternativa de água (Fundação Renova);
634	Violação do direito ao sustento dos pescadores e agricultores;	→ Revitalização do Rio Doce, inclusive de suas nascentes (Fundação Renova);
635	Violação do direito econômico dos comerciantes e trabalhadores dos municípios;	→ Ampliação da segurança das atividades mineradoras para assegurar que desastres semelhantes nunca mais ocorram (Poder Público Federal e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
636	Violação do direito de ir e vir nas balsas que atravessavam o Rio;	
637	Estresse das equipes de servidores e trabalhadores que atuaram na linha de frente no momento da tragédia;	
638	Insegurança pública;	
639	Violação dos direitos dos consumidores, que enfrentaram escassez e inflação no momento do desastre;	
640	Violação do direito de defesa dos indenizados, que não puderam mais acionar a empresa na Justiça;	
641	Violação do direito ao acesso a informações completas e de qualidade sobre o desastre, suas consequências e as ações de mitigação.	→ Criação de centros de informação nos municípios (Fundação Renova).
642	Sentimento coletivo de tristeza e prejuízo à autoestima das populações dos municípios.	→ Investimento em Educação Ambiental (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Investimento em desenvolvimento sustentável, com envolvimento das comunidades tradicionais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Criação da Escola de Desenvolvimento Sustentável com diretrizes pedagógicas para a refundação e reconstrução das identidades locais e para a inclusão produtiva das populações da região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Investimento em cultura, inclusive com a produção e divulgação de filmes e documentários que contem a história local e resgatem a autoestima das comunidades (Fundação Renova).
643	Desagregação comunitária e sensação de “salve-se quem puder” (primeiro momento);	→ Criação de um escritório em Governador Valadares para servir exclusivamente de local de trabalho para os representantes dos atingidos. Esse espaço poderia servir também como Centro de Referência em Direitos Humanos (Fundação Renova);
644	Ampliação da mobilização social com a criação, reativação e fortalecimento da ação de grupos, associações, organizações e coletivos sociais (momento subsequente).	→ Apoio à atuação do Fórum da Via Campesina na região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Fortalecimento dos movimentos sociais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova);
645	Aumento do desemprego e perda dos meios de trabalho e renda, especialmente para: - o Comerciantes locais; - o Restaurantes; - o Balseiros; - o Profissionais da indústria do turismo; - o Pequenos produtores; - o Agricultores; - o Pescadores; - o Doceiras.	→ Atração de investimentos externos para a geração de emprego e renda (Fundação Renova); → Investimento em infraestrutura (Ex.: saneamento básico) (Fundação Renova); → Assistência Técnica Rural (Fundação Renova); → Oferta de cursos de qualificação profissional (Fundação Renova); → Geração de fontes alternativas de renda (Fundação Renova); → Recuperação do rio para que o mesmo volte a ser um Rio Doce (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Apoio e suporte às cooperativas locais com infraestrutura (Fundação Renova); → Elaboração de projetos de inserção econômica dos desempregados (Fundação Renova); → Apoio à comercialização dos produtos da economia local (Fundação Renova).





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
646	Cancelamento do benefício do Bolsa Família devido à ampliação circunstancial da renda dos beneficiários pelo recebimento do "cartão Samarco";	→ Reestabelecimento do acesso dos beneficiários ao Programa Bolsa Família (PBF) (Poder Público Federal);
647	Ampliação da demanda pelos benefícios eventuais, especialmente das famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Comunicação direta com os beneficiários sobre a situação de reestabelecimento do acesso ao PBF (Poder Público Federal);
648	Ampliação da demanda por cestas básicas durante o período emergencial.	
649	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Básica;	→ Investimento na estrutura física dos equipamentos (Fundação Renova); → Ampliação das equipes (Poder Público Municipal); → Apoio às equipes volantes com investimentos (veículos) e recursos para custeio (combustível) (Fundação Renova).
650	Aumento da procura pelo PBF;	
651	Ampliação da demanda pelo serviço de emissão de documentos, principalmente pelas famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Treinamento das equipes (Poder Público Estadual);
652	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Especial;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
653	Agravamento dos problemas de convívio familiar;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
654	Agravamento das violações de direitos de idosos e pessoas com deficiência;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
655	Aumento da violência doméstica;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
656	Aumento exponencial de violação de direitos. Ampliação quantitativa de: o Migrantes; o População em situação de rua; o Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; o Crianças e adolescentes ameaçados de morte.	→ Recuperação e adequação dos equipamentos de acolhimento institucional dos municípios (Fundação Renova).





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
657	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia;	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
658	Falta de preparo para lidar com situações de emergência;	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
659	Falta de preparo, suporte e equipamentos para lidar com as situações decorrentes do desastre e a ampliação das demandas.	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
660		→ Fortalecimento da política de assistência social com melhoria da infraestrutura, concurso público e aprimoramento dos planos de cargos e salários.
661	Perda de documentos de identificação;	
662	Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social;	
663	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente;	
664	Falta de informação com relação às regras do “cartão Samarco”;	
665	Erro de focalização na seleção dos beneficiários do “cartão Samarco”;	
667		→ Criação de Centro Cultural (Fundação Renova).
668	Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis.	
669	Interrupção do abastecimento d’água;	→ Investimento em saneamento Básico (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
670	Aumento da perfuração de poços artesianos;	→ Investimento em saneamento Básico (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
671	Perda do plantio e de animais;	
672	Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis.	
673	Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas do Rio.	→ Campanhas de imunização preventiva (Poder Público Municipal);
674		→ Incentivo ao esporte com o patrocínio dos times de futebol locais (como o Democrata de Governador Valadares) e também às equipes de outros esportes (Fundação Renova).
675	Impacto para a indústria do turismo;	
676	Impacto para as cooperativas locais;	
677	Desorganização das economias municipais com a difusão do “cartão da Samarco”;	
678	Impacto para o recebimento de outros benefícios;	
679	Destruição da economia da pesca e da agricultura;	
680	Desmobilização social e desorganização da associação de pescadores;	
681	Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade.	

CONSELHEIRO PENA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
576	Afastamento de famílias pelo desastre. Era comum a reunião familiar aos fins de semana e esse hábito foi prejudicado pelo dano ou a destruição das comunidades rurais e suas redondezas;	→ Inserção dos beneficiários nos serviços de convivência familiar (PAIF) (Poder público municipal); → Ampliação do aporte de recursos (como veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa da Assistência (Fundação Renova); → Treinamento para as equipes da assistência social (Poder Público Estadual e Fundação Renova).
577	Abandono e perda de sentido de locais públicos de encontro habituais;	→ Realização de diagnóstico da realidade local pela equipe volante do CRAS (Poder público municipal);
578	Migração para outros municípios e Estados;	→ Acréscimo de equipe para fortalecimento do trabalho da atenção básica da Assistência Social (Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
579	Desemprego e precarização da renda, afetando o convívio familiar e comunitário.	→ Reconstrução de casas ou remanejamento de famílias para outras localidades (Fundação Renova);
580	Violação do direito ao acesso à água de qualidade;	→ Ação preventiva e corretiva para captação alternativa de água (Fundação Renova);
581	Violação do direito ao sustento dos pescadores e agricultores;	→ Revitalização do Rio Doce, inclusive de suas nascentes (Fundação Renova);
582	Violação do direito econômico dos comerciantes e trabalhadores dos municípios;	→ Ampliação da segurança das atividades mineradoras para assegurar que desastres semelhantes nunca mais ocorram (Poder Público Federal e Fundação Renova);
583	Violação do direito de ir e vir nas balsas que atravessavam o Rio;	
584	Estresse das equipes de servidores e trabalhadores que atuaram na linha de frente no momento da tragédia;	
585	Insegurança pública;	
586	Violação dos direitos dos consumidores, que enfrentaram escassez e inflação no momento do desastre;	
587	Violação do direito de defesa dos indenizados, que não puderam mais acionar a empresa na Justiça;	
588	Violação do direito ao acesso a informações completas e de qualidade sobre o desastre, suas consequências e as ações de mitigação.	→ Criação de centros de informação nos municípios (Fundação Renova).
589	Sentimento coletivo de tristeza e prejuízo à autoestima das populações dos municípios.	→ Investimento em Educação Ambiental (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Investimento em desenvolvimento sustentável, com envolvimento das comunidades tradicionais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Criação da Escola de Desenvolvimento Sustentável com diretrizes pedagógicas para a refundação e reconstrução das identidades locais e para a inclusão produtiva das populações da região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Investimento em cultura, inclusive com a produção e divulgação de filmes e documentários que contem a história local e resgatem a autoestima das comunidades (Fundação Renova).
590	Desagregação comunitária e sensação de “salve-se quem puder” (primeiro momento);	→ Criação de um escritório em Governador Valadares para servir exclusivamente de local de trabalho para os representantes dos atingidos. Esse espaço poderia servir também como Centro de Referência em Direitos Humanos (Fundação Renova);
591	Ampliação da mobilização social com a criação, reativação e fortalecimento da ação de grupos, associações, organizações e coletivos sociais (momento subsequente).	→ Apoio à atuação do Fórum da Via Campesina na região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Fortalecimento dos movimentos sociais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
592	Aumento do desemprego e perda dos meios de trabalho e renda, especialmente para: - o Comerciantes locais; - o Restaurantes; - o Balseiros; - o Profissionais da indústria do turismo; - o Pequenos produtores; - o Agricultores; - o Pescadores; - o Doceiras.	→ Atração de investimentos externos para a geração de emprego e renda (Fundação Renova); → Investimento em infraestrutura (Ex.: saneamento básico) (Fundação Renova); → Assistência Técnica Rural (Fundação Renova); → Oferta de cursos de qualificação profissional (Fundação Renova); → Geração de fontes alternativas de renda (Fundação Renova); → Recuperação do rio para que o mesmo volte a ser um Rio Doce (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); → Apoio e suporte às cooperativas locais com infraestrutura (Fundação Renova); → Elaboração de projetos de inserção econômica dos desempregados (Fundação Renova); → Apoio à comercialização dos produtos da economia local (Fundação Renova).
593	Cancelamento do benefício do Bolsa Família devido à ampliação circunstancial da renda dos beneficiários pelo recebimento do "cartão Samarco";	→ Reestabelecimento do acesso dos beneficiários ao Programa Bolsa Família (PBF) (Poder Público Federal);
594	Ampliação da demanda pelos benefícios eventuais, especialmente das famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Comunicação direta com os beneficiários sobre a situação de reestabelecimento do acesso ao PBF (Poder Público Federal);
595	Ampliação da demanda por cestas básicas durante o período emergencial.	
596	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Básica;	→ Investimento na estrutura física dos equipamentos (Fundação Renova); → Ampliação das equipes (Poder Público Municipal); → Apoio às equipes volantes com investimentos (veículos) e recursos para custeio (combustível) (Fundação Renova).
597	Aumento da procura pelo PBF;	
598	Ampliação da demanda pelo serviço de emissão de documentos, principalmente pelas famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	→ Treinamento das equipes (Poder Público Estadual);
599	Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Especial;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
600	Agravamento dos problemas de convívio familiar;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
601	Agravamento das violações de direitos de idosos e pessoas com deficiência;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);
602	Aumento da violência doméstica;	→ Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
603	Aumento exponencial de violação de direitos. Ampliação quantitativa de: o Migrantes; o População em situação de rua; o Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; o Crianças e adolescentes ameaçados de morte.	→ Recuperação e adequação dos equipamentos de acolhimento institucional dos municípios (Fundação Renova).
604	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia;	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
605	Falta de preparo para lidar com situações de emergência;	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
606	Falta de preparo, suporte e equipamentos para lidar com as situações decorrentes do desastre e a ampliação das demandas.	→ Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); → Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); → Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); → Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); → Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
607		→ Fortalecimento da política de assistência social com melhoria da infraestrutura, concurso público e aprimoramento dos planos de cargos e salários.
608	Perda de documentos de identificação;	
609	Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social;	
610	Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente;	
611	Falta de informação com relação às regras do "cartão Samarco";	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
612	Erro de focalização na seleção dos beneficiários do "cartão Samarco";	
614		→ Criação de Centro Cultural (Fundação Renova).
615	Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis.	
616	Interrupção do abastecimento d'água;	→ Investimento em saneamento Básico (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
617	Aumento da perfuração de poços artesianos;	→ Investimento em saneamento Básico (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
618	Perda do plantio e de animais;	
619	Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis.	
620	Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas do Rio.	→ Campanhas de imunização preventiva (Poder Público Municipal);
621		→ Incentivo ao esporte com o patrocínio dos times de futebol locais (como o Democrata de Governador Valadares) e também às equipes de outros esportes (Fundação Renova).
622	Impacto para a indústria do turismo;	
623	Impacto para as cooperativas locais;	
624	Desorganização das economias municipais com a difusão do "cartão da Samarco";	
625	Impacto para o recebimento de outros benefícios;	
626	Destruição da economia da pesca e da agricultura;	
627	Desmobilização social e desorganização da associação de pescadores;	
628	Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade.	



RESPLENDOR/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
699	Houve migração da população após o rompimento, tendo havido casos de fragilização de vínculos familiares e comunitários (Resplendor);	
700	Pessoas precisaram se deslocar para casa de parentes por causa dos problemas de abastecimento de água, o que causou fragilização dos vínculos familiares e comunitários (Resplendor);	
701	Barreiras emocionais por parte da população para aceitar a conviver e usar novamente a água do Rio Doce (Itueta e Resplendor);	→ Trabalho psicossocial sistemático com a população para gerar confiança em relação à água do rio (Fundação Renova);
702	Crianças, adolescentes, idosos e gestantes expostos ao sol, excesso de peso ao buscar fardos de garrafa d'água (Resplendor e Itueta);	
703	Comércio da água doada por parte de alguns comerciantes (Resplendor e Itueta);	
704	População continuou pagando taxa de tratamento de água da Copasa, mesmo sem ter havido o tratamento (Resplendor e Itueta);	→ Ressarcimento das famílias do valor relativo à taxa de tratamento de água cobrada no período de interrupção de abastecimento (Governo-MG/Copasa);
705	Interrupção do abastecimento de água (Resplendor e Itueta);	
706	Necessidade da população de comprar água mineral (Resplendor e Itueta);	
707	Interrupção das atividades escolares (Resplendor e Itueta);	
708	Redução da carga horária no serviço público (Resplendor e Itueta);	
709	População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia);	
710	Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
711	População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce;	→ Fundação Renova deve divulgar informações sobre a qualidade da água;
712	Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areeiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	→ Fundação Renova deve oferecer capacitações para a população e para o poder público para atuação em situações de desastre (Defesa Civil)
713	Impossibilidade de uso da água afetou: o Pescadores o Areeiros o Ribeirinhos o Comerciantes o Trabalhadores autônomos o Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); População indígena (criação de gado);	→ Oferta de capacitações profissionais e cursos técnicos para a população para inserção no mercado de trabalho (para exercício de novas atividades profissionais) – Fundação Renova; → Fomento para diversificação das atividades econômicas da região e incentivo ao cooperativismo (Poder Público); → Criação de centro de processamento de lixo - reciclagem (Fundação Renova); → Pessoa de referência da Fundação Renova em Itueta para informar sobre ações da fundação; → Estabelecimento de ponto focal em cada município para diálogo com Fundação Renova (Poder Público e comunidade);
714	Houve aumento de demanda por Bolsa Família e demais benefícios (Resplendor e Itueta);	
715	Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	→ Ampliar a equipe da proteção social básica (Fundação Renova);
717	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Disponibilização de veículos, combustível e equipe para realização de visitas de acompanhamento familiar (Fundação Renova);
718	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Montar equipe psicossocial para atender os municípios (Fundação Renova: trabalhará em parceria com os municípios);
719	Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	→ Necessidade de atenção para o rio Manhuaçu: avaliação do impacto causado pelo aumento de captação da água do rio; → Estabelecer parceria entre a Fundação Renova e Instituto Terra para recuperação de nascentes;
720	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
721	Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
722	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
723	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
724	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de equipe de saúde (Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
725	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Verificar as responsabilidades dos problemas de abastecimento de água junto à Fundação Renova/ Copasa;
726	Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	→ Restauração das praças; → Restauração da orla (Resplendor, Aimorés) → Instalação de estádios, campos de futebol (Society), quadras poliesportivas, academias populares, parques, playgrounds; → Reativação/ criação de projetos sociais que atendem crianças e adolescentes; → Construção dos diques para espelho d'água (Aimorés); → Revitalização dos mirantes (Aimorés);

ITUETA/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
727	Barreiras emocionais por parte da população para aceitar a conviver e usar novamente a água do Rio Doce (Itueta e Resplendor);	→ Trabalho psicossocial sistemático com a população para gerar confiança em relação à água do rio (Fundação Renova);
728	Perda de opção de lazer para a população (Itueta);	→ Fundação Renova deve divulgar informações periódicas sobre as ações que estão sendo adotadas em relação ao Rio Doce;
729	Crianças, adolescentes, idosos e gestantes expostos ao sol, excesso de peso ao buscar fardos de garrafa d'água (Resplendor e Itueta);	
730	Comércio da água doada por parte de alguns comerciantes (Resplendor e Itueta);	
731	População continuou pagando taxa de tratamento de água da Copasa, mesmo sem ter havido o tratamento (Resplendor e Itueta);	→ Ressarcimento das famílias do valor relativo à taxa de tratamento de água cobrada no período de interrupção de abastecimento (Governo-MG/Copasa);
732	Interrupção do abastecimento de água (Resplendor e Itueta);	
733	Necessidade da população de comprar água mineral (Resplendor e Itueta);	
734	Interrupção das atividades escolares (Resplendor e Itueta);	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
735	Redução da carga horária no serviço público (Resplendor e Itueta);	
736	População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia);	
737	Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	
738	População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce;	→ Fundação Renova deve divulgar informações sobre a qualidade da água;
739	Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areeiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	→ Fundação Renova deve oferecer capacitações para a população e para o poder público para atuação em situações de desastre (Defesa Civil)
740	Impossibilidade de uso da água afetou: o Pescadores o Areeiros o Ribeirinhos o Comerciantes o Trabalhadores autônomos o Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); População indígena (criação de gado);	→ Oferta de capacitações profissionais e cursos técnicos para a população para inserção no mercado de trabalho (para exercício de novas atividades profissionais) – Fundação Renova; → Fomento para diversificação das atividades econômicas da região e incentivo ao cooperativismo (Poder Público); → Criação de centro de processamento de lixo - reciclagem (Fundação Renova); → Pessoa de referência da Fundação Renova em Itueta para informar sobre ações da fundação; → Estabelecimento de ponto focal em cada município para diálogo com Fundação Renova (Poder Público e comunidade);
741	Houve aumento de demanda por Bolsa Família e demais benefícios (Resplendor e Itueta);	
742	Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	→ Ampliar a equipe da proteção social básica (Fundação Renova);
744	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Disponibilização de veículos, combustível e equipe para realização de visitas de acompanhamento familiar (Fundação Renova);
745	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Montar equipe psicossocial para atender os municípios (Fundação Renova: trabalhará em parceria com os municípios);
746	Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	→ Necessidade de atenção para o rio Manhuaçu: avaliação do impacto causado pelo aumento de captação da água do rio; → Estabelecer parceria entre a Fundação Renova e Instituto Terra para recuperação de nascentes;
747	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
748	Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
749	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
750	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
751	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de equipe de saúde (Fundação Renova);
752	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Verificar as responsabilidades dos problemas de abastecimento de água junto à Fundação Renova/ Copasa;
753	Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	→ Restauração das praças; → Restauração da orla (Resplendor, Aimorés) → Instalação de estádios, campos de futebol (Society), quadras poliesportivas, academias populares, parques, playgrounds; → Reativação/ criação de projetos sociais que atendem crianças e adolescentes; → Construção dos diques para espelho d'água (Aimorés); → Revitalização dos mirantes (Aimorés);

AIMORÉS/MG

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
682	População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia);	
683	Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	
684	População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce;	→ Fundação Renova deve divulgar informações sobre a qualidade da água;
685	Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areeiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	→ Fundação Renova deve oferecer capacitações para a população e para o poder público para atuação em situações de desastre (Defesa Civil)





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
686	Impossibilidade de uso da água afetou: o Pescadores o Areeiros o Ribeirinhos o Comerciantes o Trabalhadores autônomos o Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); População indígena (criação de gado);	→ Oferta de capacitações profissionais e cursos técnicos para a população para inserção no mercado de trabalho (para exercício de novas atividades profissionais) – Fundação Renova; → Fomento para diversificação das atividades econômicas da região e incentivo ao cooperativismo (Poder Público); → Criação de centro de processamento de lixo - reciclagem (Fundação Renova); → Pessoa de referência da Fundação Renova em Itueta para informar sobre ações da fundação; → Estabelecimento de ponto focal em cada município para diálogo com Fundação Renova (Poder Público e comunidade);
687	Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	→ Ampliar a equipe da proteção social básica (Fundação Renova);
689	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Disponibilização de veículos, combustível e equipe para realização de visitas de acompanhamento familiar (Fundação Renova);
690	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Montar equipe psicossocial para atender os municípios (Fundação Renova: trabalhará em parceria com os municípios);
691	Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	→ Necessidade de atenção para o rio Manhuaçu: avaliação do impacto causado pelo aumento de captação da água do rio; → Estabelecer parceria entre a Fundação Renova e Instituto Terra para recuperação de nascentes;
692	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
693	Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
694	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
695	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
696	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de equipe de saúde (Fundação Renova);
697	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Verificar as responsabilidades dos problemas de abastecimento de água junto à Fundação Renova/ Copasa;
698	Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	→ Restauração das praças; → Restauração da orla (Resplendor, Aimorés) → Instalação de estádios, campos de futebol (Society), quadras poliesportivas, academias populares, parques, playgrounds; → Reativação/ criação de projetos sociais que atendem crianças e adolescentes; → Construção dos diques para espelho d'água (Aimorés); → Revitalização dos mirantes (Aimorés);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
682	População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia);	
683	Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	
684	População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce;	→ Fundação Renova deve divulgar informações sobre a qualidade da água;
685	Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	→ Fundação Renova deve oferecer capacitações para a população e para o poder público para atuação em situações de desastre (Defesa Civil)
686	Impossibilidade de uso da água afetou: o Pescadores o Areiros o Ribeirinhos o Comerciantes o Trabalhadores autônomos o Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); População indígena (criação de gado);	→ Oferta de capacitações profissionais e cursos técnicos para a população para inserção no mercado de trabalho (para exercício de novas atividades profissionais) – Fundação Renova; → Fomento para diversificação das atividades econômicas da região e incentivo ao cooperativismo (Poder Público); → Criação de centro de processamento de lixo - reciclagem (Fundação Renova); → Pessoa de referência da Fundação Renova em Itueta para informar sobre ações da fundação; → Estabelecimento de ponto focal em cada município para diálogo com Fundação Renova (Poder Público e comunidade);
687	Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	→ Ampliar a equipe da proteção social básica (Fundação Renova);
689	Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	→ Disponibilização de veículos, combustível e equipe para realização de visitas de acompanhamento familiar (Fundação Renova);
690	Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	→ Montar equipe psicossocial para atender os municípios (Fundação Renova: trabalhará em parceria com os municípios);
691	Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	→ Necessidade de atenção para o rio Manhuaçu: avaliação do impacto causado pelo aumento de captação da água do rio; → Estabelecer parceria entre a Fundação Renova e Instituto Terra para recuperação de nascentes;
692	Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
693	Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
694	Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
695	Aumento de casos de sedentarismo;	→ Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova);
696	Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	→ Aumento de equipe de saúde (Fundação Renova);
697	Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	→ Verificar as responsabilidades dos problemas de abastecimento de água junto à Fundação Renova/ Copasa;
698	Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	→ Restauração das praças; → Restauração da orla (Resplendor, Aimorés) → Instalação de estádios, campos de futebol (Society), quadras poliesportivas, academias populares, parques, playgrounds; → Reativação/ criação de projetos sociais que atendem crianças e adolescentes; → Construção dos diques para espelho d'água (Aimorés); → Revitalização dos mirantes (Aimorés);

BAIXO GUANDU/ES

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
914	Perda de meios de sobrevivência (pesca, areia e argila);	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova); → Oficinas de escuta aos trabalhadores para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova); → Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de desenvolvimento econômico local de forma sustentável e potencialização de alternativas de trabalho (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de empoderamento e planejamento econômico familiar (Educação Financeira) a longo prazo, para um possível cenário de suspensão do Auxílio Emergencial (Fundação Renova); → Capacitação profissional (por meio de oficinas e cursos de formação, não somente profissionalizantes) dos trabalhadores que perderam suas fontes de renda (a partir de Centros de Capacitação Permanente) (Fundação Renova); → Parceria intersetorial com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova); → Oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação para os trabalhadores que perderam suas fontes de renda – Fundação Renova; → Incubação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações) (Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
915	Fechamento dos comércios correlatos à pesca;	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova); → Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de desenvolvimento econômico local de forma sustentável e potencialização de alternativas de trabalho (Poder Público e Fundação Renova); → Parceria intersetorial com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova); → Incubação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações) (Fundação Renova);
916	Comprometimento da economia solidária (produção cooperativa de argila);	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova); → Oficinas de escuta aos trabalhadores para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova); → Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova); → Capacitação profissional (por meio de oficinas e cursos de formação, não somente profissionalizantes) dos trabalhadores que perderam suas fontes de renda (a partir de Centros de Capacitação Permanente) (Fundação Renova); → Parceria intersetorial com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova); → Incubação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações) (Fundação Renova);
917	Comprometimento da compra e do consumo de pescado (falta de confiança sobre a procedência do pescado);	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova); → Oficinas de escuta aos trabalhadores para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova); → Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de desenvolvimento econômico local de forma sustentável e potencialização de alternativas de trabalho (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de empoderamento e planejamento econômico familiar (Educação Financeira) a longo prazo, para um possível cenário de suspensão do Auxílio Emergencial (Fundação Renova); → Capacitação profissional (por meio de oficinas e cursos de formação, não somente profissionalizantes) dos trabalhadores que perderam suas fontes de renda (a partir de Centros de Capacitação Permanente) (Fundação Renova); → Parceria intersetorial com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova); → Oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação para os trabalhadores que perderam suas fontes de renda – Fundação Renova; → Incubação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações) (Fundação Renova);
918	Impactos ambientais: comprometimento de fauna (peixes e pássaros), solo, vegetação, paisagem e aumento de poeira;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
919	Possíveis impactos para a pecuária nas fazendas da região (Fazenda Fontenelle);	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova); → Oficinas de escuta aos trabalhadores para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova); → Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de desenvolvimento econômico local de forma sustentável e potencialização de alternativas de trabalho (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de empoderamento e planejamento econômico familiar (Educação Financeira) a longo prazo, para um possível cenário de suspensão do Auxílio Emergencial (Fundação Renova); → Capacitação profissional (por meio de oficinas e cursos de formação, não somente profissionalizantes) dos trabalhadores que perderam suas fontes de renda (a partir de Centros de Capacitação Permanente) (Fundação Renova); → Parceria intersetorial com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova); → Oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação para os trabalhadores que perderam suas fontes de renda – Fundação Renova; → Incubação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações) (Fundação Renova);
920	Comprometimento da agricultura (interrupção da irrigação pela água do rio);	
921	Fragilização do comércio local;	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova); → Oficinas de escuta aos trabalhadores para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova); → Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de desenvolvimento econômico local de forma sustentável e potencialização de alternativas de trabalho (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de empoderamento e planejamento econômico familiar (Educação Financeira) a longo prazo, para um possível cenário de suspensão do Auxílio Emergencial (Fundação Renova); → Capacitação profissional (por meio de oficinas e cursos de formação, não somente profissionalizantes) dos trabalhadores que perderam suas fontes de renda (a partir de Centros de Capacitação Permanente) (Fundação Renova); → Parceria intersetorial com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova); → Oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação para os trabalhadores que perderam suas fontes de renda – Fundação Renova; → Incubação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações) (Fundação Renova);
922	Árvores da região têm morrido e a qualidade das verduras não é a mesma;	
923	Pertencimento ao território: a população sente saudades da antiga paisagem do rio;	→ Promoção de eventos artísticos e culturais para a comunidade – Fundação Renova;
924	Rompimento de vínculos familiares e comunitários: o Auxílio Emergencial (e os critérios de recebimento) gerou conflitos nas próprias comunidades;	→ Promoção de eventos artísticos e culturais para a comunidade – Fundação Renova;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
925	Atração de novos moradores pela oportunidade de recebimento do Auxílio Emergencial;	
926	Aumento da ociosidade e do desemprego, devido à perda brusca das atividades profissionais;	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova); → Oficinas de escuta aos trabalhadores para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova); → Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de desenvolvimento econômico local de forma sustentável e potencialização de alternativas de trabalho (Poder Público e Fundação Renova); → Ações de empoderamento e planejamento econômico familiar (Educação Financeira) a longo prazo, para um possível cenário de suspensão do Auxílio Emergencial (Fundação Renova); → Capacitação profissional (por meio de oficinas e cursos de formação, não somente profissionalizantes) dos trabalhadores que perderam suas fontes de renda (a partir de Centros de Capacitação Permanente) (Fundação Renova); → Parceria intersetorial com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova); → Oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação para os trabalhadores que perderam suas fontes de renda – Fundação Renova; → Incubação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações) (Fundação Renova);
927	Aumento da vulnerabilidade social;	
928	Aumento do uso de psicoativos;	
929	Depressão, ansiedade e outros problemas de saúde mental;	
930	Aumento do acometimento por doenças de pele e alergias;	
931	Sensação de insegurança da população quanto à contaminação da água e do solo por metais pesados.	
932		→ Ampliação da integração e disseminação das informações entre o Poder Público e a Fundação Renova, para municiar a gestão municipal no monitoramento das famílias.
933		→ As ações precisam ser estruturadas pensando em uma atuação a médio e longo prazo, pensando propositivamente;
934		→ Implantação do CRAS em Mascarenhas (Poder Público com financiamento da Fundação Renova);
935		→ Financiamento da ampliação das equipes para o aprimoramento dos serviços socioassistenciais (Poder Público com financiamento da Fundação Renova);
936		→ Melhoria na infraestrutura das equipes para Busca Ativa e outros procedimentos de acompanhamento sistemático (Poder Público com financiamento da Fundação Renova);
937		→ Deslocamento dos usuários vindos de outros bairros da cidade (Fundação Renova).
938	Rompimento de vínculos familiares em função de separações;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
939	Evasão de pais para busca de empregos;	
940	Abandono parental;	
941	Alcoolismo;	
942	Fragilização de vínculos em decorrência da situação-limite envolvendo o abastecimento de água;	
943	Fragilização de vínculos em decorrência do Auxílio Emergencial;	
944	Dificuldade de fixação no território: instabilidade financeira torna mais frequentes os despejos de famílias;	
945	Famílias não interagem mais nos momentos de lazer às margens do rio.	
946	Violência doméstica, intensificada pela ociosidade.	
947	Aumento da ociosidade e do desemprego;	→ Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova);
948	Comprometimento da renda da pesca, da produção de areia e da argila;	
949	Aumento da condição de miséria e privação;	
950	Insegurança em relação à continuidade do Auxílio Emergencial;	
951	Problemas envolvendo a focalização do Auxílio Emergencial.	
952	Aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais, especialmente via CRAS;	→ Reforço às ações e procedimentos da Proteção Social Básica, com vistas a prevenir a intensificação dessas vulnerabilidades latentes (Poder Público e Fundação Renova).
953	Possível desconhecimento dos impactos sofridos por famílias que não acessaram os serviços da Proteção Social, e que não foram abordadas pela Busca Ativa;	→ Busca Ativa para compreensão da vulnerabilidade das famílias impactadas (Poder Público);
954	Aumento considerável da busca pelo Bolsa Família;	→ Ampliação das equipes de atendimento e acompanhamento das famílias (Fundação Renova);
955	Na Saúde, os impactos foram principalmente mentais (ansiedade, depressão, consumo de álcool e drogadição), mas também houve problemas digestivos (surto de diarreia) e dermatológicos (alergias).	→ Melhoria na infraestrutura disponível (veículos, equipamentos etc.) para o trabalho das equipes (Busca Ativa e visitas domiciliares) (Fundação Renova).
956	Segundo a Fundação Renova, há um monitoramento mensal da qualidade da água do Rio Doce, pela empresa CTA (a gestão municipal desconhece esse monitoramento);	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
957	Na Assistência Social, não tem sido realizado o monitoramento direto, pela falta de equipe suficiente;	
959	O município solicitou à Samarco a listagem de beneficiários do Auxílio Emergencial, mas ainda não recebeu;	
960	Desencontro de informações, que acabam sendo disseminadas para a população, e geram incertezas generalizadas;	
961	Falta de informações (diagnósticas e continuadas) sobre os impactos sofridos, sobre o Auxílio Emergencial e outras ações, por parte da Fundação Renova e do Governo Federal;	
962	Necessidade de oficializar as devolutivas dos monitoramentos sobre a água, dados e ações para a população;	
963	Necessidade de maior integração de informações e estratégias entre os diferentes entes e a Fundação Renova;	
964	Necessidade de ampliação da comunicação junto à população, para tranquilizá-la sobre o abastecimento de água.	

COLATINA/ES

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
875	Lazer • Prejuízos ao lazer e à pesca esportiva;	→ Criação de Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (Poder Público Local); → Criação de um Comitê para o estabelecimento do diálogo entre a Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (poder público municipal) e a Comissão Municipal dos Atingidos de Colatina (sociedade civil – 1ª reunião em 8 de abril de 2017) (Poder Público Local e sociedade civil);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
876		→ Criação de Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (Poder Público Local); → Criação de um Comitê para o estabelecimento do diálogo entre a Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (poder público municipal) e a Comissão Municipal dos Atingidos de Colatina (sociedade civil – 1ª reunião em 8 de abril de 2017) (Poder Público Local e sociedade civil);
877	Econômicos • Interrupção do abastecimento da água tratada com prejuízos para a Prefeitura e Sanear que tiveram as receitas drasticamente afetadas e realizou várias despesas extraordinárias; • Para as empresas que fornecem alimentos, houve perda de clientes e despesas extras na busca por outras fontes; • Interrupção da atividade pesqueira; • Interrupção da agroindústria por conta da irrigação e dessedentação animal; • Indústrias deixaram de se instalar na cidade; • Sobrecarga de trabalho dos servidores públicos (horas extras de trabalho); • Queda na renda dos agricultores; • Morte de animais e destruição de lavouras; • Perda e paralisação da atividade industrial; • Impacto para a indústria do turismo e serviços (ex. restaurantes, hotéis); • Ampliação no consumo d'água.	→ Criação de Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (Poder Público Local); → Criação de um Comitê para o estabelecimento do diálogo entre a Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (poder público municipal) e a Comissão Municipal dos Atingidos de Colatina (sociedade civil – 1ª reunião em 8 de abril de 2017) (Poder Público Local e sociedade civil); → Definição de competências (Fundação Renova e poderes públicos nas três esferas); → Apoio ao município para desenvolvimento de polos industriais.
878	Culturais • Perda da memória do trabalhador (trabalho da pesca); • Mudança de hábitos alimentares;	
879	Saúde: aumento na incidência de casos de depressão, síndrome do pânico, Burnout, hipertensão arterial, diabetes, urticárias, gastrites e doenças cerebrovasculares.	→ Acompanhamento psicossocial dos impactados (Fundação Renova);
880	Migração;	→ Cadastro das famílias impactadas (Fundação Renova);
881	Depressão;	→ Cadastro das famílias impactadas (Fundação Renova); → Atendimento psicossocial sistemático (Fundação Renova e Poder Público Local);
882	Alcoolismo;	→ Cadastro das famílias impactadas (Fundação Renova); → Atendimento psicossocial sistemático (Fundação Renova e Poder Público Local);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
883	Pescadores e agricultores afetados com consequências para a fragilização dos vínculos familiares.	→ Cadastro das famílias impactadas (Fundação Renova);
884	Prejuízo à sensação de pertencimento ao território;	
885	Conflitos sociais decorrentes da falta de planejamento e organização na distribuição da água;	
886	Direito à água potável e de qualidade;	→ Melhoria no sistema de tratamento de água (Fundação Renova). → Indenização e reforma das ETAs (Fundação Renova); → Implementação de sistemas de captação alternativa de água (Fundação Renova);
887	Uso do Rio para pesca e agricultura;	→ Abastecimento com caminhão pipa nas comunidades ribeirinhas – finalizada (Fundação Renova); → Ações para proteção do Rio Doce (Fundação Renova e Poder Público Local);
888	Pesca e dessedentação animal;	→ Apoio ao campus IFES Itapina para o projeto de captura de peixes (Fundação Renova).
889	Perda de credibilidade com relação ao uso da água;	→ Melhoria no sistema de tratamento de água (Fundação Renova). → Indenização e reforma das ETAs (Fundação Renova); → Implementação de sistemas de captação alternativa de água (Fundação Renova);
890	Assinatura do termo sem participação popular;	
891	Saneamento (falta de abastecimento d'água).	→ Melhoria no sistema de tratamento de água (Fundação Renova). → Indenização e reforma das ETAs (Fundação Renova); → Implementação de sistemas de captação alternativa de água (Fundação Renova); → Modernização do sistema de abastecimento (Fundação Renova);
892	Desemprego;	→ Geração de alternativas de emprego e renda (ex. tanque de piscicultura e hidroponia) (Poder Público Local e Fundação Renova); → Incentivo à Economia Solidária (Poder Público Local e Fundação Renova);
893	Queda de arrecadação;	→ Geração de alternativas de emprego e renda (ex. tanque de piscicultura e hidroponia) (Poder Público Local e Fundação Renova); → Incentivo à Economia Solidária (Poder Público Local e Fundação Renova);
894	Pescadores, agricultores (agricultura familiar e comercial), população de baixa renda que, devido à falta de credibilidade com relação ao abastecimento, deixaram de utilizar a água do Rio e/ou passaram a comprar a água.	→ Geração de alternativas de emprego e renda (ex. tanque de piscicultura e hidroponia) (Poder Público Local e Fundação Renova); → Incentivo à Economia Solidária (Poder Público Local e Fundação Renova); → Início do processo de recuperação das 100 nascentes do Rio Pancas e 150 nascentes do Rio Pancas (Fundação Renova); → Recuperação e revitalização das bacias do Rio Pancas e do Rio Santa Maria (Fundação Renova); → Implementação dos projetos de criação de peixes em cativeiro para as comunidades ribeirinhas (Fundação Renova);
895	Lazer: prejuízo com relação ao campeonato de pesca local e prejuízo no uso do rio para atividades recreativas;	→ Reforma do Estádio Municipal (Fundação Renova);
896	Saúde Mental;	→ Atendimento psicossocial sistemático (Fundação Renova e Poder Público Local);
897	Variação da turbidez da água do Rio em períodos de cheia.	→ Início do processo de recuperação das 100 nascentes do Rio Pancas e 150 nascentes do Rio Pancas (Fundação Renova); → Recuperação e revitalização das bacias do Rio Pancas e do Rio Santa Maria (Fundação Renova);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
898	Ampliação de 172% nos casos de diarreia e aumento expressivo na notificação de outras doenças (decorrência, entre outros, do uso de fontes alternativas de água que estavam contaminadas);	→ Capacitação dos agentes públicos municipais (Poder Público Estadual);
899	Impacto no setor de atendimento do Sanear (reclamações);	→ Plano de fomento às atividades econômicas realizado com o apoio de assessoria técnica (Poder Público Estadual);
900	Realização de plantões aos fins de semana e extensão da carga horária de trabalho dos funcionários do Sanear.	
901	Ampliação de atendimentos do setor jurídico (Sanear);	→ Treinamento específico em situações de calamidade oferecido a todas as equipes do poder público local (Poder Público Estadual).
902	Uso do tanfloc para o tratamento d'água com impactos para os sistemas de filtros e tratamento d'água do Sanear;	→ Melhoria das Estações de Tratamento de Água e Esgoto (Fundação Renova);
903	Redução na arrecadação municipal e ampliação das atividades econômicas informais.	
906	Ações do MP (interrupção do abastecimento e ações de reforma nas ETAs);	
910	Ampliação do atendimento da Ouvidoria do Sanear;	

MARILÂNDIA/ES

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
965	O município de Marilândia sofreu com a perda das pastagens às margens do Rio Doce, cultivo de hortaliças, café e também com a pesca que era a maior fonte de renda da maioria das famílias. Os rejeitos atingiram uma lagoa que era fonte natural para consumo humano, de animais e irrigação. O mesmo aconteceu com o Rio Doce que também era utilizado para os mesmos tipos de consumo;	→ Continuidade do repasse financeiro às famílias dos prejudicados e abastecimento de água à população geral (Fundação Renova); → Já há previsão de reunião com os líderes das comunidades (Poder Público);





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
966	Impacto no turismo e lazer em Lagoa do Óleo, que foi impactada;	→ Continuidade do repasse financeiro às famílias dos prejudicados e abastecimento de água à população geral (Fundação Renova); → Já há previsão de reunião com os líderes das comunidades (Poder Público);
968		→ Projeto de captação e construção de uma estação de tratamento de água do Rio Doce (Fundação Renova);
969		→ Garantia de abastecimento de água potável. Ressaltamos que a Prefeitura Municipal de Marilândia disponibilizou o carro pipa e alguns galões de água mineral para as famílias e escolas das comunidades (Fundação Renova);
970	Por falta de trabalho, algumas famílias precisaram se mudar pois a maioria das famílias vivia da pesca, agricultura e pecuária.	→ Reestruturação econômica das comunidades atingidas; → Direcionamento de nova forma de renda para um processo mais imediato, e reestruturação do meio ambiente para que as famílias atingidas voltem a usufruir dos recursos. Atitudes essas em parceria entre a PMM e a Fundação Renova, de modo que a prefeitura gerencie os investimentos e atitudes da Fundação Renova (Poder Público e Fundação Renova);
971	Evasão das famílias e Associação dos Pescadores.	
972	Direito de ter acesso a água potável e a impossibilidade de se auto sustentar.	→ Recuperação das fontes de água para abastecimento do município (Poder Público e Fundação Renova); → Recuperação do solo afetado, por meio de plantação de mudas (Poder Público e Fundação Renova); → Investimento na agricultura local (Poder Público e Fundação Renova).
973	Sim, pois os habitantes locais não podiam continuar com as atividades econômicas exercidas. Por exemplo: alguns proprietários precisaram alugar pastos nas comunidades vizinhas para o gado, o que gerou um aumento significativo nos gastos familiares; pequenos agricultores, que sobreviviam da agricultura familiar, não podem mais continuar com seu meio de renda.	→ Reestruturação econômica das comunidades atingidas; → Direcionamento de nova forma de renda para um processo mais imediato, e reestruturação do meio ambiente para que as famílias atingidas voltem a usufruir dos recursos. Atitudes essas em parceria entre a PMM e a Fundação Renova, de modo que a prefeitura gerencie os investimentos e atitudes da Fundação Renova (Poder Público e Fundação Renova); → Investimento na agricultura local (Poder Público e Fundação Renova).
974	Havia pessoas que também ofereciam a pesca de lazer, serviço procurado pelas cidades vizinhas e sempre aos domingos.	
975		→ Estruturação de equipe de assistência social para atender as comunidades impactadas (Poder Público e Fundação Renova); → Estruturação de equipe de saúde para atender as comunidades impactadas (Poder Público e Fundação Renova).
976		→ Suporte financeiro por parte da Fundação Renova.
977	Sim. O mais sentido no município foi o aumento na procura dos benefícios sociais, como cesta básica, aluguel social;	→ A Fundação Renova deverá construir uma estação de tratamento de água e esgoto; → Oferta de cursos profissionalizantes para fomento de geração de renda e autonomia das famílias (Fundação Renova); → Verificar a origem do aumento de procura por benefícios e monitorar e avaliar esse aumento (Poder Público);
979		→ Verificar a origem do aumento de procura por benefícios e monitorar e avaliar esse aumento (Poder Público);





LINHARES/ES

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
981	Os impactos foram multidimensionais, e afetaram algumas comunidades que já eram vulneráveis antes mesmo da contaminação do rio;	→ Diagnósticos de vulnerabilidades (quantificação e compreensão mais robusta dos impactos) – Fundação Renova;
982	Ruptura do tecido social e comunitário (laços familiares, vizinhança etc.);	→ Estruturação de equipes volantes para a Assistência Social – Fundação Renova; → Diagnósticos de vulnerabilidades (quantificação e compreensão mais robusta dos impactos) – Fundação Renova; → Programas de atendimento psicossocial e atividades laborativas e ocupacionais com Grupos Focais – Poder público e Fundação Renova; → Ampliação da assistência psicossocial do PSF (em grupos e na perspectiva clínica) – Poder público e Fundação Renova; → Ampliação da assistência psicossocial do PSF (em grupos e na perspectiva clínica) – Poder público e Fundação Renova;
983	Perda de referências culturais (comunidades tradicionais com dificuldades de reencontro com sua identidade);	→ Atividades socioeducativas e culturais, sobretudo junto a crianças e jovens – Fundação Renova; → Instalação de equipamentos e ações para atividades de retomada dos laços com o território e reconstrução identitária – Fundação Renova;
984	Uma comunidade tradicional (Degredo) foi atingida; Degredo e Areal (comunidade que também foi atingida) são as mais vulneráveis da região;	→ Diagnósticos de vulnerabilidades (quantificação e compreensão mais robusta dos impactos) – Fundação Renova; → Melhoria das unidades de saúde nas comunidades (médicos, medicamentos, estruturas, ampliação dos serviços) – Fundação Renova;
985	Comunidades como a Amarelos tiveram problemas com a insegurança alimentar (pesca para alimentação);	→ Diagnósticos de vulnerabilidades (quantificação e compreensão mais robusta dos impactos) – Fundação Renova;
986	Comprometimento dos meios de sobrevivência (turismo, pesca, agricultura, artesanato);	→ Reestruturação da cadeia produtiva da pesca, turismo, agricultura etc. (continuidade das ações e projetos inviabilizados pelo rompimento de forma sustentável e agregadora) – Fundação Renova; → Oportunização de novas alternativas de geração de trabalho, emprego e renda – Fundação Renova; → Monitoramento contínuo da qualidade da água do Rio Doce, das lagoas (principalmente Juparanã e Nova) e do mar – Fundação Renova; → Garantia do reconhecimento dos pescadores, artesãos, produtores e outras classes como atingidos pelo rompimento; → Frentes de trabalho junto a pescadores e outros grupos prioritários; → Diagnóstico das vocações e potencialidades locais na perspectiva da geração de renda (em articulação com o Programa de Inovação) – Fundação Renova; → Implantação e construção participativa de projetos sociais para geração de renda nas áreas atingidas, com participação dos beneficiários e dos profissionais do CRAS – Fundação Renova;
987	O Auxílio Emergencial tem suprido necessidades, mas cria outros problemas;	
988	Aumento exponencial do gasto público;	→ Levantamentos e estudos complementares para balizar a gestão municipal – Poder público (municipal, estadual e federal);
989	Prejuízos na imagem do município projetada a nível nacional;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
990	A coloração da água do rio está diferente, desde a chegada dos rejeitos;	→ Monitoramento contínuo da qualidade da água do Rio Doce, das lagoas (principalmente Juparanã e Nova) e do mar – Fundação Renova;
991	Interrupção temporária da irrigação das lavouras usando água do rio (logo após o rompimento);	→ Fiscalização, regulamentação e monitoramento do uso e da ocupação do solo – Poder público e Fundação Renova;
992	Proibição da pesca;	→ Oportunização de novas alternativas de geração de trabalho, emprego e renda – Fundação Renova; → Adiantamento de indenizações, principalmente dos pescadores – Fundação Renova;
993	O barramento da Lagoa Juparanã e da Lagoa Nova (para evitar a contaminação dos mananciais) prejudicou a piracema, momento fundamental no ciclo de reprodução da ictiofauna, e prejudicou a qualidade da água que chega às torneiras;	→ Construção de barragens permanentes, com controle de nível de entradas e saídas de volumes de água – Fundação Renova; → Repovoamento das lagoas e do Rio com espécies nativas – Fundação Renova;
994	Incerteza quanto à qualidade da água disponível para consumo da população;	→ Melhoria no abastecimento e distribuição de água – Fundação Renova;
995	As lagoas da região (principalmente a Lagoa Nova e a Juparanã) têm uma interligação com o Rio Doce, que é o principal responsável pela elevação do nível dessas fontes, que também são usadas para a agricultura. O barramento dessas lagoas prejudicou significativamente seu regime hídrico;	→ Construção de barragens permanentes, com controle de nível de entradas e saídas de volumes de água – Fundação Renova;
996	Chegada de novas famílias aos territórios atingidos (atraídas pelo Auxílio Emergencial), causando inchaço nos serviços públicos (aumento da demanda pelos serviços como a Educação e a Saúde) e precarização desses serviços.	→ Avaliação da possibilidade de expansão física das escolas em Povoação e Regência – Poder público (Educação e Serviços Urbanos); → Reforma e ampliação da estrutura física das escolas – Fundação Renova;
997		→ Ampliação da participação do município nas Câmaras Técnicas (com indicação do Governo Estadual das CTs onde há participação estadual) – Poder público municipal;
998		→ Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfólio da Renova em cada município” – Fundação Renova;
999	Cerca de 8.500 pessoas foram atingidas em Linhares.	→ Levantamento do número de impactados direta e indiretamente – Poder público e Fundação Renova;
1000		→ Criação de equipes volantes de Assistência Social – Fundação Renova;
1002	Regência: uma escola, um campo, uma biblioteca, um centro comunitário, um Posto Policial, um palco na praça, um centro cultural, um píer;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1011	Rompimento de vínculos pela insatisfação com os critérios de recebimento do Auxílio Emergencial;	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; → Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfolio da Renova em cada município” – Fundação Renova; → Adiantamento de indenizações, principalmente dos pescadores – Fundação Renova;
1012	Sentimento de perda da identidade e da referência que o oceano e o Rio Doce representam (hino de Linhares);	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; → Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfolio da Renova em cada município” – Fundação Renova;
1013	Agravo de conflitos comunitários em função de controvérsias sobre o recebimento do Auxílio Emergencial;	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; → Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfolio da Renova em cada município” – Fundação Renova; → Adiantamento de indenizações, principalmente dos pescadores – Fundação Renova;
1014	Perda de locais de lazer e convívio comunitário (especialmente as crianças);	→ Instalação de equipamentos e ações para atividades de retomada dos laços com o território e reconstrução identitária – Fundação Renova;
1015	Dificuldades de adaptação ao novo cenário ambiental por parte dos idosos;	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; → Instalação de equipamentos e ações para atividades de retomada dos laços com o território e reconstrução identitária – Fundação Renova;
1016	Desmobilização da comunidade em torno da potencialização econômica em Regência, Povoação e Pontal do Ipiranga (havia antes um esforço coletivo de realização de eventos para a atração de turistas, mas esse esforço se enfraqueceu com o rompimento da barragem);	→ Articulação intersetorial para o reconhecimento e a potencialização de vocações econômicas já despertadas (turismo, eventos etc.); → Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfolio da Renova em cada município” – Fundação Renova; → Instalação de equipamentos e ações para atividades de retomada dos laços com o território e reconstrução identitária – Fundação Renova;
1017	Possível desvalorização de símbolos culturais (a moqueca capixaba, por exemplo);	
1018	A comunidade de Degredo, a norte de Regência, também foi afetada (a comunidade vivia, basicamente, da pesca);	
1019	Evasão de moradores (principalmente jovens) e chegada de novas pessoas;	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1020	Violência familiar em Areal;	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova;
1021	Perda de meios de sobrevivência (pesca, turismo, agricultura etc.);	→ Esclarecimentos aos produtores e pescadores sobre os níveis de contaminação da água; → Monitoramento contínuo sobre a qualidade da água das lagoas e do solo da região de Linhares, a partir de estudos químicos e biológicos – Poder Público (MAPA) e Fundação Renova; → Diagnóstico, monitoramento e vigilância da qualidade dos alimentos produzidos na região (solo e água); → Ampliação do diálogo com os órgãos de Meio Ambiente, para a disseminação de informações sobre a qualidade da água e do solo – Poder Público e Fundação Renova; → Articulação intersetorial para o reconhecimento e a potencialização de vocações econômicas já despertadas (turismo, eventos etc.); → Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfólio da Renova em cada município” – Fundação Renova; → Adiantamento de indenizações, principalmente dos pescadores – Fundação Renova;
1022	Comprometimento de projetos de turismo de eventos que já estavam sendo planejados (Festival de Bandas de Garagem em Povoação, e campeonatos de surf, Festa do Congo/Caboclo Bernardo, por exemplo);	→ Articulação intersetorial para o reconhecimento e a potencialização de vocações econômicas já despertadas (turismo, eventos etc.);
1023	Falta de reconhecimento dos comerciantes, artesãos e do setor de serviços de Povoação como atingidos, para fins indenizatórios;	
1024	Comprometimento da compra e do consumo de pescado (manjuba), por receio sobre sua procedência;	
1025	Receio do setor cacauero de perda de renda na produção, em função da imagem da cidade a nível nacional;	
1026	Preocupação com a inviabilização da produção de cacau e outras culturas, em virtude da contaminação do solo e da água;	
1027	Receio dos produtores agrícolas em utilizar a água do rio Doce como fonte de irrigação de lavouras;	→ Esclarecimentos aos produtores e pescadores sobre os níveis de contaminação da água; → Monitoramento contínuo sobre a qualidade da água das lagoas e do solo da região de Linhares, a partir de estudos químicos e biológicos – Poder Público (MAPA) e Fundação Renova; → Diagnóstico, monitoramento e vigilância da qualidade dos alimentos produzidos na região (solo e água); → Ampliação do diálogo com os órgãos de Meio Ambiente, para a disseminação de informações sobre a qualidade da água e do solo – Poder Público e Fundação Renova;



#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1028	Alteração do regime hídrico das lagoas, que são usadas frequentemente para a agricultura.	→ Esclarecimentos aos produtores e pescadores sobre os níveis de contaminação da água; → Monitoramento contínuo sobre a qualidade da água das lagoas e do solo da região de Linhares, a partir de estudos químicos e biológicos – Poder Público (MAPA) e Fundação Renova; → Diagnóstico, monitoramento e vigilância da qualidade dos alimentos produzidos na região (solo e água); → Ampliação do diálogo com os órgãos de Meio Ambiente, para a disseminação de informações sobre a qualidade da água e do solo – Poder Público e Fundação Renova;
1029	Aumento do tráfico e consumo de álcool e drogas;	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova;
1030	Sofrimento mental pelo comprometimento da relação com o mar e rio e pela improdutividade (ociosidade);	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova;
1031	Aumento do acometimento por doenças psicossomáticas;	→ Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); → Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova;
1032	Agravamento da insegurança pública nas comunidades (o Posto Policial que existe em Regência já não está conseguindo suprir o aumento de ocorrências e corre risco de fechar);	
1033	Possibilidade de insegurança alimentar (consumo de pescado);	→ Esclarecimentos aos produtores e pescadores sobre os níveis de contaminação da água; → Monitoramento contínuo sobre a qualidade da água das lagoas e do solo da região de Linhares, a partir de estudos químicos e biológicos – Poder Público (MAPA) e Fundação Renova; → Diagnóstico, monitoramento e vigilância da qualidade dos alimentos produzidos na região (solo e água); → Ampliação do diálogo com os órgãos de Meio Ambiente, para a disseminação de informações sobre a qualidade da água e do solo – Poder Público e Fundação Renova;
1034	Cancelamento de campeonatos de surf e pesca no litoral de Linhares.	→ Articulação intersetorial para o reconhecimento e a potencialização de vocações econômicas já despertadas (turismo, eventos etc.);
1035		→ Capacitação das equipes da Assistência Social para trabalho em situações de calamidade – Poder público e Fundação Renova;
1036		→ Envolvimento coletivo de vários equipamentos e órgãos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento.
1037	Aumento da demanda pela inclusão de famílias no PAIF (41 famílias a mais, somente em Regência);	→ Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; → Envolvimento coletivo de vários equipamentos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento;
1038	Aumento na procura por medicamentos nas unidades de saúde;	→ Envolvimento coletivo de vários equipamentos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento;





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1039	Inchaço em salas de aula e dificuldades de atendimento à demanda completa na Educação (as escolas de Regência e Povoação não possuem a estrutura necessária para todas as atividades que devem ser desenvolvidas);	→ Melhoria e ampliação da estrutura física de escolas em Povoação e Regência (atendimento às demandas educacionais, culturais e de convívio das crianças e adolescentes) – Fundação Renova; → Envolvimento coletivo de vários equipamentos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento;
1040	Aumento de 11,7% do número de alunos entre 2016 e 2017 em Povoação;	→ Melhoria e ampliação da estrutura física de escolas em Povoação e Regência (atendimento às demandas educacionais, culturais e de convívio das crianças e adolescentes) – Fundação Renova; → Envolvimento coletivo de vários equipamentos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento;
1041	Demanda suprimida por atividades esportivas (surf, beach soccer) e culturais nas comunidades;	→ Envolvimento coletivo de vários equipamentos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento;
1042	Dificuldades de acompanhamento das famílias a partir de sua saída do Bolsa Família.	→ Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; → Envolvimento coletivo de vários equipamentos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento;
1043	Por falta de transição de informações entre as gestões, não se sabe se no Meio Ambiente e demais áreas há esse monitoramento.	
1044	Até o momento, a troca de informações entre o município e os demais atores não tem sido feita;	
1045	Não há canais de diálogo com a população atingida;	
1046	As equipes do município se sentiram, por vezes, um pouco “perdidas” em sua atuação no momento emergencial, e precisam ser capacitadas para lidarem com uma situação de calamidade;	
1047	Necessidade de articulação entre as pastas municipais, para disseminação eficiente de informações;	
1049	Necessidade de articulação entre a Prefeitura e os demais atores (DPU, MP etc.) para a ampliação da troca de informações;	





ARACRUZ/ES

#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1051	Impactos Sociais: percebe-se, no atendimento aos usuários, que houve um aumento da quantidade de pessoas solicitando Auxílio Alimentação, tais pessoas residem nas áreas afetadas (CRAS de Santa Cruz).	→ Realizar diagnóstico sobre os impactos que o município sofreu (Fundação Renova).
1052	O Programa Vida no Mangue (distribuição de cestas básicas para catadores de caranguejos) vem recebendo novos pedidos de adesão (inclusive de pessoas que não se enquadram no perfil);	
1053	Redução da quantidade de peixes e crustáceos (mariscos)	→ Avaliação técnica químico-física-biológica de bioindicadores, das anomalias das ostras e da água e alimentos produzidos na região e publicização dos resultados (Fundação Renova);
1054	Aumento do índice de salinidade da água encontrada nos poços artesianos (principalmente na comunidade de Lajinha)	→ Realização de diagnósticos sobre a salinidade da água dos poços artesianos (Fundação Renova e Poder Público Local);
1055		→ Contratação de novas equipes, com equiparação de salários e carga horária em relação a equipe atual, para o trabalho de busca ativa da Assistência Social (Fundação Renova) → Aquisição de veículos e equipamentos de escritório (computadores) para o trabalho da Assistência (Fundação Renova)
1056	Houve impacto econômico para o município, especialmente para os pescadores que perderam a sua renda (conseguiram pescar, mas não conseguiam vender)	→ Elaboração e implementação de projetos de qualificação profissional e diversificação da economia.
1057	No início houve confusão e falta de informação. No momento seguinte começou o cadastro, porém o prazo foi curto e muitas pessoas em Aracruz ficaram de fora;	→ Disponibilização para o município do banco de dados de cadastro do histórico e dos atuais beneficiários do auxílio emergencial (Fundação Renova)
1060	A população local se ressentiu pela falta de orientação e informações por parte da Fundação Renova com relação ao cadastramento, aos critérios, aos benefícios.	→ Disponibilização de informações detalhadas sobre as ações de mitigação e os programas realizados no município pela Fundação Renova (Fundação Renova)
1061	Há, ainda hoje, incerteza com relação à qualidade da água, às consequências para a economia local (ex. indústria do turismo), para o lazer, para as manifestações culturais e para as relações comunitárias.	→ Realização de campanhas de educação ambiental para a preservação e o uso consciente dos recursos naturais da região (Fundação Renova);
1062	Aumento provável da incidência de doenças relacionadas à contaminação da água, inclusive câncer.	





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1063	Foram atingidas as pessoas que comercializam os peixes e crustáceos (sem informações quantitativas)	→ Realizar diagnóstico para saber exatamente quantas e quais foram as famílias atingidas (Fundação RENOVA).
1064		→ Monitoramento das alterações ambientais (Fundação Renova);
1065		→ Contratação de novas equipes de saúde e assistência social para o acompanhamento e atenção psicossocial (Fundação Renova).
1066	Os indígenas tiveram o acesso ao Bolsa Família interrompido devido à declaração e registro da renda do auxílio emergencial no CadÚnico. Esse episódio gerou desconfiança com relação ao trabalho do poder público local (Assistência Social/CRAS).	→ Fornecimento de auxílio emergencial, pago pela SAMARCO (Fundação RENOVA), a algumas famílias; → Fornecimento de auxílio alimentação – benefício eventual (Poder Público Local). → Contratação de um antropólogo para o aprimoramento da relação entre o poder público local, Fundação Renova e as etnias indígenas do município de Aracruz; → Garantia de representação dos povos indígenas de Aracruz na Câmara Técnica de Povos Indígenas.
1067	Aumento dos casos de violência doméstica;	
1068	Violação do direito à informação sobre a contaminação dos recursos naturais e potabilidade da água.	
1069	Dificuldade na comercialização dos peixes e crustáceos.	
1070	Aumento da atividade do tráfico de drogas;	
1071	Aumento dos casos de alcoolismo e drogadição;	
1072	Desaparecimento das tartarugas, golfinhos e baleias;	
1073	Distúrbios ambientais (aumento das algas);	
1074	Aumento da poluição e da incidência de crimes ambientais por parte de outras empresas e agentes que se aproveitaram do ensejo do desastre ambiental no Rio Doce.	
1075	Houve aumento da demanda no Atendimento Social e nos CRAS das áreas atingidas para solicitação de Auxílio Alimentação (benefício eventual cesta básica).	→ Auxílio emergencial para todas as famílias impactadas (Fundação RENOVA); → Oferta de capacitação para os trabalhadores da assistência social com foco na relação com povos indígenas, na oferta dos serviços e benefícios da Assistência e na atuação para mitigação de efeitos sociais decorrentes de desastres ambientais (Poder Público Federal/MDSA); → Articulação entre as equipes da Assistência Social e Meio Ambiente, inclusive com maior integração entre os bancos de dados do CadÚnico e do Programa Vida no Mangue, para o aprimoramento da atenção aos beneficiários dos programas (Poder Público Local);
1076		→ Investimento na diversificação da economia local com foco, entre outros, nas atividades da agroecologia e do ecoturismo (Fundação Renova e Poder Público Local);
1077		→ Oferta de cursos de qualificação profissional e empreendedorismo para as populações diretamente impactadas (IFES, Poder Público Local, Fundação Renova).





#	Relato dos representantes do município	Encaminhamentos debatidos
1078	A Secretaria de Meio Ambiente constituiu uma equipe para realizar o monitoramento, porém, a falta de recursos impediu a realização direta. A Secretaria procurou o apoio do ICMBIO, porém o Instituto apenas tem conseguido realizar alguns voos panorâmicos para observação do Rio Doce. Faz-se necessário aprimorar a articulação entre ICMBIO, Prefeitura, IFES e Fundação Renova para a otimização de recursos e o monitoramento adequado;	
1079	O monitoramento dos impactos diretos e indiretos para a população e o aumento da busca por serviços públicos é também deficitário;	





CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO

Ao final do ciclo de Oficinas de Proteção Social, a sistematização e a análise das informações coletadas permitiram a observação de alguns pontos de atenção, transversais a todas as discussões e perceptíveis no entendimento dos representantes municipais presentes. Estes pontos de atenção se baseiam, na ideia de que a garantia de Proteção Social é, atualmente, no Brasil, um serviço oferecido no âmbito das políticas públicas. Também estão fundamentados na constatação de que, já que os impactos do rompimento da barragem de Fundão foram percebidos de formas diferentes nas diferentes regiões atingidas, as estratégias de enfrentamento a esses efeitos devem, via de regra, ser regionalizadas.

METODOLOGIA DAS OFICINAS

Ao longo das cinco rodadas das Oficinas, o instrumental-referência utilizado para o apoio à facilitação das discussões nos Grupos de Trabalho sofreu diversas alterações. Este fato merece atenção, pois limitaram a comparabilidade entre as informações coletadas, tendo em vista que alguns assuntos e temas foram abordados em algumas oficinas, mas não em outras. Por isso, não é possível inferir que a ausência de relatos sobre determinado tema em algum município se deva à inexistência de efeitos percebidos por seus habitantes e representantes.

RECURSOS INFORMACIONAIS

As Oficinas de Proteção Social foram planejadas e realizadas como momentos de escuta inicial aos representantes dos serviços de Proteção Social nos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão. Sua importância reside no fato de que, nelas, os representantes municipais exploraram pontos de vista e percepções envolvendo os efeitos socioassistenciais do rompimento em cada município. As Oficinas funcionam, então, como um recurso informacional inicial para o planejamento das próximas ações do Programa de Proteção Social da Fundação Renova e da própria CTOS, e devem orientar até mesmo a organização de um diagnóstico de vulnerabilidades sociais a ser aplicado ao longo de toda a área impactada pelo desastre.





Ainda, os dados coletados nas Oficinas se referem às percepções dos representantes presentes nas reuniões. Nesse sentido, para a elaboração e pactuação dos Planos de Ação em cada município, deve-se somar as informações coletadas nas Oficinas aos dados diagnósticos produzidos no mapeamento de vulnerabilidades, e conferir a estas duas fontes de dados um olhar intervencionista, a fim de se planejar e implementar soluções adequadas às necessidades socioassistenciais de cada região, otimizando recursos e tornando mais eficiente o atendimento à população demandante.

APOIO À GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Ao longo de todas as Oficinas, os representantes da Casa Civil/PR, do MDSA e da própria Fundação Renova destacaram que a Proteção Social às famílias impactadas pelo rompimento da barragem é uma responsabilidade da Fundação Renova, mas as ações desenvolvidas do programa devem estar consoantes às políticas de Proteção Social já existentes no Brasil. Sendo assim, a proximidade entre o Programa de Proteção Social e a gestão pública (especialmente a municipal) é uma condição imprescindível para o sucesso dessas ações.

Ao longo das Oficinas foi possível perceber que as gestões municipais participantes frequentemente não compreendem bem a atribuição de competências na política de Assistência Social brasileira: em muitas ocasiões, havia a confusão entre as responsabilidades da União, dos Estados e dos municípios na implementação das políticas socioassistenciais. Essa compreensão enviesada redundava, também, em problemas na compreensão do papel da Fundação Renova e da própria governança da garantia à proteção social nesse contexto do rompimento.

Ademais, foi possível verificar que a maioria das gestões municipais é frágil, para além das já esperadas dificuldades envolvendo recursos humanos e financeiros: muitas administrações municipais são recentes (eleitas em 2016) e ainda não conhecem os fluxos e processos que as ligam aos governos estaduais e federal; bem como carecem de recursos informacionais para estruturarem melhor seu atendimento à população.

Nesse sentido, as próprias Oficinas fornecem *insights* importantes: a capacitação dos gestores, técnicos de referência e conselheiros das áreas ligadas à Proteção Social é fundamental. Há demanda tanto pelo treinamento dos servidores quanto aos fluxos e procedimentos básicos da Assistência Social e da Saúde quanto por aspectos mais específicos e aplicados a situações de desastre. Nos termos da capacitação no âmbito da política de Proteção Social brasileira, recomenda-se o incentivo à participação dos profissionais no Capacita SUAS (Programa Nacional de Capacitação do SUAS) e o treinamento em procedimentos como a coleta, monitoramento e avaliação de dados em





vulnerabilidades sociais, e a articulação com protocolos de outras áreas, como a Saúde e a Educação. Em termos mais específicos ao contexto do rompimento, recomenda-se a capacitação dos servidores quanto ao socorro emergencial e a garantia dos direitos das famílias impactadas em contextos de desastres naturais e tecnológicos.

Por fim, nas Oficinas foi possível perceber que municípios vizinhos tendem a apresentar impactos e demandas semelhantes envolvendo o rompimento da barragem. Sendo assim, é importante incentivar a adoção de estratégias de enfrentamento conjunto das consequências do rompimento. Portanto, o apoio à gestão pública na oferta dessas estratégias (consórcios e convênios intermunicipais de Saúde e Assistência Social, por exemplo) pode ser positivamente recebido por esses municípios.

| CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Relatos pontuais em algumas oficinas podem funcionar como guia de ação para os entes envolvidos no processo de mitigação e reparação dos danos causados pelo evento. Um dos principais é o estabelecimento de consórcios entre municípios próximos para a oferta conjunta de serviços, de forma a diluir custos e aumentar a capacidade de atendimento à população, à luz do que já ocorre com a política de saúde.



ANEXO 1 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – MARIANA/MG

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A programação prevista do evento dividia a oficina em dois momentos: plenária e de discussão temática em grupos.

OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL Mariana e Barra Longa – MG 20 de março de 2017	
PROGRAMAÇÃO	
OBJETIVO: Levantamento de subsídios para implementação de ação coordenada e intersetorial entre o poder público e a Fundação Renova, a partir da escuta aos municípios.	
HORÁRIO	ATIVIDADE
9h às 9h10	Fala inicial Coordenação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial - CTOS
9h10 às 10h10	Balanço das Ações em Curso e Atribuições da Proteção Social em Situações de Desastre - MDSA – Secretaria Nacional de Assistência Social: - Iracema de Paula Lima de Freitas - Coordenadora Geral de Serviços Socioassistenciais a Famílias/DPSB/SNAS - Luís Otávio Pires Farias – Diretor do Departamento de Gestão do SUAS/SNAS - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE - Fundação Renova Apresentação da metodologia de trabalho da Oficina - MDSA
10h10 às 12h10	Trabalhos em grupos - Os participantes serão encaminhados para 2 grupos, conforme o município de origem. Cada grupo contará com a presença de um sistematizador da Fundação Renova e integrantes do governo federal e estadual para apoio na condução das discussões.



		- A abertura das atividades do grupo será feita a partir da apresentação de representante do respectivo município sobre as ações de proteção social que foram realizadas e que estão em curso. Cada município contará com 15 minutos para sua apresentação. Temas a serem debatidos em grupo - Relações entre a proteção social e o desastre em Mariana - Demandas da população e sugestões para a Fundação Renova, para as gestões municipais, estadual e federal quanto às ações de proteção social.
12h10 às 13h30	Almoço	
13h30 às 15h30	Continuidade dos trabalhos em grupos	- Levantamento de indicações e subsídios para construção de ação coordenada e integrada e aprimoramento do desenho do Programa de Proteção Social previsto no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC. - A sistematização dos resultados do debate nos grupos será realizada por um relator escolhido no grupo. Os resultados serão registrados em instrumental específico.
15h30 às 15h45	Intervalo para lanche	
15h45 às 17h20	Apresentação dos resultados dos Grupos e Encaminhamentos	- Pessoa definida pelo grupo apresentará os resultados do debate na plenária com o apoio da projeção do instrumental preenchido no grupo. - Os encaminhamentos serão conduzidos pelas seguintes representações em mesa: • CTOS • MDSA/SNAS • Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE • Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais • Fundação Renova - Encaminhamentos para composição da ação coordenada; para melhor definição de papéis dos atores envolvidos; respostas às demandas da população e sugestões para a Fundação Renova, municípios, estados e União relacionadas à proteção social de assistência social e ao programa de Proteção Social previsto no TTAC. - Devolutiva sobre as atribuições do poder público e da Fundação Renova em relação às ações de proteção social no contexto do desastre.
17h20 às 17h30	Encerramento	





PARTICIPANTES

Na Oficina, estiveram presentes os seguintes profissionais:

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Kélvia Barros	Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial e Casa Civil da Presidência da República
Maria Albanita Roberta de Lima	Fundação Renova (Coordenadora do PG005, PG011 e PG014)
Paula Oliveira Lima	Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial e Casa Civil da Presidência da República
Iracema de Paula de Lima Freitas	Coordenadora Geral de Serviços Socioassistenciais à Família (Secretaria de Assistência Social do MDSA)
Luiz Otávio Farias	Diretor de Gestão do SUAS no MDSA e Vice-coordenador da Câmara Técnica de Organização Social
Michelly Carmo	Coordenadora Geral de Serviços Socioassistenciais à Família (Secretaria de Assistência Social do MDSA)
Mariana Azevedo da Silva	Fundação Renova (PG006 – Barra Longa)
Luiza Maria Costa Oliveira	Fundação Renova (PG005)
Nathália França Figuerêdo Porto	Herkenhoff & Prates
Vinícius Ribeiro Ventura	Fundação Renova (PG006)
Marcelo da Silva	Coordenador do CRIA (Centro de Referência da Criança e do Adolescente)
Rosana Araújo Dias	Coordenadora de Serviços e Programas Sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana
Sarah Oliveira Gomes	Coordenadora da Proteção Social Básica da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana
Maria Cristina Pereira	Coordenadora da Proteção Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana
Tiago Soares de Moraes	Coordenador do Bolsa Família da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana
Maria Adriana Barbosa Ferreira	Recria Vida (Programa de Referência à Pessoa Idosa em Mariana)

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Emerson	Coordenador do CRAS Comunidades em Mariana
Jaqueline Aparecida Moreira	Coordenadora do CRAS Distritos (Mariana)
Robson Adriano Fonseca D. Silva	Analista Técnico de Políticas Sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana
Edinalva da C. Silva	Coordenadora do CRAS Colina (Mariana)
Claudio Lobenwein Resende	Herkenhoff & Prates
Carolina Proietti Imura	Herkenhoff & Prates
Célia Fonseca	Fundação Renova (PG006)
Elizete B. Souza e Rocha	CRAS Bairros (Mariana)
Sabrina de Lourdes Xavier Azevedo	CRAS Bairros (Mariana)
Soraia Marcos	Secretaria de Estado de Saúde
Sérgio Rossi Ribeiro	Coordenação de Saúde Mental e Básica em Mariana
Maria Cristina O. Souza	Coordenadora do CRAS Cabanas (Mariana)
Marcela Alves de Lima Santos	Equipe de Saúde Mental em Mariana
Lucimar T. Ferreira	Fundação Renova (PG006)
Rosilene Moreira	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Marta Maria Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Alessandra Martins	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Sílvia Maria D. Rezende	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Juliano Barbosa	Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana
Luiza Laura Lanna	Prefeitura de Barra Longa
Angelita Maria Trindade Borges	Prefeitura de Barra Longa
Viviane Gonçalves Moreira	Prefeitura de Barra Longa
Valéria Fonseca de Oliveira Ornelas	Prefeitura de Barra Longa
Leonardo Lanna	Prefeitura de Barra Longa
Júnia Célia Carolino	Prefeitura de Barra Longa
Caetano de Mello Etrusco	Prefeitura de Barra Longa

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Leonardo de A. Roldão	Prefeitura de Barra Longa
Raquel Aparecida Gomes Gonçalves	Prefeitura de Barra Longa
Fernando Alex Miranda Bailão	Prefeitura de Barra Longa

PLENÁRIA INICIAL

Com horário de início previsto para às 9h, o evento foi iniciado com atraso, em função da ausência da equipe de gestores de Barra Longa. O que se apurou foi um mal-entendido da prefeitura de Barra Longa acerca da finalidade do evento. Após os esclarecimentos, o conjunto de servidores do município se fez presente na parte da tarde.



Figura 2. Plenária inicial da oficina

O objetivo da primeira plenária era o de alinhar o conhecimento dos participantes a respeito das prerrogativas de cada um dos atores presentes, por meio de conferências rápidas de cada um dos órgãos públicos presentes e da Fundação Renova. A primeira fala institucional foi da CTOS (Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial), representada por Kélvia Barros, servidora da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República. A apresentação destacou o papel da Casa Civil na coordenação dos trabalhos, por meio do Comitê Interfederativo (CIF) e das Câmaras Técnicas, e buscou abordar o arcabouço legal em torno das ações de reparação, em especial o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta



(TTAC), que define a responsabilidade da Fundação Renova na criação, gestão e execução dos programas socioambientais e socioeconômicos. O Programa de Proteção Social é orientado pelas cláusulas 54 a 58.

A apresentação seguinte foi realizada por Iracema Freitas, servidora do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), que abordou a Política de Assistência Social, desde a previsão na Constituição Federal até a regulamentação, por meio da Loas (Lei 8.742/1993) e do Suas (Lei 12.435/2011). A apresentação apontou as bases da Política de Assistência Social, suas prerrogativas e diretrizes de atuação, bem como as funções da Proteção Social Básica, com destaque para a função do Cras (Centro de Referência de Assistência Social) como equipamento de acesso pela população à política de assistência social. A fala apontou para a importância de as ações no âmbito da assistência ocorrerem de maneira coordenada, respeitando as diretrizes da política nacional.

Em seguida, Luís Otávio Farias, Diretor de Gestão do SUAS (também do MDSA), falou sobre os desafios enfrentados pelas ações de proteção social no âmbito do processo de reparação, principalmente em relação ao envolvimento dos diversos atores públicos, cada um com um papel específico. Afirmou, então, a importância de se saber quais ações são restritas ao poder público e quais podem ser executadas pela Fundação Renova.

A assessora da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese), Marta Maria Silva apresentou, por sua vez, um balanço das ações realizadas pela Secretaria desde o rompimento da barragem de Fundão. No dia 20 de novembro de 2015 foi instalada pelo Governo de Minas Gerais uma Força-Tarefa envolvendo diversos órgãos e secretarias estaduais, coordenados pela Sedese, com o objetivo de oferecer pronta resposta aos municípios atingidos. Deste trabalho resultaram diagnósticos que subsidiaram a elaboração do TTAC e a definição das ações que compõem os 41 programas socioambientais e socioeconômicos da Fundação Renova. Afirmou ainda que, a despeito de todas as ações de emergência realizadas, há demandas no âmbito da proteção social que precisam ser solucionadas.

Por último, Maria Albanita Roberta de Lima, líder na Fundação Renova de três programas socioeconômicos estabelecidos no TTAC, destacou a importância do trabalho conjunto realizado até então, principalmente antes de a Fundação Renova ter sido criada, e a importância de que esse trabalho e as pessoas envolvidas sejam respeitados e reconhecidos. Procura reforçar o caráter específico da Fundação Renova como instituição de interesse público voltada exclusivamente para planejar, em conjunto com a sociedade civil e com o poder público, e executar as ações de reparação e compensação à população e aos municípios afetados pelo rompimento da barragem. Menciona a importância de se compreender a diferença entre a Fundação Renova, que foi criada a partir do TTAC, e a Samarco, de forma a superar as dificuldades inerentes ao processo de





reparação e, assim, possibilitar que a implementação dos programas seja feita de maneira conjunta com demais atores interessados.

Relato da equipe de gestores de Mariana

Gestores e técnicos das políticas de saúde e assistência social fizeram um breve relato das ações realizadas imediatamente após o evento. Foram diversas ações emergenciais. Primeiramente, as equipes de Proteção Social Básica e Proteção Especial de Média Complexidade, juntamente com a equipe de saúde, realizaram uma triagem com as pessoas alojadas na arena da cidade para identificar pessoas desaparecidas e pessoas feridas.

Em seguida, a Samarco decidiu que as famílias alojadas na arena seriam alocadas em hotéis na sede do município. Neste momento, as equipes de profissionais realizaram uma segunda triagem para identificar o local exato de alocação de cada uma das famílias. No sábado (7/nov/15), foi iniciado, por orientação da Defesa Civil de Minas Gerais, um cadastro de todas as famílias que haviam sido desalojadas. Foi montada uma base para atendimento a essas famílias, que originou uma base de dados para acompanhamento das famílias.

O número de profissionais para realizar o acompanhamento das famílias se mostrou insuficiente, o que levou as equipes a elaborarem um plano de atendimento que subsidiaria um pedido para a Samarco para compra de equipamentos e contratação de profissionais. Desse plano, originaram-se outros planos que ajudaram a orientar o trabalho de atendimento.

A partir disso, as equipes de profissionais de Mariana identificaram um agravamento da situação das famílias devido aos impactos indiretos: aumento do número de casos de desemprego, violência doméstica e violência sexual, por exemplo, que demandariam apoio técnico também para o Creas. Por isso, reestruturaram o Centro de Convivência para possibilitar um melhor acompanhamento das famílias impactadas.

Os gestores de Mariana relatam também o desencontro de informações em meio aos trabalhos emergenciais e de reparação. O desejo por mais transparência e melhor comunicação entre os diversos atores envolvidos nas atividades de reparação e compensação dos danos advindos do rompimento da barragem ficou evidente, na esteira do alcance de resultados de maior qualidade.

Relato da equipe de gestores de Barra Longa

Após o intervalo para o almoço, os gestores e servidores da Saúde e da Assistência Social de Barra Longa/MG compartilharam suas experiências de atuação na Proteção Social desde o rompimento da barragem, em novembro de 2015.





Os gestores inauguraram sua fala informando algumas diferenças entre Mariana e Barra Longa nesse processo: em Barra Longa, os desabrigados pelo rompimento foram realocados de imediato em casas temporárias, e não ficaram em pousadas ou hotéis. Como em outras comunidades, a população desabrigada de Gesteira ainda não foi reassentada em local definitivo.

De acordo com o relato, no início do processo, o atendimento era baseado em pontos focais, como a Policlínica da cidade e a UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Além do socorro à população desabrigada na área urbana da cidade, foi realizada uma busca ativa nos distritos de Barreto e Gesteira, que fazem divisa com Mariana, no intuito de levar os serviços socioassistenciais e de saúde a essas comunidades. Dentre as principais ocorrências, no campo da saúde mental, destacam-se situações de transtornos de ansiedade, estresse, depressão, dependência química, entre outros.

O crescimento da demanda fez com que o atendimento na atenção básica da saúde e da proteção social básica fossem sacrificados durante os primeiros meses, para o suprimento emergencial da procura, levando-se em consideração o fato de que as equipes de saúde e assistência social, mesmo com o acréscimo de profissionais contratados pela Samarco, não eram suficientes para o volume do atendimento.

Atualmente, os gestores percebem o início de algum equilíbrio entre a oferta dos serviços socioassistenciais e a demanda por atendimento em função da chegada de novos profissionais contratados pela Fundação Renova. Somente nos últimos tempos a gestão municipal tem podido trabalhar com um horizonte maior de tempo e planejamento. Apesar disso, muitos problemas ainda persistem, sobretudo nas condições de trabalho dos profissionais.

“Agora é que a cidade está podendo “respirar” um pouco”.

(Gestora de Saúde em Barra Longa)

Segundo os profissionais de Barra Longa, o atendimento socioassistencial e de saúde ainda tem sido muito fragmentado, sem que haja integração e comunicação entre as equipes. A integração entre os profissionais se torna ainda mais desejável em um contexto de retomada das buscas ativas, necessário em Barra Longa.

A cidade vive um momento que se divide entre a superação de algumas demandas emergenciais e a necessidade de estruturação dos serviços públicos destinados à comunidade para o atendimento integral das demandas da população que, segundo os gestores presentes, está desgastada e adoecida em função de todo o processo de realocação, reconstrução e ressarcimento oriundo do rompimento. Os gestores presentes informaram que o principal objetivo, no momento, é a criação e o alinhamento intersetorial de um programa de saúde





mental e assistência social, que promova a interlocução dos procedimentos, com vistas a ampliar a qualidade do atendimento. Destacaram que o planejamento adequado das atividades correlatas a esse programa é fundamental, e que não deve prescindir da disponibilidade e do vínculo de profissionais capacitados e experientes.

Os profissionais presentes na reunião ressaltaram uma preocupação comum, que envolve a insegurança quanto à continuidade do trabalho em equipe: a fragilidade dos processos de contratação de profissionais pelo poder público e pela Fundação Renova faz com que os próprios profissionais tenham dúvidas quanto a seu envolvimento no trabalho, o que acaba prejudicando não somente o traçado de estratégias integradas, como também o próprio atendimento à comunidade. Soma-se a isso certa carência de informações sobre a continuidade do apoio da Fundação Renova do ponto de vista da assistência social aos impactados: segundo os participantes, a continuação dos auxílios emergenciais e das demais políticas de proteção social é uma incógnita até mesmo para os gestores.

No final da exposição dos gestores de Barra Longa, houve uma controvérsia relativa ao atendimento de saúde mental dos moradores de Barreto, distrito de Barra Longa que faz divisa com Mariana. O tema suscitou discussões, e foi retomado a título de encaminhamento na Plenária Final do evento.

Após o relato dos gestores de Barra Longa, foram formados dois Grupos de Trabalho (GTs), de acordo com os municípios, para o debate coletivo do status, dos desafios e das possibilidades de ação de cada cidade em relação à Proteção Social da população atingida (direta ou indiretamente) pelo rompimento da barragem.



GRUPOS DE TRABALHO

Os GTs foram conduzidos pelos representantes dos Governos Federal e Estadual presentes, a partir de um instrumental elaborado para o exercício. O roteiro explorava os impactos percebidos na cidade e os encaminhamentos para a solução desses impactos no âmbito da I) população em si, II) da Política de Assistência Social em geral, III) da interlocução entre a assistência social e outras áreas e IV) da saúde. O instrumental foi elaborado pelos técnicos do MDSA, que informaram que se trata de um modelo bastante utilizado em conferências e outras atividades coletivas.

GT Mariana

Número de participantes de Mariana	21
Facilitadoras	Iracema Freitas Paula Oliveira
Sistematizador	Nathália Porto



Figura 2. Oficina de Proteção Social do município de Mariana

O grupo de trabalho de Mariana foi composto pelos técnicos e gestores das políticas de Assistência Social e Saúde do município, que iniciaram a discussão a partir da condução de Iracema Freitas, da Secretaria de Assistência Social do MDSA; e Paula Oliveira Lima, da Casa Civil da Presidência da República. Os relatores do grupo foram Rosana Araújo e Robson Silva, servidores da Secretaria



de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana. Antes de a discussão se iniciar, as facilitadoras explicaram a dinâmica do debate a partir do instrumental.

Estiveram presentes na discussão Juliano Magno Barbosa, Edinalva Silva, Maria Cristina Souza, Sérgio Rossi Ribeiro, Soraia Marcos, Elizete Souza Maria, Adriana Barbosa, Maria Cristina Pereira, Marcela Alves, Rosana Araújo, Célia Fonseca, Jaqueline Aparecida Moreira, Sabryna de Lourdes Azevedo, Emerson, Robson Adriano, Tiago Soares, Sarah Oliveira, Luiza Maria Costa, Vinícius Ventura, Lucimar Ferreira e Marcelo da Silva.

Os impactos levantados pelos gestores são, como previsto, multidimensionais: as vulnerabilidades e riscos sociais descritos se manifestam em diferentes temáticas, e se inter-relacionam, o que exige abordagens de enfrentamento também multidimensionais. Nesse sentido, um dos participantes destacou a interlocução entre as medidas socioassistenciais e de saúde, como o acompanhamento dos idosos, por exemplo. Ainda a respeito dessas vulnerabilidades, também se discutiu o fato de o próprio processo de mitigação dos impactos do rompimento acabar gerando vulnerabilidades que não haviam sido computadas no momento do rompimento da barragem.

Alguns representantes da gestão municipal destacam a necessidade de o programa de Proteção Social ser elaborado em uma lógica que garanta ao setor público a autonomia na implementação da política pública. Assim, a Fundação Renova atuaria como parceira e fomentadora financeira das políticas de Saúde e Assistência Social, dando as condições necessárias para que a gestão pública faça seu papel de atendimento à comunidade. Esse modelo procura aproveitar a estrutura de serviços de saúde e socioassistenciais já existentes, mas precisa ser praticado a partir da comunicação intensa entre as gestões municipal, estadual e federal e a Fundação Renova; pois, para que as ações de proteção social reverberem, é preciso que as vulnerabilidades e violações de direitos sejam tratadas em conjunto.

Na continuidade desse argumento, os representantes do MDSA ressaltaram a importância de a Fundação Renova dar respostas aos municípios no âmbito dos ditames do TTAC: os governos Federal e Estadual estarão lado a lado com os municípios, apoiando-os nesse processo.

Bloco 1 - Impactos para a População e encaminhamentos

O primeiro bloco do instrumental tinha como objetivo avaliar os impactos sociais do rompimento da barragem de Fundão, a partir de aspectos familiares e comunitários, com foco no surgimento/agravamento de vulnerabilidades sociais decorrentes do evento. Na discussão, destacou-se uma série de impactos individuais e coletivos do rompimento da barragem, como a fragilização de vínculos, a intensificação de vulnerabilidades e até mesmo a violação de direitos.



Esse cenário culminou com o aumento da demanda por serviços socioassistenciais e por equipamentos como o Cras. Para alguns presentes, o prospecto futuro é de agravamento dessa demanda em função das obras de reconstrução e da necessidade de reestabelecimento de vínculos com o território.

"Os moradores que foram atingidos estão vivendo em um exílio, e a referência da casa como um lugar de segurança precisa ser reconstruída no novo território".

(Gestora da Assistência Social em Mariana)

A seguir, apresenta-se o quadro contendo os impactos e os encaminhamentos discutidos e sistematizados no GT de Mariana.

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES	
Impactos	Encaminhamentos
- Aumento do <i>alcoolismo</i>, da <i>violência doméstica</i> e de <i>sexual</i>; - Aumento das <i>separações</i> e <i>rearranjos familiares</i>; - Intensificação da demanda por parte dos <i>idosos</i>; - Dificuldades de <i>adaptação à vida urbana</i>; - Dispersão das <i>relações de vizinhança</i>; - Problemas com a titularidade do <i>Cartão de Auxílio Emergencial</i>.	<i>Interlocução</i> mais intensa entre a <i>Assistência Social</i> e a <i>Saúde</i>; - Reestruturação do <i>Recria Vida</i> e ampliação do atendimento aos idosos; - Implantação de um <i>Centro Dia</i>.
FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS	
Impactos	Encaminhamentos
- Rompimento de <i>relações de vizinhança</i>; - Aumento do número de <i>gestações na adolescência</i>; <i>Drogadição</i>; <i>Hostilidade social</i> (sobretudo na comunidade escolar); - Agravamento da saúde dos <i>idosos</i>.	- Intensificação da <i>interlocução</i> entre a <i>Saúde</i>, a <i>Assistência Social</i> e a <i>Educação</i>; - Construção de novos espaços para as <i>escolas dos alunos atingidos</i>; - Reforma de novos espaços (prevista para Abril).
VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
Violência <i>doméstica e sexual</i>.	-
VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
<i>Intensificação da vulnerabilidade</i> de famílias que já tinham como	Atração de <i>novas empresas e fontes de renda</i> para o município;

única fonte de renda o PBF e o Renda Mínima.	• Articulação intersetorial para a viabilização de <i>novos postos de trabalho</i> na cidade; • <i>Capacitação</i> e <i>qualificação profissional</i> dos trabalhadores da cidade; • <i>Diversificação econômica</i>.
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Agravamento da saúde <i>dos idosos</i>; • <i>Sofrimento mental</i>; • <i>Conflitos geracionais</i>; • Perda do <i>vínculo do domicílio</i> como lugar de segurança.	• <i>Definição contratual das atividades</i> por parte do município; • <i>Alinhamento</i> entre as ações desenvolvidas pela Fundação Renova e a gestão pública; • <i>Intersetorialidade de ações</i>, incluindo a escuta aos próprios beneficiários (principalmente idosos), a Fundação Renova e as terceirizadas; • Reconstrução dos distritos e <i>retorno aos locais de origem</i>; • <i>Pontes de contato</i> com os novos territórios; • Trabalho com <i>vínculos sociais e comunitários</i>, trabalhos orientados pelo território; • Segurança <i>institucional</i> e de <i>recursos humanos</i>; • <i>Posicionamento</i> da empresa (Samarco) quanto ao <i>retorno das atividades</i>.
PERDA DOS MEIOS DE TRABALHO	
Impactos	Encaminhamentos
• Intensificação do <i>desemprego</i>; • Aumento da <i>procura por benefícios eventuais</i> (Cesta Básica) e por <i>programas municipais</i>, como o Renda Mínima; • Redução da <i>capacidade financeira da gestão municipal</i>.	• Diminuição da dependência do município da atividade mineradora e <i>diversificação econômica</i>.

Bloco 2 - Impactos para a Política de Assistência Social e encaminhamentos

Neste bloco, a finalidade da discussão foi a de avaliar possíveis impactos no acesso, na permanência e na saída de programas e benefícios socioassistenciais. De acordo com os relatos, programas como o Bolsa Família e o BPC não sofreram grandes alterações desde o rompimento, e não têm havido problemas no cadastramento e no gerenciamento das famílias. Como mecanismo de avaliação do recebimento, a gestão municipal intensificou o diálogo com as gerências locais da CAIXA para acompanhar a frequência de saques das famílias receptoras. Por outro lado, benefícios eventuais e programas de acesso ao mundo do trabalho têm sido mais demandados, em função do crescente desemprego na cidade.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
Impactos	Encaminhamentos
• Demandas por <i>informações sobre o recebimento</i> do Bolsa Família associado ao benefício emergencial (não houve esclarecimentos da União e do Estado); • <i>Busca ativa</i> para acompanhar a situação das famílias.	• Solução da dúvida em relação ao <i>recebimento concomitante do PBF e auxílio emergencial</i>; • Resposta da Câmara Técnica sobre a declaração do auxílio financeiro emergencial como renda do CadÚnico.
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC NA ESCOLA)	
Impactos	Encaminhamentos
-	-
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da demanda por <i>benefícios comuns da tipificação e outros além da tipificação</i>, como a Cesta Básica, Auxílio Transporte, Aluguel Social (em virtude de baixa ou nenhuma renda). • Encaminhamentos do CREAS.	-
PROGRAMAS DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO	
Impactos	Encaminhamentos
• Antes do rompimento, havia cerca de 2.000 desempregados na cidade. Atualmente, temos cerca de <i>14.000 desempregados</i>. • Acréscimo de 120% do atendimento no SINE.	• Intensificação de ações de promoção do turismo e de uma <i>divulgação positiva da imagem da cidade</i>. • Programas de <i>inclusão socioproductiva</i> de mulheres (Inclusão produtiva), homens

- Queda de 39% no número de admissões entre 2015 e 2016, e aumento do número de desligamentos. - Queda no comércio e no turismo. - Aumento da <i>demanda pela entrada em programas</i> de acesso ao mundo do trabalho.	(Ativa Idade) em <i>situação de vulnerabilidade</i> e jovens (<i>formação profissional</i> – Jovem Aprendiz).
--	--

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social e outras áreas e encaminhamentos

O bloco teve como objetivo discutir possíveis alterações no acesso ou na demanda por serviços socioassistenciais, em interlocução com outras áreas, a partir da análise de itens como recursos humanos, estrutura, apoio da gestão e custeio dos serviços. Ao longo da discussão, foi necessário incluir um item avaliativo no instrumento sobre a população em situação de rua, pois o instrumento original não continha este item específico.

O grande destaque do bloco girou em torno dos profissionais da assistência social no município: queixas como as regras de contratação, os processos seletivos, os vínculos empregatícios e a instabilidade dos postos de trabalho foram intensamente discutidas pelos gestores presentes, que, em uníssono, destacaram que a política de Assistência Social precisa ser levada a cabo a partir de um planejamento eficiente, e com profissionais estáveis em sua posição.

PAIF	
Impactos	Encaminhamentos
<i>Aumento de 580% nos atendimentos</i> nos quatro CRAS da cidade, somado a uma <i>situação de intensa vulnerabilidade</i>; - Fragilidade na <i>contratação</i> e na manutenção de equipes de atendimento; <i>Empresa terceirizada</i> contratando profissionais; - Problemas e <i>falhas de comunicação entre a Fundação Renova e a gestão municipal</i>; - Diferenças de <i>salários</i> entre os profissionais (a empresa terceirizada não adere ao abono); - Aumento do <i>gasto público</i> dos municípios em decorrência das ações emergenciais e das reuniões de alinhamento;	<i>Diálogo com a empresa</i> para a garantia e o fortalecimento do serviço público (equipes de atendimento); <i>Regularização da forma de contratação dos profissionais</i>; <i>Suprimento da demanda</i> por mais profissionais (pelo menos mais 3 profissionais (2 assistentes sociais e 1 psicólogo), o que já foi solicitado à Fundação Renova; <i>Melhoria da comunicação</i> entre empresa terceirizada, gestão pública e Fundação; - Solução da questão da <i>participação dos técnicos terceirizados</i> nas ações de fortalecimento de vínculos e PAIF (em tese, não poderiam); <i>Processo seletivo</i> para contratação dos profissionais complementares,

	que seriam pagos pelo município por meio de um fundo de repasse (por sugestão da gestão municipal e do MDSA); • Diálogo com a AGU, em virtude do <i>aumento dos gastos dos municípios</i>; • <i>Diálogo com o MDSA</i> (Secretaria de Assistência Social, Proteção Básica, Proteção Especial etc.), <i>órgãos estaduais e a Casa Civil</i>, para esclarecer a questão das contratações e dos repasses.
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Idem ao item anterior.	• Idem ao item anterior.
PAEFI	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da <i>população de rua</i> e da <i>violência doméstica</i>. Foram solicitados 2 psicólogos, 2 assistentes sociais e 1 terapeuta ocupacional, e não houve respostas da Fundação Renova até o momento.	• <i>Avaliação do aumento da demanda</i> pelo PAEFI e contratação de <i>mais profissionais</i>.
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento do número de <i>pessoas em situação de rua</i>.	• O município possui uma <i>política de atendimento</i> às pessoas em situação de rua.
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Impactos	Encaminhamentos
• <i>Não há</i>, no momento, <i>Juiz de 1ª Vara de Infância e Juventude</i> em Mariana (que é quem aplica a medida socioeducativa). • <i>Pico de acompanhamento</i> de 17 adolescentes em cumprimento de medida. • Aumento de infração e prospecto de <i>aumento de medidas socioeducativas</i>.	• <i>Dificuldades de avaliação</i> de encaminhamento, devido à falta de um Juiz da Vara de Infância e Juventude no município.
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	
Impactos	Encaminhamentos
• Não houve aumento de demanda. Há indivíduos em acompanhamento, mas <i>não houve aumento</i>. Contudo, há um <i>prospecto futuro de aumento</i> da demanda, em função das reconstruções e reassentamentos.	• Encaminhamentos futuros.
GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• <i>Falta de alinhamento</i> de ações desenvolvidas entre a Fundação Renova e a gestão municipal.	• <i>Alinhamento</i> de ações desenvolvidas entre a Fundação Renova e a gestão municipal.

OUTRAS ÁREAS	
Impactos	Encaminhamentos
Crescimento da <i>demanda por atendimentos no Conselho Tutelar</i>. Necessidade de <i>ampliação da equipe</i> do CREAS. O pedido já foi feito, mas ainda não houve resposta.	Intensificação de ações de promoção do <i>turismo</i> e de uma <i>divulgação positiva da imagem da cidade</i>.

Bloco 4 - Impactos para a saúde da população e encaminhamentos

Neste bloco, o grupo tinha como objetivo discutir aspectos relacionados aos impactos psicossociais individuais e coletivos decorrentes do rompimento, bem como o surgimento/agravamento de vulnerabilidades e doenças. Em função do pouco tempo restante para a discussão, este bloco foi debatido mais rapidamente, e os itens que faltaram foram preenchidos na Plenária Final. A intensificação das demandas por atendimento em saúde mental foi amplamente citada, fazendo menção ao primeiro bloco de observações. O aumento desta demanda, atrelado às necessidades de continuidade da Atenção Básica em Saúde, exigiu maior organização e interlocução entre as equipes para a priorização do atendimento às famílias atingidas. A reflexão sobre os profissionais de saúde – especialmente a necessidade de maior capacitação com foco em situações de calamidade – também foi alvo de intensa discussão.

SURTIAMENTO/AUMENTO DE QUEIXAS DE FUNDO EMOCIONAL	
Impactos	Encaminhamentos
- Intensificação de problemas de <i>saúde mental</i>, ansiedade, depressão, instabilidade emocional; - Públicos com especificidades e <i>sofrimentos sociais</i>, que transcendem os sintomas; - Cuidado para a situação não se converter em medicalização, a partir da <i>capacitação da atenção primária</i>; <i>Acompanhamento emergencial</i> por parte da Saúde Mental, dividida entre CAPS, CAPSI, matriciamento e Equipe Conviver (que tem trabalhado com os atingidos em todo o território, envolvendo atividades coletivas de <i>adaptação ao novo território e modo de vida</i>).	-
INTERRUPÇÃO/DIFICULDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
Nos dois primeiros meses, o atendimento à população em geral foi <i>reduzido para se priorizar</i> o	-

atendimento às <i>comunidades atingidas</i> .	
SITUAÇÃO ATUAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE (ESPECIALMENTE SAÚDE MENTAL)	
Impactos	Encaminhamentos
• Problemas com a <i>contratação temporária</i>, insegurança e receio da perda do trabalho já desenvolvido junto à equipe atual; • Os profissionais alocados na Saúde e na Assistência Social são diferentes, mesmo que a forma de contratação seja a mesma; • Criação de uma <i>UBS específica</i> para as populações de Bento Rodrigues, Paracatu e demais <i>comunidades atingidas</i>; • <i>Equipe específica de Saúde Mental</i> para atendimento à população atingida. • Dificuldades de <i>reposição e manutenção da equipe</i>; • As poucas <i>capacitações</i> foram feitas pelo poder público (municipal e estadual).	• Manutenção da equipe de Saúde Mental em um <i>dispositivo específico</i>, a exemplo do que foi criado em razão do desastre em Santa Maria/RS (já foi solicitado); • Manutenção da equipe da SME (terceirizada), com um <i>vínculo empregatício mais seguro</i>, para fortalecimento dos vínculos entre os profissionais e o público assistido; • Necessidade de <i>capacitação da equipe de Saúde Mental em situações de desastres e calamidades</i>, com a indicação dos profissionais capacitadores pelo município. Não houve respostas da Fundação em relação a algumas destas demandas.
DIMINUIÇÃO/ACRÉSCIMO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE E SAÚDE MENTAL	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento significativo na <i>demand</i>a junto a <i>crianças, adolescentes, idosos e usuários de álcool e outras drogas</i>; • <i>Aumento significativo do número de acolhimentos no CAPS e no CAPSI</i> (3 a 4 acolhimentos por dia); • Aumento no <i>número de atendimentos em saúde</i> (exames clínicos e laboratoriais) e na demanda por monitoramento em saúde.	-
AÇÕES DE VIGILÂNCIA À SAÚDE, PREVENÇÃO DE AGRAVOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
• Mobilização de <i>vigilância epidemiológica</i>, saúde do trabalhador e sanitária, acompanhamento da toxicidade e outras ações descritas com mais rigor no <i>Plano de Ação</i>.	• Várias destas ações já constam no <i>Plano de Ação</i> e já estão sendo desenvolvidas. <i>Manutenção dos profissionais</i> e dos recursos necessários à continuidade destas ações.
RECUPERAÇÃO DE RELAÇÕES FAMILIARES/COMUNITÁRIAS E TRADIÇÕES SOCIOCULTURAIS	
Impactos	Encaminhamentos
• <i>Direcionamento de equipes</i> de Saúde da Família e Saúde Mental, buscando entender o <i>contexto das famílias</i> e trabalhando ações coletivas de	-



<i>apropriação do território e reconstrução de memórias.</i>	
--	--

Com base nas discussões feitas nos blocos do instrumental, o GT definiu, ainda, um encaminhamento transversal a ser discutido entre a gestão pública municipal e a Fundação Renova: a capacitação de profissionais de assistência social e saúde (especialmente saúde mental) em situações de desastres e calamidades. Estas rodadas de capacitação devem ser ministradas por profissionais especializados e credenciados por experiências anteriores, como no incêndio da Boate Kiss, em Santa Maria/RS, em 2013.¹

¹ A estratégia de saúde mental e atenção psicossocial desenvolvida em Santa Maria/RS para acolher os afetados pelo incêndio da boate Kiss é descrita no link: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n4/1982-3703-pcp-36-4-0932.pdf>





GT Barra Longa

Número de participantes de Barra Longa	10
Facilitadoras	Kelvia Barros Marta Silva Michelly Carmo Soraia Marcos
Sistematizador	Claudio Resende



A oficina de proteção social do município de Barra Longa teve início logo após o relato de seus representantes, que compôs a atividade anterior, Plenária. Devido a um imprevisto, os representantes de Barra Longa chegaram apenas às 12h15, o que ocasionou atraso nas atividades previstas.

As discussões da oficina contaram com a participação de Angelita Maria Trindade Borges, Caetano de Mello Etrusco, Fernando Alex Miranda Bailão, Júnia Célia Carolino, Leonardo de A. Roldão, Leonardo Lanna, Luiza Laura Lanna, Raquel Aparecida Gomes Gonçalves, Valéria Fonseca de Oliveira Ornelas e Viviane Gonçalves Moreira, técnicos e gestores da Prefeitura de Barra Longa, e foram mediadas por Michelly Carmo, do MDSA, Kelvia Barros, da Casa Civil, Soraia Marcos, da SES e Marta Maria Castro Vieira da Silva, da Sedese.



Houve uma modificação na ordem dos itens discutidos por conta da necessidade de a representante da SES precisar se ausentar antes do fim da atividade. Por isso, o bloco de questões, impactos e encaminhamentos relativos à saúde foram discutidos em primeiro lugar. Em seguida, decidiu-se pela inclusão de impactos na área de educação, o que não estava previsto no instrumental proposto pelo MDSA.

Cabe lembrar ainda que as discussões dos blocos 1 e 2 duraram cerca de 40 minutos, reduzindo o tempo disponível para a abordagem dos blocos 3, 4 e 5, relativos à política de assistência social.

Um ponto de destaque de toda a oficina é a importância dos impactos do rompimento da barragem nas vias de trânsito do município, tanto as vias urbanas quanto aquelas que dão acesso às áreas rurais. Algumas estradas e ruas foram diretamente danificadas, e o grande número de veículos que passou a transitar na região por causa das obras de reconstrução causam dificuldades de deslocamento, tanto da população quanto dos profissionais de atendimento. Em todos os temas debatidos, esse ponto surge de modo importante.

Bloco 1 - Impactos para a saúde da população e encaminhamentos

Os itens discutidos nesse bloco se referem aos impactos diretos e indiretos causados na população em decorrência do rompimento da barragem. Os impactos vão desde o aparecimento de sintomas de fundo emocional até o acesso da população aos serviços de atendimento em saúde.

APARECIMENTO DE QUEIXAS DE FUNDO EMOCIONAL: DEPRESSÃO, SINTOMAS PSICOSSOMÁTICOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento do número de casos de crianças com <i>transtornos de saúde mental</i> (síndrome do pânico, transtorno de ansiedade, insônia, depressão); • Aumento no número de casos de <i>transtornos de saúde mental</i> em adultos e idosos; • Aumento do número de casos de <i>dependência química</i> e <i>uso abusivo de álcool</i>; • Aumento da demanda de atendimento na UPA	• <i>Estruturar equipe de saúde mental</i> e matriciamento para população direta e indiretamente atingida, com interlocução na assistência básica; • <i>Ampliar</i> grupos de apoio e oficinas de atendimento; • <i>Adequação da UPA</i> e ampliação do RH; • <i>Aumento</i> de <i>profissionais de atendimento</i> e manutenção dos atuais; • Aumento de profissionais pela Fundação Renova e garantia de permanência dos contratados;
INTERRUPÇÃO/ DIFICULDADE DE ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos

- Os profissionais têm <i>dificuldade de acesso</i> à população por causa das estradas e vias danificadas e do excesso de caminhões; - A população não consegue <i>acessar os serviços de saúde</i> por causa das estradas e vias danificadas e do excesso de caminhões; <i>Sinaleiros</i> (homens que regulam o trânsito) nas estradas e na sede dificultam o fluxo de profissionais e da população; - Número excessivo de <i>caminhões</i> nas estradas e nas vias urbanas;	- Disponibilização de <i>veículo adequado</i> para trânsito nas vias de má qualidade: de preferência, um veículo com tração nas quatro rodas (4x4); <i>Alinhar o atendimento de saúde mental</i> para a população de <i>Barreto</i>, que ficou sem atendimento devido a um desencontro de informações entre a gestão do município e a Samarco;
SITUAÇÃO ATUAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
<i>Não</i> foi realizada <i>capacitação</i> para equipe de <i>saúde mental</i>; <i>Foi</i> realizada capacitação apenas para equipe de <i>saúde básica</i>; - Equipe de saúde contratada pela Fundação Renova: 2 enfermeiras; 8 médicos; 2 psicólogos, 3 equipes de ambulância, somando 20; - Equipe de saúde contratada diretamente pelo município: 89 profissionais.	<i>Capacitação continuada</i> de todos os profissionais de saúde, tanto da atenção básica quanto da saúde mental; <i>Profissionais</i> e <i>equipamentos</i> contratados pela Fundação Renova devem ficar sob a <i>gestão plena</i> do <i>município</i>;
DIMINUIÇÃO OU ACRÉSCIMO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
Impactos	Encaminhamentos
- Houve <i>aumento</i> de <i>trabalho</i> para os profissionais de saúde que trabalhavam na Prefeitura na época do rompimento; - Houve <i>acréscimo</i> na <i>prestação e oferta</i> de serviços em virtude do aumento da demanda;	- A <i>gestão municipal</i> precisa <i>ter clareza</i> do tempo de contrato dos profissionais de saúde contratados pela Fundação Renova; <i>Habilitar no SUS</i> (em parceria com o Governo Estadual) o serviço de saúde disponível atualmente na "<i>UPA</i>";
EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA À SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
- Todas as <i>ações</i> de <i>vigilância estão sendo executadas</i>, mas com dificuldades devido ao aumento das demandas; - Ações de <i>vacinação</i> ocorrem com <i>eficiência</i>; <i>Dificuldade</i> no <i>combate</i> a <i>insetos</i> devido à deficiência de obras de saneamento; - Galerias de <i>esgoto</i> são <i>ineficazes</i> e refluem o esgoto; - Diagnóstico da <i>água de Gesteira</i> e de outras comunidades apresentou <i>alto nível de metais</i>;	<i>Revisão</i> efetiva das obras nas <i>galerias</i> de esgoto; - Fazer análise para <i>verificar</i> a <i>qualidade</i> da <i>água</i> do município e de todos os distritos e comunidades rurais;

Ações de <i>zoonose</i> estão sendo <i>executadas</i>;	
Impactos	Encaminhamentos
Não foram realizadas ações específicas;	<i>Reestabelecer</i> ou <i>criar espaços físicos</i> de convivência e de fortalecimento de vínculos; alguns espaços precisam ser cobertos para melhorar a capacidade de atendimento.

Bloco 2 - Impactos para a educação e encaminhamentos

Um bloco extra de discussões foi proposto para tratar de impactos para educação do município de Barra Longa. Três escolas foram diretamente impactadas pelo rompimento. As dificuldades do município se devem ao fato de o TTAC prever a reparação de danos diretos causados pelo rompimento da barragem, sendo que no caso da política de educação, os impactos indiretos são importantes, principalmente pela realocação de alunos.

IMPACTOS NA EDUCAÇÃO	
Impactos	Encaminhamentos
<i>Três escolas</i> foram fisicamente <i>impactadas</i>: - A escola da comunidade de <i>Gesteira</i> foi destruída. Uma escola nova foi construída, mas a estrutura apresentou problemas por causa do período chuvoso; - A <i>escola de educação infantil</i> também diretamente danificada, obrigando a realocação dos estudantes para um imóvel alugado na comunidade; - A <i>escola estadual</i> de ensino fundamental e médio foi impactada nas áreas de lazer e esporte, na biblioteca e nos laboratórios. - Os <i>danos nas estradas</i> e vias afetam o <i>acesso</i> da população às escolas e também o deslocamento de profissionais;	- A gestão municipal precisa ter conhecimento dos <i>prazos para conclusão das ações</i> de reparo na <i>escola de Gesteira</i>; - A gestão municipal precisa ter conhecimento dos <i>prazos</i> para conclusão das ações de <i>realocação da escola de educação infantil</i>; - Definir calendário para solução dos impasses da área de educação; - Elaborar políticas de educação ambiental e emergencial para a população de Barra Longa;

Bloco 3 - Impactos para a População e encaminhamentos

As discussões deste bloco foram prejudicadas pela escassez de tempo, ocasionando a concentração das falas em torno da fragilização de vínculos familiares, sem explorar os demais itens.

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES	
Impactos	Encaminhamentos
• <i>Famílias</i> foram <i>divididas</i> no processo de realocação; • <i>Vínculos</i> familiares foram <i>fragilizados</i>; • Várias <i>famílias</i> estão <i>fora</i> de seus <i>territórios</i> de origem; • Poucas famílias retornaram para seus territórios; • Há <i>desinformação</i> sobre os contratos de aluguel e retorno das famílias às suas casas; • Há ações de convivência e fortalecimento de vínculos realizadas com as famílias que foram realocadas; • Ainda não há ações de convivência e fortalecimento de vínculos realizadas na comunidade de Gesteira;	• <i>Facilitar</i> o trabalho da equipe existente: ○ Aquisição de <i>veículo</i> para transporte dos profissionais; ○ Aumento de <i>equipe</i> (contratação); ○ Melhoria de <i>infraestrutura</i> (espaço físico adequado); • <i>Profissionais e equipamentos</i> contratados pela Fundação Renova devem estar <i>sob a gestão do município</i>, de acordo com as normativas da assistência social; • Definir <i>cronograma das ações</i> pactuadas entre gestão municipal e a Fundação Renova;
FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico	Não houve discussão específica sobre esse tópico
VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
<i>Famílias realocadas</i> em casas alugadas não têm conhecimento de previsão de retorno para suas próprias casas;	<i>Melhorar a comunicação</i> com a população a respeito dos retornos às suas casas;
VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico	Não houve discussão específica sobre esse tópico
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico	Não houve discussão específica sobre esse tópico
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico	Não houve discussão específica sobre esse tópico

Bloco 4 - Impactos para a Política de Assistência Social e encaminhamentos

De maneira semelhante ao bloco anterior, o debate em torno dos itens relativos a programas da política de assistência social foi feito de maneira rápida por causa do tempo exíguo.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
Impactos	Encaminhamentos
- Não houve interrupção de acesso aos benefícios; - Houve interrupção de novos cadastros de Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada.	Não foram decididos encaminhamentos.
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC NA ESCOLA)	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.
PROGRAMAS DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO	
Impactos	Encaminhamentos
Não foi realizada nenhuma ação específica.	Ofertar cursos de empreendedorismo para jovens.

Bloco 5 - Impactos para a Política de Assistência Social e outras áreas e encaminhamentos

A questão principal abordada neste bloco se deu em torno das equipes de profissionais de atendimento. O número disponível no momento do rompimento logo se tornou insuficiente por causa da necessidade de atendimentos em diferentes localidades. Parte desse problema se deve às más condições das vias do município, tanto por causa de danos diretos quanto por causa do tráfego excessivo de caminhões.

PAIF	
Impactos	Encaminhamentos
- Não houve <i>aumento da demanda</i>, mas há apenas uma equipe de atendimento; - Há <i>dificuldade de deslocamento</i> por causa das estradas e vias danificadas, o que dificulta ainda mais o atendimento.	Não foram decididos encaminhamentos específicos para este tópico.
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
Há dificuldade com a <i>estruturação das equipes</i> para realizar deslocamentos e atendimentos devido ao aumento da demanda.	<i>Melhoria das vias e estradas</i> para melhor deslocamento das equipes de atendimento; <i>Melhoria das estruturas físicas</i> para atendimento à população; <i>Aumento das equipes de profissionais.</i>
PAEFI	

Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.
GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.
OUTRAS ÁREAS	
Impactos	Encaminhamentos
Não houve discussão específica sobre esse tópico.	Não houve discussão específica sobre esse tópico.

PLENÁRIA FINAL

Após a realização das oficinas com cada um dos municípios, seguiu-se para uma plenária final, em que os relatores escolhidos em cada grupo apresentaram os instrumentais preenchidos. A partir da leitura pelos presentes, alguns pontos foram refeitos.

A situação da comunidade de Barreto, pertencente a Barra Longa, mas que faz divisa com o território de Mariana, voltou a ser debatida na plenária final. Segundo relatos de gestores de Barra Longa, houve, por parte da Samarco, em momento anterior à criação da Fundação Renova, a orientação de que os atendimentos em saúde mental da população da comunidade seriam realizados pela equipe de Mariana. Houve alguma discussão a esse respeito, momento em que a gestão municipal de Mariana informou não ter sido notificada sobre essa orientação. Os técnicos da equipe de Mariana sugeriram, inclusive, a aplicação da lógica assistencial a partir do matriciamento territorial em Barreto, de modo a garantir o atendimento irrestrito às famílias da comunidade.

Em seguida, caminhando para o encerramento da sessão, Paula Oliveira (Casa Civil e CTOS) agradeceu pela presença de todos, e destacou a importância da oficina como um subsídio para o desenho do programa de Proteção Social no âmbito do TTAC. De acordo com ela, tanto a CTOS quanto o CIF serão



informados das discussões da oficina. A técnica destacou que a comunicação interinstitucional precisa ser melhorada, a exemplo do que as discussões da oficina ressaltaram. Também sugeriu a organização de uma reunião com os entes institucionais envolvidos na discussão, para o debate sobre a situação dos profissionais da assistência social e seu trabalho junto às comunidades atingidas.

Iracema Freitas, do MDSA, destacou em seguida que a reunião foi produtiva, apesar do atraso dos representantes de Barra Longa, e que o momento exige foco na rapidez das soluções socioassistenciais prestadas às comunidades atingidas, já que se passou mais de um ano desde o rompimento. Apesar de o cuidado emergencial ter sido prestado, é necessário estruturar os serviços de modo que as violações de direitos e as vulnerabilidades não voltem a acontecer. Reforçou o compromisso do desenvolvimento do programa com base em uma política humanizada, de acordo com os preceitos da assistência social. Solicitou, ainda, uma agenda emergencial com gestores do MDSA para tratativas sobre os profissionais da assistência social nos municípios.

Marta Silva, da Sedese/MG, também agradeceu a presença de todos e destacou o desejo de que a experiência tenha sido proveitosa para os municípios, que estarão munidos de mais estratégias (modelos e instrumentos) para repensar seus serviços e avaliar as ações em curso. De acordo com ela, a gestão estadual anseia por uma maior troca de informações entre os municípios.

Albanita Roberta, líder do programa de Proteção Social na Fundação Renova, destacou a relevância da escuta ativa aos municípios e suas demandas socioassistenciais. De acordo com ela, é importante reconhecer os desafios e dificuldades que vêm pela frente, e reunir esforços para aprender com a experiência e preparar a equipe e as comunidades atingidas para os desafios futuros. Ressaltou, ainda, a importância de os trabalhadores da assistência social serem devidamente capacitados e amparados em suas funções, e fez um apelo em torno da necessidade de união e aliança a partir das convergências de visões.

Por fim, os gestores municipais presentes tiveram a palavra. O Secretário Municipal de Educação de Barra Longa pediu desculpas formais pelo atraso e agradeceu pelo espaço. Os demais gestores presentes destacaram, ao final da sessão, a importância de outros encontros dessa natureza para o aprimoramento da comunicação entre os municípios e para a melhoria das ações conjuntas, e reconheceram a necessidade de um maior alinhamento entre os gestores públicos e com a própria Fundação Renova, com vistas a garantir a qualidade das ações socioassistenciais e de saúde. Citou-se, inclusive, a ideia de promover maior interlocução com pesquisadores e outros profissionais que tem se dedicado a estudar o rompimento da barragem de Fundão a partir de múltiplas óticas, circulando as versões finais dos planos de ação e do próprio programa entre estes especialistas, para avaliação e sugestões.





RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS

Ao longo da Oficina, foi possível identificar assuntos que geraram convergências e divergências de opiniões entre os participantes. A retomada desses pontos é importante para que se possa visualizar em quais aspectos é necessário construir entendimentos mais sólidos entre os atores envolvidos no debate.

Pontos de convergência:

- É necessário estruturar melhor as instâncias e os canais de comunicação entre as partes envolvidas, para que as informações sejam trocadas de forma eficiente;
- Também é preciso fornecer oportunidades de capacitação e formação complementar dos trabalhadores da Assistência Social e da Saúde, oferecendo-lhes um cabedal de conhecimentos em situações de calamidade;
- É importante que cada órgão público e seus profissionais conheçam e desempenhem suas funções com base nas normativas e legislações orientadoras (tanto no âmbito da saúde como no âmbito da assistência social);
- Outros encontros como a Oficina devem continuar acontecendo, para a calibração das informações e para a definição mais acurada dos rumos e processos conjuntos;
- A atuação dos gestores públicos municipais e da Fundação Renova deve ser subsidiada e acompanhada pelos órgãos federais e estaduais, que devem atuar como parceiros técnicos na construção dos procedimentos;
- A escuta ativa e a construção coletiva de conhecimentos e soluções são fundamentais, tendo em vista as diferentes atribuições dos diferentes entes federativos envolvidos nas ações de mitigação e reparação de impactos.

Pontos de impasse:

De modo geral, não houve pontos de impasse que impedissem o desenvolvimento da Oficina. No entanto, percebeu-se algumas lacunas que merecem reflexões:

- Verificação da situação dos moradores da comunidade de Barreto e dos serviços de saúde e socioassistenciais ofertados a essa população;
- Melhoria da compreensão das competências e atribuições do poder público em seus três níveis e da Fundação Renova, no fornecimento dos serviços socioassistenciais e de saúde;





SUGESTÕES

As observações e registros da Oficina de Proteção Social, com os municípios de Mariana e Barra Longa (MG) suscitaram as seguintes sugestões:

1. *Pré-evento*

a. Observação:

Observou-se a riqueza das discussões a partir de dados concretos trazidos pelos gestores municipais.

b. Sugestões:

É interessante reforçar a importância de os gestores levarem dados do município para a discussão.

2. *Formulário da oficina*

a. Observação:

Ambos os grupos se perderam nas discussões e inseriram informações repetidas.

b. Sugestões:

A visualização em formato paisagem, pareando os impactos e os encaminhamentos, facilitaria o trabalho dos grupos e posterior apresentação. O novo layout pode ampliar a qualidade dos registros, deixando mais claro cada um dos blocos de informação.

As perguntas também podem ser codificadas ou numeradas, de modo a facilitar sua localização e posterior sumarização.

3. *Oficina em grupos*

a. Observação:

Notou-se certa dificuldade de ambos os grupos para dar início aos trabalhos em grupo.

b. Sugestões:

Estratégias de aquecimento dos grupos com exemplos e contextualização da discussão a ser realizada em seguida pode ser mais produtivo.

4. *Facilitação dos grupos e sistematizadores*

a. Observação:

Notou-se pouca conexão entre os facilitadores dos grupos e os sistematizadores de cada grupo.

b. Sugestões:

Para que o trabalho final seja mais produtivo é interessante que o facilitador abra espaço para os sistematizadores referendarem o registro feito com o grupo presente;

É também importante que o relator escolhido pelo grupo compreenda os registros do sistematizador. Por isso, é interessante que o relator do grupo seja escolhido no início da oficina e que acompanhe, juntamente com o facilitador, os registros do sistematizador;





É interessante que as atribuições do relator do grupo sejam validadas com o grupo e para que a apresentação final seja o mais fiel possível ao processo vivenciado pelo grupo;

Para melhores resultados, é útil que cada grupo tenha um projetor, de modo que os registros do sistematizador sejam acompanhados *pari passu* à discussão.

5. *Novas dinâmicas para as oficinas em pequenos grupos*

a. Observação:

A reunião de gestores da saúde e da assistência social dos municípios juntamente com órgãos federais e estaduais é uma grande oportunidade que deve ser plenamente aproveitada.

b. Sugestões:

Em contextos como a dessa oficina é desejável que se garanta o máximo de escuta possível. Desse modo, o uso de *tarjetas* para registro dos principais impactos e dos principais encaminhamentos pode ser uma forma de ampliação da escuta e de participação de todos os presentes. Outras dinâmicas diagnósticas seriam muito ricas para um momento como esse. Cita-se, por exemplo, a aplicação do *Diagrama de Venn* (para compreensão da relação de diversos atores para a situação de reparação dos danos e dos diferentes papéis e atribuições).

6. *Plenária final*

a. Observação:

O momento final ficou moroso porque fez a leitura do documento do grupo.

Notou-se que, devido à dinâmica utilizada, o relator do grupo teve poder de modificar o resultado produzido pelo grupo. As discussões nos grupos não se deram sem conflito e há opiniões muitas vezes divergentes. É preciso pensar de que modo essas divergências serão consideradas nos registros (ou se não serão registradas).

b. Sugestões:

Se o documento for referendado ao longo na oficina (ou seja, construído em conjunto), não será uma “surpresa” na hora da apresentação;

Seria interessante repensar essa dinâmica para que a plenária final incite a discussão e não apenas uma leitura coletiva do documento.

É preciso ter cuidado com a dinâmica estabelecida nessa plenária final.



ANEXO 2 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – IPATINGA/MG

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A programação prevista dividia a oficina em três momentos: Plenária inicial com a contextualização do Programa de Proteção Social (previsto no TTAC), discussão temática em grupos (por municípios) e Plenária final.

Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) Oficinas de Proteção Social aos impactados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG Ipatinga/MG 31 de março de 2017	
PROGRAMAÇÃO	
OBJETIVOS:	
- Levantar subsídios para implementação de uma ação coordenada e intersetorial entre o poder público e a Fundação Renova à população impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, a partir da escuta dos municípios. - Qualificar o desenho do Programa de Proteção Social previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a ser implementado pela Fundação Renova.	
HORÁRIO	ATIVIDADE
8h30 às 8h40	Contextualização do Programa de Proteção Social previsto no TTAC Coordenação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CTOS (10 minutos)
8h40 às 9h25	Proteção Social à população impactada - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (20 minutos) - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG) (10 minutos) - Fundação Renova (10 minutos) Apresentação da metodologia de trabalho da oficina - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (05 minutos)



9h40 às 12h00	Trabalhos em grupo • Formação de 4 grupos com a participação de 5 municípios em cada grupo • Sistematizador (a) da Fundação Renova e mediador (a) do Governo Federal/Governo Estadual • Relator (a) escolhido pelo grupo • Registro em instrumental específico Temas a serem debatidos • Ações em curso e realizadas por cada município para proteção social da população impactada pelo desastre (10 minutos/município) • Impactos para a população • Impactos no acesso e permanência nos serviços, programas e benefícios da Assistência Social • Impactos para outras políticas sociais Os temas deverão contemplar os impactos e as ações necessárias, com a indicação do responsável (Poder Público ou Fundação Renova)
12h00 às 13h30	Almoço
13h30 às 15h30	Continuidade dos trabalhos em grupo
15h30 às 15h45	Intervalo para lanche
15h45 às 17h25	Relato dos grupos • Cada relator (a) apresentará os resultados das discussões, com base no instrumental preenchido
17h20 às 17h30	Encerramento • Fala final • Avaliação dos participantes



PARTICIPANTES

Durante os dois períodos (manhã e tarde) foram registrados os seguintes presentes:

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Alessandra M. Lara de Rezende	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Aline Queiroz Barreto de Castro	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG) (Regional Timóteo)
Andreza Batista Bueno	Assistente Social em Bom Jesus do Galho/MG
Antônio Áureo do Carmo	Conselheiro da Sociedade Civil de Rio Doce/MG
Antônio Maria Claret de Souza Filho	Herkenhoff & Prates
Antônio Vidal Custódio	Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado/MG
Aparecida Helena Miranda Paiva	Gestora da Assistência Social em Sem Peixe/MG
Berenice Braga Margarida	Fundação Renova (PG006)
Camila Ribeiro Hanaôka	Técnica do PAIF em Marliéria/MG
Carmem C. C. Miranda	Secretária de Assistência Social em Timóteo/MG
Carolina Proietti Imura	Herkenhoff & Prates
Claudio Lobenwein Resende	Herkenhoff & Prates
Cleber Passos Teixeira	Prefeitura de Rio Doce/MG
Dayse Vilas Boas	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Deis Vitor Cunha	Assistente Social em Sem Peixe/MG
Deusmar Franco Almeida	Assistente Social em Bugre/MG
Ednéia Aparecida Clara	Coordenadora da APAC em Pingo D'água/MG
Eduardo Rodrigues de Carvalho	Gestor da Assistência Social em Dionísio/MG
Eléssia Cristina	Estagiária da Prefeitura de Marliéria/MG
Elias Oliveira Soares	Gestor da Assistência Social em Dionísio/MG
Elizângela Ferraz Amaral	Psicóloga em Bom Jesus do Galho/MG
Felício Brandão Cruz	Psicólogo da Proteção Social Especial em Ipaba/MG
Fernanda Alves de Paula Martins	Auxiliar Administrativa do BPC na Escola em Timóteo/MG
Flávia Cristina Ancelmo	Ministério Público Estadual (MP/MG)
Genilson Almeida	Secretário de Assistência Social em Bugre/MG
Gislene Vaz de Lima	Conselheira da Sociedade Civil em Pingo D'água/MG
Graciele de Rezende Almeida	Ministério Público Estadual (MP/MG) (Ipatinga)
Iracema de Paula de Lima Freitas	Coordenadoria Geral de Serviços Socioassistenciais à Família (Secretaria de Assistência Social do MDSA)
Israel Veiga Leal	Gestor da Assistência Social em Santa Cruz do Escalvado/MG
Itamar M. Cândido	Secretário Adjunto de Assistência Social de Pingo D'água/MG

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Izabela de Bragança	Técnica de Referência da Assistência Social em Ipatinga/MG
Jack de Souza Cardoso	Chefe da Divisão de Cultura em Ipaba/MG
Jacyara Franklin Campos	Assistente Social em São Pedro dos Ferros/MG
Jefferson Melo	Secretário de Assistência Social em Bom Jesus do Galho/MG
José Lopes de Carvalho	Secretário de Assistência Social de Ipaba/MG
José Osmir de Castro	Prefeitura de Ipatinga
Julia Maria Macedo	Herkenhoff & Prates
Jussara Nere Gonçalves Silva Lopes	Gerente da Proteção Social Básica em Timóteo/MG
Kamélia Miranda	Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social em Santana do Paraíso/MG
Kélvia Barros	Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial e Casa Civil da Presidência da República
Leonardo Reis Muniz	Assistente Social em Rio Doce/MG
Luana Carola	Ministério Público Estadual (MP/MG)
Lúcia Chiarastelle	Matizes Comunicação
Lucia Maria Gomes Pereira Martins	Gestora da Assistência Social em Rio Doce/MG
Luiza Maria Costa Oliveira	Fundação Renova (PG005)
Maria Albanita Roberta de Lima	Fundação Renova (Coordenadora do PG005, PG011 e PG014)
Maria José R. Sá	Assistente Social em Santana do Paraíso/MG
Maria Karoliny Gomes de Osório	Gestora da Assistência Social em Raul Soares/MG
Marta Maria Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Michelly Carmo	Coordenadoria Geral de Serviços Socioassistenciais à Família (Secretaria de Assistência Social do MDSA)
Nathália França Figuerêdo Porto	Herkenhoff & Prates
Orinete M. de Lima Teixeira	Assistente Social em São Pedro dos Ferros/MG
Patrícia Nunes Silva Elias	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Paula Oliveira Lima	Câmara Técnica de Organização Social e Casa Civil da Presidência da República
Samira Bianca Pereira	Assistente Social em Raul Soares/MG
Silvana Lourdes da Luz Lazarini	Coordenadora de CRAS em Santa Cruz do Escalvado/MG
Silvânia G. C. Neves Roque	Gestora da Assistência Social em Dionísio/MG
Sílvia Aparecida Lamas	Prefeitura de Sem Peixe/MG
Tháísa P. de Souza	Estagiária da Prefeitura de Pingo D'água/MG
Vaneza Pereira Fernandes	Secretária de Assistência Social de Santana do Paraíso/MG
Wagner Coelho Delfino	Conselheiro Tutelar de São Pedro dos Ferros/MG

PLENÁRIA INICIAL

O evento teve início às 08h50, com apenas 20 minutos de atraso, e com a presença de representantes dos municípios de Bugre/MG, Dionísio/MG, Ipaba/MG, Ipatinga/MG, Marliéria/MG, Pingo D'Água/MG, Raul Soares/MG, Rio Doce/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG, Santana do Paraíso/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Sem Peixe/MG e Timóteo/MG.

A Plenária Inicial começou a partir da apresentação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS), feita por Kélvia Barros, da Casa Civil da Presidência da República. A representante retomou a oficina anterior (realizada em 20 de março, em Mariana/MG) e destacou que o objetivo da oficina é discutir a parceria entre o Poder Público e a Fundação Renova na promoção e organização de ações de proteção social no âmbito dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.



Figura 3. Apresentação da CTOS na Plenária Inicial

Em seguida, foi apresentado, em termos mais gerais, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que tem como objetivos a mitigação e a reparação (indenização e compensação financeira) de impactos sociais e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A governança das ações oriundas do TTAC também foi apresentada, e destacou-se o papel do Governo Federal na coordenação das atividades das Câmaras Técnicas, instâncias de deliberação temática e encaminhamento de ações inter-federativas. A representante ressaltou que, no âmbito do TTAC, as orientações para a elaboração do Programa de Proteção Social são bastante genéricas, o que exigiria uma escuta atenta às especificidades de cada região afetada pelo

rompimento da barragem. Essa atenção às demandas de cada território garantiria a aderência das ações socioassistenciais do programa.



Figura 2. Apresentação do MDSA na Plenária Inicial

Na sequência, Iracema Freitas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), teve a palavra, partindo da ideia de que, em situações de violação de direitos, os serviços de proteção social especial precisam estar presentes, tendo como porta de entrada as instituições da proteção social básica, como o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Esses serviços devem estar calcados na Política Nacional de Assistência Social, para garantir tratativas eficazes a uma situação *sui generis*, nunca vivida antes no Brasil.

Segundo a representante, essas tratativas devem se basear em esforços coordenados e em equipes de trabalho fortalecidas. Iracema Freitas também destacou que a política pública deve ser o veículo de implementação das estratégias de proteção social da Fundação Renova, garantindo-se o acesso democrático e universal à assistência social, e a ação humanizada e livre de discriminações dos técnicos. A Proteção Social é um importante canal de acesso à Política de Assistência Social, e deve ser trabalhada em rede, com a interlocução com áreas como a saúde, a educação, o trabalho, o acesso à justiça, entre outros. A parceria entre os serviços públicos e a Fundação Renova é fundamental para a busca ativa e a catalogação dos impactos sofridos pelas populações. Por fim, ressaltou que o MDSA, em parceria com a Casa Civil, os demais entes federativos e a Fundação Renova, tem buscado garantir os serviços de assistência social às famílias atingidas, destacando a importância da capacitação dos profissionais socioassistenciais nos municípios.

A representante da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG), Marta Maria Silva apresentou as ações do Governo do Estado

desde o rompimento da barragem, em novembro de 2015, dando ênfase às tarefas envolvendo a população impactada. Fez menção a autores como Jaccoud (2005)² e Silva, Yasbek e Giovanni (2004)³ para definir a proteção social como um conjunto de ações públicas para o enfrentamento de situações de risco e a promoção de benefícios sociais, tendo como critérios definidores os alvos da proteção, as estratégias e o grau de cobertura. Segundo a representante, a proteção social tem se organizado no Brasil de forma articulada, integrada e interdisciplinar, o que é fundamental para o desenho do escopo do Programa de Proteção Social a ser implementado pela Fundação Renova.



Figura 3. Apresentação da SEDESE na Plenária Inicial

Sobre esse aspecto, a representante destacou a importância de se discutir coletivamente as atribuições de cada ente federado na proposição e aplicação do Programa, focalizando nas competências do Governo de Minas Gerais nesse sentido e mencionando a existência de um novo ator que também deve ser incorporado à discussão, a Fundação Renova.

Na sequência, Albanita Roberta, coordenadora do Programa de Proteção Social da Fundação Renova, destacou que os programas sob sua coordenação estão imiscuídos na lógica abordada pelas representantes dos Governos Federal e Estadual. Destacou a importância de os gestores municipais conhecerem o TTAC

² Jaccoud, L. (2009) "Proteção Social no Brasil: debates e desafios". In: UNESCO (Org.) *Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO. Pp. 57-85.

³ Silva, M. O. S.; Yasbek, M. C. e Giovanni, G. (2004) *A política brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 225pp.



a fundo e ressaltou que a Fundação Renova foi criada no âmbito do TTAC para dar materialidade aos seus ditames. Sendo a Fundação, então, a responsável por promover as ações mais estruturantes e tendo passado o período mais emergencial, a escuta ativa aos gestores dos municípios afetados é fundamental, para que o diálogo entre o poder público e a Fundação não se concentre apenas no epicentro do rompimento (Mariana e Barra Longa).



Figura 4. Apresentação da Fundação Renova na Plenária Inicial

De acordo com ela, todos os programas decorrentes do TTAC são precedidos de diagnósticos para uma percepção mais estruturada dos impactos sofridos em cada território. Nesse sentido, o Programa de Proteção Social possui interlocuções intensas com outros programas da Fundação. A representante ressaltou, ainda, o papel da Fundação na mitigação dos impactos pós-rompimento da barragem, enfatizando o fato de que é necessário discernir entre as vulnerabilidades e violações de direitos que já existiam e as situações decorrentes do evento.





Figura 5. Explicação da metodologia das oficinas pelo MDSA

Por fim, Michelly Carmo, servidora do MDSA, deu as coordenadas metodológicas dos Grupos de Trabalho (GTs). Informou como os instrumentais seriam preenchidos e destacou as funções dos facilitadores, sistematizadores e relatores nas dinâmicas coletivas. Orientou, ainda, para o preenchimento dos formulários de avaliação do evento. Os GTs foram organizados da seguinte forma:

	GT01	GT02	GT03	GT04
<i>Municípios</i>	Rio Casca Rio Doce Santa Cruz do Escalvado Sem Peixe	Dionísio Raul Soares São Domingos do Prata São José do Goiabal São Pedro dos Ferros	Bom Jesus do Galho Córrego Novo Marliéria Timóteo	Bugre Caratinga Ipaba Ipatinga Santana do Paraíso
<i>Facilitação</i>	Iracema Freitas e Alessandra Rezende	Michelly Carmo	Marta Silva e Paula Lima	Léia e Patrícia Nunes
<i>Sistematização</i>	Carolina Imura	Nathália Porto	Claudio Resende	Antônio Claret
<i>Relatoria</i>	Leonardo Reis Muniz	Silvânia Roque e Samira Pereira	Jefferson Melo	Vaneza Pereira Fernandes



GRUPOS DE TRABALHO

Os GTs foram conduzidos pelos representantes dos Governos Federal e Estadual presentes a partir do instrumental elaborado para o exercício. O roteiro explorava as ações já realizadas e em curso nos municípios para o atendimento às populações impactadas, e os impactos e encaminhamentos no âmbito da I) população em si, II) da Política de Assistência Social em geral e III) de outras políticas sociais. O instrumental foi elaborado pela equipe do Governo Federal.

Foram registradas as ausências de representantes de alguns dos municípios convidados. O município de Rio Casca/MG não compareceu às discussões do GT01. No GT02, os municípios de São Domingos do Prata/MG e São José do Goiabal/MG não enviaram representantes. No GT03, Córrego Novo/MG não enviou representantes e a equipe de Pingo D'água/MG acompanhou somente as atividades da manhã.

Grupo de Trabalho 01

Número de participantes	14
Municípios	Rio Doce Santa Cruz do Escalvado Sem Peixe
Facilitação	Iracema Freitas (MDSA)
Sistematização	Carolina Imura (H&P)
Relatoria	Leonardo Muniz (Rio Doce/MG)

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

Nos municípios componentes do GT01, o impacto do rompimento da barragem de Fundão é inequívoco: foram relatados impactos ambientais, sociais e econômicos, como a impossibilidade de uso do rio e a proibição da pesca, que antes era fonte de renda complementar ou fonte alimentar de muitas famílias, especialmente as ribeirinhas. Esses dados, porém, não estão objetivamente dimensionados em função da ausência de dados municipais sistematizados.

Dentre as ações que têm sido desenvolvidas para mitigar a ausência de dados, destacam-se cadastros realizados pelos próprios municípios e alguns fóruns de discussão municipais. Entretanto, a desarticulação entre o poder público local e a Fundação Renova, e mesmo a descontinuidade das gestões municipais, em alguns municípios têm prejudicado o andamento das atividades com eficiência. As administrações municipais também se ressentem da falta de procedimentos



que uniformizem o atendimento da Fundação Renova e do próprio poder público às comunidades atingidas.



Figura 6. Oficina do grupo 01

Tendo em vista que nem todos os municípios identificaram ações já desenvolvidas para a proteção social da população atingida pelo rompimento da barragem, este bloco foi também utilizado para o registro das principais demandas e dificuldades (diagnóstico simples) que os municípios têm enfrentado para a realização de ações focalizadas.

RIO DOCE/MG

- No dia do rompimento, todos os setores municipais foram acionados (saúde, assistência social etc.);
- A Defesa Civil, em especial, percorreu todo o município junto com o prefeito, visitando as famílias;
- O próprio município elaborou e aplicou um questionário próprio, logo após o rompimento da barragem, para levantamento dos atingidos (cadastro realizado pelo próprio município);
- Criou-se uma comissão de representantes dos atingidos pelo rompimento da barragem com participação ampla (membros de todas as comunidades rurais e urbana e MAB);
- Têm ocorrido reuniões periódicas nas comunidades;
- Samarco deu uma atenção especial aos fazendeiros, mas deu atenção menor aos colonos;
- Reunião recente promovida pela Fundação Renova com saúde e assistência social para apoio e complementação dos dados do cadastro da Fundação;
- Percepção de que duas famílias, em especial, não receberam o mesmo tratamento que as demais famílias atingidas;
- Contratação de profissionais para levantamento e acompanhamento dos atingidos (pela prefeitura) em andamento, e assessoria técnica paralela à prevista pelo TTAC;
- Ações da Samarco sem articulação com o município e sem comunicação dos critérios utilizados;

- Necessidade de melhor definição do conceito de atingido, sendo esta uma demanda colocada pela Comissão dos Atingidos;
- Não houve aumento da demanda por serviços ou benefícios do CRAS.

SANTA CRUZ DO ESCALVADO/MG

- Demanda pelos serviços de assistência social não aumentou e por isso não houve ações específicas;
- Impacto maior na população ribeirinha (especialmente na comunidade de Merengo), sem ação específica;
- Impossibilidade de participação do antigo gestor municipal nas reuniões anteriores promovidas pelo programa de diálogo social da Fundação Renova;
- O município não tem conhecimento ou levantamento de informações sobre os impactados, embora se saiba que há um grande número de impactados;
- Recentemente a Fundação Renova solicitou ajuda do município para busca de população atingida;
- O município relata que a extensão territorial afetada é vasta;
- O gestor atual não tem conhecimento sobre demanda à assistência social para as questões relativas aos impactados ou ações relativas ao rompimento da barragem. O assunto estava sendo tratado diretamente pelo antigo prefeito.

SEM-PEIXE/MG

- Ainda não chegaram demandas específicas para assistência social, embora se saiba que houve impacto significativo para a população que mora na região beira-rio;
- 30km de rio impactados pelo rompimento da barragem;
- Boletim de Ocorrência para registro dos impactos realizado por iniciativa dos próprios impactados;
- No CRAS não chegaram demandas específicas nem houve aumento de demanda, mas há necessidade de fazer uma busca ativa para conhecimento;
- Informalmente, são reconhecidas 13 famílias impactadas;
- Problema especialmente para os pescadores;
- Houve uma ação específica de melhorias da Samarco em uma única fazenda (proprietário: Juca Careca).

Bloco 2 - Impactos para a população

A partir do rompimento da barragem de Fundão, os municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Sem-Peixe têm passado por transformações em suas áreas urbanas, motivadas em sua maioria pela chegada de trabalhadores de empresas vinculadas à Samarco ou a Fundação Renova. O ritmo pacato dessas cidades tem sido comprometido por esse fluxo contínuo de pessoas. Além disso, os municípios relataram uma intensa situação de perda de empregos e meios de sobrevivência, principalmente das comunidades ribeirinhas. A perda desses postos de trabalho tem causado, em alguns casos, a fragilização de vínculos familiares e comunitários.

Como soluções para esses problemas, as gestões identificaram estratégias como buscas ativas mais intensas das famílias impactadas e o fortalecimento do diálogo intersetorial para a retomada do crescimento econômico e a criação de





novas oportunidades de trabalho. Nesse sentido, destacaram a importância de se discutir alternativas de diversificação econômica, capacitação da mão-de-obra e desenvolvimento sustentável dos territórios.

FRAGILIZAÇÃO E/OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Perda de empregos em função do rompimento da barragem; • Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego; • O impacto no rio provocou a perda de espaços e hábitos de lazer e cultura;	• Busca ativa para melhoria da qualidade das informações (Poder Público e Fundação Renova); • Iniciar e manter diálogo entre Fundação Renova, poder público, comunidades (Todos); • Casos específicos de famílias devem ser acompanhados pela assistência social e pela Fundação Renova (estudos de casos) – Poder Público e Fundação Renova;



SURGIMENTO/AGRAVAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
A violação de direitos é transversal, perpassa aspectos e áreas como a cultura, saúde, emprego e renda.	- Com relação ao emprego, pensar estratégias para solução a médio e longo prazos e, especialmente, após a finalização das atividades de reparação e compensação. Ex.: Diagnóstico para identificação das aptidões e vocação local; planos de desenvolvimento local sustentável e autônomo, levando em consideração as potencialidades de cada território (Poder Público, Fundação Renova e comunidades); - Mobilização, capacitação e formação para formação de mão de obra local (Fundação Renova); - Estímulo e mobilização para implantação de empresas nos municípios (Fundação Renova); - A curto e médio prazos: uso e valorização dos recursos locais (mão de obra local, recursos materiais e produtivos) - Fundação Renova Integração entre os municípios da mesma região (Poder Público e Fundação Renova) - Atenção especial para a área rural (Poder Público e Fundação Renova)
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
Perdas relacionadas aos hábitos da população (sossego, tranquilidade, modo de vida); - Pessoas estranhas ao território e mudança na vizinhança (especialmente em Rio Doce); Problemas de acesso (trânsito, asfalto, estrada movimentada, mobilidade); Novas obras geram impacto na paisagem e no meio ambiente; - Aumento de acidentes de trânsito; - Perda do sentimento de pertença; Apropriação distorcida do território pela Samarco, empresas terceirizadas e o Judiciário;	- Melhoria e manutenção das estradas (Fundação Renova); - Responsabilidade das empresas para orientar o comportamento de seus funcionários (menor impacto possível e respeito à cultura e hábitos locais) – setor privado local.

MOBILIZAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento positivo da mobilização popular em Rio Doce; • Para os demais municípios, não houve impacto neste sentido;	• Mobilização da população ribeirinha ou população ao longo do Rio Doce (Fundação Renova); • Verificar se há um diálogo entre o MAB, o poder público e a Fundação. Se não houver, iniciar e manter o diálogo em Santa Cruz do Escalvado e Sem-Peixe (Poder Público); • Integração entre as comunidades locais para interlocução com quaisquer organizações que atuem no território (comunidades);
PERDA DE MEIOS DE TRABALHO E VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
• Desmembramento dos vínculos familiares em função da perda de emprego; • Perda da complementação da renda (obtida por meio da pesca); • Aumento do índice de desemprego (especialmente das propriedades rurais, areal, fábrica de blocos); • Perda dos royalties da usina para os municípios, o que diminuiu capacidade de gasto e, como consequência, perda do financiamento estudantil para alunos universitários (Rio Doce) e perda das possibilidades de financiamento e custeio com veículos da Assistência (Santa Cruz do Escalvado);	• Ter conhecimento sobre indenização de famílias que perderam o emprego em função do rompimento da barragem (Poder Público); • Elaborar planos de desenvolvimento sustentável e autônomo dos municípios (Fundação Renova, Poder Público, Comunidades); • Renovação do lago da UHE Risoleta Neves (Candongia) – Fundação Renova; • Ressarcimento dos recursos perdidos com a interrupção dos royalties (Fundação Renova);

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social

Até o momento, os impactos do rompimento observados no âmbito da Política de Assistência Social se referem às necessidades de gestão das equipes envolvidas na Proteção Social. Segundo os gestores municipais, é provável que famílias que antes do rompimento não apresentavam necessidades tenham passado a apresentar demandas que as encaixam no público tradicional da Assistência Social.

As possíveis estratégias identificadas pelas gestões municipais para fortalecer a gestão da Assistência Social nos municípios são a Busca Ativa para a identificação mais robusta dos impactos, a uniformização de procedimentos de atendimento entre o Poder Público municipal e a própria Fundação Renova, a contratação de mais profissionais para suprir as novas demandas por atendimentos e um diálogo mais intenso entre as partes envolvidas.



ACESSO, PERMANÊNCIA E CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Não houve impacto	• Nenhuma ação foi discutida
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSB	
Impactos	Encaminhamentos
• Não houve impacto	• Nenhuma ação foi discutida
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSE	
Impactos	Encaminhamentos
• Não houve impacto	• Nenhuma ação foi discutida
NECESSIDADES DAS EQUIPES	
Impactos	Encaminhamentos
• Não houve impacto	• Nenhuma ação foi discutida
NECESSIDADES DA GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• Percepção de que famílias que não tinham anteriormente o perfil para atendimento pela assistência social podem apresentar perfil após o rompimento da barragem (situação a ser investigada por meio da busca ativa);	• Investigar e conhecer melhor a situação das famílias impactadas (busca ativa) – (Poder Público e Fundação Renova); • Necessidade de contratação de profissionais para complementar equipe da assistência social (Poder Público e Fundação Renova); • Aquisição de veículos para execução dos serviços dos CRAS (Poder Público e Fundação Renova); • Diálogo contínuo e sistemático entre o Poder Público, a Fundação Renova e as comunidades (todos); • Criação conjunta de protocolos de atendimento, com papéis e atribuições bem definidos e formalizados e acessíveis à população (Poder Público e Fundação Renova).

Bloco 4 - Impactos para outras políticas sociais

Além dos impactos propriamente referentes à assistência social, as gestões municipais identificaram, como esperado, efeitos do rompimento da barragem de Fundão e de seus desdobramentos em outras áreas da política municipal, como saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, saúde e habitação. Este aspecto reforça a percepção de que, na visão dos gestores, os impactos sofridos pelos municípios são transversais, sendo difícil a tarefa de dissociar uns dos outros.



As soluções apontadas pelos profissionais passam principalmente por esforços conjuntos de recuperação de estruturas e diálogo com as comunidades, para divulgação de informações, envolvendo tanto o Poder Público local quanto a própria Fundação Renova. Abordagens mais técnicas, como estudos e pesquisas, também foram citadas.

SANEAMENTO/MEIO AMBIENTE	
Impactos	Encaminhamentos
• Poço semiartesiano em Sem-Peixe com água suja; • Aumento do consumo de água decorrente do aumento da população em Rio Doce; • Ruas sujas em função do tráfego de veículos das empresas que atuam no município (Rio Doce) e consequente uso de recursos municipais para sanar este problema.	• Análise da qualidade da água em todos os municípios (Fundação Renova); • Campanha de conscientização da população em relação ao uso e consumo da água (Rio Doce) – (Fundação Renova); • Perfuração de novos poços (Rio Doce e Sem-Peixe) – (Fundação Renova); • Investigar a possibilidade de instalação de hidrômetros (Rio Doce e Sem-Peixe) – (Poder Público e Fundação Renova); • Disponibilizar recursos para manutenção e limpeza das vias urbanas em Rio Doce (Fundação Renova); • Elaborar conjuntamente soluções sustentáveis para o problema da água em Rio Doce (Poder Público, Fundação Renova, Comunidades).
MOBILIDADE, TRANSPORTE E VIAS DE ACESSO	
Impactos	Encaminhamentos
• Degradação das vias em função do aumento do tráfego; • Aumento do trânsito dentro da cidade e problemas com estacionamento (Rio Doce); • Comprometimento da mobilidade na área urbana (Rio Doce); • Obras da Samarco nas estradas impedem a possibilidade de ir e vir, causando constrangimento para os munícipes;	• Ações de fiscalização e multa; • Criação de um departamento de trânsito; • Campanha de conscientização da população e dos funcionários das empresas que atuam no município (Poder Público, Fundação Renova); • Ampliação das ações de comunicação da Samarco para a população ter conhecimento sobre suas ações, obras e projetos na região;

SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento significativo de pernilongos; • Aumento da população com queixas relacionadas à saúde mental;	• Compra e distribuição de repelentes para a população (Poder Público e Fundação Renova); • Acelerar estudos epidemiológicos, toxicológicos e de saúde mental para averiguar o impacto do rompimento da barragem na saúde da população (Fundação Renova); • Durante e após o estudo, informar e dar ciência à população (Fundação Renova e pesquisadores); • A Samarco deve informar sobre riscos de rompimento de outras barragens (Germano e Santarém); • Elaboração e distribuição de informativo e/ou palestras ou reuniões (ou demais estratégias locais) para ampla divulgação junto à população acerca dos riscos de consumo de peixes do Rio Doce e uso da água (Poder Público e Fundação Renova); • Melhoria das estruturas físicas das unidades de saúde dos distritos de Rio Doce e disponibilização de transporte para a população mais afastada (São José de Entre Montes e Santana do Deserto); • Trabalho e campanhas de planejamento familiar (Poder Público e Fundação Renova).
HABITAÇÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• Impactos diretos e indiretos (especulação imobiliária – aumento do valor de venda dos imóveis); • Compra de imóveis rurais pela Samarco, deixando os colonos sem os locais usuais de moradia;	• Dar visibilidade para os problemas da “especulação imobiliária” nas reuniões da Comissão de Atingidos e em outros fóruns pertinentes (Poder Público, Fundação Renova e Comunidades).

Grupo de Trabalho 02

Número de participantes	14
Municípios	Dionísio Raul Soares São Pedro dos Ferros
Facilitação	Michelly Carmo (MDSA)
Sistematização	Nathália Porto (H&P)
Relatoria	Silvânia Roque e Samira Pereira



Figura 7. Oficina do grupo 02

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

Para os participantes, os efeitos do rompimento da barragem se confundem com a recessão econômica que o Brasil tem vivido. Porém, o rompimento trouxe a proibição da pesca nas regiões banhadas pelo Rio Doce, o que traz riscos à segurança alimentar e à reprodução material das famílias ribeirinhas.

As três gestões municipais presentes no GT02 assumiram a administração municipal nas últimas eleições, e indicam que não houve uma transição entre a gestão antiga e a nova. Este fator é apresentado pelos três municípios como prejudicial ao desenvolvimento das ações socioassistenciais, uma vez que faltam informações do monitoramento de indivíduos e famílias acompanhados pela Proteção Social. Nesse sentido, as gestões destacaram a necessidade de uma Busca Ativa nos territórios para uma compreensão mais robusta dos impactos



socioeconômicos do rompimento da barragem de Fundão na região. Além disso, a discussão suscitou nos gestores a necessidade de se desenvolver ações conjuntas entre municípios limítrofes.

DIONÍSIO/MG
• A gestão é jovem, estão recuperando assuntos da gestão passada; • Necessidade de busca ativa e levantamento de impactos; • Análise da situação de Dionísio, e do motivo do convite da Fundação Renova; • Ainda não se consegue identificar o que é especificamente causado pelo rompimento, do ponto de vista socioassistencial;
RAUL SOARES/MG
• Também é uma nova gestão. A gestão passada não forneceu informações sobre os impactos; • A pesca foi proibida nos rios Matipó e Santana, que são calhas do Rio Doce; • O município possui muitos distritos; • Aumento acelerado da demanda pelos benefícios eventuais e pelo BPC; • As famílias que chegam à PSB já chegam em situação de vulnerabilidade extrema; • Ainda não há ações da nova gestão; somente ações esparsas da antiga gestão;
SÃO DOMINGOS DO PRATA/MG
• Apesar de os gestores municipais não estarem presentes, a relatora Silvana (que também trabalha em São Domingos do Prata) deu algumas informações sobre o município.
SÃO PEDRO DOS FERROS/MG
• Nova gestão (não houve transição de gestão pública); • Solicitação de averiguação intermunicipal do MP (São Pedro dos Ferros, Dionísio e São José do Goiabal) para a prefeitura avaliar; • A área afetada no município é propriedade da Arcelor Mittal; • O rio está com coloração marrom; • A Arcelor está desassoreando o rio para a passagem da balsa; • Os pássaros e peixes sumiram da região; não há mais pesca na região; • Dispensa de funcionários da Arcelor Mittal (não se sabe se em função do rompimento); • Aumento da demanda por benefícios eventuais (cesta básica, Aluguel Social etc.); • A arrecadação do município parece estar diminuindo; • Necessidade de busca ativa (retrabalho) e de maior compreensão/averiguação dos impactos socioassistenciais; • Desgastes grandes com a gestão antiga.

Bloco 2 - Impactos para a população

A dificuldade em separar os efeitos do rompimento da barragem de vulnerabilidades que já existiam antes do evento fez com que os gestores municipais relatassem problemas socioassistenciais múltiplos, como o aumento do número de furtos, o crescimento da dependência química, o aumento do número de casos de gravidez na adolescência, entre outros. Os gestores



diagnosticam, ainda, a falta de políticas públicas que integrem o enfrentamento conjugado a esses problemas.

Para estes problemas, os próprios gestores elencaram possíveis estratégias de enfrentamento que envolvem 1) a escuta ativa às demandas da comunidade; 2) a articulação intersetorial; 3) o diálogo entre as gestões municipais para transições políticas mais eficientes, com apoio da Fundação e dos demais entes federados e; 4) maior articulação com a Fundação Renova, para estreitar relações e adequação de ações conjuntas.

FRAGILIZAÇÃO E/OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Funcionários da Arcelor não trazem mais as famílias para o lazer no rio (São Pedro dos Ferros); • Evasão de jovens em Baixa Verde; vulnerabilidade dos jovens na RMBH; mães em depressão (Dionísio); • Aumento do uso de drogas (maconha, crack) nos distritos (Raul Soares e Dionísio) e do alcoolismo (São Pedro dos Ferros); • Abandono dos idosos (Dionísio); • Aumento dos furtos e violência (Dionísio); • Conflitos geracionais e quebra de vínculos de autoridade familiar (São Pedro dos Ferros); • Aumento de casos de gravidez na adolescência (Dionísio); • Ministério Público: Cuidado com o olhar empregado pela assistência social.	• Casa de recuperação de usuários de drogas (Raul Soares) – (Poder Público em geral, convênios entre municípios); • Escuta ativa às demandas da comunidade (São Pedro dos Ferros, Ministério Público) – (Poder Público Municipal); • Transições mais eficientes entre as gestões e busca de referenciais de gestões passadas (gestão municipal, com apoio da União e dos Estados) – Poder Público municipal.
SURGIMENTO/AGRAVAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da violência nos municípios, principalmente nos distritos (todos os municípios); • Violação de direitos de idosos (Dionísio);	• Equipe de Proteção Social Especial (Dionísio) – (Poder Público – todos os entes federados) • Diagnóstico socioassistencial (aproveitando também a demanda espontânea) – (Poder Público – todos os entes federados); • Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento – (Poder Público municipal, estadual e Fundação Renova – ajuda mútua).

DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
Não há informações sobre deslocamentos; apenas uma casa no distrito de Baixa Verde (próximo ao rio) pode ter risco de deslocamento (Dionísio).	Busca Ativa articulada entre Dionísio e São José do Goiabal (Poder Público municipal – parcerias intermunicipais);
MOBILIZAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR	
Impactos	Encaminhamentos
Não identificados.	- Associação Comunitária em Dionísio; - Possível mobilização dos moradores da ilha dos Araújo, caso tenham sido atingidos (comunidade).
PERDA DE MEIOS DE TRABALHO E VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
- Comprometimento da pesca (todos os municípios); - Desemprego pelo fechamento do mineroduto (São Domingos do Prata); - Desemprego afetando jovens e ocasionando a evasão (Dionísio); - Vulnerabilidade intergeracional (pais sofrem “por tabela” com o desemprego dos filhos); - Possível vulnerabilização e insegurança alimentar das famílias da ilha dos Araújo, em Baixa Verde/Dionísio (precisa ser identificada).	- Fortalecimento da agricultura familiar, via PAA e PNAE (Poder Público - Dionísio) – (Poder Público); - Fomento à piscicultura pela economia solidária (Dionísio) – (comunidade e poder público municipal).

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social

A implementação da Política de Assistência Social nos municípios participantes conta com profissionais qualificados, mas apresenta algumas dificuldades estruturais, que inviabilizam a gestão dos benefícios sociais e comprometem serviços de Proteção Social Básica e Especial, como a busca ativa. Percebe-se também um aumento na demanda por benefícios como o BPC e eventuais (cesta básica, por exemplo). Além disso, alguns participantes relatam que a intensificação da demanda por benefícios tem levado a algumas situações de insalubridade dos profissionais, como o assédio presencial e pelas redes sociais e a cobrança por benefícios, mesmo por parte de pessoas que não se encaixam nos perfis socioeconômicos necessários.

A necessidade de investimento na gestão da assistência social e no preparo dos gestores e técnicos para o trabalho em situações de calamidade é fundamental para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais nesses municípios. Ainda, os gestores municipais destacam que as ações de Proteção Social precisam ter controle social. Nesse sentido, a preparação para as Conferências de Assistência Social, a ampliação da participação das



comunidades no desenho das ações (audiências públicas, reuniões, escuta aos atingidos etc.) e o respeito aos modos de vida das comunidades são fundamentais.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da demanda pelo BPC (Raul Soares); • Os gestores são ameaçados (Raul Soares e Dionísio); • A Internet expõe os gestores (São Pedro dos Ferros); • 90% dos BPCs por invalidez (Raul Soares); • Violência financeira (uso “indevido” dos benefícios por não-titulares, principalmente contra idosos);	• Necessidade de educação permanente dos profissionais da assistência social (Poder Público – todos os entes federados).
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSB	
Impactos	Encaminhamentos
• Não há registros de impactos;	• Nenhuma ação foi discutida;
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSE	
Impactos	Encaminhamentos
• Todos os CRAS executam o PAIF, oficinas com famílias, acompanhamentos; • Dificuldades de execução do PAEFI em Raul Soares; a população mais demandante fica nos distritos e não se consegue atender a todos os usuários (Raul Soares); • Dificuldades em se fazer busca ativa e acompanhamento de famílias, é muito mais demanda espontânea;	• Nenhuma ação foi discutida



NECESSIDADES DAS EQUIPES	
Impactos	Encaminhamentos
• Intensificação da demanda por benefícios, e crescimento de ameaças de usuários; • Dificuldades de estrutura (veículos, estradas, motoristas) para realizar as visitas e a busca ativa; • Distanciamento entre as esferas de poder e a própria Fundação Renova; • Carência de informações que subsidiem as ações da gestão e dos técnicos;	• Apoio técnico dos Estados e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; • Formação dos profissionais da assistência social, saúde e educação - (Poder Público – todos os entes federados); • Articulação com outras instituições (Polícia, por exemplo) - (Poder Público Municipal); • Aproximação entre a Fundação e os demais entes federados na implementação das políticas de Proteção Social – (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova); • Horizontalidade da divulgação de informações - (Poder Público – todos os entes federados e Fundação Renova); • Uniformização das informações e criação de canais de comunicação (grupo de WhatsApp) – (Poderes Públicos Municipais);
NECESSIDADES DA GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• Necessidades semelhantes às identificadas para as equipes.	• Necessidade de apoio técnico do Estado e da União, especialmente para procedimentos em situações de calamidade; • Possibilidade de diagnósticos colaborativos intermunicipais; • A SEDESE presta o apoio técnicos aos municípios por meio das Diretorias Regionais (Regional de Timóteo); • Capacita SUAS (Vigilância Socioassistencial): sistemas, informações disponíveis etc. São 2 vagas por município.

Bloco 4 - Impactos para outras políticas sociais

Naturalmente, os participantes discorreram sobre problemas vividos em seus municípios que, mesmo que não tenham diretamente a ver com a política de assistência social, tangenciam as políticas sociais de modo mais amplo. Questões envolvendo a educação, a economia, a segurança pública e outras áreas foram abordadas no GT. A partir disso, os gestores pontuaram a importância do



envolvimento de todas as áreas da política pública e da vida em sociedade para a discussão sobre essas questões, incluindo organizações da sociedade civil e o próprio setor privado.

Uma possível forma de concretizar esse envolvimento seria a criação de fóruns ou comissões regulares para o monitoramento das diferentes políticas municipais e a discussão coletiva sobre impactos e possíveis formas de prevenção e mitigação de problemas. O exame desses problemas deve, de acordo com as representantes do MDSA e do Ministério Público Estadual, se basear no reconhecimento e no respeito aos modos de vida do público da assistência social.

SEGURANÇA PÚBLICA	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento de furtos (Raul Soares e Dionísio);	• Nenhuma ação foi discutida
EDUCAÇÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• Crianças usando drogas (Raul Soares); • Hipersexualização de crianças e adolescentes (São Pedro dos Ferros).	• Potencializar a escola como um espaço fundamental para os vínculos comunitários e para o cultivo de valores socioambientais; • Educação sexual;
SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
• Alergias e doenças de pele; • Saúde mental; • Uso de drogas; • Impactos para o custeio público da Saúde.	• Nenhuma ação foi discutida
TURISMO/ECONOMIA	
Impactos	Encaminhamentos
• Prejuízos para o turismo em áreas próximas ao Rio Doce; • Locais de lazer das comunidades que não existem mais;	• Nenhuma ação foi discutida
MEIO AMBIENTE	
Impactos	Encaminhamentos
• Não foram identificados	• Educação Ambiental; • Procedimentos mais responsáveis do setor privado.

Grupo de Trabalho 03

Número de participantes	15
Municípios	Bom Jesus do Galho Marliéria Pingo D'água Timóteo
Facilitação	Marta Silva e Paula Lima
Sistematização	Cláudio Resende
Relatoria	Jefferson Melo

O grupo de trabalho se reuniu em sala separada para a realização da oficina. De imediato, foi solicitado aos participantes que se apresentassem, quando ficou-se sabendo que não havia representantes do município de Córrego Novo. As atividades ocorreram sem quaisquer problemas, a ponto de mais da metade dos itens terem sido discutidos antes do intervalo de almoço, às 12h15. O retorno após o almoço não contou com a presença dos representantes do município de Pingo D'Água.



Figura 8. Oficina do grupo 03

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

O primeiro bloco de questões buscou elaborar um panorama sobre os impactos causados pelo rompimento da barragem e as ações realizadas pelos municípios. De acordo com os relatos, os impactos diretos ficaram restritos a danos ambientais, principalmente a proibição de pesca nos afluentes do Rio Doce.



Dessa forma, o impacto para a população se deu apenas na pesca para subsistência, identificada pelos representantes dos municípios como sendo praticada por um número pequeno de pessoas, especialmente no distrito de Revés do Belém, em Bom Jesus do Galho, próximo ao Rio Doce, e em Timóteo, banhado pelo rio Piracicaba, onde a pesca foi proibida, segundo os relatos, e pelo Rio Doce. A informação mais precisa a esse respeito foi levantada, segundo as representantes de Timóteo, pela assistente social do órgão de meio ambiente do município, que identificou 33 pescadores impactados pela proibição. No entanto, a assistência social do município não verificou a informação e não procurou atender os pescadores impactados.

Os participantes foram instados a relatar sobre outros impactos para população em decorrência do rompimento da barragem, mas ficou claro que as políticas de assistência social e saúde não receberam demandas ou manifestações relacionadas.

As facilitadoras do grupo procuraram ainda conhecer um pouco mais sobre a realidade dos municípios e perguntaram sobre as principais atividades econômicas. A representante de Marliéria informou que o município tem a agropecuária como principal atividade econômica, sendo as funções públicas na prefeitura uma das principais fontes de renda da população. O mesmo vale para Bom Jesus do Galho, que tem o café como principal atividade agrícola. Timóteo, por outro lado, tem na indústria a sua vocação econômica, tendo em vista que a cidade cresceu em torno de uma empresa siderúrgica.

CÓRREGO NOVO/MG
Sem representantes na oficina.
BOM JESUS DO GALHO/MG
- Impacto foi ambiental (apenas o Departamento de Meio Ambiente possui as informações completas a respeito dos impactos no município); - Segundo informação de uma pessoa do Departamento de Meio Ambiente, duas pessoas sofreram danos materiais no distrito de Revés do Belém (perto do Rio Doce), que fica a 60km da sede (cerca de 3 mil habitantes); - Os moradores do distrito utilizam a pesca para subsistência; - A pesca foi proibida nos afluentes do Rio Doce; - Não foram identificados impactos na sede do município; - Departamento de Assistência Social não recebeu demanda específica do impacto; - Engenheiro Ambiental da prefeitura informou que uma empresa fez busca ativa e cadastramento de pessoas impactadas e a partir disso algumas pessoas passaram a receber benefícios (auxílio financeiro emergencial)
MARLIÉRIA/MG
- CRAS não recebeu nenhuma demanda; não tem CREAS; - Não existe registro de família impactada economicamente;





PINGO D'ÁGUA/MG
• Impacto foi ambiental; • Poucos indivíduos tiveram impacto na atividade pesqueira; • Não identificaram problemas de saúde, de abastecimento (Rio Sacramento é afluente do Rio Doce); • Gestão nova; • Não foi feito levantamento de impactos; • Houve proibição de pesca em toda a região, afetando a subsistência de moradores; • Alguma empresa fez um cadastramento emergencial no município;
TIMÓTEO/MG
• Gestão nova, embora haja representantes na oficina que estavam na gestão anterior; • Não houve manifestações ou demandas nos CRAS (são 4); • Rio Piracicaba teve a pesca suspensa (Portaria 78); • Pescadores utilizavam a pesca para alimentação e complementação da renda (identificados 33 pescadores pela assistente social do órgão de meio ambiente);

Bloco 2 - Impactos para a população

Em consonância com os relatos do primeiro bloco, os principais impactos identificados para a população dos municípios estão relacionados à pesca para subsistência. Nas discussões desse bloco, foi mencionado que a pesca era também utilizada para complementação de renda em algumas localidades. Os representantes dos municípios, entretanto, não souberam informar mais precisamente sobre estes impactos em renda.

Relatou-se ainda que o Rio Doce era também fonte de lazer para parcelas da população, e que a impossibilidade de o usar para esse fim fere o direito da população ao lazer. Por isso, um dos encaminhamentos definidos foi a oferta, pela Fundação Renova e pelas prefeituras, de programas de lazer à população impactada.

Durante as discussões, relatou-se que, após o rompimento da barragem, uma empresa realizou o cadastramento de famílias da região. Os participantes não souberam, no entanto, informar qual é essa empresa. Essa situação remete às discussões dessa ficha como um todo, em que os integrantes das equipes não tinham informações completas a respeito de seus municípios.

Ao final das discussões dessa ficha, os participantes solicitaram o registro de que não há comunidades quilombolas, tradicionais ou ribeirinhas nos municípios. Os gestores e técnicos afirmaram ainda que parece ter havido problemas com abastecimento de água em Córrego Novo, município sem representantes no evento.



FRAGILIZAÇÃO E/OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Não há registros de impactos;	• Não foram identificadas ações necessárias;
SURGIMENTO/AGRAVAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Impossibilidade de pesca para subsistência afeta o direito de acesso à renda e complementação alimentar; • Impossibilidade de pesca afeta o direito ao lazer;	• Oferta de ações alternativas para acesso ao lazer (Fundação Renova e Prefeituras); • Articulação da rede para diagnóstico das pessoas impactadas (Prefeituras);
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Não há registros de impactos;	• Não foram identificadas ações necessárias;
MOBILIZAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR	
Impactos	Encaminhamentos
• Não há registros de impactos;	• Não foram identificadas ações necessárias;
PERDA DE MEIOS DE TRABALHO E VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
• Não há registros de impactos;	• Inserção no CadÚnico (Poder Público); • Oferta de programas, serviços e benefícios (Poder Público e Fundação Renova); • Oferta de programas de transferência de renda (Poder Público e Fundação Renova); • Identificar necessidade de benefícios eventuais (Poder Público); • Oferta de cursos de qualificação e profissionalização (Poder Público e Fundação Renova); • Fundação Renova deve informar aos municípios quantos e quem são os beneficiários do auxílio financeiro emergencial;

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social

Os debates em torno das questões do terceiro bloco se iniciaram ainda antes do intervalo para almoço e continuaram logo após o retorno. Os pontos debatidos trouxeram à tona uma questão comum a todos os municípios presentes (não sendo possível afirmar qualquer coisa sobre Córrego Novo): a



ausência de diagnósticos de impactos para a população, tanto em termos gerais quanto relativos às políticas vinculadas à proteção social.

Os municípios são de pequeno porte, com exceção de Timóteo, o que torna evidentes as dificuldades estruturais, especialmente na oferta de serviços de proteção social. Em todos os relatos, transpareceu que as equipes de assistência social disponíveis não têm capacidade logística para realizar as buscas ativas necessárias para conhecer as demandas da população. Por isso, não foram registrados impactos nos itens discutidos, mas buscou-se solucionar essa questão a partir de encaminhamentos para melhor conhecimento acerca das necessidades da população.

Por fim, aventou-se para a possibilidade de aumento da demanda por atendimentos em assistência social a partir da realização de diagnósticos. A preocupação de gestores e técnicos dos municípios se deu no sentido de aumento de custos para as prefeituras, em geral já esgarçadas em termos de recursos, e da necessidade de se definir como custear esses eventuais custos extras.

Cabe lembrar aqui que os representantes do município de Pingo D'Água ficaram presentes apenas até o intervalo de almoço e, portanto, participaram apenas do início das discussões do bloco.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS	
Impactos	Encaminhamentos
Não há registros de impactos;	Identificação de possíveis demandas (Poder Público);
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSB	
Impactos	Encaminhamentos
Não há registros de impactos;	Apresentação de cadastro integrado das famílias (Fundação Renova); Busca ativa para identificação de demandas no município (Poder Público); - Em caso de identificação de demandas, realizar reuniões com as comunidades dos territórios impactados para esclarecimentos sobre os serviços, benefícios e direitos (Poder Público);
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSE	
Impactos	Encaminhamentos
Não há registros de impactos;	Equipes de PSE integrarem a rede para diagnóstico de possíveis pessoas impactadas (Poder Público);



NECESSIDADES DAS EQUIPES	
Impactos	Encaminhamentos
Pode haver aumento de demanda para as equipes a partir do diagnóstico que confirme impactos nos municípios;	- Capacitação dos técnicos para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova); - Sensibilizar os gestores sobre a relevância de ações de capacitação;
NECESSIDADES DA GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
Pode haver aumento de gastos pelas prefeituras a partir do diagnóstico que confirme impactos nos municípios;	- Capacitação dos gestores para enfrentamento de situações de desastre (SEDESE-MG e Fundação Renova); - Sensibilização dos gestores para liberação dos técnicos para participarem das capacitações (SEDESE-MG e Fundação Renova); - Se o diagnóstico detectar aumento de gastos pelas prefeituras, avaliar a melhor forma de a Fundação Renova custear esses gastos; - Dar conhecimento às instâncias de controle social das políticas sobre os resultados do diagnóstico e propor ações e encaminhamentos conjuntos, se necessário (Prefeituras);

Bloco 4 - Impactos para outras políticas sociais

O último bloco foi pensado para abarcar impactos, demandas e encaminhamentos relativos a outras políticas sociais, incluindo a política de saúde. Nesse momento, os representantes dos municípios enfatizaram que não têm conhecimento sobre impactos sociais e reforçaram a necessidade de realização de diagnósticos de impactos em saúde, habitação, esporte e lazer e educação.

Diante do fato de que, segundo relatos, foram identificados apenas impactos ambientais, e que os órgãos de meio ambiente dos municípios possuem informações mais completas sobre eventuais impactos para a população, definiu-se como encaminhamento a articulação dos órgãos de proteção social com os órgãos de meio ambiente.

IMPACTOS PARA OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS	
Impactos	Encaminhamentos
- Não foram identificados impactos sociais diretos; - Os impactos já identificados foram na área ambiental;	- Realização de diagnóstico de impactos em saúde, habitação, esporte e lazer, educação; - Articulação com os órgãos ambientais para verificar possíveis impactos;

Grupo de Trabalho 04

Número de participantes	11
Municípios	Bugre Ipaba Ipatinga Santana do Paraíso
Facilitação	Léa Rocchi e Patrícia Nunes
Sistematização	Antônio Claret
Relatoria	Vaneza Pereira (Santana do Paraíso/MG)



Figura 9. Oficina do grupo 04

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

A representante da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), Patrícia Elias, destacou que os municípios da região estavam “assustados” e sem compreender bem o papel de cada ator nesse momento. Assim, foi importante retomar os objetivos da oficina e deixar clara a importância de se registrar quais foram/são os impactos e quais os encaminhamentos necessários para cada um dos envolvidos (Fundação Renova/Samarco e/ou Poder Público nas três esferas). Segundo a facilitadora, os municípios possuem características diferentes e as prefeituras são as primeiras envolvidas, pois “foi lá que as famílias bateram na porta pela primeira vez”. Por isso, destacou que os municípios são os principais protagonistas deste momento.



No primeiro momento, os participantes fizeram um relato sobre as ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem de Fundão. Via de regra, os gestores e as gestões são iniciantes (início em jan/2017). Assim, poucos foram os relatos de ações continuadas. A Prefeitura de Santana do Paraíso planeja realizar campanhas de conscientização com relação ao uso da água do Rio Doce e a Prefeitura de Bugre tem feito o diagnóstico da realidade local e elaborado projeto para diversificação a economia. A gestão de Ipaba foi a única que, ao assumir, encontrou um relatório elaborado na gestão anterior com o cadastro de 250 famílias atingidas. O Secretário José Lopes de Ipaba, apresentou em sua fala o relato de alguns ribeirinhos de seu município:

"A minha renda caiu 50%, as pessoas ficaram com medo de atravessar o Rio".
(Francisco, morar de Ipaba, barqueiro, citado por José Lopes)

"O meu prejuízo foi de 90%, pois necessitava da água do Rio para manter a plantação de mandioca, milho, entre outros produtos". (Sebastião, morar de Ipaba, agricultor, citado por José Lopes)

BUGRE/MG
• Construção de barraginhas para beneficiar os agricultores impactados; • Realização de diagnóstico da realidade das famílias impactadas; • Elaboração de projeto de intervenção para diversificação das atividades produtivas (Promel - Apicultura).
IPABA/MG
• Elaboração de relatório de emergência com o cadastro de 250 famílias ribeirinhas atingidas pelo o desastre (sem água, animais retirados, agricultura impossibilitada pelo acúmulo de minério); • Ampliação do atendimento do CRAS (aumento do desemprego): - o A principal procura é pelos benefícios eventuais e pelo cadastro no CadÚnico para recebimento do Bolsa Família; • Oferta de água por meio de caminhões-pipa (impossibilidade de construção de poços artesianos pela contaminação do lençol freático): - o O caminhão-pipa passa todas as semanas para abastecer as comunidades rurais
SANTANA DO PARAÍSO/MG
• Campanha de conscientização para não-utilização da água e dos peixes do rio (planejada).

Bloco 2 - Impactos para a população

A interação entre os participantes do GT04 foi muito importante para revelar problemas e desafios ainda não percebidos por alguns dos municípios. A fala dos técnicos do município de Ipaba sobre os impactos da poluição do Rio no lazer da população local, por exemplo, despertou a atenção dos gestores do município de Santana do Paraíso para impactos semelhantes em seu município.



Os participantes relataram ainda o desconforto com o fato de, muitas vezes, não possuírem acesso às informações sobre a realidade dos atingidos pelo rompimento da barragem. Segundo relatos dos participantes, técnicos contratados pela Samarco teriam visitado as cidades ainda no ano passado para coletar informações, porém os relatórios decorrentes dessa coleta não foram compartilhados com as administrações municipais. A assimetria de informações prejudica o trabalho das prefeituras e impede uma negociação mais equilibrada entre os atores públicos e privados envolvidos no processo.

FRAGILIZAÇÃO E/OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Processo de migração (temporária e permanente) para outros municípios, inclusive para outros estados; • Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental; • Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas.	• Cadastro/registro das famílias e suas demandas (quem são e onde estão) – (Poder Público local); • Apoio à criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes – piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local e estadual e Fundação Renova); • Investir na atenção psicossocial e saúde mental – (Poder Público e Fundação Renova); • Criação do banco de alimentos para enfrentamento da insegurança alimentar – (Poder Público – todos os entes federados); • Elaboração e implementação de políticas habitacionais para as famílias diretamente atingidas – (Poder Público estadual e federal e Fundação Renova).

SURGIMENTO/AGRAVAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Prejuízo à infraestrutura que impede o direito de ir e vir das pessoas; • Abalo identificado quanto aos vínculos familiares; • Dano ambiental/saneamento básico; • Dano ao direito ao lazer; • Dano ao direito econômico/trabalho; • Insegurança alimentar.	• Promoção de projetos e atividades alternativas de lazer (Fundação Renova); • Adaptação de outros espaços públicos para a prática de esportes e lazer (Ex.: readequação de infraestrutura de lazer das lagoas de Ipaba) – (Poder Público Estadual e Fundação Renova); • Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público Local e Fundação Renova); • Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); • Investir na atenção psicossocial e saúde mental (Poder Público local e Fundação Renova); • Apoio a criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes - piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local, Estadual e Fundação Renova);
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Contaminação da água; • Contaminação do solo e dos recursos naturais; • Desvalorização imobiliária; • Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local.	• Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); • Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova); • Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público local);
MOBILIZAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR	
Impactos	Encaminhamentos
• Dano à infraestrutura com prejuízo a capacidade de mobilização e integração comunitária; • O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	• Investimento em infraestrutura (Ex.: ponte ou dragagem) para a reaproximação das populações ribeirinhas (Poder Público – todos os entes federados – e Fundação Renova); • Conectar e incentivar os movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.

PERDA DE MEIOS DE TRABALHO E VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
• Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores; • Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: - o Agricultura - o Pesca - o Pecuária - o Produção de areia (areal) - o Transporte	• Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); • Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); • Apoio à criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes - piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público Municipal, Estadual e Fundação Renova); • Oferta de cursos de requalificação profissional; • Oferta de cursos de capacitação para o empreendedorismo; • Promoção de atividades de fortalecimento do protagonismo econômico e social das mulheres; • Criação de planos para a geração de empregos.

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social

Os gestores públicos constataram a ampliação do rompimento de vínculos familiares, provocada, inclusive, por movimentos migratórios regionais e interestaduais. Foram relatados o aumento do desemprego e a perda dos meios de subsistência dos ribeirinhos e agricultores familiares. Houve prejuízos à organização e à integração comunitária decorrentes da impossibilidade de se cruzar o rio, e também à noção de pertencimento local, principalmente das populações rurais. Nota-se ainda a ampliação do consumo de álcool e outras drogas e dos casos de depressão e sofrimento mental.

Os impactos sociais geram pressão sobre os serviços socioassistenciais. Os técnicos e gestores relataram o aumento da procura por benefícios eventuais e cadastro no Bolsa Família, por exemplo. Houve ainda queixa com relação à insuficiência dos equipamentos locais dos municípios de pequeno porte (CRAS) para lidar com a demanda crescente por tratamento de casos de maior complexidade. Os participantes da oficina descrevem ainda a insuficiência de recursos, equipamentos, pessoal e transporte para darem maior assistência às comunidades rurais mais distantes. Assim, sugerem a reforço do cofinanciamento da assistência pelos poderes públicos estadual e federal e ainda a responsabilização da Fundação Renova no financiamento das atividades socioassistenciais.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS	
Impactos	Encaminhamentos
• O dano à infraestrutura impediu a travessia do rio pelos alunos da rede pública. O exemplo de Bugre é ilustrativo. Os alunos da comunidade rural de São Lourenço tiveram que trocar de escola e a prefeitura teve que disponibilizar novo veículo para o transporte. Agora os alunos passam mais tempo em um transporte sem o mesmo padrão de conforto. A mudança provocou, ainda, impacto para as finanças públicas municipais; • Aumento da demanda pelo Bolsa Família; • Aumento da demanda por Benefícios Eventuais.	• Oferta de novos veículos de transporte escolar para os municípios diretamente afetados nessa dimensão (Poder Público Local e Fundação Renova); • Oferta de recursos de custeio para o transporte escolar (manutenção e combustível) – (Poder Público Local e Fundação Renova); • Manutenção e conservação das estradas vicinais (Poder Público Local e Fundação Renova); • Oferta de recursos para o custeio da demanda por benefícios eventuais (Poder Público municipal e Fundação Renova).
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSB	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da demanda por Bolsa Família; • Aumento da demanda por Benefícios Eventuais; • Aumento da demanda por oficinas culturais ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica; • Ampliação das demandas do território (atuação de equipes volantes).	• Ampliação do cofinanciamento para a atuação das equipes volantes (Poder Público Local e Federal); • Capacitação dos profissionais da Assistência Social (Poder Público Estadual e Federal); • Investimento na aquisição de veículo especial para CRAS itinerante (Fundação Renova).
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSE	
Impactos	Encaminhamentos
• Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	• Investimento para a construção e funcionamento do CREAS regional (Poder Público Estadual e Federal); • Investimento para contratação e treinamento de equipe especial para atenção às demandas de alta complexidade nos municípios (Fundação Renova);

NECESSIDADES DAS EQUIPES	
Impactos	Encaminhamentos
Ausência de equipe de proteção especial nos municípios de pequeno porte para diagnosticar e enfrentar os problemas de maior complexidade. Nota-se o crescimento de tais problemas em decorrência dos impactos econômicos e sociais provocados pelo rompimento da barragem.	- Ampliação e treinamento das equipes da proteção social básica (Poder Público Estadual e Federal); - Aquisição de equipamentos para o trabalho das equipes da proteção social (Ex.: computadores) – (Fundação Renova); - Aquisição de veículos para a realização de busca ativa – (Fundação Renova);
NECESSIDADES DA GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
Desarticulação entre as diversas áreas da gestão municipal para busca de soluções para o problema.	- Destaque de profissional de referência para atenção às demandas diretas provocadas pelo rompimento da barragem; - Apoio das equipes regionais da SEDESE para troca de informações e apoio aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem (Poder Público Estadual); - Atuação coordenada entre municípios atingidos e atuação coordenada interfederativa, inclusive com relação mais direta entre CIF e gestores municipais.

Bloco 4 - Impactos para outras políticas sociais

Os participantes do GT04, em diversos momentos relataram impactos e encaminhamentos de natureza multi-setorial. Assim, o foco deste 4º momento da Oficina foi o de revisar a discussão realizada ao longo do dia e organizar e registrar as ações que deveriam ser realizados em consórcio com as outras políticas sociais (natureza intersetorial) e em parceria com a Fundação Renova e também os encaminhamentos de responsabilidade exclusiva das outras esferas de Governo.

O único impacto inédito que surgiu nesse último bloco foi com relação à política de saúde. Os participantes revelaram preocupação com a possível relação entre o surto de febre amarela observado na região no início do ano de 2017 e a contaminação do Rio Doce. Como encaminhamento, sugeriram que fossem realizadas pesquisas científicas na área e que os resultados fossem compartilhados com a população. Sugeriram ainda o reforço das campanhas de vacinação realizadas pelos municípios da região.

TRABALHO E RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
- Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental; - Dano ao direito econômico/trabalho; - Dano à infraestrutura com consequências para o transporte dos trabalhadores; - Prejuízos diretos às atividades econômicas locais, com destaque para: - Agricultura - Pesca - Pecuária - Produção de areia (areal) - Transporte.	- Apoio à criação de cooperativas (Ex.: cooperativa para criação de peixes - piscicultura – em Santana do Paraíso e Ipaba) – (Poder Público local, estadual e Fundação Renova); - Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público local e Fundação Renova); - Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); - Oferta de áreas novas, próximas e preservadas nas zonas rurais dos municípios para o desenvolvimento da agricultura familiar (Fundação Renova); - Diversificação das atividades produtivas (Ex.: Apicultura nas áreas de plantação de eucalipto da Cenibra em Bugre) – (Poder Público Local e Fundação Renova); - Criação de programa de orientação profissional (Fundação Renova); - Oferta de cursos de qualificação profissional; - Oferta de cursos capacitação para o empreendedorismo; - Promoção de atividades de fortalecimento do protagonismo econômico e social das mulheres.
SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
- O desastre ambiental possui relação provável com o surto de febre amarela observado na região; - Desemprego e consequente precarização da renda, dos vínculos familiares e da saúde emocional/mental; - Transformação do território e consequente perda da identificação e noção de pertencimento da população local; - O rio perdeu muitos de seus sentidos (econômico, cultural, simbólico) com consequências perversas para a mobilização social e para o sentimento de pertencimento das comunidades locais.	- Esclarecimento sobre a relação entre o surto de febre amarela e o desastre ambiental (Poder Público Estadual, Federal e Fundação Renova); - Fortalecimento das equipes de saúde para vacinação contra a febre amarela (Poder Público Local).

HABITAÇÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• Destruição e/ou precarização de moradias das famílias ribeirinhas diretamente afetadas; • Desvalorização imobiliária.	• Nenhuma ação foi discutida
MOBILIDADE	
Impactos	Encaminhamentos
• Dano à infraestrutura com prejuízo à capacidade de mobilização e integração comunitária.	• Nenhuma ação foi discutida
SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	
Impactos	Encaminhamentos
• Dano ambiental/saneamento básico; • Contaminação da água; • Contaminação do solo e dos recursos naturais.	• Descontaminação do solo, água e recursos naturais (Fundação Renova); • Campanhas permanentes de conscientização para o uso do solo, água e recursos naturais (Poder Público Local); • Promoção da conexão e incentivo dos movimentos sociais para que cobrem soluções dos poderes públicos e da empresa responsável pelo desastre para a despoluição, descontaminação e recuperação do rio e de suas margens.
CULTURA, ESPORTE E LAZER	
Impactos	Encaminhamentos
• Dano ao direito ao lazer.	• Promoção de projetos e atividades alternativas de lazer (Fundação Renova); • Adaptação de outros espaços públicos para a prática de esportes e lazer (Ex.: readequação de infraestrutura de lazer das lagoas de Ipaba) – (Poder Público Estadual e Fundação Renova).

PLENÁRIA FINAL

A Plenária Final iniciou-se com a apresentação dos resultados das oficinas em grupo. Os relatores de cada GT fizeram a leitura dos instrumentais preenchidos para o público, perpassando os impactos percebidos, as ações de encaminhamento e os responsáveis por cada processo.



Figura 10. Apresentação dos resultados do grupo 01 na Plenária Final

Em seguida, Léa Rocchi, servidora da Casa Civil e representante da CTOS, agradeceu pela presença de todos os gestores municipais e resgatou elementos discutidos na reunião, começando pelos motivos de realização da oficina. Segundo ela, as Oficinas de Proteção Social têm o objetivo de promover o encontro entre os gestores municipais e o compartilhamento de informações e experiências.

De acordo com a representante, foi evidente a dificuldade de identificar quais são as competências do poder público e quais são as da Fundação Renova. Sendo assim, é fundamental alinhar informações e nivelar conhecimento a fim de poder avançar na definição conjunta de estratégias de ação. Esse ponto é especialmente relevante, tendo em vista que muitas gestões municipais foram renovadas nas últimas eleições. Estas gestões devem ser urgentemente incorporadas às discussões que já tem acontecido desde o rompimento da barragem, e devem se inteirar de todos os marcos legais e resoluções decorrentes do TTAC.

Léa Rocchi indicou, ainda, que os insumos coletados nas Oficinas serão consolidados em planos de ação, que devem ser pactuados em todos os níveis



Figura 11. Apresentação dos resultados do grupo 02 na Plenária Final

federativos. Mencionou uma ideia que um dos GTs apontou: a criação de grupos locais de referência para o acompanhamento dos impactos e das ações planejadas para sua mitigação. Estes grupos de referência contribuem para que as gestões sejam mais protagonistas no processo de recuperação dos impactos, e evitam que os municípios sejam prejudicados nas negociações decorrentes.



Figura 12. Apresentação dos resultados do grupo 03 na Plenária Final



Em seguida, suscitou uma reflexão conceitual sobre o que tem sido considerado como impacto, principalmente pelas gestões municipais. De acordo com ela, os impactos não são somente materiais, e correspondem a questões múltiplas, como deslocamentos, acesso a trabalho e renda, acesso a políticas públicas etc. É necessário, então, ampliar os olhares sobre o conceito de impacto, a fim de transcender uma noção ambiental, principalmente por parte da assistência social. Por fim, destacou a importância da parceria com o Governo do Estado, que tem o papel de auxiliar os municípios, a partir do trabalho das Secretarias Regionais.



Figura 13. Apresentação dos resultados do grupo 04 na Plenária Final

Vaneza Pereira, Secretária de Assistência Social de Santana do Paraíso/MG, demandou mais informações sobre os próximos passos a partir da discussão feita na Oficina. De acordo com ela, os gestores municipais passaram a desenvolver um novo olhar a partir do debate, mas é necessário dar continuidade a esses processos e garantir que, do ponto de vista socioassistencial, as ações mitigadoras dos impactos sejam feitas em conformidade com as demandas dos territórios. Graciele Almeida, promotora de Justiça em Ipatinga/MG, secundou o questionamento, destacando que a falta de informações robustas, a fragmentação da rede pública de Proteção Social e a carência de diálogo entre os municípios preocupam o Ministério Público, uma vez que se corre o risco de as decisões serem tomadas com base em informações parciais.

As representantes da CTOS ressaltaram que a demanda emergencial é, realmente, o repasse de informações diagnósticas para os municípios, de modo que cada gestão saiba as dimensões do impacto em seus territórios. Essa demanda deve ser suprida tanto pela própria Fundação Renova, quanto pelos entes federativos. Após as Oficinas, os resultados serão consolidados e



oficializados em planos de ação desenhados de acordo com as especificidades de cada território. Estes planos serão, posteriormente, pactuados em todos os níveis federativos, com a participação intensa dos municípios.



Figura 14. Fala da representante da CTOS na Plenária Final

Por fim, Luiza Costa, da equipe de Diálogo da Fundação Renova, agradeceu a todos os presentes, e ressaltou a importância da participação de todos os municípios nesse processo de escuta e construção coletiva de estratégias e procedimentos.



Figura 15. Fala de participantes do evento na Plenária Final



RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS

As quatro oficinas realizadas permitiram identificar alguns pontos de convergência entre os participantes. A atenção a estes pontos é importante para estabelecer planos de ação conjuntos que permitam a solução de impasses e problemas identificados nos municípios.

Pontos de convergência entre os municípios presentes:

- É necessário estruturar melhor as instâncias e os canais de comunicação entre as partes envolvidas (Fundação Renova; poder público municipal, secretarias municipais) para que as informações relevantes para todas essas instâncias sejam trocadas de forma eficiente;
- As organizações que possuem dados municipais relevantes, especialmente àqueles coletados após o rompimento da barragem, devem compartilhá-los;
- Por iniciativa própria, alguns dos municípios presentes, devem iniciar em processo de coleta de dados e busca ativa das famílias impactadas ou possivelmente impactadas;
- De modo geral, a troca da gestão municipal impactou o monitoramento das famílias impactadas pelo rompimento da barragem e, por vezes, a continuidade das ações sociais que vinham sendo desenvolvidas junto a elas.

Cabe ressaltar que alguns desses pontos se assemelham aos conteúdos identificados na Oficina de Proteção Social realizada com os municípios de Mariana e Barra Longa.

SUGESTÕES

A segunda oficina com gestores públicos da assistência social, realizada no município de Ipatinga/MG, apresentou uma dinâmica mais produtiva. Algumas estratégias merecem destaque:





+ a distribuição de ficha de avaliação do encontro é uma iniciativa importante. Sugere-se, apenas, a inclusão de itens fechados para uma apreensão também objetiva⁴;

+ a escolha do Relator do grupo de municípios, quando feita logo no início da discussão, permite que o relator acompanhe a escrita dos pontos e aproprie-se melhor do conteúdo e forma, facilitando, assim sua leitura na plenária final;

+ a leitura dos registros realizados em grupo é importante para garantir que o conteúdo apresentado represente exatamente aquele validado pelos participantes do grupo;

+ a validação dos itens sistematizados junto aos participantes do grupo, *pari passu* à discussão, facilita o registro e permite maior fidedignidade entre o conteúdo discutido e o conteúdo registrado;

+ o trabalho integrado entre o facilitador, o relator eleito pelo grupo e o sistematizador é fundamental para um resultado de qualidade e correspondente ao discutido nos grupos.

Pontos de atenção:

Para o aprimoramento das estratégias, é preciso que os facilitadores dos grupos estejam atentos à sua função de escuta ativa. Desse modo, é preciso valorizar a fala de todos os presentes, incentivando a participação de todos, dando lugar às colocações pertinentes e moderando os conteúdos que não se destinam àquele momento. Neste caso, o facilitador pode indicar outros fóruns ou canais pertinentes para o encaminhamento da questão.

⁴ A Herkenhoff & Prates, consultoria contratada para elaboração deste relatório, não teve acesso aos formulários das avaliações individuais não sendo possível, portanto, sua consolidação no presente documento.



ANEXO 3 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – GOVERNADOR VALADARES/MG

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A programação prevista dividia a oficina em três momentos: plenária inicial (contextualização do Programa de Proteção Social previsto no TTAC), discussão temática em grupos de municípios e plenária final.

Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) Oficinas de Proteção Social aos impactados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG Governador Valadares/MG 07 de abril de 2017 PROGRAMAÇÃO	
OBJETIVOS: - Levantar subsídios para implementação de uma ação coordenada e intersetorial entre o poder público e a Fundação Renova à população impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, a partir da escuta dos municípios. - Qualificar o desenho do Programa de Proteção Social previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a ser implementado pela Fundação Renova.	
HORÁRIO	ATIVIDADE
8h30 às 8h40	Contextualização do Programa de Proteção Social previsto no TTAC Coordenação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CTOS (10 minutos)
8h40 às 9h25	Proteção Social à população impactada - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (20 minutos) - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG) (10 minutos) - Fundação Renova (10 minutos) Apresentação da metodologia de trabalho da oficina - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (05 minutos)
9h40 às 12h00	Trabalhos em grupo - Formação de 4 grupos com a participação de 5 municípios em cada grupo - Sistematizador (a) da Fundação Renova e mediador (a) do Governo Federal/Governo Estadual - Relator (a) escolhido pelo grupo - Registro em instrumental específico Temas a serem debatidos - Ações em curso e realizadas por cada município para proteção social da população impactada pelo desastre (10 minutos/município) - Impactos para a população - Impactos no acesso e permanência nos serviços, programas e benefícios da Assistência Social - Impactos para outras políticas sociais Os temas deverão contemplar os impactos e as ações necessárias, com a indicação do responsável (Poder Público ou Fundação Renova)
12h00 às 13h30	Almoço



13h30 às 15h30	Continuidade dos trabalhos em grupo
15h30 às 15h45	Intervalo para lanche
15h45 às 17h25	Relato dos grupos • Cada relator (a) apresentará os resultados das discussões, com base no instrumental preenchido
17h20 às 17h30	Encerramento • Fala final • Avaliação dos participantes

PARTICIPANTES

Durante os dois períodos (manhã e tarde) foram registrados os seguintes presentes:

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Adriana Pajeú da Silva Cunha	Prefeitura de Resplendor/MG
Alarico Júnior F. Nascimento	Prefeitura de Conselheiro Pena/MG
Aline Fonzal	Prefeitura de Itueta/MG
Ana Cláudia Figueiredo	Prefeitura de Sobrália/MG
Antônio Maria Claret de Souza Filho	Herkenhoff & Prates
Aparecida Jozélia Pereira	Prefeitura de Aimorés/MG
Bruno Fernandes	Fundação Renova
Claudio Lobenwein Resende	Herkenhoff & Prates
Cristiane de Lima	Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MP/MG)
Daniela C. S. Alexandre Gomes	Prefeitura de Resplendor/MG
Daniella Baldon Caetano	Prefeitura de Itueta/MG
Dayse Vilas Boas	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Diego Souza	Assessoria de Imprensa
Elimar Cristina B. Rodrigues	Secretaria de Assistência Social de Sobrália/MG
Érica Lima	Prefeitura de Conselheiro Pena/MG
Ester Carneiro	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
Evandro Ventura	Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MP/MG)
Gilson Lacerda	Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Oriente/MG
Glaziane Aparecida Silva	Fundação Renova
Heldo Armond	Prefeitura de Governador Valadares/MG
Helena Cristina Coura	Secretaria de Assistência Social de Belo Oriente/MG
Iranete Aparecida Barbosa	Prefeitura de Aimorés/MG



PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Jaime Luiz Rodrigues	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Janete Ferreira da Silveira Luz	Prefeitura de Sobrália/MG
Kelly Rangel Mota	Prefeitura de Resplendor/MG
Lea Rocchi Sales	Presidência da República/Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS)
Luciano S. Gonçalves	Matizes Consultoria (Diálogo Social)
Magda Lúcia Diniz	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG)
Marcélia R. Silveira	Prefeitura de Resplendor/MG
Márcia P. Viana	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
Marcos Gonçalves de Aguiar	Prefeitura de Aimorés/MG
Marcus O. Nogueira	Matizes Consultoria (Diálogo Social)
Maria Albanita Roberta de Lima	Fundação Renova (Coordenadora do PG005, PG011 e PG014)
Maria Aparecida Anício Fernandes	Prefeitura de Belo Oriente/MG
Marisa de Almeida Ramos	Prefeitura de Alpercata/MG
Messias Maurício	Defesa Civil de Conselheiro Pena/MG
Mirelly Ferreira Gonçalves	Prefeitura de Tumiritinga/MG
Monique Evellyn de O. S. Salomão	Prefeitura de Ituaeta/MG
Nathália França Figuerêdo Porto	Herkenhoff & Prates
Paula Cristina Vieira	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Paula Oliveira Lima	Presidência da República/Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS)
Rui Robson Rocha	Prefeitura de Ituaeta/MG
Sueli Pereira	Prefeitura de Governador Valadares/MG
Terezinha Tolentino	Prefeitura de Tumiritinga/MG
Vanderlúcia Maria da Rocha	Prefeitura de Ituaeta/MG
Vinícius Mendes Maia	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
Weder Lopes da Cunha	Prefeitura de Sobrália/MG

PLENÁRIA INICIAL

A primeira parte da Oficina teve início às 09:25, em função do atraso de representantes de alguns municípios convidados para participar do evento. Seguindo a programação adotada nas rodadas anteriores da Oficina, a Plenária Inicial começou com as boas-vindas das representantes da Casa Civil e da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS). Em seguida, Paula Lima, representante da Casa Civil e da coordenação da CTOS, fez uma apresentação institucional sobre a Câmara.

Em sua apresentação a representante explicou aos presentes a organização das Câmaras Técnicas a partir do rompimento da barragem de Fundão, e a governança do processo deliberativo em questão, a partir do TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta) firmado pela Samarco em março de 2016. Apresentou as atribuições e as ações supervisionadas pela CTOS, com destaque para o Programa de Proteção Social (indicado em cláusulas específicas do TTAC) e sua relação com o poder público, que já oferta os serviços de Proteção Social. Paula Lima destacou, ainda, que o momento atual vivido pelo programa é o de incrementação das ações originalmente propostas no TTAC, razão pela qual a escuta aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem é fundamental. Segundo a representante, a Oficina tem, portanto, a finalidade de alinhar discursos, nivelar informações, discutir atribuições e competências, trocar experiências e registrar as dificuldades e estratégias de ação adotadas por cada município no enfrentamento dos desdobramentos do evento.



Figura 1. Apresentação do MDSA na Plenária Inicial

Em seguida, Márcia Viana, servidora do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, fez uma apresentação institucional, com foco no reforço das premissas orientadoras do SUAS. Ressaltou que o propósito da Oficina é, de fato,



promover uma escuta sensível e atenta aos representantes das gestões municipais, e não avaliar essas gestões. Reiterou aspectos definidores da Política de Assistência Social no Brasil, como a primazia do Estado na oferta dos serviços socioassistenciais, a integração entre a Assistência e a Seguridade Social, e a vinculação não-contributiva da oferta socioassistencial. Em seu discurso, foram citadas questões estruturantes da oferta dos serviços do SUAS, a exemplo da capacitação profissional e da tipificação nacional associada aos alvos da cobertura desses serviços. Por fim, Márcia destacou as diferenças entre Proteção Social Básica e Especial, e os princípios éticos da Assistência Social.

O Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG), também esteve presente na Oficina. Em sua apresentação, Dayse Vilas Boas (servidora da Secretaria) abordou conceitos básicos envolvendo a definição e a operacionalização da Proteção Social no Brasil, recorrendo a referências bibliográficas célebres no campo. Também destacou premissas e objetivos dos serviços de Proteção Social, e apresentou as ações do Governo do Estado de Minas Gerais (Força-Tarefa) decorrentes do rompimento da barragem, em 2015.

A Fundação Renova foi representada por Maria Albanita Roberta de Lima, líder do Programa de Proteção Social na instituição. A representante destacou os objetivos da criação da Fundação Renova a partir dos ditames do TTAC, e discorreu sobre a importância dos programas socioambientais e socioeconômicos, chamando a atenção para a necessidade de ampliação do escopo do TTAC, para a expansão do foco territorial das ações previstas. Recomendou a todas as gestões municipais presentes a leitura minuciosa do TTAC, e informou que a Fundação também realizará Oficinas nos mesmos moldes junto às gestões municipais da Saúde, área na qual os efeitos do rompimento da barragem são mais longos.

Por fim, Ester Cordeiro, servidora do MDSA, informou aos gestores presentes a metodologia a ser usada nos Grupos de Trabalho (GTs). Explicou as funções dos facilitadores, sistematizadores e relatores, e orientou o preenchimento dos instrumentais.





Os Grupos de Trabalho ficaram organizados de acordo com o seguinte esquema:

	GT01	GT02	GT03
<i>Municípios</i>	Conselheiro Pena/MG Tumiritinga/MG Gov. Valadares/MG	Aimorés/MG Itueta/MG Resplendor/MG	Belo Oriente/MG Alpercata/MG Sobralia/MG
<i>Facilitação</i>	Lea Rocchi	Paula Lima e Ester Cordeiro	Dayse Vilas Boas e Márcia Viana
<i>Sistematização</i>	Antônio Claret	Cláudio Lobenwein	Nathália Porto
<i>Relatoria</i>	Sueli Pereira	Marcos Aguiar	Ana Cláudia Figueiredo





GRUPOS DE TRABALHO

Os GTs foram conduzidos pelos representantes dos Governos Federal e Estadual presentes a partir do instrumental elaborado para o exercício. O roteiro explorava as ações já realizadas e em curso nos municípios para o atendimento às populações impactadas, e os impactos e encaminhamentos no âmbito da I) população em si, II) da Política de Assistência Social em geral e III) de outras políticas sociais. O instrumental foi elaborado pela equipe do Governo Federal.

Foram registradas as ausências de representantes de alguns dos municípios convidados (Fernandes Tourinho/MG, Galileia/MG, Iapu/MG, Naque/MG e Periquito/MG).

Grupo de Trabalho 01

Número de participantes	14
Municípios	Conselheiro Pena/MG Tumiritinga/MG Governador Valadares/MG
Facilitação	Léa Rocchi (Casa Civil/PR)
Sistematização	Antônio Claret (H&P)
Relatoria	Sueli Pereira (Governador Valadares/MG)

No Grupo de Trabalho 01, o representante da Diretoria Regional da SEDESE/MG em Governador Valadares, Jaime Luiz Rodrigues, informou aos presentes que foi informado sobre a realização da Oficina apenas uma semana antes do evento, no dia 31 de março e, por isso, não teve tempo hábil para mobilizar todos os municípios convidados. Frente a esse fato, o representante avaliou que o *quórum* da Oficina poderia ter sido maior, e os resultados extraídos do encontro poderiam ter sido mais profícuos, caso a comunicação tivesse sido melhor conduzida.





Figura 2. Reunião do GT01

Bloco 1 – Impactos e Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

No Bloco 1, os representantes dos municípios, ao serem estimulados a partilhar suas experiências de enfrentamento aos desdobramentos do rompimento da barragem, acabaram relatando também os impactos percebidos em suas regiões, em várias dimensões da vida social (saúde, assistência social, infraestrutura, organização comunitária etc.). Os principais impactos relatados pelos municípios do GT01 se referem ao comprometimento da pesca para complementação alimentar e subsistência e ao abastecimento de água. Os representantes aproveitaram o ensejo e descreveram encaminhamentos adotados para dirimir estes impactos, dentre os quais se destacam as ações de cadastro dos domicílios impactados, atividades emergenciais como o abastecimento de água em caminhões-pipa e a estruturação emergencial das ações socioassistenciais.

CONSELHEIRO PENA/MG	
Impactos	Encaminhamentos
• Impacto direto para o distrito de Barra do Cuieté (grande quantidade de pescadores e agricultores afetados). A economia do distrito é baseada na pesca, agricultura e na venda de produtos alimentícios; • Impacto para os pescadores do Bairro da Ilha Lajão.	• Cadastro de 110 pescadores (realizado com o apoio do Ministério da Agricultura); • Abastecimento emergencial de água, com caminhões pipa, para o distrito (nos meses seguintes ao rompimento da barragem); • Doação de cestas básicas; • Acompanhamento domiciliar constante; • Doação de água mineral; • Atendimento aos pescadores e moradores ribeirinhos. • Avaliação, pela defesa civil do município, dos domicílios diretamente atingidos.
TUMIRITINGA/MG	
Impactos	Encaminhamentos
• Interrupção do abastecimento d'água; • Perda do plantio e de animais; • Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas da inundação; • Impacto para a indústria do turismo no município. Em 2017 o Carnaval não pôde ser realizado no local tradicional (praia do Jaó, às margens do Rio Doce), com impactos diretos para a atração de turistas e o comércio local; • Aumento da perfuração de poços artesianos pela população, porém sem o devido cuidado e análise da qualidade da água e com possíveis consequências ambientais negativas futuras; • Impacto para a Cooperativa das Doceiras de Tumiritinga (redução da venda dos produtos). A redução é atribuída à desconfiança dos consumidores com relação à qualidade da água utilizada na produção; • Desorganização da economia local com a difusão do "cartão da Samarco". O cartão é hoje a principal fonte de renda das famílias afetadas pelo rompimento da barragem; • Impacto para o recebimento de outros benefícios. A renda do cartão, ao ser registrada no CadÚnico, anulou o recebimento do benefício do Bolsa Família; • Destruição da economia da pesca e da agricultura;	• Abastecimento emergencial de água, com caminhões-pipa, para os distritos afetados (nos meses seguintes ao rompimento da barragem); • Doação de água potável; • Reabastecimento de silagem para os agricultores (parceria com Fundação Renova); • Distribuição de cestas básicas para o distrito de São Tomé do Rio Doce (parceria com Fundação Renova); • Cadastro das famílias de pescadores e agricultores dos povoados de Cachoeirinha e São Tomé do Rio Doce (parceria com Fundação Renova).

• Fechamento de duas olarias desde o rompimento da barragem; • Falta de informação com relação às regras do “cartão Samarco”, que desmobiliza os beneficiários e impede a busca por novos empregos e oportunidades de renda; • Erro de focalização na seleção dos beneficiários do “cartão Samarco”.	
GOVERNADOR VALADARES/MG	
Impactos	Encaminhamentos
• Desabastecimento completo de água potável em toda a cidade por 1 semana e desabastecimento em algumas regiões da cidade por mais tempo; • Impacto direto para os pescadores e balseiros (anulação da renda); • Insegurança permanente da população com relação à utilização da água (incerteza provocada pela falta de unanimidade com relação aos laudos elaborados); • Queda abrupta de receita da autarquia municipal (SAAE) responsável pelo abastecimento d’água no município (prejuízo aos equipamentos; falta de abastecimento; inadimplência dos consumidores); • Ampliação das despesas públicas municipais em saúde (Ex.: exames, remédios etc.); • Aumento da notificação (identificado pela alteração do índice LIRA) dos casos de doenças de pele, dengue, Chikungunya, febre amarela e outras; • Desequilíbrio ecológico; • Aumento da perfuração de poços artesianos pela população, porém sem o devido cuidado e análise da qualidade da água; • Prejuízos materiais para as famílias ribeirinhas que tiveram suas casas inundadas; • Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis; • Impacto direto para os ativos turísticos da cidade e queda na demanda turística (com destaque para o ecoturismo); • Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis; • Desmobilização social e desorganização da associação local de pescadores; • Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade;	• Mobilização de diversos movimentos sociais, organizados em Fórum, reunidos regularmente em Governador Valadares e com o apoio do Ministério Público, para acompanhamento das ações e para o estabelecimento de um canal privilegiado de comunicação com as populações atingidas; • Distribuição de água mineral (envolvimento de todos os servidores da Assistência Social, muitos servidores das demais secretarias e também do Exército); • Distribuição de água por caminhões-pipa em caráter emergencial; • Criação do grupo gestor para planejamento das ações dos poderes públicos; • Transformação do Gabinete de Segurança Cidadã em Gabinete de Crise para lidar com os impactos imediatos; • Captação alternativa de água nos Rio Suaçuí e Grande (planejada).



• Impacto emocional e para o imaginário coletivo; • Prejuízo à saúde dos trabalhadores da economia da areia (areal); • Perda de documentos de identificação; • Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social e precarização de um trabalho em curso que, antes mesmo do rompimento da barragem, já se encontrava em situação limite pela grande demanda e escassez de recursos; • Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia.	
---	--

Bloco 2 - Impactos para a população

Os municípios participantes do GT02 identificaram uma série de aspectos relativos à população, a partir do rompimento da barragem de Fundão. A fragilização de vínculos foi citada a partir da desestruturação de opções de lazer das famílias que utilizavam o rio como referência, bem como da desarticulação comunitária, decorrente da intensificação do desemprego e da evasão das pequenas cidades. A perda de meios de vida está inerentemente ligada a essa questão. Como encaminhamentos, os representantes dos municípios indicam possibilidades como investimentos sistemáticos nas equipes e na infraestrutura necessária para as ações socioassistenciais, nas ações preventivas e corretivas da infraestrutura municipal, e, principalmente, a reflexão sobre o desenvolvimento econômico sustentável nas cidades afetadas pelo rompimento.

A representante do Ministério Público de Minas Gerais presente na Oficina, Cristiane de Lima, destacou que o evento serviu como um teste de fogo para os movimentos sociais da região, que saíram fortalecidos da luta decorrente. Contudo, os acontecimentos recentes (a troca do Governo Federal e as eleições municipais de 2016) arrefeceram a atuação desses movimentos. A possível criação de um escritório permanente em Governador Valadares, para servir como observatório de Direitos Humanos e referência na representação dos atingidos, poderia subsidiar a reorganização desses movimentos, que são protagonistas nas ações de negociação com a Fundação Renova e de controle social da mitigação dos impactos.



FRAGILIZAÇÃO E/OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Afastamento de famílias pelo desastre. Era comum a reunião familiar aos fins de semana e esse hábito foi prejudicado pelo dano ou a destruição das comunidades rurais e suas redondezas; • Abandono e perda de sentido de locais públicos de encontro habituais; • Migração para outros municípios e Estados; • Desemprego e precarização da renda, afetando o convívio familiar e comunitário.	• Inserção dos beneficiários nos serviços de convivência familiar (PAIF) (Poder público municipal); • Realização de diagnóstico da realidade local pela equipe volante do CRAS (Poder público municipal); • Acréscimo de equipe para fortalecimento do trabalho da atenção básica da Assistência Social (Fundação Renova); • Reconstrução de casas ou remanejamento de famílias para outras localidades (Fundação Renova); • Ampliação do aporte de recursos (como veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa da Assistência (Fundação Renova); • Treinamento para as equipes da assistência social (Poder Público Estadual e Fundação Renova).
SURGIMENTO/AGRAVAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Violação do direito ao acesso à água de qualidade; • Violação do direito ao sustento dos pescadores e agricultores; • Violação do direito econômico dos comerciantes e trabalhadores dos municípios; • Violação do direito de ir e vir nas balsas que atravessavam o Rio; • Estresse das equipes de servidores e trabalhadores que atuaram na linha de frente no momento da tragédia; • Insegurança pública; • Violação dos direitos dos consumidores, que enfrentaram escassez e inflação no momento do desastre; • Violação do direito de defesa dos indenizados, que não puderam mais acionar a empresa na Justiça; • Violação do direito ao acesso a informações completas e de qualidade sobre o desastre, suas consequências e as ações de mitigação.	• Ação preventiva e corretiva para captação alternativa de água (Fundação Renova); • Revitalização do Rio Doce, inclusive de suas nascentes (Fundação Renova); • Ampliação da segurança das atividades mineradoras para assegurar que desastres semelhantes nunca mais ocorram (Poder Público Federal e Fundação Renova); • Criação de centros de informação nos municípios (Fundação Renova).
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Sentimento coletivo de tristeza e prejuízo à autoestima das populações dos municípios.	• Investimento em Educação Ambiental (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); • Investimento em desenvolvimento sustentável, com envolvimento das

	comunidades tradicionais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); • Criação da Escola de Desenvolvimento Sustentável com diretrizes pedagógicas para a refundação e reconstrução das identidades locais e para a inclusão produtiva das populações da região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); • Investimento em cultura, inclusive com a produção e divulgação de filmes e documentários que contem a história local e resgatem a autoestima das comunidades (Fundação Renova).
MOBILIZAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR	
Impactos	Encaminhamentos
• Desagregação comunitária e sensação de "salve-se quem puder" (primeiro momento); • Ampliação da mobilização social com a criação, reativação e fortalecimento da ação de grupos, associações, organizações e coletivos sociais (momento subsequente).	• Criação de um escritório em Governador Valadares para servir exclusivamente de local de trabalho para os representantes dos atingidos. Esse espaço poderia servir também como Centro de Referência em Direitos Humanos (Fundação Renova); • Apoio à atuação do Fórum da Via Campesina na região (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); • Fortalecimento dos movimentos sociais (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova);
PERDA DE MEIOS DE TRABALHO E VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento do desemprego e perda dos meios de trabalho e renda, especialmente para: ○ Comerciantes locais; ○ Restaurantes; ○ Balseiros; ○ Profissionais da indústria do turismo; ○ Pequenos produtores; ○ Agricultores; ○ Pescadores; ○ Doceiras.	• Atração de investimentos externos para a geração de emprego e renda (Fundação Renova); • Investimento em infraestrutura (Ex.: saneamento básico) (Fundação Renova); • Assistência Técnica Rural (Fundação Renova); • Oferta de cursos de qualificação profissional (Fundação Renova); • Geração de fontes alternativas de renda (Fundação Renova); • Recuperação do rio para que o mesmo volte a ser um Rio Doce (Poder público Municipal, Estadual, Federal e Fundação Renova); • Apoio e suporte às cooperativas locais com infraestrutura (Fundação Renova);



	• Elaboração de projetos de inserção econômica dos desempregados (Fundação Renova); • Apoio à comercialização dos produtos da economia local (Fundação Renova).
--	--

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social nos municípios componentes do GT01 foi altamente impactada em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Emergencialmente, muitas demandas socioassistenciais surgiram, agravando um cenário-limite da maioria das equipes responsáveis em cada município. Os representantes relataram impactos como a ampliação da procura pelos serviços do PAIF e do PAFI, e por benefícios eventuais. Também indicaram algumas controvérsias envolvendo o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial provido pela Samarco às famílias atingidas (algumas famílias deixaram de receber o Bolsa Família por estarem recebendo o Auxílio).

Como encaminhamentos, as equipes sugeriram, de forma mais ampla, o fortalecimento geral dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal, que passa tanto pela capacitação dos técnicos responsáveis, como também pela ampliação da estrutura disponível para o atendimento e pela comunicação com os usuários. Estas medidas seriam fundamentais para garantir que toda a população impactada pelo evento receba serviços sociassistenciais de qualidade.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Cancelamento do benefício do Bolsa Família devido à ampliação circunstancial da renda dos beneficiários pelo recebimento do “cartão Samarco”; • Ampliação da demanda pelos benefícios eventuais, especialmente das famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama; • Ampliação da demanda por cestas básicas durante o período emergencial.	• Reestabelecimento do acesso dos beneficiários ao Programa Bolsa Família (PBF) (Poder Público Federal); • Comunicação direta com os beneficiários sobre a situação de reestabelecimento do acesso ao PBF (Poder Público Federal);
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSB	
Impactos	Encaminhamentos
• Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Básica; • Aumento da procura pelo PBF; • Ampliação da demanda pelo serviço de emissão de documentos, principalmente pelas famílias que tiveram suas casas atingidas pela lama;	• Investimento na estrutura física dos equipamentos (Fundação Renova); • Ampliação das equipes (Poder Público Municipal); • Treinamento das equipes (Poder Público Estadual); • Apoio às equipes volantes com investimentos (veículos) e recursos para



	custeio (combustível) (Fundação Renova).
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSE	
Impactos	Encaminhamentos
• Ampliação da demanda pelos serviços de Proteção Social Especial; • Agravamento dos problemas de convívio familiar; • Agravamento das violações de direitos de idosos e pessoas com deficiência; • Aumento da violência doméstica; • Aumento exponencial de violação de direitos. Ampliação quantitativa de: ○ Migrantes; ○ População em situação de rua; ○ Crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; ○ Crianças e adolescentes ameaçados de morte.	• Instalação de equipes e/ou equipamentos de proteção social especial para os municípios de pequeno porte (Poder Público Estadual e Federal); • Recuperação e adequação dos equipamentos de acolhimento institucional dos municípios (Fundação Renova).
NECESSIDADES DAS EQUIPES	
Impactos	Encaminhamentos
• Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente no momento da tragédia; • Falta de preparo para lidar com situações de emergência; • Falta de preparo, suporte e equipamentos para lidar com as situações decorrentes do desastre e a ampliação das demandas.	• Capacitação continuada para servidores novos e antigos, efetivos e contratados (Poder Público Estadual); • Apoio com infraestrutura operacional (computadores, impressoras, mobiliário, etc.) (Fundação Renova); • Apoio com investimento e custeio de transporte (veículos e combustível) para o trabalho de busca ativa das equipes volantes (Fundação Renova); • Capacitação para formação de multiplicadores para capacitação nos municípios (Poder Público Estadual); • Melhoria na política de remuneração dos profissionais da Assistência Social e de outras políticas (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
NECESSIDADES DA GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• Desprestígio da política de assistência social (altamente demandada, porém pouco reconhecida).	• Fortalecimento da política de assistência social com melhoria da infraestrutura, concurso público e aprimoramento dos planos de cargos e salários.

Bloco 4 - Impactos para outras políticas sociais

Conforme o esperado, segundo os representantes presentes, não somente a Política de Assistência Social foi impactada em decorrência do rompimento: praticamente todas as áreas da administração pública acabaram sofrendo efeitos do evento. A Saúde e a Economia merecem destaque: percebeu-se o aumento do acometimento de doenças causadas pelo contato com a água do Rio Doce, como alergias cutâneas; bem como a queda na dinamização econômica, o comprometimento da pesca, o desmantelamento das cooperativas locais, a desvalorização do mercado imobiliário, entre outros.

Como encaminhamentos, foram sugeridas ações como campanhas preventivas de imunização, uma vez que ainda não se sabe a relação do recente surto de febre amarela com o rompimento da barragem de Fundão; e reflexões coletivas sobre o desenvolvimento econômico local, a partir da diversificação e do fortalecimento de atividades já tradicionais, como a agricultura.

ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Impactos	Encaminhamentos
• Perda de documentos de identificação; • Desorganização da rotina e do planejamento da Assistência Social; • Desgaste e estresse das equipes que trabalharam na linha de frente; • Falta de informação com relação às regras do "cartão Samarco"; • Erro de focalização na seleção dos beneficiários do "cartão Samarco"; • Despreparo das equipes da Samarco que atuaram no momento emergencial, fator que contribuiu para a desorganização das ações dos poderes públicos.	• Criação de Centro Cultural (Fundação Renova).
HABITAÇÃO	
Impactos	Encaminhamentos
• Migração e impacto no mercado imobiliário com a queda no valor dos imóveis.	• Não foram definidos encaminhamentos.
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO	
Impactos	Encaminhamentos
• Interrupção do abastecimento d'água; • Aumento da perfuração de poços artesanais;	• Investimento em saneamento Básico (Poder Público Municipal, Estadual e Federal).
MEIO AMBIENTE	
Impactos	Encaminhamentos
• Perda do plantio e de animais; • Enchentes, inundação de lama e inutilização das terras agricultáveis.	• Não foram definidos encaminhamentos.
SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da notificação de doenças causadas pelo contato direto com as águas do Rio.	• Campanhas de imunização preventiva (Poder Público Municipal);



	• Incentivo ao esporte com o patrocínio dos times de futebol locais (como o Democrata de Governador Valadares) e também às equipes de outros esportes (Fundação Renova).
ECONOMIA	
Impactos	Encaminhamentos
• Impacto para a indústria do turismo; • Impacto para as cooperativas locais; • Desorganização das economias municipais com a difusão do "cartão da Samarco"; • Impacto para o recebimento de outros benefícios; • Destruição da economia da pesca e da agricultura; • Desmobilização social e desorganização da associação de pescadores; • Queda e cancelamento de investimentos realizados na cidade.	• Não foram definidos encaminhamentos.



Grupo de Trabalho 02

Número de participantes	12
Municípios	Aimorés/MG Itueta/MG Resplendor/MG
Facilitação	Paula Lima e Ester Cordeiro
Sistematização	Claudio Lobenwein
Relatoria	Marcos Aguiar



Figura 3. Reunião do GT02

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

No primeiro bloco de questões, relacionado a ações já realizadas ou em curso nos municípios, os representantes dos três municípios presentes se mostraram bastante apropriados quanto aos impactos causados pelo rompimento da barragem. O grande número de relatos evidencia essa apropriação, sendo possível ter uma visão clara da situação de cada município.

Os impactos foram ambientais e socioeconômicos, tendo em vista que o rompimento afetou o transporte, lazer, a renda e principalmente o abastecimento de água. É importante frisar que as sedes dos municípios de Aimorés e Resplendor ficam às margens do Rio Doce, sendo que Resplendor está, de certa forma, dividida ao meio pelo rio, o que amplia os impactos do



rompimento. Itueta, que fica entre os dois municípios anteriores, tem sua sede a cerca de 5km do rio, mas os relatos dão conta que os impactos no município também foram importantes.

Aimorés tem seu território cortado pelo rio Manhuaçu, afluente do Rio Doce, que passou a ter sua água captada para abastecer os três municípios, quando antes abastecia apenas o município de Aimorés. Os habitantes da região demonstram preocupação com os possíveis impactos causados pela maior captação de água, pois não sabem se o rio Manhuaçu, que possui volume de água menor que o Rio Doce, tem capacidade para abastecer toda a população. Essa captação é feita por caminhões pipa, que tem afetado a infraestrutura das cidades devido ao peso, não comportado pelas ruas, e pelo vazamento de água, que prejudica o asfalto.

Ainda, no local de captação, formam-se poças d'água que têm causado o aumento de vetores de doenças, como o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue da Chikungunya e do zika.

O rio também era fonte de lazer para a população, que se valia de pequenas praias formadas no leito do rio como passatempo.

No município de Resplendor fica a reserva indígena da tribo Krenak, que, além de utilizar a água do rio para agricultura e pecuária, tinha o Rio Doce como figura sagrada para sua cultura. O impacto, neste caso, ultrapassa as questões ambientais e sociais e atinge a cultura de um povo.

RESPLENDOR/MG
• Falta de informação após o rompimento: se a lama era ou não tóxica, a qualidade da água do Rio Doce; • Há membros da tribo Krenak, que utilizam o rio para criação de gado e demais atividades; questão cultural par a tribo é importante (rio é sagrado); • A indústria de laticínios também foi afetada porque captava água do rio; • Foi feita uma comissão de pessoas atingidas para mediar as demandas e as negociações, juntamente aos órgãos públicos; comissão é bastante ativa; • A Samarco passou a fazer captação de água em outro córrego para abastecer a cidade, por decisão judicial; • Pescadores e areeiros foram impactados; já tinham uma associação; • Pescadores e areeiros fizeram pedidos de ajuda ao CRAS; • População indígena recebe indenização (auxílio emergencial); • Houve uma dificuldade por parte do município para distribuir a grande quantidade de água mineral recebida, que ficou a cargo da Assistência Social; • O município recebeu doações de outras cidades; • O Ministério Público entrevistou para saber quem eram as pessoas que estavam recebendo donativos; • Foram identificados problemas de saúde: alergias, manchas no corpo, diarreia, vômitos; • Fundação Renova abriu escritório no município em março; • Fundação Renova informou que o Programa de Indenizações começaria em março; o cronograma do programa não foi divulgado; • Fundação Renova já iniciou o Programa de Diálogo Social com órgãos públicos; • Representantes não têm conhecimento sobre cadastramento de pessoas impactadas;



- Município não dispõe de lista de cadastro emergencial;
- Houve aumento de demanda nos serviços de Assistência e Saúde;
- Pequenos agricultores ribeirinhos foram afetados;
- O turismo foi afetado: havia passeios de barco, jet ski, encontros náuticos, que ficaram impossibilitados após o rompimento;
- Houve impacto emocional e psicológico na população;
- Trânsito de caminhões-pipa danificou o asfalto no município, por conta do peso e do vazamento de água;

ITUETA/MG

- Impactados contrataram advogado para atuar na questão do consumo de água: aumento de valor da conta da COPASA, mesmo com o fornecimento de água pela Samarco;
- Município fica sem água periodicamente, sem comunicação prévia da COPASA;
- Impactos diretos para a população e para o comércio, que precisam comprar água mineral;
- Foi realizado cadastramento de impactados para receber auxílio financeiro emergencial;
- Há pessoas que ainda não recebem auxílio, e pessoas que já recebem;
- Há pessoas se aproveitando da situação e recebendo auxílio emergencial sem necessitar;
- O cadastro emergencial foi realizado sem informações completas, o que resultou em problemas no cadastro;
- Incongruência entre pescadores que viviam da pesca e que precisam de auxílio, e pescadores amadores que não precisam, mas fizeram cadastro ou já tinham carteirinha de pescador e estão recebendo auxílio;
- Município não possui listagem de cadastro emergencial/auxílio financeiro emergencial;
- Não tem associação de pescadores e areeiros, devido ao pequeno número de pessoas que viviam dessas atividades;
- A Fundação Renova esteve no município para informar sobre a abertura de escritório em Resplendor;
- A Fundação Renova esteve uma segunda vez para informar que o cartão de auxílio emergencial seria trocado;
- Não foi realizada audiência pública pela Fundação Renova; não foi feito contato com a comunidade;
- Caminhões-pipa estão captando água no rio Manhuaçu (em Aimorés) para abastecer a caixa d'água no município; abastecimento é diário com desperdício;
- O transporte por balsa foi interrompido por conta da quantidade de lama na água e por conta do aumento de gigogas na água (planta que se beneficia das impurezas da água), que impediu o seu funcionamento por cerca de 20 dias; funcionamento era incerto;
- Trânsito de caminhões pipa danificou o asfalto no município, por conta do peso e do vazamento de água;
- População ribeirinha foi diretamente impactada por não poder utilizar a água do Rio Doce;
- Assistência social do município se organizou para distribuir as doações de água e toda a população foi atendida;
- As filas para recebimento dificultaram o recebimento por parte da população, principalmente no distrito de Quatituba;
- Interrupção da distribuição no CRAS, que durou dois dias e passou a ser feita pela Samarco, e voltou para assistência social;
- Ainda há necessidade de captação ou compra de água mineral; população ainda não confia na água que é captada;
- São coletadas três amostras semanais da água consumida na cidade (captada no rio Manhuaçu), em locais diversos, para análises da qualidade; água é de boa qualidade;
- Falta informação sobre os Programas da Fundação Renova no município, atuais ou a serem implementados;
- Foram identificados problemas de saúde: alergias, manchas no corpo, diarreia, vômitos, queda de cabelo;
- Município solicitou à Samarco, logo após o rompimento da barragem, a construção de nova estação de tratamento de água, pois a que existe fica próximo ao Rio Doce; Samarco



considerou que essa ação não era emergencial, mas que posteriormente discutiria a questão com o poder público; até então, nada foi discutido.

AIMORÉS/MG

- Não há população Krenak no município;
- Captação de água é feita no rio Manhuaçu há muitos anos;
- Impactos para pescadores e areeiros, prejudicando também os pedreiros;
- Pedreiros tentaram conseguir auxílio emergencial, mas não se sabe se conseguiram;
- O trânsito de caminhões-pipa que captam água para o bairro de Mauá tem prejudicado a infraestrutura da cidade, como o asfalto;
- O abastecimento do bairro Mauá é feito por caminhões-pipa, que precisam passar por Baixo Guandu (ES) para acessar o bairro;
- A construção da barragem previa a construção de espelhos d'água em Aimorés, que nunca foram construídos. Após o rompimento, acredita-se que a lama presente na água ficou exposta no leito do Rio Doce, próximo à cidade;
- Há o receio de que o assoreamento da barragem dificulte a limpeza da água do Rio Doce, tendo em vista que a lama ficou parada na represa;
- Há o receio sobre os impactos causados pelo aumento de captação de água no rio Manhuaçu, que passou a abastecer três municípios, quando antes era apenas Aimorés;
- Havia um areal no encontro do rio Manhuaçu com o Rio Doce que era local de lazer para a população, que parou de ser utilizado;
- Município não tem acesso ao cadastro realizado pela Samarco;
- Há pessoas recebendo auxílio, mas que não necessitam ou não foram impactadas, ao passo que há pescadores e areeiros que foram impactados que não estão recebendo auxílio;
- Alguns bairros que sofrem com enchentes constantes passaram a sofrer maiores impactos por causa da lama presente na água;
- Gestão municipal é recente e não possui informações completas sobre ações realizadas pela gestão anterior;
- Houve aumento de demanda no CRAS para cadastramento de impactados;
- Houve denúncias de pessoas que trabalham com carteira assinada e estão recebendo auxílio financeiro;
- O cadastro de pescador é de fácil acesso, o que possibilitou que pessoas que não eram pescadoras passassem a receber auxílio financeiro;
- A captação de água, no hidrante do centro da cidade, provoca a formação de poças d'água e, por isso, foi detectado o aumento do número de casos de zika e chikungunya.

Bloco 2 - Impactos para a população

No Bloco 2 – Impactos para a população, além do destaque aos efeitos sentidos pelas populações, os gestores municipais enfatizaram a necessidade do estreitamento dos canais de comunicação entre a Fundação Renova e o poder público municipal. Sugere-se que a Fundação Renova divulgue periodicamente informações atualizadas sobre os programas que têm sido implementados no território, por mecanismos diversos (rádio, redes sociais, mídia impressa, audiências públicas, entre outros).

FRAGILIZAÇÃO E/OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
- Houve migração da população após o rompimento, tendo havido casos de fragilização de vínculos familiares e comunitários (Resplendor); - Pessoas precisaram se deslocar para casa de parentes por causa dos problemas de abastecimento de água, o que causou fragilização dos vínculos familiares e comunitários (Resplendor); - Barreiras emocionais por parte da população para aceitar a conviver e usar novamente a água do Rio Doce (Itueta e Resplendor); - Perda de opção de lazer para a população (Itueta);	- Trabalho psicossocial sistemático com a população para gerar confiança em relação à água do rio (Fundação Renova); - Fundação Renova deve divulgar informações periódicas sobre as ações que estão sendo adotadas em relação ao Rio Doce;
SURGIMENTO/AGRAVAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
- Crianças, adolescentes, idosos e gestantes expostos ao sol, excesso de peso ao buscar fardos de garrafa d'água (Resplendor e Itueta); - Comércio da água doada por parte de alguns comerciantes (Resplendor e Itueta); - População continuou pagando taxa de tratamento de água da Copasa, mesmo sem ter havido o tratamento (Resplendor e Itueta); - Interrupção do abastecimento de água (Resplendor e Itueta); - Necessidade da população de comprar água mineral (Resplendor e Itueta); - Interrupção das atividades escolares (Resplendor e Itueta); - Redução da carga horária no serviço público (Resplendor e Itueta);	Ressarcimento das famílias do valor relativo à taxa de tratamento de água cobrada no período de interrupção de abastecimento (Governo-MG/Copasa);
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
- População indígena perdeu referência em relação à sua cultura e cosmologia do Rio Doce (rio é parte da aldeia); - Pescadores perderam a sua referência de ocupação profissional;	Não foram definidos encaminhamentos.
MOBILIZAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR	
Impactos	Encaminhamentos
- População se organizou em associações comunitárias para reivindicar que a captação de água fosse feita em outro rio que não o Rio Doce; - Mobilização da população indígena (Krenak) e da sociedade civil, pescadores e areeiros para defender a não utilização da água do Rio Doce;	- Fundação Renova deve divulgar informações sobre a qualidade da água; - Fundação Renova deve oferecer capacitações para a população e para o poder público para atuação em situações de desastre (Defesa Civil)

PERDA DE MEIOS DE TRABALHO E VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
• Impossibilidade de uso da água afetou: ○ Pescadores ○ Areeiros ○ Ribeirinhos ○ Comerciantes ○ Trabalhadores autônomos ○ Trabalhadores rurais agropecuários (diaristas e produtores); • População indígena (criação de gado);	• Oferta de capacitações profissionais e cursos técnicos para a população para inserção no mercado de trabalho (para exercício de novas atividades profissionais) – Fundação Renova; • Fomento para diversificação das atividades econômicas da região e incentivo ao cooperativismo (Poder Público); • Criação de centro de processamento de lixo - reciclagem (Fundação Renova); • Pessoa de referência da Fundação Renova em Ituaeta para informar sobre ações da fundação; • Estabelecimento de ponto focal em cada município para diálogo com Fundação Renova (Poder Público e comunidade);

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social sofreu, assim como nos demais municípios, intensos efeitos desde o rompimento na região, com destaque ao aumento da demanda pelo Bolsa Família e do número de famílias a serem incluídas no Cadastro Único; e ao aumento do volume de trabalho das equipes da Proteção Social Básica. A ampliação da infraestrutura disponível às equipes da assistência social nesses municípios é imprescindível para a garantia da continuidade do trabalho socioassistencial junto às comunidades que foram impactadas pelo rompimento na região, especialmente as comunidades indígenas.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Houve aumento de demanda por Bolsa Família e demais benefícios (Resplendor e Ituaeta);	• Não foram definidos encaminhamentos.
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSB	
Impactos	Encaminhamentos
• Houve aumento da demanda de trabalho para as equipes da proteção social básica;	• Ampliar a equipe da proteção social básica (Fundação Renova);
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSE	
Impactos	Encaminhamentos
• Não houve aumento da demanda;	• Não foram definidos encaminhamentos.
NECESSIDADES DAS EQUIPES	
Impactos	Encaminhamentos
• Com o aumento da demanda, houve sobrecarga para a equipe de proteção social;	• Disponibilização de veículos, combustível e equipe para realização de visitas de acompanhamento familiar (Fundação Renova);

NECESSIDADES DA GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
Com o aumento da demanda, a gestão ficou sobrecarregada;	Montar equipe psicossocial para atender os municípios (Fundação Renova: trabalhará em parceria com os municípios);

Bloco 4 - Impactos para outras políticas sociais

Outras áreas da política municipal, como o meio ambiente, a saúde, a educação e o lazer acabaram sendo também impactadas pela contaminação da calha do Rio Doce nas cidades. O abastecimento e o comprometimento da água são, certamente, os efeitos mais graves apresentados na região, de acordo com os representantes presentes. O comprometimento da pesca e de outras atividades que utilizavam o rio também ocasionou problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade dos pescadores do rio. Além disso, em termos da saúde, aumentou o número de casos de diarreia e vômitos (além de não haver, ainda, clareza acerca da relação entre o surto de febre amarela e a contaminação do rio). Nesse sentido, uma das ações recomendadas pelos gestores é exatamente a recuperação da calha do Rio Doce (nascentes, fauna, flora, entre outros aspectos). Na esteira, há a sugestão da criação de novas alternativas de lazer nas cidades.

MEIO AMBIENTE	
Impactos	Encaminhamentos
Meio ambiente: Aumento de demanda da água do rio Manhuaçu (abastece atualmente Resplendor, Itueta e Aimorés);	- Necessidade de atenção para o rio Manhuaçu: avaliação do impacto causado pelo aumento de captação da água do rio; - Estabelecer parceria entre a Fundação Renova e Instituto Terra para recuperação de nascentes;
SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
- Aumento de casos de depressão, ansiedade em pescadores, indígenas idosos e população em geral; - Surgimento de casos de alergias, doenças de pele, diarreia; - Aumento de casos de zika, Chikungunya e dengue por causa da retirada da água pelo hidrante, que forma poças d'água; - Aumento de casos de sedentarismo; - Aumento da demanda pelos serviços de saúde;	- Monitoramento do perfil epidemiológico da população (Fundação Renova); - Aumento de equipe de saúde (Fundação Renova);
EDUCAÇÃO	
Impactos	Encaminhamentos
Aumento de problemas de abastecimento de água causam a paralisação das atividades escolares (também das creches);	Verificar as responsabilidades dos problemas de abastecimento de água junto à Fundação Renova/ Copasa;



LAZER	
Impactos	Encaminhamentos
• Comprometimento das atividades de lazer no Rio Doce;	• Restauração das praças; • Restauração da orla (Resplendor, Aimorés) • Instalação de estádios, campos de futebol (Society), quadras poliesportivas, academias populares, parques, playgrounds; • Reativação/ criação de projetos sociais que atendem crianças e adolescentes; • Construção dos diques para espelho d'água (Aimorés); • Revitalização dos mirantes (Aimorés);



Grupo de Trabalho 03

Número de participantes	12
Municípios	Alpercata/MG Belo Oriente/MG Sobralia/MG
Facilitação	Dayse Vilas Boas
Sistematização	Nathália Porto
Relatoria	Ana Cláudia Figueiredo



Figura 4. Reunião do GT03

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

No GT03, composto pelos municípios de Alpercata, Belo Oriente e Ituaçu, a maioria dos representantes presentes informou que os maiores impactos vividos em seus territórios foram, sobretudo, em relação ao abastecimento e à qualidade da água nas regiões. Em geral, há alguma desinformação sobre os impactos do ponto de vista socioassistencial, bem como acesso limitado aos estudos e cadastros já realizados pela Samarco e pela Fundação para a concessão do Auxílio Emergencial. A carência de informações também tangencia a questão da água: há controvérsias sobre a qualidade da água atualmente fornecida à população.



BELO ORIENTE/MG

- A gestão municipal é recente;
- No distrito de Cachoeira Escura, houve extremas dificuldades envolvendo o abastecimento de água, e os moradores tiveram que providenciar caminhões-pipa. O distrito é bem grande, e foi muito prejudicado;
- Foram distribuídos cartões de auxílio emergencial, mas as máquinas de Belo Oriente não aceitam. As pessoas precisam ir a Ipatinga, e isso prejudica o comércio local;
- Um morador de Belo Oriente receptor do Auxílio Emergencial morreu no trajeto entre Belo Oriente e Ipatinga para sacar o benefício do Auxílio Emergencial;
- Verificaram com a Fundação Renova a possibilidade de se instalar um caixa 24 horas para atender à população;
- Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura, e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade da água do Rio;
- A Samarco/Fundação Renova fez obras de esgotamento sanitário na cidade e quer transferir a responsabilidade para a Prefeitura, mas ainda é muito cedo para se tomar essa decisão, sendo necessário inclusive verificar se a água é própria para consumo;
- Falta de comunicação sobre os estudos da qualidade da água e sobre as demais ações envolvendo o território, especialmente os critérios de recebimento do Auxílio Emergencial;
- Paralisação da Estrada de Ferro Vitória-Minas por causa dos recebimentos irregulares ou da falta de recebimento do Auxílio Emergencial;

ALPERCATA/MG

- Poucas pessoas sobrevivem da pesca no município;
- Faltam informações sobre os impactos socioassistenciais (número de atingidos etc.);
- Faltam espaços de comunicação e esclarecimentos: no início das ações emergenciais, havia uma equipe da Samarco/Fundação Renova, mas essa equipe não entrou em contato com o CRAS local;

SOBRÁLIA/MG

- Faltam informações sobre quem são os impactados e sobre quem está recebendo o Auxílio Emergencial;
- Sobrália receberá um recurso decorrido do desastre, para uma nova malha de esgotamento sanitário (canalização do esgoto na cidade e melhoria do saneamento básico), por intermédio dos órgãos de Meio Ambiente;
- Os serviços socioassistenciais estão se estruturando agora. No CRAS, ainda não foi realizada nenhuma ação estrutural;
- No distrito de Plautino Soares, há muitas pessoas que buscam a pesca para a subsistência, a complementação alimentar e o lazer;
- Evasão de pessoas para busca de empregos fora de Sobrália;
- Comprometimento do abastecimento de água em Plautino Soares.
- A equipe de Cadastro contactou o CRAS de Sobrália, que respondeu prontamente, mas não teve devolutivas.



Bloco 2 - Impactos para a população

Os problemas envolvendo o abastecimento de água desmantelaram a rotina habitual e a qualidade de vida dos moradores desses municípios, especialmente Belo Oriente, onde o abastecimento ficou comprometido por quase 4 meses. O Auxílio Emergencial concedido pela Samarco às famílias diretamente atingidas tem salvaguardado a sobrevivência material desses indivíduos, mas também tem trazido efeitos inesperados, como o esfacelamento do comércio local, especialmente em Belo Oriente, pois os cartões não são aceitos em todos os estabelecimentos comerciais. A perda dos meios de trabalho e reprodução financeira das famílias também foi uma temática muito abordada pelos participantes, que indicaram não somente o comprometimento da pesca, mas também o desemprego e o enfraquecimento do comércio local como consequências da contaminação da calha do rio Doce.

A disseminação de informações, especialmente em relação ao calendário de indenizações coletivas pelos prejuízos no abastecimento de água, foi uma das ações mencionadas com mais força pelos participantes, que também destacaram a importância de estratégias conjuntas de busca ativa às populações impactadas e a articulação intermunicipal para o diálogo junto à Fundação Renova, dentre outras ações.

FRAGILIZAÇÃO E/OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS	
Impactos	Encaminhamentos
- Desmorte na qualidade de vida de toda a população, e moradores desorientados (Belo Oriente); - Os problemas no abastecimento de água afetaram muito a vida cotidiana dos moradores (Belo Oriente) – abastecimento irregular, água suja durante 4 meses; - Nenhuma indenização pelo abastecimento de água foi recebida em Belo Oriente; - Alterações na rotina da população (Belo Oriente); - Fragilização de vínculos em função do desemprego e recessão; - Alcoolismo;	- Divulgação do calendário de Indenizações pelo abastecimento de água (Fundação Renova); - Diagnóstico de vulnerabilidades pós-rompimento para maior compreensão dos impactos (Poder público local e Fundação Renova); - Estreitamento dos canais de comunicação entre as gestões municipais, o Governo Estadual, Federal e a Fundação Renova - Articulação entre os municípios da calha do Rio Doce, para definição de estratégias conjuntas (Definição de representantes para acompanhamento das reuniões da CTOS) (Poder público local) - Trabalho social junto às famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial, para prepará-las para uma possível suspensão do benefício (Educação Financeira) (Poder público local e Fundação Renova); - Fiscalização e monitoramento das ações da Fundação Renova junto à população



	(recuperação da Bacia do Rio Doce) (Ministério Público e Poder Público); • Ações de recuperação das nascentes (Poder público municipal e Fundação Renova); • Implantação de Equipes volantes de assistência à população rural, para a recuperação de vínculos (Poder Público Municipal, Estadual e Federal e Fundação Renova);
SURGIMENTO/AGRAVAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Violação do direito de acesso à água de qualidade e insegurança alimentar; • Violência financeira contra pessoas idosas; • Violência familiar em função do alcoolismo.	• Trabalho social junto às famílias (Poder Público local e Fundação Renova); • Parceria com outros setores, como Saúde, Educação etc. (Poder público local).
DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO/PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Famílias que perderam animais (porcos, galinhas) estão até hoje aguardando providências (Belo Oriente); • Evasão de pessoas para busca de empregos (Sobralia); • Perda da rotina habitual, principalmente nas zonas rurais (Sobralia); • Fluxo migratório inverso (pessoas retornando para Sobralia, vindas dos EUA, de São Paulo etc.).	• Devolutivas sobre as indenizações às famílias (Fundação Renova);
MOBILIZAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR	
Impactos	Encaminhamentos
• Paralisação da Estrada de Ferro Vitória-Minas por causa do recebimento irregular ou não-recebimento do Auxílio Emergencial (Belo Oriente); • Mobilização para auxílio às cidades vizinhas (doações de água mineral) – Belo Oriente e Sobralia; • Presença do MAB (Mov. De Atingidos por Barragens) em Belo Oriente para realização de algumas reuniões com a população (Belo Oriente);	• Esclarecimentos junto às famílias (Poder público – todos os entes e Fundação Renova); • Articulação entre o MAB e os órgãos da Assistência Social para esclarecer pontos importantes para a população (Poder público local e Movimento Social); • Fortalecimento dos Conselhos e de outros espaços de participação e vocalização dos interesses das comunidades, para maiores cobranças junto à Fundação Renova (Poder público Municipal, Fundação Renova e Ministério Público).



PERDA DE MEIOS DE TRABALHO E VULNERABILIDADE DE RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
• Em Sobrália, a população mais afetada foi a de baixa renda; • Comprometimento da pesca (Sobrália e Belo Oriente); • Empobrecimento do comércio local em função da dificuldade de aceitar os cartões de Auxílio Emergencial (Belo Oriente); • Evasão de pessoas para busca de empregos (Sobrália); • Prejuízos para o setor de serviços em função da má qualidade da água (Belo Oriente); • Novas despesas da população para a compra de água mineral (Alpercata); • Mão de obra qualificada acaba ficando sem opções;	• Trabalho social junto às famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial, para prepará-las para uma possível suspensão do benefício (Educação Financeira e Planejamento) (Poder Público local e Fundação Renova); • Capacitação profissional (Poder Público local e Fundação Renova); • Reflexão sobre a diversificação econômica e sobre as potencialidades econômicas de cada cidade (Poder Público local); • Incentivos às cooperativas e outros arranjos de Economia Solidária nos municípios; • Envolvimento da população local nas obras e ações de mitigação e recuperação dos impactos: (estímulo aos viveiros de mudas em Belo Oriente, para reflorestamento das áreas próximas ao Rio Doce, e investimentos na piscicultura para o repovoamento da fauna); • Absorção da mão de obra local nos empreendimentos da Vale e na Estrada de Ferro Vitória-Minas; • Maiores esclarecimentos sobre a qualidade da água (Fundação Renova).

Bloco 3 - Impactos para a Política de Assistência Social

Nos municípios que integraram o GT03, foram relatados diferentes impactos sofridos no âmbito da Política de Assistência Social, tanto na Proteção Social Básica quanto na Especial. Entre as questões observadas, o aumento da busca por benefícios eventuais, especialmente a Cesta Básica, chama especial atenção.

O inchaço nos serviços da Proteção Social Básica, que já era uma realidade antes do rompimento da barragem de Fundão, se tornou ainda mais intenso com a contaminação da calha do Rio Doce. De acordo com os gestores presentes, o CRAS, por ser porta de entrada de uma série de serviços e benefícios, acaba se dedicando somente a estas ações, sem espaço para que o próprio PAIF seja executado na íntegra. A Proteção Social Especial também tem demandado a atenção dos gestores, que informam que ações do PAEFI têm sido cada vez mais necessárias, o que também acaba demandando o aumento da equipe disponível.

As necessidades de equipe e de gestão foram intensamente abordadas: segundo os profissionais, faltam técnicos qualificados e devidamente



capacitados, estruturas físicas favoráveis ao trabalho, entre outros aspectos. Nos três municípios, também foi citada a necessidade de incrementação do trabalho da Assistência Social a partir da implantação da vigilância socioassistencial.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da busca por benefícios eventuais (Cesta Básica) (Sobralia); • O Piso Mineiro não é suficiente (Sobralia); • Aumento do número de bloqueios de recebimento do Bolsa Família (de Out/2016 para cá), possivelmente por causa do Auxílio Emergencial (Belo Oriente);	• Investigação dos motivos do aumento dos bloqueios no recebimento do Bolsa Família (Poder Público local); • Articulações com as gestões Estadual e Federal do Bolsa Família (Poder Público Estadual e Federal).
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSB	
Impactos	Encaminhamentos
• Aumento da demanda pelos serviços de convivência (demanda espontânea de mulheres que antes pescavam) e do PAIF (Belo Oriente); • As demandas que têm porta de entrada no CRAS acabam “entupindo” a capacidade de atendimento e prejudicando as ações do PAIF; • O motorista do CRAS passou a ter mais uma função: buscar água em minas para fornecer às crianças, mulheres e idosos que frequentam os serviços de convivência (Belo Oriente).	• PAIF está se estruturando recentemente (Belo Oriente e Sobralia) (Poder Público Local, Estadual e Fundação Renova); • Aumento da capacidade de atendimento do PAIF em função do aumento da demanda (Poder Público Local e Fundação Renova); • Criação de equipes volantes (Sobralia – Plautino Soares e Belo Oriente) (Poder Público Local, Estadual e Federal e Fundação Renova); • Busca Ativa para identificação de famílias em situação de vulnerabilidade e encaminhamento ao PAIF (Poder Público local); • Repasse de informações sobre a população impactada para orientação do trabalho de Busca Ativa (Fundação Renova).
ALTERAÇÃO NO ACESSO E/OU AUMENTO NA DEMANDA POR SERVIÇOS DA PSE	
Impactos	Encaminhamentos
• Já havia demandas de Proteção Social Especial em Sobralia (mesmo antes do rompimento), mas o município, por ser de pequeno porte 1, não tem CREAS. Por isso, foram orientados a ter uma equipe de Proteção Especial para garantir o atendimento a essas demandas urgentes e “desafogar” o PAIF; • Já há um CREAS em Belo Oriente, mas em fase de implementação e estruturação (não há equipes volantes no CRAS).	• Proteção Social Especial está sendo implantada pela equipe (Sobralia) (Poder Público local); • Necessidade de mais profissionais para cobrir a Proteção Social Especial (psicólogos, advogados, assistentes sociais etc.) em Sobralia (Poder Público local e estadual).
NECESSIDADES DAS EQUIPES	
Impactos	Encaminhamentos
• Além dos serviços que já eram responsabilidade das equipes, intensificação em função do	• Fortalecimento dos vínculos empregatícios e da segurança dos profissionais da Assistência Social

acompanhamento das famílias (Belo Oriente);	(concursos públicos, inclusão no Plano de Carreira etc.) (Poder Público – todos os entes federados);
- Alta rotatividade de profissionais e vínculos empregatícios frágeis, causando descontinuidade nos serviços; - Ausência de Vigilância Socioassistencial para o monitoramento das demandas socioassistenciais; - Carência de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e veículos) para o pleno atendimento às demandas;	- Participação no Capacita SUAS (Poder Público – todos os entes federados); - Apoio às gestões para a implantação da Vigilância Socioassistencial (Poder Público – todos os entes federados); - Melhoria na infraestrutura (veículos, espaços etc.) (Fundação Renova).
NECESSIDADES DA GESTÃO	
Impactos	Encaminhamentos
- Semelhantes aos impactos nas “Necessidades de Equipe”; - Aumento das demandas pela implementação de planos de Medida Socioeducativa e de outras estratégias envolvendo a política de Assistência Social.	- Estreitamento da comunicação com a Fundação Renova, Governo Estadual e Governo Federal; - Criação e fortalecimento de Conselhos Regionais dos profissionais de Assistência Social, para articulação (Poder Público local – vários municípios); - Fortalecimento dos vínculos empregatícios e da segurança dos profissionais da Assistência Social (concursos públicos, inclusão no Plano de Carreira etc.) (Poder Público – todos os entes federados).

Bloco 4 - Impactos para outras políticas sociais

Assim como nos demais Grupos de Trabalho, os participantes do GT03 destacaram uma série de outras políticas públicas que foram direta ou indiretamente afetadas pela contaminação da calha do Rio Doce. Face às questões de Saúde, Segurança, Trabalho, Meio Ambiente e Educação identificadas, os participantes intensificam o apelo à melhoria nos processos de comunicação estabelecidos entre os entes envolvidos nas ações de mitigação dos impactos. Destacam a necessidade de aprimoramento dos seguintes fluxos: interlocução entre o poder público local e a Fundação Renova sobre o andamento dos programas e sobre o que já foi realizado em cada território; interlocução com o Ministério Público; interlocução com outras áreas da gestão municipal e com outras gestões municipais para definição de estratégias conjuntas; e estreitamento da comunicação com o Governo Estadual (SEDESE) e Federal (MDSA).

MEIO AMBIENTE	
Impactos	Encaminhamentos
- Esgotamento a céu aberto em Cachoeira Escura (Belo Oriente), e necessidade de recuperação de nascentes para diminuição da dependência do Rio Doce e melhoria da qualidade e quantidade de água; - Impactos no abastecimento de água em Belo Oriente; - Fontes de água poluídas em todos os municípios e racionamento de água; - Impactos ambientais de outras indústrias.	- Ações para preservação e recuperação de nascentes (Sobralia) (Poder público, COPASA e Fundação Renova); - Educação Ambiental.
SAÚDE	
Impactos	Encaminhamentos
- Aumento de casos de alergias em Belo Oriente; - Mau cheiro decorrente da mortandade de peixes (Cachoeira Escura – Belo Oriente; Plautino Soares – Sobralia); - A qualidade da água foi muito prejudicada, principalmente em Belo Oriente;	Esclarecimentos sobre os serviços ofertados no Ponto Focal da Samarco/Fundação Renova em Cachoeira Escura (Belo Oriente) (Fundação Renova).
SEGURANÇA	
Impactos	Encaminhamentos
- Aumento da violência (furtos, roubos etc.) e da hostilidade entre as pessoas na época dos caminhões-pipa (Belo Oriente); - Crescimento de ocorrências de assaltos, latrocínios;	- Campanhas preventivas de trabalho com crianças e adolescentes; - Trabalhos sociais, principalmente nos distritos onde há trabalhadores de empresas (A Vale já iniciou um projeto em Cachoeira Escura – Belo Oriente) (Poder Público local e Setor privado).
TRABALHO E RENDA	
Impactos	Encaminhamentos
- A mão-de-obra local não tem oportunidades de emprego; - Evasão de pessoas para busca de empregos;	- Diálogo com empresas locais para priorização da mão-de-obra local (Comunidades, poder público e setor privado); - Capacitação profissional, por meio de cursos profissionalizantes (Poder público e Setor privado).
EDUCAÇÃO E INFÂNCIA	
Impactos	Encaminhamentos
- Crianças ficaram sem escola por causa da interrupção do abastecimento de água (Belo Oriente); - Carência de condições de estrutura para o trabalho do Conselho Tutelar.	Estruturação dos serviços do Conselho Tutelar e de outros órgãos de proteção dessa população (Poder público).



PLENÁRIA FINAL

Após o preenchimento do instrumental da Oficina, os GTs se reuniram novamente no auditório do hotel, para a Plenária Final do evento. Nessa plenária, o objetivo era a apresentação dos instrumentais de cada grupo, e a discussão coletiva dos impactos e ações propostas de encaminhamento. Por conta do atraso do término das reuniões de cada GT, a reflexão coletiva sobre os encaminhamentos e as falas institucionais ficaram comprometidas. Sendo assim, a Plenária Final contou somente com a apresentação dos instrumentais preenchidos por parte dos relatores eleitos em cada um dos grupos.

Ao final da apresentação, Vinícius Mendes Maia, servidor da SEDESE/MG, recitou o poema “Lira itabirana”, do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade. O poema, publicado em 1984 somente no jornal Cometa Itabirano, não foi publicado em nenhum livro do poeta; mas ganhou notoriedade após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, por evocar o rio Doce.

Lira itabirana
Carlos Drummond de Andrade

I
O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

II

Entre estatais
E multinacionais,
Quanto ais!

III

A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?





RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS

Em suas reflexões, os Grupos de Trabalho deste território apresentaram diversos pontos de convergência, sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão. Apesar dos diferentes impactos em cada território, as demandas pela mitigação confluem. Estes pontos merecem atenção, uma vez que simbolizam demandas coletivas das gestões municipais da assistência, que podem oferecer importantes *insights* sobre a superação dessas demandas.

Na Oficina realizada em Governador Valadares, as discussões seguiram em torno de algumas temáticas centrais:

- Com exceção dos municípios maiores, como Governador Valadares, *os municípios representados na Oficina ainda não adotam visões/ações mais estratégicas de enfrentamento*. Alguns municípios permanecem, ainda, com dificuldades de mapeamento e compreensão completa dos impactos socioeconômicos da contaminação da calha do Rio Doce.
- *Abastecimento de água*: a interrupção do fornecimento de água na maioria dos municípios dessa região fez com que muitas comunidades fossem prejudicadas em sua qualidade de vida. Decorridos 16 meses após o evento, as dúvidas em relação à qualidade da água que abastece essas cidades permanecem.
- *Auxílio Emergencial*: Há muitas controvérsias quanto ao recebimento do Auxílio, que passam desde o cadastro emergencial realizado para a contabilização das famílias até os critérios de focalização do benefício. Muitos gestores apontaram o conflito entre o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família, e a insegurança das famílias quanto à continuidade do benefício.
- *Comprometimento do uso do rio para a pesca e o lazer*: Assim como na edição anterior da Oficina, em Ipatinga/MG, os gestores relataram que as comunidades tiveram a pesca para subsistência e complementação alimentar interrompida. Indicam a necessidade de reflexão sobre possível reabsorção econômica e alternativas de lazer para essas comunidades.

Com base nesses pontos de convergência, algumas ações que foram citadas em outras edições da Oficina continuam pertinentes, como:

- *Estreitamento dos canais de diálogo com a Fundação Renova*, para a compreensão dos impactos e das ações envolvendo os territórios; com outras gestões municipais, para a definição de estratégias conjuntas de enfrentamento dos impactos; e com os poderes públicos Estadual e Federal, para o apoio nessas ações.
- *Ampliação das condições de trabalho das equipes socioassistenciais*: fortalecimento dos vínculos empregatícios dos técnicos da Assistência Social, capacitação dos técnicos e gestores, ampliação da infraestrutura disponível





para os procedimentos habituais da Assistência Social (Busca Ativa, visitas periódicas etc.).

- Reflexão conjunta e continuada sobre a *diversificação financeira e a resiliência dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem*, a partir da inclusão socioprodutiva e da dinamização de atividades e vocações econômicas locais e regionais.



ANEXO 4 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – COLATINA/ES

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A programação prevista dividia a oficina em três momentos: plenária inicial (contextualização do Programa de Proteção Social previsto no TTAC), discussão temática em grupos de municípios e plenária final.

Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) Oficinas de Proteção Social aos impactados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG Colatina/ES 18 de abril de 2017 PROGRAMAÇÃO	
OBJETIVOS: - Levantar subsídios para implementação de uma ação coordenada e intersetorial entre o poder público e a Fundação Renova à população impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, a partir da escuta dos municípios. - Qualificar o desenho do Programa de Proteção Social previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a ser implementado pela Fundação Renova.	
HORÁRIO	ATIVIDADE
8h30 às 8h40	Contextualização do Programa de Proteção Social previsto no TTAC Coordenação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CTOS (10 minutos)
8h40 às 9h25	Proteção Social à população impactada - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (20 minutos) - Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) (10 minutos) - Fundação Renova (10 minutos) Apresentação da metodologia de trabalho da oficina - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (05 minutos)
9h40 às 12h00	Trabalhos em grupo - Formação de 3 grupos com a participação de 1 município em cada grupo - Sistematizador (a) da Fundação Renova e mediador (a) do Governo Federal/Governo Estadual - Relator (a) escolhido pelo grupo - Registro em instrumental específico Temas a serem debatidos - Ações em curso e realizadas por cada município para proteção social da população impactada pelo desastre (10 minutos/município) - Impactos para a população - Vulnerabilidades



	Os temas deverão contemplar os impactos e as ações necessárias, com a indicação do responsável (Poder Público ou Fundação Renova)
12h00 às 13h30	Almoço
13h30 às 15h30	Continuidade dos trabalhos em grupo
15h30 às 15h45	Intervalo para lanche
15h45 às 17h25	Relato dos grupos • Cada relator (a) apresentará os resultados das discussões, com base no instrumental preenchido
17h20 às 17h30	Encerramento • Fala final • Avaliação dos participantes

PARTICIPANTES

Durante os dois períodos (manhã e tarde) foram registrados os seguintes presentes:

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Alcione Boldrini Moreira	Prefeitura de Marilândia/ES
Alex Santiago Duarte Silva	Secretaria Municipal de Educação de Colatina/ES
Ana Paula Guimarães	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Andréia Chiesquini	Prefeitura de Colatina/ES
Angela de Fátima Duque Evaristo	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Antônio Maria Claret de Souza Filho	Herkenhoff & Prates
Arthur Batista Ferreira	Prefeitura de Colatina/ES
Carlos Casteglione	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Clarice Imperial	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Claudio Lobenwein Resende	Herkenhoff & Prates
Clovis Rodrigues	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Cristina Menezes Sousa dos Santos	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Corinne Julie Ribeiro Lopes	Matizes
Esdras Mark Wagner	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Fernanda Mota Gonçalves	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Geovane Souza	Prefeitura de Colatina/ES
Glaziane Aparecida Silva	Fundação Renova (Programa de Proteção Social)
Gregório Victor S. Dias	Fundação Renova (Programa de Diálogo Social)
Iracema de Paula de Lima Freitas	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
Isabela Belei	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Espírito Santo (SEDUMA)
Isabela Pereira Quarto	Sanear



PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Jolda Maria Pinheiro	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
José de Barros Neto	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
José Carlos Loss Junior	Prefeitura de Colatina/ES
José Gomes de Souza	Prefeitura de Colatina/ES
Jovander Comeriu	Prefeitura de Marilândia/ES
Juniete Silva dos Santos	Prefeitura de Colatina/ES
Kelly Cavalete	Fundação Renova (Programa de Saúde)
Laila Mineiro Moura	Sanear
Laudistone da Silva	Prefeitura de Colatina/ES
Lea Rocchi Sales	Casa Civil/Presidência da República
Lucilene A. Soares Boskyvisky	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Luiz Paulo Lievore Fabris	Sanear
Maikel Paiva	Prefeitura de Colatina/ES
Marta Zorzal e Silva	Universidade Federal do Espírito Santo
Michelly Eustáquia do Carmo	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
Michelly Vidigal	Prefeitura de Colatina/ES
Nathália França Figuerêdo Porto	Herkenhoff & Prates
Nelma Bravini	Prefeitura de Colatina/ES
Nilcéia Maria Pizza	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Paula Oliveira Lima	Casa Civil/Presidência da República
Ramon Vago	Prefeitura de Colatina/ES
Raquel Lorenjoni Camata	Prefeitura de Marilândia/ES
Rosane Santos Lorencon	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Sérgio Biazzi Júnior	Prefeitura de Colatina/ES
Thaís Cristina Santos	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Valderio Sotele Walger	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Vanda Camata	Prefeitura de Marilândia/ES
Vanilda Soares Pinto	Prefeitura de Baixo Guandu/ES
Vera Lúcia Gonçalves Ferreira	Prefeitura de Baixo Guandu/ES

PLENÁRIA INICIAL

A Plenária Inicial começou por volta de 09h20, devido ao atraso de alguns representantes de municípios convidados para o evento. Seguindo o procedimento das demais Oficinas, as boas-vindas aos participantes foram feitas pela Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS), representada na Oficina por Léa Rocchi e Paula Lima, servidoras da Casa Civil da Presidência da República.

A servidora Paula Lima apresentou brevemente a CTOS, iniciando seu discurso pela justificativa da presença de todos os convidados: as ações socioassistenciais prestadas à população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão e a consequente contaminação da calha do Rio Doce. Sua apresentação forneceu informações gerais sobre o funcionamento e os objetivos da CTOS, e teve foco na governança da Câmara, com destaque para as diferenças entre as Câmaras Técnicas e o Comitê Interfederativo (CIF). Segundo a representante, as Câmaras Técnicas têm a função de discutir tematicamente os impactos e encaminhar possibilidades de ações de mitigação e reparação; enquanto o CIF capitaneia o processo decisório, a partir da deliberação e da pactuação coletiva dos esforços de municípios, estados e da própria União.



Figura 1. Convidados na Plenária Inicial

Ainda, a representante informou que cinco programas da Fundação Renova (entidade criada para desenvolver as ações de mitigação e compensação dos impactos sociais, econômicos e ambientais do rompimento) estão sob a tutela da CTOS (programas de Cadastro de Impactados, Auxílio Emergencial, Indenização, Assistência a Animais e Proteção Social). Este é um desafio para a atuação da própria CTOS, que tem à frente a assistência a diversas áreas, que correspondem a temas diferentes, com complexidades também diferentes. Por

fim, a servidora mostrou aos presentes os artigos do TTAC que englobam o Programa de Proteção Social, destacando que as ações do programa devem ser desenvolvidas em consonância com as políticas públicas correlatas (Assistência Social, Saúde, Educação, Seguridade Social etc.).



Figura 2. Apresentação da CTOS na Plenária Inicial

Na sequência, o secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, Sr. Carlos Roberto Casteglione, cumprimentou a todos os presentes e destacou a presença do Governo do Espírito Santo nas Oficinas no apoio à facilitação, com vistas à aplicação dos encaminhamentos das Câmaras Técnicas nos municípios. De acordo com o secretário, que acompanhou recentes discussões sobre a mitigação dos impactos do rompimento, os desafios que precisam ser enfrentados são intensos, e merecem a atenção sistemática do Estado, razão pela qual o Governo do Espírito Santo participa de todas as Câmaras Técnicas, refletindo sobre os impactos e sobre o TTAC.



Figura 3. Discurso do Secretário da SETADES, Carlos Roberto Casteglione

Nas palavras do secretário, encontros como a Oficina são cada vez mais demandados pelos municípios impactados, que convivem com os efeitos do rompimento há quase 1 ano e meio. Nesse sentido, é importante que os municípios aproveitem o espaço da Oficina para fornecer ao Governo Federal, Estadual e à Fundação Renova os subsídios informacionais necessários para a continuidade das ações. Por fim, o secretário comentou a ampliação do território considerado como atingido no Espírito Santo a partir da revisão do TTAC: a extensão territorial do impacto envolve especialmente as comunidades ribeirinhas da foz do Rio Doce, sendo que municípios como Aracruz terão seu território atingido ampliado.

Em seguida, o prefeito de Baixo Guandu/ES, Neto Barros (PCdoB), teceu breves comentários sobre a reunião, destacando que, até o momento, as discussões sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão têm sido muito rasas. Apesar disso, destaca que, dado o tamanho do impacto sofrido, algumas ações já têm sido consolidadas. Segundo o incumbente, a partir do rompimento da barragem, os moradores do vale do Rio Doce têm refletido mais profundamente sobre o significado do rio na região.



Figura 4. Discurso do prefeito de Baixo Guandu/ES, Neto Barros (PCdoB)

A servidora do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário Iracema Freitas abordou a temática da Proteção Social em sua conexão com a Política Nacional de Assistência Social, destacando que, no início das ações emergenciais de socorro às famílias impactadas pelo rompimento da barragem, a Proteção Social Especial havia sido mais demandada do que a Básica. No momento, as ações têm envolvido ambas, partindo-se do entendimento de que todas as famílias precisam ser devidamente assistidas, independentemente da complexidade do impacto sofrido.

A representante retomou noções essenciais da Assistência Social, como a previsão desta Política por lei no Brasil, e a diferenciação entre Assistência e assistencialismo. Destacou paradigmas orientadores e funções do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como a relação entre os serviços de prevenção, proteção proativa e atenção especializada. Também fez um importante alerta: frequentemente a noção de impacto não é completamente assimilada pelos gestores municipais, que desconsideram questões como os vínculos territoriais e os impactos no mundo do trabalho em suas consequências socioassistenciais. Nesse sentido, fez menção à multiplicidade das possíveis vulnerabilidades relacionais: violação de direitos, violência, conflito, apartação, entre outras.



Figura 5. Apresentação do MDSA na Plenária Inicial

A apresentação do MDSA evidenciou a visão de que o atendimento às famílias impactadas deve envolver a rede (por meio do acesso a direitos e serviços públicos, à Justiça e ao trabalho), as relações (promoção de autonomia, estima, de redes sociais de apoio e relacionamentos comunitários etc.), a cidadania (promoção da consciência da realidade, protagonismo e empoderamento) e o próprio território (promoção do acesso à cultura, convívio e estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades). De acordo com a representante do Ministério, mesmo antes do rompimento da barragem, a implementação das ações do PAIF já era difícil em função do volume de demandas ingressantes na Política via CRAS, e o contexto pós-rompimento agrava esta questão, a que os gestores municipais devem estar atentos. Destacou a importância do trabalho de Busca Ativa, para garantir que todos os que foram impactados recebam a devida atenção e, finalmente, reiterou a necessidade de uma articulação intersetorial consistente no âmbito da Proteção Social.

A subsecretária de Assistência Social da SETADES, Clarice Imperial, discorreu sobre a relação entre o Governo Estadual e os municípios na gestão das ações de mitigação e compensação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão. Segundo ela, a necessidade de estreitar laços com os municípios e com a própria Fundação Renova é real, com vistas a dar mais consistência aos planos de ação decorrentes das deliberações no CIF. A representante destacou que uma das principais preocupações do Governo Estadual a respeito do Programa de Proteção Social tem sido a determinação das funções do poder público – especialmente dos Governos municipais, tendo em vista a necessidade de se deixar um legado socioassistencial às famílias impactadas, que, em sua maioria, já eram vulneráveis antes do evento. Por fim, Clarice pediu a atenção dos representantes municipais para a participação dos municípios impactados do Espírito Santo na CTOS.



A Fundação Renova, representada por Albanita Roberta, líder do Programa de Proteção Social, finalizou a rodada de apresentações da Plenária Inicial. A representante apresentou sua equipe no território e sua trajetória como gestora na Política de Assistência Social. Reiterou o fato de que os desafios do Programa são inúmeros, uma vez que as famílias foram impactadas em níveis variados de complexidade, e ponderou sobre a importância de as ações planejadas serem elaboradas com base nas características dos territórios.

A profissional pontuou a diferença entre a Fundação Renova e a Samarco: a Fundação foi criada para dar cabo das reparações necessárias em função do rompimento. Segundo ela, as Oficinas de Proteção Social realizadas são fundamentais, uma vez que no documento do TTAC o Programa é apresentado de forma muito genérica. Partindo da ideia de que a Proteção Social deve envolver a Assistência e áreas correlatas, como a Saúde, Albanita informou que será realizado um estudo epidemiológico nos próximos meses ao longo de toda a área ambiental comprometida pelo evento, para a compreensão dos impactos do rompimento na política de Saúde. Em relação a isso, destacou que compreender e dimensionar os impactos é o primeiro passo para se planejar e executar intervenções qualificadas. A representante recomendou a leitura do TTAC por todos os gestores municipais, destacando a relação entre a Proteção Social e os demais programas com origem no documento.

Em resposta ao questionamento feito por um convidado, Léa Rocchi, servidora da Casa Civil e membro da CTOS, informou que a prestação de contas por parte da Fundação Renova e dos próprios Governos Estadual e Federal é fundamental, ainda mais em se tratando de mais de um ano decorrente do rompimento. Contudo, a Oficina tem o objetivo de coletar insumos que subsidiarão Planos de Ação a serem adotados pela Fundação e pelos próprios municípios no enfrentamento aos desafios socioassistenciais decorrentes do evento. Sendo assim, a meta central da Oficina não é a prestação de contas, e sim o registro de contribuições informacionais.

Caminhando para o encerramento da Plenária Inicial, Michelly Carmo, servidora do MDSA, apresentou aos convidados a metodologia do trabalho em grupo, essencial para a potencialização da escuta aos municípios e a compreensão territorializada dos impactos. Descreveu rapidamente as funções da coordenação, co-coordenação e sistematização dos Grupos de Trabalho, e ressaltou que os próprios GTs devem eleger relatores, responsáveis por socializar a discussão de cada grupo em Plenária. Por fim, a servidora pediu que todos preenchessem a avaliação final da oficina, com o objetivo de aprimorar a metodologia de trabalho em oficinas posteriores com os municípios.





Foram montados três Grupos de Trabalho, correspondentes a cada um dos municípios presentes. A divisão usada foi a seguinte:

	GT01	GT02	GT03
<i>Municípios</i>	Colatina/ES	Baixo Guandu/ES	Marilândia/ES
<i>Facilitação</i>	Nilcéia Pizza (SETADES) e Paula Lima (CTOS)	Rosane Lorencon (SETADES) e Iracema Freitas (MDSA)	Fernanda Mota (SETADES) e Michelly Carmo (MDSA)
<i>Sistematização</i>	Antônio Claret	Nathália Porto	Claudio Resende
<i>Relatoria</i>	Michelly Vidigal	Thaís Santos	Michelly Carmo ⁵

⁵ A relatoria dos resultados do grupo foi feita por uma das facilitadoras, pois os representantes do município não puderam ficar até o final da Oficina, em função de compromissos no próprio município.



GRUPOS DE TRABALHO

Os GTs foram conduzidos pelos representantes dos Governos Estadual e Federal presentes, a partir de uma nova versão do instrumental empregado nas Oficinas anteriores. Esta versão explora as percepções dos gestores sobre pontos como os impactos do rompimento para a população, para os serviços socioassistenciais e para outras políticas; e também registra as ações necessárias para mitigar esses impactos e os responsáveis por cada ação. Os municípios receberam os instrumentais com alguns dias de antecedência, possibilitando que seus gestores preenchessem previamente algumas questões, o que agilizou a discussão.

Grupo de Trabalho 01

Número de participantes	13
Município	Colatina/ES
Facilitação	Nilcéia Pizza (SETADES) Paula Lima (Casa Civil/PR)
Sistematização	Antônio Claret (H&P)
Relatoria	Michelly Vidigal



Figura 6. Reunião do GT01



Bloco 1 – Impactos e Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

O Bloco 1 – “Impactos e Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem” foi importado de versões anteriores do instrumental, a pedido das facilitadoras do evento, por possibilitar a exploração introdutória dos impactos, funcionando como um “aquecimento” para a discussão em si. Assim como ocorreu nas edições anteriores da Oficina, no GT01 o Bloco 1 registrou não somente as ações em andamento e já desenvolvidas, mas também os próprios impactos sofridos pelo território.

Os gestores públicos de Colatina indicaram uma série de impactos significativos, dentre os quais se destaca o acesso e o abastecimento de água na cidade que ficou comprometido pelo rompimento, pois a captação usava água do Rio Doce. Além da segurança hídrica dos moradores, os gestores citaram questões que também figuraram em outras Oficinas, como os ruídos de comunicação entre os atores envolvidos e os critérios de recebimento do Auxílio Emergencial. Também chama a atenção o fato de que, segundo os relatos, nos momentos emergenciais, o poder público (em todos os seus níveis), sobretudo o Executivo, foi pouco atuante: faltaram posturas mais ativas, agravadas pela intensificação da demanda por serviços públicos como os de Saúde.

O GT01 contou com a participação de um representante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), que ofereceu contrapontos à discussão. Segundo ele, tanto o TTAC quanto as próprias ações da Fundação Renova são ilegítimos, uma vez que os processos que conduziram ao ajustamento de conduta foram seguidos à revelia da população impactada.

COLATINA/ES
Impactos e Ações em curso e já realizadas
• Preocupação da população em sanar suas necessidades básicas, sendo a principal demanda, ainda hoje, o acesso à água de qualidade; • Crescimento no caso de doenças, principalmente doenças de pele; • A Secretaria de Assistência, à época, não realizou o trabalho de escuta e registro das demandas para atender as urgências e, inclusive, contabilizar os prejuízos e “apresentar a conta” à Samarco; • Os movimentos sociais foram ativos e se mobilizaram, mas o poder público foi negligente e não soube dialogar e se posicionar frente às demandas; • Houve crescimento da demanda pelos serviços e benefícios da Assistência Social, mas a maior parte dessa demanda pode ter ficado adormecida/abafada pela falta de capacidade da Assistência em ouvi-las, sistematiza-las, acompanha-las e atendê-las; • Realização de reuniões e fóruns para levantamento de demandas da população;



- Levantamento de [nascentes impactadas](#) e iniciativa de recuperação (especialmente em Colatina e Governador Valadares, municípios onde a água é captada diretamente do Rio Doce);
- Aplicação de *tanfloc* para tratamento da água (em substituição do sulfato de alumínio). Essa ação comprometeu as instalações de tratamento d'água, pois os equipamentos não eram próprios para a filtragem das substâncias novas. Ainda hoje, há dúvidas sobre a qualidade da água, embora os laudos disponíveis atestem a qualidade;
- A população buscou, por conta própria, a [captação d'água em outras fontes](#), sem que houvesse a devida análise da qualidade;
- Impacto para a [zona costeira](#). Nota-se a incoerência da proibição da atividade pesqueira na foz, mas não no curso do rio;
- Houve grande [transtorno na distribuição d'água](#) durante os primeiros momentos da tragédia com falta de coordenação da entrega pelos caminhões;
- O processo de elaboração e assinatura do acordo realizado ([TTAC](#)) [viola o direito da população em ser ouvida e participar do processo](#). Decorre desse vício de origem a criação de uma série de instâncias e instituições que não consideram a participação da população:
 - Criação da Fundação Renova
 - Criação do CIF
 - Criação dos Programas de compensação
- O trabalho é [ilegítimo](#), pois os protagonistas das ações compensatórias são nomeados pela própria empresa responsável pela tragédia;
- A [comunicação](#) para a participação dessa reunião foi falha, pois o convite chegou apenas na semana passada (semana de feriado);
- Há dúvidas sobre a [legitimidade dos processos](#) de tomada de decisão para mitigação dos impactos da tragédia;
- O problema da água é constante, pois acontece tanto no período de seca, quanto no período de cheias (dada a contaminação da água do Rio);
- Aumento das [despesas familiares com água mineral](#) devido a desconfiança com relação à qualidade da água;
- [Impacto econômico](#). Pelo menos duas grandes empresas (cervejaria e laboratório) deixaram de se instalar na cidade de Colatina devido a qualidade precária da água;
- Ausência de uma discussão municipal ampliada e intersetorial (criação de comissão intergestora) sobre os impactos da tragédia e as ações possíveis e necessárias;
- A [compensação financeira](#) chega sem a devida orientação/qualificação para as famílias. A consequência futura pode ser a desorientação e desorganização financeira e profissional dessas pessoas;
- A empresa pública local de captação e distribuição d'água teve que realizar novos investimentos em decorrência da contaminação da água do Rio Doce e não foi possível negociar com a Samarco/Renova em termos adequados. Ainda hoje existe grande incerteza sobre os direitos da empresa e da população com relação ao financiamento/ressarcimento e ao apoio necessário para o tratamento d'água em Colatina;
- A defesa civil calcula que cerca de 300 mil pessoas tenham sido afetadas direta e indiretamente pela tragédia. O cálculo considera a população de Colatina e também as populações vizinhas que frequentam e utilizam os serviços do município;
- Em Linhares, há relato de comunidades com [crescimento populacional exponencial](#) devido, em parte, à oferta das compensações regulares (mensais) pela Samarco;
- Criação de uma [sala de situação e linha do tempo](#), em parceria com o Projeto Tamar, para o registro da memória da tragédia e das ações posteriores. A sala já está em fase de execução em Regência e será criada também em Colatina;

- Há denúncias sobre pessoas cadastradas para receber a compensação da Samarco, porém que vivem fora da comunidade, algumas até mesmo no exterior.

Bloco 2 - Impactos para a população

Como esperado, os gestores de Colatina relataram que os impactos sofridos pelo rompimento da barragem de Fundão foram multidimensionais, envolvendo uma miríade de áreas e aspectos que merecem a devida atenção. A contaminação da calha do Rio Doce gerou, em um primeiro momento, um impacto ambiental que reverberou em inúmeros outros aspectos, com destaque para as questões sociais e econômicas, uma vez que a vida econômica e cultural da cidade tem o rio como referência maior. Os gestores indicam que toda a população do município foi impactada pela contaminação, em virtude do comprometimento do abastecimento de água.

As estratégias apontadas como ações necessárias também são múltiplas, variando desde ações diagnósticas (especialmente envolvendo a qualidade da água que abastece Colatina), preventivas e de diálogo com atores estratégicos.

IMPACTOS SOFRIDOS NO MUNICÍPIO	
Impactos	Encaminhamentos
Ambientais: • Contaminação da água, do leito e das margens; • Danos a biodiversidade ainda desconhecidos; • Poluição do Rio Doce que, até então, era a única forma de captação; • Degradação da qualidade do solo; • Aumento da intensidade dos processos erosivos; • Alteração dos ciclos do Rio; • Comprometimento do microclima da cidade (ficou mais seco); Sociais: • Suspensão do abastecimento d'água gerando insegurança; • Danos a população pela insegurança da qualidade da água para seus usos, como agricultura; • Pescadores deixaram de ter a pescaria como fonte de renda; • Transtornos relacionados a distribuição de água mineral;	• Criação de Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (Poder Público Local); • Criação de um Comitê para o estabelecimento do diálogo entre a Comissão Municipal de Impacto e Acompanhamento (poder público municipal) e a Comissão Municipal dos Atingidos de Colatina (sociedade civil – 1ª reunião em 8 de abril de 2017) (Poder Público Local e sociedade civil); • Definição de competências (Fundação Renova e poderes públicos nas três esferas); • Criação de campanhas para a orientação sobre o uso da água e sobre os próximos passos nas ações de recuperação do Rio e mitigação dos impactos (Fundação Renova e Poder Público Local); • Realização de diagnóstico municipal dos impactos e impactados (Poder Público Local e Fundação Renova); • Acompanhamento psicossocial dos impactados (Fundação Renova); • Investimento em tratamento de esgoto (Fundação Renova);



• Migração e fragilização dos vínculos familiares; • Alcoolismo. Lazer • Prejuízos ao lazer e à pesca esportiva; Imateriais • Prejuízos à imagem do Sanear (Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento); Econômicos • Interrupção do abastecimento da água tratada com prejuízos para a Prefeitura e Sanear que tiveram as receitas drasticamente afetadas e realizou várias despesas extraordinárias; • Para as empresas que fornecem alimentos, houve perda de clientes e despesas extras na busca por outras fontes; • Interrupção da atividade pesqueira; • Interrupção da agroindústria por conta da irrigação e dessedentação animal; • Indústrias deixaram de se instalar na cidade; • Sobrecarga de trabalho dos servidores públicos (horas extras de trabalho); • Queda na renda dos agricultores; • Morte de animais e destruição de lavouras; • Perda e paralisação da atividade industrial; • Impacto para a indústria do turismo e serviços (ex. restaurantes, hotéis); • Ampliação no consumo d'água. Culturais • Perda da memória do trabalhador (trabalho da pesca); • Mudança de hábitos alimentares; Saúde • Aumento na incidência de casos de depressão, síndrome do pânico, Burnout, hipertensão arterial, diabetes,	• Investimento em recuperação de nascentes (Fundação Renova); • Modernização das ETEs e ETAs (Fundação Renova); • Apoio a indústrias para implantação de sistemas de captação de água de chuva e reuso; • Apoio ao município para desenvolvimento de polos industriais.
--	--



urticárias, gastrites e doenças cerebrovasculares.	
QUANTIDADE DE PESSOAS ATINGIDAS DIRETA E INDIRETAMENTE	
• Cerca de 300 mil pessoas impactadas na região; • Cerca de 100 mil pessoas impactadas no município;	
REGIÕES IMPACTADAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PRESENTES	
• Zona urbana de Colatina; • Distrito de Baunilha; • Distrito de Itapina; • Propriedades rurais situadas nas margens do Rio Doce; • Comunidades de pescadores de Maria Ortiz (Baunilha); • Proximidades da Lagoa do Limão;	
Equipamentos Públicos	
• Sistema de Abastecimento de Água; • Estádio Público Municipal; • Unidade Básica de Saúde do distrito de Baunilha.	

Bloco 3 - Vulnerabilidades e serviços socioassistenciais

As vulnerabilidades identificadas e agravadas pelo rompimento da barragem de Fundão não foram diferentes das já observadas em outras rodadas da Oficina; os gestores de Colatina citaram observações como problemas de saúde mental, alcoolismo, fragilização de vínculos e vulnerabilidades de sobrevivência. Dentre as violações de direitos citadas pelo GT01, destaca-se a falta de participação popular na discussão sobre os processos de mitigação dos impactos, o que configuraria uma violação do direito ao acesso à informação.

Os gestores participantes também relataram o aumento na demanda pelos serviços públicos de Saúde, acompanhado da redução da arrecadação municipal, desencadeada pela recessão econômica e pela perda de meios de renda. Apesar disso, o único monitoramento atualmente realizado pela gestão municipal é o da qualidade da água. Dentre as ações que devem ser desenvolvidas e potencializadas para a mitigação dos impactos na cidade, foi citada a potencialização dos serviços de estruturas já existentes para o fortalecimento de vínculos e a geração de renda; bem como ações de regularização do abastecimento e qualidade de água, com vistas a garantir a segurança hídrica da população.

Também foram mencionadas ações de estreitamento da comunicação entre todos os atores envolvidos: gestores municipais, poder público Estadual e Federal, Fundação Renova, pesquisadores e a população atingida.

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES
Vulnerabilidades
• Migração; • Depressão; • Alcoolismo; • Pescadores e agricultores afetados com consequências para a fragilização dos vínculos familiares.
FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS
Vulnerabilidades
• Prejuízo à sensação de pertencimento ao território; • Conflitos sociais decorrentes da falta de planejamento e organização na distribuição da água;
VIOLAÇÕES DE DIREITOS
Vulnerabilidades
• Direito à água potável e de qualidade; • Uso do Rio para pesca e agricultura; • Pesca e dessedentação animal; • Perda de credibilidade com relação ao uso da água; • Assinatura do termo sem participação popular; • Saneamento (falta de abastecimento d'água).
VULNERABILIDADE DE RENDA
Vulnerabilidades
• Desemprego; • Queda de arrecadação; • Pescadores, agricultores (agricultura familiar e comercial), população de baixa renda que, devido à falta de credibilidade com relação ao abastecimento, deixaram de utilizar a água do Rio e/ou passaram a comprar a água.
OUTRAS
Vulnerabilidades
• Lazer: prejuízo com relação ao campeonato de pesca local e prejuízo no uso do rio para atividades recreativas; • Saúde Mental; • Variação da turbidez da água do Rio em períodos de cheia.
AÇÕES NECESSÁRIAS E RESPONSÁVEIS
• Geração de alternativas de emprego e renda (ex. tanque de piscicultura e hidroponia) (Poder Público Local e Fundação Renova); • Incentivo à Economia Solidária (Poder Público Local e Fundação Renova); • Melhoria no sistema de tratamento de água (Fundação Renova).
INTERVENÇÕES EM PAUTA E RESPONSÁVEIS
• Indenização e reforma das ETAs (Fundação Renova); • Cadastro das famílias impactadas (Fundação Renova); • Implementação de sistemas de captação alternativa de água (Fundação Renova); • Reforma do Estádio Municipal (Fundação Renova); • Abastecimento com caminhão pipa nas comunidades ribeirinhas – finalizada (Fundação Renova)

- Início do processo de recuperação das 100 nascentes do Rio Pancas e 150 nascentes do Rio Pancas (Fundação Renova);
- Apoio ao campus IFES Itapina para o projeto de **captura de peixes** (Fundação Renova).

INTERVENÇÕES QUE PODEM SER POTENCIALIZADAS

- Atendimento **psicossocial** sistemático (Fundação Renova e Poder Público Local);
- Modernização do sistema de **abastecimento** (Fundação Renova);
- Ações **para proteção do Rio Doce** (Fundação Renova e Poder Público Local);
- Recuperação e revitalização das bacias do Rio Pancas e do Rio Santa Maria (Fundação Renova);
- Implementação dos projetos de **criação de peixes em cativeiro** para as comunidades ribeirinhas (Fundação Renova);

DEMANDA NOS SERVIÇOS A PARTIR DO EVENTO

Impactos	Ações necessárias
• Ampliação de 172% nos casos de diarreia e aumento expressivo na notificação de outras doenças (decorrência, entre outros, do uso de fontes alternativas de água que estavam contaminadas); • Impacto no setor de atendimento do Sanear (reclamações); • Realização de plantões aos fins de semana e extensão da carga horária de trabalho dos funcionários do Sanear. • Ampliação de atendimentos do setor jurídico (Sanear); • Uso do tanfloc para o tratamento d'água com impactos para os sistemas de filtros e tratamento d'água do Sanear; • Redução na arrecadação municipal e ampliação das atividades econômicas informais.	• Capacitação dos agentes públicos municipais (Poder Público Estadual); • Plano de fomento às atividades econômicas realizado com o apoio de assessoria técnica (Poder Público Estadual); • Melhoria das Estações de Tratamento de Água e Esgoto (Fundação Renova); • Treinamento específico em situações de calamidade oferecido a todas as equipes do poder público local (Poder Público Estadual).

MONITORAMENTO POR PARTE DO MUNICÍPIO

- Monitoramento da **qualidade da água** (Sanear realiza com financiamento da Fundação Renova);
- Acompanhamento das áreas em situação de **crise hídrica** (Defesa Civil);
- Atuação da **ouvidoria** do Sanear (organização e distribuição de demandas).

RESPOSTAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS COM A POPULAÇÃO

- Ações do MP (interrupção do abastecimento e ações de reforma nas ETAs);
- Reuniões com a população e outros órgãos (Sanear);
- Canal de **comunicação direta com o CIF**;
- Realização de **audiências públicas**;
- Ampliação do atendimento da Ouvidoria do Sanear;
- Realização dos **Fóruns dos Prefeitos da Calha do Doce**;
- Criação de canais de comunicação por telefone (0800) e e-mail (Fundação Renova).



Grupo de Trabalho 02

Número de participantes	10
Município	Baixo Guandu/ES
Facilitação	Rosane Lorencon (SETADES) Iracema Freitas (MDSA)
Sistematização	Nathália Porto
Relatoria	Thaís Santos



Figura 7. Reunião do GT02

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

Em Baixo Guandu, município que compôs o GT02, as ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento são, em alguns aspectos, diferentes das observadas em Colatina e em outros municípios impactados. É importante ressaltar que, no momento emergencial pós-rompimento, o município adotou uma postura aguerrida de enfrentamento aos impactos e questionamento das razões do rompimento⁶. Reiterando esta postura, o prefeito do município, Neto Barros (PCdoB) acompanhou a Plenária

⁶ Vide: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/prefeito-de-baixo-guandu-diz-que-vai-bloquear-estrada-de-ferro-da-vale.html>



Inicial, destacando que as ações de reparação dos impactos ainda têm sido tímidas, e que o momento exige planejamento e execução mais arrojados.

As ações realizadas no município até o momento, no entanto, também têm tido dificuldades. No momento emergencial, providenciou-se captação alternativa de água no Rio Guandu e distribuição de caixas d'água às famílias impactadas, com intensa participação da Defesa Civil. Esta instituição também conduziu um cadastramento prévio de impactados no município, e repassou as informações à Samarco, na época. Do ponto de vista socioassistencial, pouco tem sido feito, em função de limitações de equipe e de recursos disponíveis.

BAIXO GUANDU/ES
Ações em curso e já realizadas
• Logo no início, foi montada uma Força-Tarefa; • Captação alternativa de água feita pelo próprio município; • Doação de caixas d'água para as famílias dos bairros Mascarenhas e Rosário (I e II), para estoque de água (parte das caixas era da Prefeitura e parte de doações anônimas); • A Samarco fornece os caminhões que abastecem Mascarenhas (município de Baixo Guandu onde há a vila de pescadores) e produtores que moram à beira do Rio, a partir de um levantamento feito pela Defesa Civil dos impactos para a agropecuária na região; • Cadastro emergencial feito pela própria Defesa Civil; • Famílias recebendo cartões de Auxílio Emergencial (a cargo da Samarco) – não se sabe exatamente quantas famílias são beneficiárias; • Outras ações socioassistenciais não foram feitas porque o município não possui equipe suficiente para a Busca Ativa e para outros procedimentos de acompanhamento sistemático; • Necessidade de trabalho preventivo.

Bloco 2 - Impactos para a população

Em Baixo Guandu, assim como em outros municípios, os impactos foram múltiplos, sendo que houve um encadeamento entre efeitos diretos e indiretos do rompimento da barragem. Esta tendência exige, na visão dos gestores, que os impactos sejam melhor investigados em todos os seus meandros. O comprometimento do abastecimento de água é, sem dúvida, o fator mais lembrado pelos gestores, que apontaram problemas na pecuária e na agricultura da região, que utilizava a água do rio como fonte. Cerca de 2.000 famílias foram diretamente impactadas no município, cujas áreas mais afetadas foram os bairros de Mascarenhas, Mauá, Sapucaia e Boa Vista, lindeiros ao rio.

As ações necessárias à correção dos impactos citadas envolveram basicamente a estruturação dos serviços públicos destinados às comunidades afetadas. Do ponto de vista socioassistencial, foi mencionada a necessidade de ampliação da estrutura e das equipes, de modo a colocar em prática ações preventivas e de



diagnóstico. Também foi apontada a urgência na regularização do abastecimento de água, a partir da construção de estações de tratamento e transmissão de água. Os gestores destacaram que as ações necessárias precisam ser estruturadas a partir de um raciocínio a médio e longo prazo, de forma que sejam capazes de propor soluções duradouras para o município.

IMPACTOS SOFRIDOS NO MUNICÍPIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Encadeamento de impactos – alcance direto e indireto dos efeitos do rompimento; • Perda de meios de sobrevivência (pesca, areia e argila); • Fechamento dos comércios correlatos à pesca; • Comprometimento da economia solidária (produção cooperativa de argila); • Comprometimento da compra e do consumo de pescado (falta de confiança sobre a procedência do pescado); • Impactos ambientais: comprometimento de fauna (peixes e pássaros), solo, vegetação, paisagem e aumento de poeira; • Possíveis impactos para a pecuária nas fazendas da região (Fazenda Fontenelle); • Comprometimento da agricultura (interrupção da irrigação pela água do rio); • Fragilização do comércio local; • Árvores da região têm morrido e a qualidade das verduras não é a mesma; • Pertencimento ao território: a população sente saudades da antiga paisagem do rio; • Rompimento de vínculos familiares e comunitários: o Auxílio Emergencial (e os critérios de recebimento) gerou conflitos nas próprias comunidades; • Atração de novos moradores pela oportunidade de recebimento do Auxílio Emergencial; • Aumento da ociosidade e do desemprego, devido à perda brusca das atividades profissionais; • Aumento da vulnerabilidade social; • Aumento do uso de psicoativos; • Depressão, ansiedade e outros problemas de saúde mental;	• Ações preventivas de Proteção Social Básica (acompanhamento de famílias impactadas); • Oficinas de arte, cultura e esporte envolvendo as famílias impactadas; • Ampliação das equipes de atendimento e acompanhamento das famílias (Fundação Renova); • Melhoria na infraestrutura disponível (veículos, equipamentos etc.) para o trabalho das equipes (Busca Ativa e visitas domiciliares) (Fundação Renova); • Implantação de um CRAS para o atendimento às famílias de Mascarenhas; • Construção da adutora de água de Baixo Guandu para transporte para Mascarenhas (Fundação Renova); • Ampliação da ETA de Mascarenhas e tratamento de esgoto no rio Guandu nas imediações da captação de água (Fundação Renova); • Locação de ônibus para o deslocamento para atividades culturais (Fundação Renova). • Reconstrução de áreas de lazer e convivência que foram destruídas (areal, campinho e outras estruturas) (Fundação Renova).

• Aumento do acometimento por doenças de pele e alergias; • Sensação de insegurança da população quanto à contaminação da água e do solo por metais pesados.	
QUANTIDADE DE PESSOAS ATINGIDAS DIRETA E INDIRETAMENTE	
Impactos	Encaminhamentos
• Diretamente, foram afetadas aproximadamente 2.000 famílias; indiretamente toda a população de Baixo Guandu (aproximadamente 32.000 habitantes); • Porém, não se sabe exatamente quantas pessoas são beneficiadas pelo Auxílio Emergencial.	• Ampliação da integração e disseminação das informações entre o Poder Público e a Fundação Renova, para municar a gestão municipal no monitoramento das famílias.
REGIÕES IMPACTADAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PRESENTES	
Impactos	Encaminhamentos
• Regiões mais impactadas: Mascarenhas, Mauá, Sapucaia e Boa Vista (Bairros por onde o rio passa); • Em Mascarenhas, há uma creche, uma escola de Ensino Fundamental e uma UBS; em Sapucaia, há um CRAS, duas escolas estaduais e uma UBS; em Mauá, há uma escola de Ensino Fundamental e uma creche.	• As ações precisam ser estruturadas pensando em uma atuação a médio e longo prazo, pensando propositivamente; • Implantação do CRAS em Mascarenhas (Poder Público com financiamento da Fundação Renova); • Financiamento da ampliação das equipes para o aprimoramento dos serviços socioassistenciais (Poder Público com financiamento da Fundação Renova); • Melhoria na infraestrutura das equipes para Busca Ativa e outros procedimentos de acompanhamento sistemático (Poder Público com financiamento da Fundação Renova); • Deslocamento dos usuários vindos de outros bairros da cidade (Fundação Renova).

Bloco 3 - Vulnerabilidades e serviços socioassistenciais

Todas as vulnerabilidades e fragilizações listadas no instrumental original foram observadas em Baixo Guandu em decorrência do rompimento da barragem, com destaque para a fragilização de vínculos comunitários e as vulnerabilidades de renda e sobrevivência. Segundo os gestores presentes, o município já sofreu, em um passado recente, impactos decorrentes de um grande empreendimento (há cerca de 15 anos, foi construída a UHE Eliezer Batista, do Grupo Aliança, em Aimorés/MG, cidade vizinha a Baixo Guandu).



Do ponto de vista socioassistencial, as vulnerabilidades identificadas pelos gestores têm sido atendidas à medida que são direcionadas aos CRAS, uma vez que as limitações de recursos comprometem a abordagem ativa às famílias impactadas. O aumento na demanda pelo Bolsa Família e outros benefícios pode fazer com que esse inchaço se intensifique.

Os gestores relatam o desencontro frequente de informações, principalmente em relação à qualidade da água que chega a Baixo Guandu. As devolutivas precisam ser urgentemente repassadas à população, e as informações precisam ser disseminadas de forma estratégica e mais integrada. Além do aprimoramento da comunicação em si, os presentes também identificam a necessidade de propor ações que potencializem o desenvolvimento econômico da região, como a identificação das vocações locais (envolvendo inclusive as habilidades da população), o incentivo aos pequenos empreendimentos e a Educação Financeira.

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES
Vulnerabilidades
• Rompimento de vínculos familiares em função de separações; • Evasão de pais para busca de empregos; • Abandono parental; • Alcoolismo.
FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS
Vulnerabilidades
• Fragilização de vínculos em decorrência da situação-limite envolvendo o abastecimento de água; • Fragilização de vínculos em decorrência do Auxílio Emergencial; • Dificuldade de fixação no território: instabilidade financeira torna mais frequentes os despejos de famílias; • Famílias não interagem mais nos momentos de lazer às margens do rio.
VIOLAÇÕES DE DIREITOS
Vulnerabilidades
• Violência doméstica, intensificada pela ociosidade.
VULNERABILIDADE DE RENDA
Vulnerabilidades
• Aumento da ociosidade e do desemprego; • Comprometimento da renda da pesca, da produção de areia e da argila; • Aumento da condição de miséria e privação; • Insegurança em relação à continuidade do Auxílio Emergencial; • Problemas envolvendo a focalização do Auxílio Emergencial.
AÇÕES NECESSÁRIAS E RESPONSÁVEIS
• Diagnóstico de vocações econômicas locais (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova);



- Oficinas de **escuta aos trabalhadores** para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova);
- Incentivo às iniciativas individuais e pequenos empreendimentos (Poder Público e Fundação Renova);
- Ações de **desenvolvimento econômico local de forma sustentável** e potencialização de alternativas de trabalho (Poder Público e Fundação Renova);
- Ações de **empoderamento e planejamento econômico familiar** (Educação Financeira) a longo prazo, para um possível cenário de suspensão do Auxílio Emergencial (Fundação Renova);
- **Capacitação profissional** (por meio de oficinas e cursos de formação, não somente profissionalizantes) dos trabalhadores que perderam suas fontes de renda (a partir de Centros de Capacitação Permanente) (Fundação Renova);
- **Parceria intersetorial** com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova);

INTERVENÇÕES EM PAUTA E RESPONSÁVEIS

- Todas as famílias que demandam atendimento no CRAS são atendidas, mas a capacidade de abordagem ativa às famílias impactadas, a partir de procedimentos mais sistemáticos, é **limitada** (a equipe é pequena e os recursos são poucos).

INTERVENÇÕES QUE PODEM SER POTENCIALIZADAS

- Oferta de **cursos profissionalizantes e de capacitação** para os trabalhadores que perderam suas fontes de renda – Fundação Renova;
- Incubação de **empreendimentos solidários** (cooperativas e associações) (Fundação Renova);
- Promoção de **eventos artísticos e culturais** para a comunidade – Fundação Renova;
- Diagnóstico de **vocações econômicas locais** (com destaque para a economia solidária) (Poder Público e Fundação Renova);
- Oficinas de **escuta aos trabalhadores** para a sensibilização, mudança de mentalidade e definição de estratégias (Poder Público e Fundação Renova);
- Ações de empoderamento e **planejamento econômico familiar** (Educação Financeira) a longo prazo, para um possível cenário de suspensão do Auxílio Emergencial (Fundação Renova);
- Parceria **intersetorial** com outros atores (outros entes públicos, sistema S etc.) (Poder Público e Fundação Renova).

DEMANDA NOS SERVIÇOS A PARTIR DO EVENTO

Impactos	Ações necessárias
• Aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais, especialmente via CRAS; • Possível desconhecimento dos impactos sofridos por famílias que não acessaram os serviços da Proteção Social, e que não foram abordadas pela Busca Ativa; • Aumento considerável da busca pelo Bolsa Família; • Na Saúde, os impactos foram principalmente mentais (ansiedade,	• Reforço às ações e procedimentos da Proteção Social Básica, com vistas a prevenir a intensificação dessas vulnerabilidades latentes (Poder Público e Fundação Renova). • Busca Ativa para compreensão da vulnerabilidade das famílias impactadas (Poder Público); • Ampliação das equipes de atendimento e acompanhamento das famílias (Fundação Renova);

depressão, consumo de álcool e drogadição), mas também houve problemas digestivos (surto de diarreia) e dermatológicos (alergias).	Melhoria na infraestrutura disponível (veículos, equipamentos etc.) para o trabalho das equipes (Busca Ativa e visitas domiciliares) (Fundação Renova).
MONITORAMENTO POR PARTE DO MUNICÍPIO	
- Monitoramento da qualidade da água do Rio Guandu feito pelo SAAE, porque o Rio Guandu tem sido a fonte de abastecimento da cidade; - Segundo a Fundação Renova, há um monitoramento mensal da qualidade da água do Rio Doce, pela empresa CTA (a gestão municipal desconhece esse monitoramento); - Na Assistência Social, não tem sido realizado o monitoramento direto, pela falta de equipe suficiente; - Na Saúde, há acompanhamento das notificações de casos, mas não é um monitoramento direcionado aos impactos do rompimento.	
RESPOSTAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS COM A POPULAÇÃO	
- Convênio entre o município e a Defensoria Pública da União, para atendimento aos atingidos (instalação de um ponto focal da DPU, com Defensores se revezando e um Assistente Social da gestão municipal); - O município solicitou à Samarco a listagem de beneficiários do Auxílio Emergencial, mas ainda não recebeu; Desencontro de informações, que acabam sendo disseminadas para a população, e geram incertezas generalizadas; - Falta de informações (diagnósticas e continuadas) sobre os impactos sofridos, sobre o Auxílio Emergencial e outras ações, por parte da Fundação Renova e do Governo Federal; - Necessidade de oficializar as devolutivas dos monitoramentos sobre a água, dados e ações para a população; - Necessidade de maior integração de informações e estratégias entre os diferentes entes e a Fundação Renova; - Necessidade de ampliação da comunicação junto à população, para tranquilizá-la sobre o abastecimento de água.	

Grupo de Trabalho 03

Número de participantes	04
Municípios	Marilândia/ES
Facilitação	Fernanda Mota (SETADES) Michelly Carmo (MDSA)
Sistematização	Claudio Resende
Relatoria	Michelly Carmo



Figura 8. Reunião do GT03

Bloco 1 –Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

O GT03 teve a participação dos gestores públicos da cidade de Marilândia, vizinha de Colatina e Baixo Guandu. No Bloco 1, que versava sobre as ações já realizadas no município para conter os impactos do rompimento da barragem de Fundão, verificou-se que poucas estratégias têm sido utilizadas no município, sendo que a maior parte do bloco foi dedicada ao levantamento dos impactos em si e das justificativas para a timidez das ações postas até o momento.

No contexto imediato pós-rompimento da barragem de Fundão, a Defesa Civil de Marilândia foi uma das instituições mais atuantes no socorro às famílias impactadas no município. Os gestores municipais presentes, integrantes da nova gestão eleita em 2015, informaram que não ter informações sobre os estágios anteriores de socorro às famílias e a continuidade das ações, que não foram repassados pela gestão anterior. Esta situação tem se agravado pelo fato de que as equipes de serviços de Saúde e Assistência Social são reduzidas, e não

conseguem suprir toda a demanda. A falta de clareza nos critérios de recebimento do Auxílio Emergencial também suscitou debates.

MARILÂNDIA/ES
Ações em curso e já realizadas
- Falta de informação: a administração atual não tem informações completas a respeito das ações da administração anterior; - Apenas a Defesa Civil passou informações sobre ações realizadas; - Os impactos ocorreram nas comunidades ribeirinhas (Boninsegna, Batista, Lagoa do Óleo, Beira Rio); - Houve um período em que a equipe da ESF estava incompleta; - Há uma associação de pescadores nas comunidades que é muito atuante, e os pescadores estão sendo ressarcidos; - Pequenos agricultores (hortaliças, café, frutas) ribeirinhos também foram afetados, pois utilizavam a água do Rio Doce; - O abastecimento de água foi prejudicado, o que afetou o funcionamento de escolas, postos de saúde; - No período emergencial, a Samarco doou água mineral, e a Defesa Civil fazia a distribuição; abastecimento foi interrompido em setembro de 2016; - Após esse período, a prefeitura passou a fazer o abastecimento das caixas-d'água; - Havia dois poços que abasteciam as comunidades, mas que foram contaminados pela água do Rio Doce; - Samarco vai custear a construção de novo poço artesiano (mais profundo) para abastecer as comunidades; - Há cerca de 40 famílias impactadas nas comunidades ribeirinhas; - Não se sabe quantas dessas famílias recebem auxílio financeiro; - Há relatos de pessoas se aproveitando da situação para receber auxílio financeiro sem necessitar; - Secretaria de Saúde monitora a qualidade da água; - Quando o novo poço artesiano estiver pronto, será feita análise da água;

Bloco 2 - Impactos para a população

Os gestores de Marilândia preencheram com antecedência o instrumental da Oficina de Proteção Social e o levaram impresso, o que facilitou as discussões. Esse esforço contribuiu também para que houvesse uma maior reflexão por parte dos representantes, o que certamente gerou ganhos informacionais para a oficina. Tendo em vista que, de imediato, informaram que haveria um evento importante na sede do município e que seria imprescindível que comparecessem, o preenchimento prévio do instrumento impediu que a oficina ficasse esvaziada.

De acordo com os relatos dos gestores, Marilândia sofreu, numericamente, impactos menores do que os verificados em Baixo Guandu e Colatina: diretamente, foram afetadas cerca de 110 pessoas moradoras de comunidades ribeirinhas, como Boninsegna, Batista e Lagoa do Óleo. Os gestores destacaram que a contaminação da calha do Rio Doce acarretou prejuízos na agricultura, pecuária e abastecimento de água das regiões ribeirinhas, que utilizavam a água

do rio para irrigação e consumo animal. O turismo e o lazer em localidades como Lagoa do Óleo também foram prejudicados. Essa pequena comunidade recebe pessoas de diversas localidades para a prática de lazer.

IMPACTOS SOFRIDOS NO MUNICÍPIO	
Impactos	Encaminhamentos
- O município de Marilândia sofreu com a perda das pastagens às margens do Rio Doce, cultivo de hortaliças, café e também com a pesca que era a maior fonte de renda da maioria das famílias. Os rejeitos atingiram uma lagoa que era fonte natural para consumo humano, de animais e irrigação. O mesmo aconteceu com o Rio Doce que também era utilizado para os mesmos tipos de consumo; - Impacto no turismo e lazer em Lagoa do Óleo, que foi impactada; - Gestão atual precisou fazer a prestação de contas dos anos anteriores para manter os repasses ao município e, por isso, ainda não conseguiu realizar busca ativa nas comunidades impactadas;	- Continuidade do repasse financeiro às famílias dos prejudicados e abastecimento de água à população geral (Fundação Renova); - Já há previsão de reunião com os líderes das comunidades (Poder Público);
QUANTIDADE DE PESSOAS ATINGIDAS DIRETA E INDIRETAMENTE	
Impactos	Ações necessárias
Aproximadamente 110 pessoas, sendo 40 famílias.	Projeto de captação e construção de uma estação de tratamento de água do Rio Doce (Fundação Renova);
REGIÕES IMPACTADAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PRESENTES	
Impactos	Ações necessárias
As comunidades de Boninsegna, Batista e Lagoa do Óleo. Os equipamentos públicos existentes nas regiões afetadas são: 3 escolas e 2 unidades de saúde;	Garantia de abastecimento de água potável. Ressaltamos que a Prefeitura Municipal de Marilândia disponibilizou o carro pipa e alguns galões de água mineral para as famílias e escolas das comunidades (Fundação Renova);

Bloco 3 - Vulnerabilidades e serviços socioassistenciais

Em Marilândia, as vulnerabilidades sociais relatadas pelos gestores se alinham às identificadas em outros municípios. Contudo, percebe-se com maior intensidade a preocupação envolvendo a evasão de jovens e de famílias inteiras em função da perda de meios de renda e sobrevivência, o que caracterizaria tanto a fragilização de vínculos sociais quanto uma questão de pertencimento territorial. Estas vulnerabilidades foram sucedidas por um aumento significativo

na demanda por benefícios socioassistenciais eventuais, como a Cesta Básica e o aluguel social.

Face a estas vulnerabilidades, de acordo com as falas dos gestores, a instituição que mais tem promovido interlocuções com a população e o setor público de modo geral tem sido a Defesa Civil. Além disso, uma das únicas intervenções realizadas até o momento no território tem sido o suporte econômico fornecido pela Samarco. Nesse sentido, os profissionais presentes destacam a necessidade de intervenções mais profícuas, cujos resultados sejam mais duradouros no município. Do ponto de vista socioassistencial, citou-se a necessidade de estruturação de equipes para procedimentos como a Busca Ativa.

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES
Vulnerabilidades
Por falta de trabalho, algumas famílias precisaram se mudar pois a maioria das famílias vivia da pesca, agricultura e pecuária.
FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS
Vulnerabilidades
Evasão das famílias e Associação dos Pescadores.
VIOLAÇÕES DE DIREITOS
Vulnerabilidades
Direito de ter acesso a água potável e a impossibilidade de se auto sustentar.
VULNERABILIDADE DE RENDA
Vulnerabilidades
Sim, pois os habitantes locais não podiam continuar com as atividades econômicas exercidas. Por exemplo: alguns proprietários precisaram alugar pastos nas comunidades vizinhas para o gado, o que gerou um aumento significativo nos gastos familiares; pequenos agricultores, que sobreviviam da agricultura familiar, não podem mais continuar com seu meio de renda.
OUTRAS
Vulnerabilidades
Havia pessoas que também ofereciam a pesca de lazer, serviço procurado pelas cidades vizinhas e sempre aos domingos.
AÇÕES NECESSÁRIAS E RESPONSÁVEIS
- Reestruturação econômica das comunidades atingidas; - Estruturação de equipe de assistência social para atender as comunidades impactadas (Poder Público e Fundação Renova); - Estruturação de equipe de saúde para atender as comunidades impactadas (Poder Público e Fundação Renova).
INTERVENÇÕES EM PAUTA E RESPONSÁVEIS
Suporte financeiro por parte da Fundação Renova.

INTERVENÇÕES QUE PODEM SER POTENCIALIZADAS	
• Direcionamento de nova forma de renda para um processo mais imediato, e reestruturação do meio ambiente para que as famílias atingidas voltem a usufruir dos recursos. Atitudes essas em parceria entre a PMM e a Fundação Renova, de modo que a prefeitura gerencie os investimentos e atitudes da Fundação Renova (Poder Público e Fundação Renova); • Recuperação das fontes de água para abastecimento do município (Poder Público e Fundação Renova); • Recuperação do solo afetado, por meio de plantação de mudas (Poder Público e Fundação Renova); • Investimento na agricultura local (Poder Público e Fundação Renova).	
DEMANDA NOS SERVIÇOS A PARTIR DO EVENTO	
Impactos	Ações necessárias
• Sim. O mais sentido no município foi o aumento na procura dos benefícios sociais, como cesta básica, aluguel social;	• A Fundação Renova deverá construir uma estação de tratamento de água e esgoto; • Oferta de cursos profissionalizantes para fomento de geração de renda e autonomia das famílias (Fundação Renova); • Verificar a origem do aumento de procura por benefícios e monitorar e avaliar esse aumento (Poder Público);
MONITORAMENTO POR PARTE DO MUNICÍPIO	
• Sim. O SAAE, a Secretaria de Saúde, a Defesa Civil e a Secretaria de Assistência Social e Cidadania; • Verificar a origem do aumento de procura por benefícios e monitorar e avaliar esse aumento (Poder Público);	
RESPOSTAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS COM A POPULAÇÃO	
• Sim. Da Defesa Civil.	

PLENÁRIA FINAL

Após o preenchimento dos instrumentais pelos Grupos de Trabalho, foi servido um lanche em um espaço ao lado do auditório. Em seguida, todos os convidados voltaram ao auditório para a Plenária Final, momento em que os relatores eleitos por cada grupo fizeram a leitura dos instrumentos. Os representantes do município de Marilândia não puderam permanecer até o fim da Oficina, pois tinham outro compromisso na cidade.

Na sequência, Léa Rocchi, da Casa Civil/PR, esclareceu aos presentes as próximas etapas do fluxo de trabalho decorrente da Oficina: a equipe de sistematização ficará a cargo da organização dos resultados de todas as Oficinas, e estes resultados serão utilizados para a elaboração de Planos de Ação para cada um dos municípios impactados. Estes Planos devem ser validados e consolidados





pelo CIF, instância máxima de deliberação do processo; e posteriormente devem ser apreciados pelos municípios. Retomando a discussão sobre o formato da Oficina, iniciada na Plenária Inicial por um convidado, a representante ressaltou que a metodologia empregada no encontro foi previamente validada pela CTOS, e que a prestação de contas pelo Poder Público e pela Fundação Renova deve ser feita em outros espaços.

A líder do Programa de Proteção Social na Fundação Renova, Albanita Roberta, complementou a intervenção de Léa Rocchi, indicando que o produto da discussão nas Oficinas é de extrema importância para o programa, visto que a Fundação irá utilizar os insumos para promover o diálogo com outros programas e compreender minuciosamente as demandas apresentadas pelos municípios. Por fim, Clarice Imperial, da SETADES, agradeceu a presença de todos os convidados e reiterou a necessidade de se conhecer mais profundamente a realidade dos municípios impactados.

RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS

Os Grupos de Trabalho compostos pelos municípios de Baixo Guandu, Colatina e Marilândia foram convergentes em uma série de impactos e reflexões sobre as ações de correção dos efeitos do rompimento da barragem de Fundão sobre questões ambientais, econômicas e sociais. Na Oficina, as discussões gravitaram em torno de algumas temáticas centrais:

- **Abastecimento e uso da água do Rio Doce:** nos três municípios, os maiores impactos descritos envolveram o comprometimento da segurança hídrica da população, especialmente das comunidades ribeirinhas, que em praticamente tudo dependiam do rio (abastecimento de água, pesca, irrigação, pecuária etc.). As dúvidas sobre a qualidade da água que chega às torneiras da população ainda permanecem, após 18 meses decorridos do evento. A urgência na regularização do abastecimento de água foi premente nas discussões;
- **Dificuldades de mapeamento e compreensão dos impactos econômicos e sociais do rompimento:** os principais impactos citados pelos gestores continuam sendo majoritariamente ambientais, como a poluição da água do rio e a mortandade de peixes. A extensão desta visão para as questões socioassistenciais não é trivial;
- **Auxílio Emergencial:** controvérsias envolvendo os critérios de focalização do benefício permanecem, e relatos de receptores “oportunistas” do Auxílio são frequentes;
- **Aprimoramento de canais de comunicação** entre os diferentes atores (gestores municipais, estaduais, federais, Fundação Renova, população e





movimentos sociais), para a tomada de decisões mais transparentes e para a definição conjunta de estratégias de enfrentamento aos impactos;

- **Dinamização econômica das regiões impactadas pela contaminação do Rio Doce**, prevendo-se um cenário de suspensão do Auxílio Emergencial, a partir de estratégias sustentáveis, como a economia solidária e a potencialização das vocações laborais dos moradores.

A presença de representantes de atores relevantes no contexto deste conflito ambiental, como o MAB e o Ministério Público, exige o traçado de estratégias que visem articular estes esforços ou, ao menos, promover uma escuta sensível a estes atores, uma vez que têm, recorrentemente, questionado a transparência e a legitimidade desses processos; e acabam por se posicionar como formadores de opinião.

É importante ressaltar que, por mais que os múltiplos impactos do rompimento da barragem de Fundão desconheçam fronteiras geográficas, os municípios do Espírito Santo parecem tê-los sofrido de forma diferente. Nesse sentido, vale destacar a presença mais massiva de secretários municipais na Oficina em Colatina, bem como de prefeitos, vice-prefeitos e do próprio Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.



ANEXO 5 – RELATÓRIO DA OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL – LINHARES/ES

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

A programação prevista dividia a oficina em três momentos: plenária inicial (contextualização do Programa de Proteção Social previsto no TTAC), discussão temática em grupos de municípios e plenária final.

Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) Oficinas de Proteção Social aos impactados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG Linhares/ES 19 de abril de 2017 PROGRAMAÇÃO	
OBJETIVOS: - Levantar subsídios para implementação de uma ação coordenada e intersetorial entre o poder público e a Fundação Renova à população impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, a partir da escuta dos municípios. - Qualificar o desenho do Programa de Proteção Social previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a ser implementado pela Fundação Renova.	
HORÁRIO	ATIVIDADE
8h30 às 8h40	Contextualização do Programa de Proteção Social previsto no TTAC Coordenação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CTOS (10 minutos)
8h40 às 9h25	Proteção Social à população impactada - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (20 minutos) - Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) (10 minutos) - Fundação Renova (10 minutos) Apresentação da metodologia de trabalho da oficina - Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA (05 minutos)
9h40 às 12h00	Trabalhos em grupo - Formação de 2 grupos com a participação de 1 município em cada grupo - Sistematizador (a) da Fundação Renova e mediador (a) do Governo Federal/Governo Estadual - Relator (a) escolhido pelo grupo - Registro em instrumental específico Temas a serem debatidos - Ações em curso e realizadas por cada município para proteção social da população impactada pelo desastre (10 minutos/município) - Impactos para a população - Vulnerabilidades

	Os temas deverão contemplar os impactos e as ações necessárias, com a indicação do responsável (Poder Público ou Fundação Renova)
12h00 às 13h30	Almoço
13h30 às 15h30	Continuidade dos trabalhos em grupo
15h30 às 15h45	Intervalo para lanche
15h45 às 17h25	Relato dos grupos • Cada relator (a) apresentará os resultados das discussões, com base no instrumental preenchido
17h20 às 17h30	Encerramento • Fala final • Avaliação dos participantes

PARTICIPANTES

Durante os dois períodos (manhã e tarde) foram registrados os seguintes presentes:

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Alciberto de Oliveira	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Amantino P. Paiva	Prefeitura de Linhares/ES
Andressa Bergamaschi	Prefeitura de Linhares/ES
Antônio Maria Claret de Souza Filho	Herkenhoff & Prates
Antonio Carlos dos Santos	Prefeitura de Linhares/ES
Carlos Casteglione	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Carlos Sangali	Projeto Tamar (Linhares/ES)
Clarice Imperial	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Claudio Lobenwein Resende	Herkenhoff & Prates
Edgar dos Santos Costa	Prefeitura de Linhares/ES
Fabiana Z. Brumal	Prefeitura de Linhares/ES
Fernanda Mota Gonçalves	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Francine Aparecida Sousa	Prefeitura de Aracruz/ES
Glaziane Aparecida Silva	Fundação Renova (Programa de Proteção Social)
Iracema de Paula de Lima Freitas	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
Juliana Dias Oliva	Matizes
Kelly Cavalete	Fundação Renova (Programa de Saúde)
Lea Rocchi Sales	Casa Civil/Presidência da República
Luciane Ayres C. Reis	Prefeitura de Aracruz/ES
Maria da Penha Souza Melo	Conselho Municipal de Assistência Social de Aracruz/ES

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Mariana Nunes Pereira Reis	Prefeitura de Aracruz/ES
Marta Lucia Colodetti Taquetti	Prefeitura de Linhares/ES
Marta Zorzal e Silva	Universidade Federal do Espírito Santo
Michelly Eustáquia do Carmo	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
Nathália França Figuerêdo Porto	Herkenhoff & Prates
Nilcéia Maria Pizza	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Paula Oliveira Lima	Casa Civil/Presidência da República
Rodrigo P. Aguilar	Prefeitura de Linhares/ES
Roque Chile dos Santos	Prefeitura de Linhares/ES
Rosane Santos Lorencon	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES)
Rosilene Filipe S. Matos	Prefeitura de Aracruz/ES
Sérgio Kuroda	Matizes
Simone Pereira Braga	Prefeitura de Aracruz/ES
Urbano Dávila	Prefeitura de Linhares/ES
Vanessa Santos Giraldele	Prefeitura de Linhares/ES
Zélia Dalva Forecchi Giovanni	Prefeitura de Aracruz/ES

PLENÁRIA INICIAL

Os convidados presentes se reuniram em uma Plenária Inicial às 09h30. A representante da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS), Léa Rocchi, deu as boas-vindas a todos os participantes, e destacou que a Oficina em Linhares/ES é a culminação de um processo que se iniciou em Mariana/MG, em março, e que tem o objetivo de promover uma escuta inicial aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015.



Figura 1. Convidados na Plenária Inicial

Em seguida, o Secretário de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo, Carlos Casteglione, saudou os gestores presentes e indicou a importância do encontro para a discussão conjunta de impactos e estratégias de enfrentamento aos efeitos do rompimento da barragem. De acordo com ele, o TTAC foi uma conquista, que deve ser considerada como fundamental pelos municípios em suas estratégias de ação. A Oficina, nesse sentido, é uma oportunidade de identificação de avanços e oportunidades para os municípios e para o próprio Espírito Santo.

Em sua experiência na Secretaria de Estado, o Secretário destacou que, de acordo com a compreensão dos órgãos estaduais a cargo do monitoramento das ações expostas no TTAC, é importante dar especial destaque às ações da CTOS. Segundo ele, em pouco tempo, muitos avanços foram alcançados em relação à água e ao meio ambiente, mas esses mesmos avanços ainda não foram alcançados na Proteção Social. Sendo assim, um dos esforços da SETADES tem sido o de reforçar a participação e o protagonismo dos municípios da foz do Rio Doce nesse processo. O Secretário informou, por fim, que o Governo do Estado aprovou a inclusão dos municípios de São Mateus e Serra na lista de atingidos pela contaminação do Rio Doce.



Figura 2. Discurso do Secretário da SETADES, Carlos Roberto Casteghione

Em seguida, Paula Lima, representante da Casa Civil/Presidência da República e da coordenação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial, apresentou brevemente a CTOS, a partir de sua relação com o TTAC. Definido como um acordo firmado entre as instâncias governamentais e a Samarco que culminou na criação da Fundação Renova, o TTAC é um instrumento de consolidação e aceleração dos processos de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem em 2015. A representante descreveu a governança das ações estabelecidas no TTAC, destacando as funções do CIF (Comitê Interfederativo) e das Câmaras Técnicas.

Especificamente sobre a CTOS, Lima destacou a função do monitoramento de 5 dos 41 programas atualmente desenvolvidos pela Fundação Renova (Cadastro de Impactados, Indenização e Compensação, Assistência a animais, Auxílio Emergencial e Proteção Social). Cada um dos programas possui um *status* variável em função da complexidade das ações e de sua trajetória desde o momento emergencial. Ao mostrar aos convidados as cláusulas do TTAC que balizam o Programa de Proteção Social, a representante inferiu que essa normativa ainda é muito genérica, o que justifica a necessidade de escuta ativa aos municípios, a ser feita nas Oficinas. Finalmente, Lima informou aos presentes que a Fundação Renova está contratando uma consultoria específica para a realização de um diagnóstico de vulnerabilidades sociais ao longo de toda a área ambiental afetada pelo rompimento. O diagnóstico, somado aos resultados das Oficinas, deve subsidiar a redação de Planos de Ação específicos para cada contexto municipal.



Figura 3. Apresentação da CTOS na Plenária Inicial

Por sua vez, a apresentação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) ficou por conta da servidora Iracema Freitas, que buscou nivelar informações sobre a Política de Assistência Social junto aos gestores e reforçar a noção de Proteção Social incorporada ao TTAC. De acordo com ela, a ênfase nos aspectos orientadores da Política é importante para que, posteriormente, as definições sobre as atribuições do Poder Público e da Fundação Renova nessas ações sejam mais facilmente determinadas. A representante destacou a missão da Assistência Social: alcançar todas as pessoas que dela necessitem, independentemente da necessidade manifesta (econômica, cultural, social etc.).

A Assistência Social é uma política complexa, pois envolve a proteção social, a defesa de direitos e a vigilância socioassistencial. Nesse sentido, a representante problematizou o conceito de impacto empregado na avaliação dos efeitos do rompimento da barragem, que deveria englobar também a perspectiva socioassistencial, a fim de que as consequências descritas não tangenciem somente os âmbitos ambiental e econômico. Ainda em torno da Política de Assistência Social, Freitas descreveu a organização multidimensional do sistema e enfatizou a importância de as gestões municipais empregarem olhares mais cuidadosos para a capacitação e as condições de trabalho de suas equipes locais. Por fim, a servidora descreveu as ações já desenvolvidas na proteção das famílias atingidas e destacou os princípios éticos do SUAS.



Figura 4. Apresentação do MDSA na Plenária Inicial

A subsecretária de Assistência Social da SETADES Clarice Imperial tomou a palavra, indicando que a SETADES tem sentido fortemente a necessidade de se articular e escutar as demandas dos municípios, e que, para que esse processo seja bem conduzido, é fundamental que a Fundação Renova seja incorporada ao processo. A representante também abordou as controvérsias envolvendo o recebimento do Auxílio Emergencial: de acordo com ela, a permanência concomitante dos beneficiários no Bolsa Família é de fundamental importância, não somente para assegurar sua vida material, mas também para subsidiar o monitoramento de indicadores de saúde e educação, que funcionam como condicionalidades do recebimento do benefício, de modo a acompanhar possíveis agravamentos de vulnerabilidades de forma mais proativa.

Ainda a respeito de vulnerabilidades surgidas e agravadas, Clarice informou que, na região da foz do Rio Doce, o período do defeso – proibição da pesca para a reprodução de animais aquáticos – reforça as vulnerabilidades de renda e sobrevivência da população atingida pelo rompimento da barragem (que, não por acaso, já era empobrecida antes do evento). Tendo essas questões em horizonte, a Oficina deve subsidiar a escuta às demandas dos municípios e contribuir para a definição de estratégias conjuntas, como a participação dos municípios capixabas atingidos nas Câmaras Técnicas capitaneadas pelo CIF.

Na sequência, Albanita Roberta, líder dos programas de Saúde e Proteção Social da Fundação Renova, apresentou sua equipe presente na Plenária e destacou que até o momento os esforços socioassistenciais têm se concentrado na área ambiental 1, que compreende os quatro primeiros municípios afetados (Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, em Minas Gerais). A desconcentração dessas ações ao longo da calha do Rio Doce é um propósito que precisa ser cumprido pelo Programa, que precisa de insumos informacionais para se orientar. Ao discorrer sobre a definição estatutária da Fundação Renova, Albanita refletiu sobre o tamanho e a complexidade do desafio a ser transposto

pelo Programa, que é agravado pela necessidade de se administrar interesses diversos – governamentais, privados, societários etc. Em seu discurso, a representante destacou que os esforços conjuntos são fundamentais para garantir a celeridade e a otimização de recursos no processo, uma vez que o Brasil ainda não é preparado para lidar com tais situações de calamidade, e que, caso estas situações não se convertem rapidamente em ações concretas, as vulnerabilidades criadas e agravadas pelo rompimento tendem a se agravar. Por fim, a representante informou que a Fundação Renova tem perseguido uma forma unificada de diálogo com o Poder Público e a sociedade, pois tem sido intensamente cobrada sobre a condução de sua comunicação.



Figura 5. Apresentação da Fundação Renova na Plenária Inicial

A apresentação da metodologia foi feita por Michelly Carmo, servidora do MDSA, que informou a divisão dos Grupos de Trabalho e a necessidade de eleição de um relator de cada grupo. A servidora comentou brevemente o instrumental utilizado para direcionar as discussões e pediu que os presentes preenchessem o formulário de avaliação do evento. Foram montados dois Grupos de Trabalho, correspondentes aos dois municípios presentes. A divisão usada foi a seguinte:

	GT01	GT02
<i>Municípios</i>	Linhares/ES	Baixo Guandu/ES
<i>Facilitação</i>	Nilcéia Pizza (SETADES) e Iracema Freitas (MDSA)	Rosane Lorencon (SETADES) e Paula Lima (CTOS)
<i>Sistematização</i>	Nathália Porto	Antônio Claret
<i>Relatoria</i>	Vanessa Giraldele	Rosilene Matos

GRUPOS DE TRABALHO

Os GTs foram conduzidos pelos representantes dos Governos Estadual e Federal, a partir do instrumental que versa sobre os impactos do rompimento para a população, para os serviços socioassistenciais e outras políticas; e sobre as ações desenvolvidas e em andamento em cada território. Os municípios receberam os instrumentais com alguma antecedência, possibilitando que seus gestores preenchessem previamente algumas questões.

Grupo de Trabalho 01

Número de participantes	11
Município	Linhares/ES
Facilitação	Nilcéia Pizza (SETADES) e Iracema Freitas (MDSA)
Sistematização	Nathália Porto (H&P)
Relatoria	Vanessa Giraldele



Figura 6. Reunião do GT01



Bloco 1 – Impactos e Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

O GT01, que reuniu gestores do município de Linhares, apresentou relatos múltiplos, que envolveram tanto a Assistência Social quanto outras temáticas. O grupo também contou com a participação de gestores de áreas como a Agricultura, o Esporte e o Meio Ambiente. Uma das questões destacadas pelo grupo foi a de que, já no momento emergencial, o território atingido pelo rompimento em Linhares esteve nos holofotes da cobertura nacional do evento, por sua confluência com o mar.

Assim como observado em outros municípios capixabas, no momento emergencial uma das instituições protagonistas do socorro às famílias impactadas em Linhares foi a Defesa Civil, que organizou campanhas de donativos e expedições às áreas impactadas. Passados os primeiros meses após o evento, do ponto de vista socioassistencial, as ações ainda têm sido tímidas, embora se saiba que há populações em situação de vulnerabilidade decorrente da contaminação da foz do Rio Doce. Estas ações, de acordo com os representantes presentes, também não têm sido percebidas por esta população.

Pelos relatos, os representantes do município têm bastante conhecimento a respeito dos impactos, das políticas públicas e das dificuldades de implementá-las.

LINHARES/ES
Ações em curso e já realizadas
• A Assistência Social encabeçou a movimentação e a preocupação com as famílias ribeirinhas, sobretudo no momento emergencial; • Articulação das equipes de Assistência para o atendimento emergencial das famílias; • “Ensaio” de um diagnóstico emergencial para quantificação e compreensão inicial do impacto; • Acompanhamento periódico das famílias, dificultado pela troca de gestão municipal; • Acompanhamento das famílias de Regência pelo CRAS; • As ações socioassistenciais, contudo, não têm sido muito percebidas pela população; • Eventos culturais para as crianças de Regência, que perderam uma fonte importante de lazer, para a recuperação da autoestima e valorização cultural da comunidade; • Aporte de Auxílio Emergencial para as famílias impactadas; • Atuação da Defesa Civil no socorro emergencial às famílias; • Planejamento de realização de projetos esportivos e culturais para as comunidades de Regência e Povoação, com parte do financiamento pela Fundação Renova; • Início de articulação com entidades que captam recursos para projetos para a instalação de projetos esportivos nas comunidades de Regência e Povoação;



- **Obra de barramento** (separação) entre a Lagoa Juparanã (Rio Pequeno) e o Rio Doce, para evitar a contaminação do abastecimento de água na cidade.

Bloco 2 - Impactos para a população

A situação geográfica de Linhares fez com que os impactos sofridos na cidade fossem particularmente mais intensos. A contaminação da calha e da foz do Rio Doce em Linhares atingiu, especialmente, comunidades que já estavam em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente as comunidades ribeirinhas (dentre as quais há algumas comunidades tradicionais). Segundo os participantes, mais de 8 mil pessoas foram impactadas no município, com destaque para comunidades como Povoação, Regência, Areal, Degredo, Amarelos, Brejo Grande, Barro Novo, Entre Rios, Pontal do Ipiranga, Olaria, Guache e algumas ilhas fluviais. A conexão física e cultural do município com o rio e o mar ficou comprometida, e esta questão gerou impactos múltiplos de magnitude maior do que se pensava no momento emergencial.

Em Linhares, verificou-se que as ações emergenciais de contenção dos impactos acabaram também desencadeando situações que exigem cuidados. Exemplos disso são as obras de barramento emergencial de lagoas que abastecem a cidade para evitar a contaminação pela água do Rio Doce, bem como os conflitos envolvendo o Auxílio Emergencial provido pela Samarco/Fundação Renova. Em consonância com a multiplicidade dos impactos observados, as ações pautadas pelos gestores apresentam diferentes facetas, como a estruturação física e de equipes dos serviços socioassistenciais, a promoção de alternativas de desenvolvimento econômico no território e a urgência do monitoramento da qualidade da água que abastece a região.

IMPACTOS SOFRIDOS NO MUNICÍPIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Os impactos foram multidimensionais, e afetaram algumas comunidades que já eram vulneráveis antes mesmo da contaminação do rio; • Ruptura do tecido social e comunitário (laços familiares, vizinhança etc.); • Perda de referências culturais (comunidades tradicionais com dificuldades de reencontro com sua identidade); • Uma comunidade tradicional (Degredo) foi atingida; Degredo e Areal (comunidade que também foi atingida) são as mais vulneráveis da região; • Comunidades como a Amarelos tiveram problemas com a insegurança alimentar (pesca para alimentação);	• Avaliação da possibilidade de expansão física das escolas em Povoação e Regência – Poder público (Educação e Serviços Urbanos); • Reforma e ampliação da estrutura física das escolas – Fundação Renova; • Estruturação de equipes volantes para a Assistência Social – Fundação Renova; • Diagnósticos de vulnerabilidades (quantificação e compreensão mais robusta dos impactos) – Fundação Renova; • Levantamentos e estudos complementares para balizar a gestão



• Comprometimento dos meios de sobrevivência (turismo, pesca, agricultura, artesanato); • O Auxílio Emergencial tem suprido necessidades, mas cria outros problemas; • Aumento exponencial do gasto público; • Prejuízos na imagem do município projetada a nível nacional; • A coloração da água do rio está diferente, desde a chegada dos rejeitos; • Interrupção temporária da irrigação das lavouras usando água do rio (logo após o rompimento); • Proibição da pesca; • O barramento da Lagoa Juparanã e da Lagoa Nova (para evitar a contaminação dos mananciais) prejudicou a piracema, momento fundamental no ciclo de reprodução da ictiofauna, e prejudicou a qualidade da água que chega às torneiras; • Incerteza quanto à qualidade da água disponível para consumo da população; • As lagoas da região (principalmente a Lagoa Nova e a Juparanã) têm uma interligação com o Rio Doce, que é o principal responsável pela elevação do nível dessas fontes, que também são usadas para a agricultura. O barramento dessas lagoas prejudicou significativamente seu regime hídrico; • Chegada de novas famílias aos territórios atingidos (atraídas pelo Auxílio Emergencial), causando inchaço nos serviços públicos (aumento da demanda pelos serviços como a Educação e a Saúde) e precarização desses serviços.	municipal – Poder público (municipal, estadual e federal); • Melhoria das unidades de saúde nas comunidades (médicos, medicamentos, estruturas, ampliação dos serviços) – Fundação Renova; • Melhoria no abastecimento e distribuição de água – Fundação Renova; • Reestruturação da cadeia produtiva da pesca, turismo, agricultura etc. (continuidade das ações e projetos inviabilizados pelo rompimento de forma sustentável e agregadora) – Fundação Renova; • Atividades socioeducativas e culturais, sobretudo junto a crianças e jovens – Fundação Renova; • Oportunização de novas alternativas de geração de trabalho, emprego e renda – Fundação Renova; • Programas de atendimento psicossocial e atividades laborativas e ocupacionais com Grupos Focais – Poder público e Fundação Renova; • Monitoramento contínuo da qualidade da água do Rio Doce, das lagoas (principalmente Juparanã e Nova) e do mar – Fundação Renova; • Construção de barragens permanentes, com controle de nível de entradas e saídas de volumes de água – Fundação Renova; • Repovoamento das lagoas e do Rio com espécies nativas – Fundação Renova; • Garantia do reconhecimento dos pescadores, artesãos, produtores e outras classes como atingidos pelo rompimento; • Ampliação da participação do município nas Câmaras Técnicas (com indicação do Governo Estadual das CTs onde há participação estadual) – Poder público municipal; • Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfolio da Renova em cada município” – Fundação Renova;
---	---



	• Adiantamento de indenizações, principalmente dos pescadores – Fundação Renova; • Instalação de equipamentos e ações para atividades de retomada dos laços com o território e reconstrução identitária – Fundação Renova; • Ampliação da assistência psicossocial do PSF (em grupos e na perspectiva clínica) – Poder público e Fundação Renova; • Frentes de trabalho junto a pescadores e outros grupos prioritários; • Fiscalização, regulamentação e monitoramento do uso e da ocupação do solo – Poder público e Fundação Renova; • Diagnóstico das vocações e potencialidades locais na perspectiva da geração de renda (em articulação com o Programa de Inovação) – Fundação Renova; • Implantação e construção participativa de projetos sociais para geração de renda nas áreas atingidas, com participação dos beneficiários e dos profissionais do CRAS – Fundação Renova;
--	---

QUANTIDADE DE PESSOAS ATINGIDAS DIRETA E INDIRETAMENTE

- Cerca de 8.500 pessoas foram atingidas em Linhares.

AÇÕES NECESSÁRIAS

- Levantamento do número de impactados direta e indiretamente – Poder público e Fundação Renova;

REGIÕES IMPACTADAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PRESENTES

- Comunidades ribeirinhas (Povoação, Regência, Areal, Degredo, Amarelos, Brejo Grande, Barro Novo, Entre Rios, Pontal do Ipiranga, Olaria, Guache) e ilhas fluviais;
- Povoação: uma escola, uma UBS, um ginásio esportivo e um centro comunitário (extensão do CRAS);
- Regência: uma escola, um campo, uma biblioteca, um centro comunitário, um Posto Policial, um palco na praça, um centro cultural, um píer;
- Areal: uma escola unidocente;
- Degredo: uma escola unidocente desativada;
- Amarelos: não tem equipamentos públicos;
- Brejo Grande: não tem equipamentos públicos;
- Entre Rios: associação comunitária de ribeirinhos;
- Pontal do Ipiranga: duas escolas, uma UBS, praça pública;
- Olaria: não tem equipamentos públicos;



- Guache: duas escolas, uma UBS, campo de futebol, associação comunitária.

AÇÕES NECESSÁRIAS

- Criação de **equipes volantes de Assistência Social** – Fundação Renova;

Bloco 3 - Vulnerabilidades e serviços socioassistenciais

A discussão em torno das vulnerabilidades sociais surgidas e intensificadas pela contaminação da foz do Rio Doce levantou diferentes aspectos, que ressaltam a relação intrínseca entre a população afetada e o território, banhado pelo rio Doce e pelo oceano. Todas as vulnerabilidades originalmente listadas no instrumental foram observadas em Linhares, e os gestores destacam que comunidades atingidas pelo rompimento como Povoação, Degredo e Amarelos já viviam uma situação de risco social mesmo antes do evento. Por outro lado, regiões como Regência e Pontal do Ipiranga foram impactadas economicamente, criando riscos que antes não existiam.

O vínculo com o rio e o mar permeou toda a discussão, uma vez que é um dos traços mais característicos da cultura local. Um dos participantes mencionou o hino de Linhares, cuja primeira estrofe resume bem esse aspecto.

*"Doirando as matas desponta a alvorada
Vinde conosco observar
Quanta beleza na caminhada
do rio Doce em busca do mar"*

(Hino de Linhares – Composição: Francisco Correia de Amorim)

Esta relação está expressa em elementos da tradição regional, como a culinária (moqueca capixaba) e as celebrações (festejos de Congo e Caboclo Bernardo), e se traduz, inclusive, nos potenciais econômicos da região, como o turismo ecológico, o *surf*, a fruticultura em áreas agricultáveis à beira do Rio, entre outros. O comprometimento do uso de água do rio e do mar desencadeou, naturalmente, a interrupção dessas atividades, gerando vulnerabilidades intensas de renda e sobrevivência.

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES

Vulnerabilidades

- Rompimento de vínculos pela insatisfação com os critérios de recebimento do **Auxílio Emergencial**;

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS

Vulnerabilidades

- Sentimento de **perda da identidade e da referência** que o oceano e o Rio Doce representam (hino de Linhares);



- Agravo de **conflitos comunitários** em função de controvérsias sobre o recebimento do Auxílio Emergencial;
- Perda de locais de lazer e **convívio comunitário** (especialmente as crianças);
- Dificuldades de **adaptação** ao novo cenário ambiental por parte dos idosos;
- **Desmobilização da comunidade** em torno da potencialização econômica em Regência, Povoação e Pontal do Ipiranga (havia antes um esforço coletivo de realização de eventos para a atração de turistas, mas esse esforço se enfraqueceu com o rompimento da barragem);
- Possível **desvalorização de símbolos culturais** (a moqueca capixaba, por exemplo);
- A comunidade de **Degredo**, a norte de Regência, também foi afetada (a comunidade vivia, basicamente, da pesca);
- **Evasão** de moradores (principalmente jovens) e **chegada** de novas pessoas;

VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Vulnerabilidades

- **Violência familiar** em Areal;

VULNERABILIDADE DE RENDA

Vulnerabilidades

- Perda de **meios de sobrevivência** (pesca, turismo, agricultura etc.);
- Comprometimento de **projetos de turismo de eventos** que já estavam sendo planejados (Festival de Bandas de Garagem em Povoação, e campeonatos de surf, Festa do Congo/Caboclo Bernardo, por exemplo);
- Falta de **reconhecimento** dos comerciantes, artesãos e do setor de serviços de Povoação como atingidos, para fins indenizatórios;
- Comprometimento da **compra e do consumo de pescado** (manjuba), por receio sobre sua procedência;
- Receio do **setor cacauero** de perda de renda na produção, em função da imagem da cidade a nível nacional;
- Preocupação com a **inviabilização da produção de cacau e outras culturas**, em virtude da contaminação do solo e da água;
- Receio dos produtores agrícolas em utilizar a água do rio Doce como fonte de **irrigação de lavouras**;
- Alteração do **regime hídrico das lagoas**, que são usadas frequentemente para a agricultura.

OUTRAS

Vulnerabilidades

- Aumento do tráfico e consumo de **álcool e drogas**;
- **Sofrimento mental** pelo comprometimento da relação com o mar e rio e pela improdutividade (ociosidade);
- Aumento do acometimento por **doenças psicossomáticas**;
- Agravamento da **insegurança pública** nas comunidades (o Posto Policial que existe em Regência já não está conseguindo suprir o aumento de ocorrências e corre risco de fechar);
- Possibilidade de **insegurança alimentar** (consumo de pescado);
- Cancelamento de campeonatos de surf e pesca no litoral de Linhares.

AÇÕES NECESSÁRIAS E RESPONSÁVEIS	
• Necessidade de atendimento das comunidades por equipes especializadas nas ações socioassistenciais (psicólogos, assistentes sociais etc.); • Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; • Esclarecimentos aos produtores e pescadores sobre os níveis de contaminação da água; • Monitoramento contínuo sobre a qualidade da água das lagoas e do solo da região de Linhares, a partir de estudos químicos e biológicos – Poder Público (MAPA) e Fundação Renova; • Diagnóstico, monitoramento e vigilância da qualidade dos alimentos produzidos na região (solo e água); • Ampliação do diálogo com os órgãos de Meio Ambiente, para a disseminação de informações sobre a qualidade da água e do solo – Poder Público e Fundação Renova; • Articulação intersetorial para o reconhecimento e a potencialização de vocações econômicas já despertadas (turismo, eventos etc.); • Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfolio da Renova em cada município” – Fundação Renova; • Adiantamento de indenizações, principalmente dos pescadores – Fundação Renova; • Instalação de equipamentos e ações para atividades de retomada dos laços com o território e reconstrução identitária – Fundação Renova;	
INTERVENÇÕES EM PAUTA E RESPONSÁVEIS	
• Não houve intervenções muito diferentes do que já era realizado pela Política de Assistência Social e pela Educação.	
INTERVENÇÕES QUE PODEM SER POTENCIALIZADAS	
• Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova; • Monitoramento contínuo sobre a qualidade da água das lagoas e do solo da região de Linhares, a partir de estudos químicos e biológicos – Poder Público (MAPA) e Fundação Renova; • Articulação intersetorial para o reconhecimento e a potencialização de vocações econômicas já despertadas (turismo, eventos etc.); • Comunicação e compartilhamento de informações para maior integração entre as atividades da Fundação Renova e do próprio município – “Portfolio da Renova em cada município” – Fundação Renova; • Capacitação das equipes da Assistência Social para trabalho em situações de calamidade – Poder público e Fundação Renova; • Envolvimento coletivo de vários equipamentos e órgãos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento.	
DEMANDA NOS SERVIÇOS A PARTIR DO EVENTO	
Impactos	Ações necessárias
• Aumento da demanda pela inclusão de famílias no PAIF (41 famílias a mais, somente em Regência); • Aumento na procura por medicamentos nas unidades de saúde;	• Melhoria e ampliação da estrutura física de escolas em Povoação e Regência (atendimento às demandas educacionais, culturais e de convívio das crianças e adolescentes) – Fundação Renova;

• Inchaço em salas de aula e dificuldades de atendimento à demanda completa na Educação (as escolas de Regência e Povoação não possuem a estrutura necessária para todas as atividades que devem ser desenvolvidas); • Aumento de 11,7% do número de alunos entre 2016 e 2017 em Povoação; • Demanda suprimida por atividades esportivas (surf, beach soccer) e culturais nas comunidades; • Dificuldades de acompanhamento das famílias a partir de sua saída do Bolsa Família.	• Envolvimento coletivo de vários equipamentos públicos, para a articulação das estratégias de enfrentamento dos impactos e planejamento; • Criação/estruturação de equipes volantes – Fundação Renova;
--	--

MONITORAMENTO POR PARTE DO MUNICÍPIO

- Na Assistência Social e Agricultura **não existe monitoramento específico** dos impactos do rompimento;
- Por **falta de transição de informações** entre as gestões, não se sabe se no Meio Ambiente e demais áreas há esse monitoramento.

RESPOSTAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS COM A POPULAÇÃO

- Até o momento, a **troca de informações** entre o município e os demais atores não tem sido feita;
- **Não há canais** de diálogo com a população atingida;
- A Defensoria Pública da União fez **audiências públicas** em Linhares;
- O Ministério Público tem tido **interlocuções e audiências públicas** em Regência, e tem feito **intermediações** para a inclusão dos pescadores dos planos de indenização;
- As equipes do município se sentiram, por vezes, um pouco “perdidas” em sua atuação no momento emergencial, e precisam ser **capacitadas para lidarem com uma situação de calamidade**;
- Necessidade de **articulação entre as pastas municipais**, para disseminação eficiente de informações;
- Necessidade de criação de um **Comitê Intergestor Municipal**, para acompanhamento e discussão das ações no âmbito do município, como foi feito em Colatina;
- Necessidade de articulação entre a Prefeitura e os demais atores (DPU, MP etc.) para a **ampliação da troca de informações**;
- Rediscussão do **Plano Municipal de Contingência**, para revisão das competências entre os diferentes municípios e atores – Poder público.

| Grupo de Trabalho 02

Número de participantes	13
Município	Aracruz/ES
Facilitação	Rosane Lorencon (SETADES) e Paula Lima (CTOS)
Sistematização	Antônio Claret
Relatoria	Rosilene Matos



Figura 7. Reunião do GT02

Bloco 1 – Ações já realizadas e em curso para a proteção da população impactada pelo rompimento da barragem

O GT02, por sua vez, reuniu gestores e representantes do município de Aracruz. Os relatos dão conta de que, no momento emergencial, o avanço dos rejeitos ao longo do rio Doce foi monitorado, para suscitar a preparação da cidade antes da chegada da pluma ao território. Secretarias como a de Meio Ambiente presenciaram um aumento significativo nas demandas relativas à qualidade da água, do solo e dos peixes. O cadastro emergencial das famílias impactadas também passou pela cidade, embora tenham sido notificados alguns erros de focalização na concessão do Auxílio Emergencial.

Atualmente, um dos focos da gestão municipal em Aracruz tem sido o diálogo e a negociação com instâncias estaduais e federais para o aprimoramento do cadastro de pescadores e para a oportunidade de projetos de recuperação para a cidade. No entanto, a gestão municipal se ressentiu da falta de oportunidades

de diálogo com a Fundação Renova. Também foi citada a extensão do território considerado como impactado em Aracruz, a partir da revisão do TTAC.

ARACRUZ/ES
Ações em curso e já realizadas
• A Secretaria de Agricultura disponibilizou um servidor e um barco para o monitoramento constante do avanço da lama no Rio Doce e na foz do Rio Piraquê-Açu; • A Secretaria de Meio Ambiente foi muito demandada pela população no momento posterior ao rompimento da barragem e teve que lidar com a falta de informação e o acúmulo de demandas (seca). A Samarco fez uma apresentação para os técnicos, porém os dados eram insuficientes para a análise do cenário. A Secretaria, portanto, optou por agir com cautela. Recentemente novos estudos mostraram a extensão dos danos, inclusive acima da foz do Rio Piraquê-Açu. A Secretaria, hoje, já possui mais informações, porém, novos estudos, especialmente sobre a contaminação dos peixes, devem ser realizados; • O cadastro para o auxílio emergencial possui erros de focalização (beneficiários inelegíveis e atingidos excluídos); • A associação de pescadores solicitou à Secretaria de Agricultura de Aracruz que intermediasse a negociação com o MAPA e a Samarco para o aprimoramento do cadastro dos pescadores. Um novo cadastramento vem sendo realizado, desde 2016, pela Secretaria de Agricultura e de Meio Ambiente do Município em parceria com as associações de pescadores locais. Falta, porém, apoio da Fundação Renova para o aprimoramento e conclusão do cadastro. • Após o diálogo com a Fundação Renova, foram incluídas outras comunidades ribeirinhas ao longo do Rio Comboios até a divisa com o município de Serra.

Bloco 2 - Impactos para a população

Os impactos do rompimento da barragem de Fundão descritos pelos gestores de Aracruz são semelhantes aos relatados em Linhares: há relatos de problemas no abastecimento e na qualidade da água que chega às torneiras, vulnerabilidades de renda, intensificação da demanda por benefícios eventuais locais, e da concentração dos impactos em comunidades ribeirinhas já vulneráveis. Contudo, ainda permanece em Aracruz uma atmosfera de apreensão e medo da população em relação às consequências do evento e às ações decorrentes.

A necessidade de estudos diagnósticos, da revisão de cadastros e de ampliação do monitoramento pela gestão municipal também foi mencionada. Além disso, o aprimoramento do fluxo de informações entre as gestões e a Fundação Renova, citado em outras edições da Oficina, também foi mencionado.

IMPACTOS SOFRIDOS NO MUNICÍPIO	
Impactos	Encaminhamentos
• Impactos Sociais: percebe-se, no atendimento aos usuários, que houve um aumento da quantidade de pessoas solicitando Auxílio Alimentação, tais pessoas residem nas áreas afetadas (CRAS de Santa Cruz). • O Programa Vida no Manguê (distribuição de cestas básicas para catadores de caranguejos) vem recebendo novos pedidos de adesão (inclusive de pessoas que não se enquadram no perfil); • Redução da quantidade de peixes e crustáceos (mariscos) • Aumento do índice de salinidade da água encontrada nos poços artesianos (principalmente na comunidade de Lajinha) • O rompimento da barragem causou grande apreensão, medo e instabilidade emocional à população • Houve impacto econômico para o município, especialmente para os pescadores que perderam a sua renda (conseguiram pescar, mas não conseguiam vender) • No início houve confusão e falta de informação. No momento seguinte começou o cadastro, porém o prazo foi curto e muitas pessoas em Aracruz ficaram de fora; • As comunidades da Barra do Riacho e Comboios foram atendidas pela Samarco; • Após diálogo com a Fundação Renova, foram incluídos o município São Mateus e outras comunidades ribeirinhas ao longo da margem do Rio Doce, em Aracruz e até a fronteira com o município de Serra; • Há relatos de pessoas na comunidade de Barra do Riacho que, apesar de não serem pescadores, foram também atingidas pela tragédia; • A população local se ressentiu pela falta de orientação e informações por parte da Fundação Renova com relação ao cadastramento, aos critérios, aos benefícios. • Há, ainda hoje, incerteza com relação à qualidade da água, às consequências para a economia local (ex. indústria do	• Realizar diagnóstico sobre os impactos que o município sofreu (Fundação Renova). • Disponibilização para o município do banco de dados de cadastro do histórico e dos atuais beneficiários do auxílio emergencial (Fundação Renova) • Disponibilização de informações detalhadas sobre as ações de mitigação e os programas realizados no município pela Fundação Renova (Fundação Renova) • Contratação de novas equipes, com equiparação de salários e carga horária em relação a equipe atual, para o trabalho de busca ativa da Assistência Social (Fundação Renova) • Aquisição de veículos e equipamentos de escritório (computadores) para o trabalho da Assistência (Fundação Renova) • Realização de diagnósticos sobre a salinidade da água dos poços artesianos (Fundação Renova e Poder Público Local); • Avaliação técnica químico-físico-biológica de bioindicadores, das anomalias das ostras e da água e alimentos produzidos na região e publicização dos resultados (Fundação Renova); • Realização de campanhas de educação ambiental para a preservação e o uso consciente dos recursos naturais da região (Fundação Renova); • Elaboração e implementação de projetos de qualificação profissional e diversificação da economia.

turismo), para o lazer, para as manifestações culturais e para as relações comunitárias. • Aumento provável da incidência de doenças relacionadas à contaminação da água, inclusive câncer.	
QUANTIDADE DE PESSOAS ATINGIDAS DIRETA E INDIRETAMENTE	
Impactos	Encaminhamentos
• Foram atingidas as pessoas que comercializam os peixes e crustáceos (sem informações quantitativas)	• Realizar diagnóstico para saber exatamente quantas e quais foram as famílias atingidas (Fundação RENOVA).
REGIÕES IMPACTADAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PRESENTES	
Impactos	Encaminhamentos
• Toda a Orla do município foi impactada, compreende desde Comboios até Santa Cruz, incluindo o Canal do Piraquê-Açu. • Essas localidades contam com equipamentos da Assistência Social (CRAS, Projetos Sociais), Unidades de Saúde e Escolas.	

Bloco 3 - Vulnerabilidades e serviços socioassistenciais

As vulnerabilidades relatadas pelos gestores de Aracruz também tangenciam os pontos listados em Linhares. Contudo, a população indígena afetada em Aracruz merece atenção, uma vez que foi duplamente afetada. Seu vínculo simbólico e cultural com o rio e o mar foi comprometido, bem como suas oportunidades de subsistência. Além disso, muitos indígenas beneficiários do Bolsa Família foram desligados do programa em função do recebimento do Auxílio Emergencial, o que reforça os pontos discutidos em Oficinas anteriores sobre o benefício. A violação do direito à informação e à transparência também foi mencionada, assim como os problemas ambientais, que prejudicam a extração de crustáceos na região.

As ações sugeridas para a solução dessas vulnerabilidades são múltiplas, e envolvem estudos diagnósticos, estruturação de equipes de atendimento e monitoramento de riscos sociais e correção de arestas na concessão do Auxílio Emergencial. A criação de instâncias de empoderamento e representação da população indígena atingida também foi citada, acompanhada da articulação intersetorial.

FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES
Vulnerabilidades
Não foram relatadas vulnerabilidades.
FRAGILIZAÇÃO OU ROMPIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS
Vulnerabilidades
Os indígenas tiveram o acesso ao Bolsa Família interrompido devido à declaração e registro da renda do auxílio emergencial no CadÚnico. Esse episódio gerou desconfiança com relação ao trabalho do poder público local (Assistência Social/CRAS).
VIOLAÇÕES DE DIREITOS
Vulnerabilidades
- Aumento dos casos de violência doméstica; - Violação do direito à informação sobre a contaminação dos recursos naturais e potabilidade da água.
VULNERABILIDADE DE RENDA
Vulnerabilidades
Dificuldade na comercialização dos peixes e crustáceos.
OUTRAS
Vulnerabilidades
- Aumento da atividade do tráfico de drogas; - Aumento dos casos de alcoolismo e drogadição; - Desaparecimento das tartarugas, golfinhos e baleias; - Distúrbios ambientais (aumento das algas); - Aumento da poluição e da incidência de crimes ambientais por parte de outras empresas e agentes que se aproveitaram do ensejo do desastre ambiental no Rio Doce.
AÇÕES NECESSÁRIAS E RESPONSÁVEIS
- Monitoramento das alterações ambientais (Fundação Renova); - Contratação de novas equipes de saúde e assistência social para o acompanhamento e atenção psicossocial (Fundação Renova).
INTERVENÇÕES EM PAUTA E RESPONSÁVEIS
- Fornecimento de auxílio emergencial, pago pela SAMARCO (Fundação RENOVA), a algumas famílias; - Fornecimento de auxílio alimentação – benefício eventual (Poder Público Local).
INTERVENÇÕES QUE PODEM SER POTENCIALIZADAS
- Contratação de um antropólogo para o aprimoramento da relação entre o poder público local, Fundação Renova e as etnias indígenas do município de Aracruz; - Garantia de representação dos povos indígenas de Aracruz na Câmara Técnica de Povos Indígenas.

DEMANDA NOS SERVIÇOS A PARTIR DO EVENTO	
Impactos	Ações necessárias
Houve aumento da demanda no Atendimento Social e nos CRAS das áreas atingidas para solicitação de Auxílio Alimentação (benefício eventual cesta básica).	- Auxílio emergencial para todas as famílias impactadas (Fundação RENOVA); - Oferta de capacitação para os trabalhadores da assistência social com foco na relação com povos indígenas, na oferta dos serviços e benefícios da Assistência e na atuação para mitigação de efeitos sociais decorrentes de desastres ambientais (Poder Público Federal/MDSA); - Articulação entre as equipes da Assistência Social e Meio Ambiente, inclusive com maior integração entre os bancos de dados do CadÚnico e do Programa Vida no Mangue, para o aprimoramento da atenção aos beneficiários dos programas (Poder Público Local); - Investimento na diversificação da economia local com foco, entre outros, nas atividades da agroecologia e do ecoturismo (Fundação Renova e Poder Público Local); - Oferta de cursos de qualificação profissional e empreendedorismo para as populações diretamente impactadas (IFES, Poder Público Local, Fundação Renova).
MONITORAMENTO POR PARTE DO MUNICÍPIO	
- A Secretaria de Meio Ambiente constituiu uma equipe para realizar o monitoramento, porém, a falta de recursos impediu a realização direta. A Secretaria procurou o apoio do ICMBIO, porém o Instituto apenas tem conseguido realizar alguns voos panorâmicos para observação do Rio Doce. Faz-se necessário aprimorar a articulação entre ICMBIO, Prefeitura, IFES e Fundação Renova para a otimização de recursos e o monitoramento adequado; - O monitoramento dos impactos diretos e indiretos para a população e o aumento da busca por serviços públicos é também deficitário; - Ação necessária: criação de um grupo paritário (sociedade civil e governo) no município para servir como ponto focal nas relações com a Fundação Renova.	
RESPOSTAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS COM A POPULAÇÃO	
- Houve reuniões em que a equipe da SEMDS participou, promovida pela SAMARCO/Fundação RENOVA, das quais participaram também alguns líderes comunitários e representantes da Associação Pesqueira. Entretanto, a população atingida diz que não teve acesso aos canais de diálogo com a Fundação RENOVA; - Ação necessária: criar um ponto de apoio da Fundação Renova no município para o atendimento presencial ao público.	

PLENÁRIA FINAL

A Plenária Final teve início com a leitura dos instrumentais preenchidos pelos dois Grupos de Trabalho. Após a leitura, Léa Rocchi, da Casa Civil, explicou os próximos passos do trabalho: a Fundação Renova produzirá um compilado das oficinas, para levar as discussões para cada uma das Câmaras Técnicas pertinentes. Posteriormente, serão criados Planos de Ação com base nesses compilados e nas devolutivas das Câmaras Técnicas e do próprio CIF. A próxima reunião da CTOS, no dia 09 de maio, já incluirá os resultados prévios das Oficinas na pauta, e espera-se que até o fim de maio já estejam disponíveis os resultados consolidados das Oficinas, para repasse aos municípios (o que, naturalmente, não significa que os próprios Planos de Ação estarão prontos até lá). Ressaltou que os Planos de Ação serão propostas de atuação junto aos municípios, embora alguns assuntos já tenham ações previstas, como é o caso do Auxílio Emergencial.

A servidora aproveitou o ensejo para fazer um breve balanço da primeira rodada de Oficinas: de acordo com ela, identificou-se uma série de arestas que precisam ser aparadas, como o Auxílio Emergencial, o diálogo, a comunicação, o diagnóstico dos impactos, a atuação das gestões municipais, entre outras. Nesse sentido, sugeriu que os municípios criem instâncias locais de monitoramento das ações que envolvem seus territórios, uma vez que, além dos impactos ambientais, há consequências socioeconômicas que precisam vir à tona e precisam ser igualmente acompanhadas.



Figura 8. Discurso da representante da CTOS na Plenária Final

A funcionária da Prefeitura de Aracruz Zélia Giovanni observou que a discussão sobre a qualidade da água permeou os relatos dos dois municípios, e destacou a importância de a população ser devidamente informada sobre possíveis prejuízos à sua saúde, indicando que o direito do acesso à informação por parte das comunidades atingidas tem sido sistematicamente violado. A falta de



consenso sobre os resultados dos laudos de qualidade da água na região faz com que a população fique desconfiada e deslegítima uma série de intervenções nos territórios. Em seguida, Edgar Costa, funcionário da Prefeitura de Linhares, informou que a cada período de chuvas, o panorama de qualidade da água e abastecimento das cidades se modifica, razão pela qual o monitoramento dos índices de contaminação da água precisa ser contínuo e integrado.

Ao final da discussão, Albanita Roberta, da Fundação Renova, aproveitou o ensejo para discorrer sobre a responsabilidade por trás do tratamento e sistematização das informações, denotando que é compreensível que haja alguma ansiedade no tratamento das devolutivas por parte dos municípios. No entanto, indicou que, para evitar erros, a discussão sobre determinados pontos precisa ser qualificada com organização e clareza. Reiterou a importância fundamental da parceria entre a Fundação Renova e o Poder Público no enfrentamento dos impactos e na garantia da prestação de serviços às comunidades assistidas. Finalizando a Plenária, Iracema Freitas, do MDSA, informou o e-mail de contato da coordenadoria de serviços socioassistenciais do PAIF; e Sérgio Kuroda, da consultoria Matizes (responsável pela condução do Diálogo Social da Fundação Renova no território) destacou a qualidade das discussões feitas no encontro.

RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS

Os resultados da Oficina de Proteção Social em Linhares produziram, à maneira das demais rodadas do evento, pontos de atenção em torno dos quais os discursos convergiram. Estes aspectos se revelaram estruturantes para as discussões produzidas, e denotam possibilidades e estratégias profícuas de ação coletiva, orquestrada entre os diferentes atores envolvidos nos processos de reparação dos impactos do rompimento. Alguns desses pontos são:

- *Necessidade de reestabelecimento de vínculos simbólicos e culturais com o território:* a relação intrínseca da região com o rio e o mar e a vulnerabilidade social decorrente da quebra dessa relação exigem estratégias que potencializem o retorno e a resignificação da região. Estes esforços, idealmente, devem envolver diferentes áreas, como a cultura, o meio ambiente, a assistência social, a saúde, entre outras.
- *Uso da água do mar e do Rio Doce:* a proximidade com o mar faz com que Linhares e Aracruz sofram impactos particulares, em relação aos demais municípios da calha do Doce, pois a água do rio abastece lagoas usadas para a transmissão de água e o mar provê recursos para a subsistência. A recuperação da qualidade da água é fundamental para o reestabelecimento e reorganização das comunidades afetadas e para a vida nos dois centros urbanos.





- *Auxílio Emergencial*: da mesma forma que nas demais Oficinas, os critérios de recebimento e focalização do Auxílio foram questionados, o que reforça a necessidade de atualização do cadastro e revisão da elegibilidade dos beneficiários, em articulação com outras políticas de transferência de renda.
- *Meio ambiente e fauna*: a dependência da região dos recursos ambientais para a subsistência e a reprodução material são inquestionáveis. A avaliação e divulgação dos impactos ambientais à população é fundamental para refrear os ânimos e possibilitar novas estratégias de recuperação de nascentes e lagoas, replantio de espécies e repovoamento animal na região.
- *Comunidades indígenas e tradicionais*: o impacto sofrido por comunidades com modos de vida singulares, como os indígenas e os quilombolas, exige estratégias específicas de diálogo e atendimento socioassistencial.
- *Diagnóstico e monitoramento*: a necessidade de acompanhamento de impactos ambientais somada à falta de informações sobre o impacto em outras áreas demanda a produção mais robusta de dados e pesquisas que possibilitem análises contínuas sobre os efeitos do rompimento, e propiciem o desenho de estratégias alinhadas à realidade socioambiental do território.
- *Comunicação e representação*: a troca de informações entre as instâncias de governo e a Fundação Renova é imprescindível para o sucesso das ações de Proteção Social às comunidades impactadas, que se ressentem da falta de espaços adequados de vocalização de seus interesses.

A leitura feita em Colatina permanece aplicável ao caso da oficina em Linhares: o enfrentamento dos impactos socioassistenciais deve ser territorializado, pois as experiências relatadas por cada município são consoantes com seu contexto local.



Herkenhoff & Prates
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO